

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS FILOSÓFICAS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Lilian Bulbarelli Parra

PRÁTICAS DE MAPEAMENTO E TERRITORIALIDADES:
UMA EXPERIÊNCIA ENTRE OS PATAXÓ DO MONTE PASCOAL.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, na Área de Concentração Utilização e Manejo de Recursos Naturais como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemy da Silva Nascimento

Florianópolis, 2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Parra, Lilian Bulbarelli
Práticas de mapeamento e territorialidades : Uma
experiência entre os Pataxó do Monte Pascoal. / Lilian
Bulbarelli Parra ; orientadora, Rosemy da Silva
Nascimento - Florianópolis, SC, 2016.
241 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Multidisciplinar em Saúde.

Inclui referências

1. Saúde. 2. Pataxó . 3. Cartografia. 4.
Etnomapeamento. 5. Territorialidade e Terras Indígenas. I.
Nascimento, Rosemy da Silva . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar
em Saúde. III. Título.

RESUMO

A narrativa cartográfica que associa os mapas à dominação de territórios indígenas por terceiros não é novidade. Concepções cartográficas contemporâneas bem demonstram tal relação, ao mesmo tempo em que apontam para alternativas teórico-práticas criativas. Na presente dissertação, abordamos uma experiência de mapeamento que ocorreu entre os anos de 2007 e 2011 nas Terras Indígenas Barra Velha, Águas Belas e Barra Velha do Monte Pascoal. Tivemos como objetivo geral analisar o processo de mapeamento de forma a identificar as contribuições do diálogo entre as distintas práticas de mapear que emergem como elementos de territorialidades coexistentes entre os Pataxó do Monte Pascoal. Para tanto, identificamos e descrevemos as práticas de mapeamento, assim como as noções de território e territorialidade que permearam o processo; caracterizamos as práticas com aporte de geotecnologias por meio do diálogo entre estar em territórios Pataxó e observá-los de fora e de cima, na perspectiva dos mapas e imagens, de forma a identificarmos suas contribuições no que tange aos reflexos dos processos de territorialização nos ambientes; por fim, analisamos os mapas temáticos reinscrevendo-os em um *continuum* inerente aos mapeamentos, de modo a apontar incongruências e possibilidades na compreensão de territórios. Caracterizada como sendo exploratória e qualitativa, inspiramos a pesquisa na abordagem territorial integradora e em reflexões oriundas da cartografia pós-representacional. Pautamo-nos em revisão bibliográfica e cartográfica, análise de documentação audiovisual e fotográfica, mapas e imagens de satélite, revisitando os caminhos do referido mapeamento. Apontamos para a conjugação de práticas de mapeamento e como possibilidade de ampliação das relações entre mapas e territórios inscritos em um processo de coconstrução emergente.

Palavras-chave: Pataxó. Cartografia. Etnomapeamento. Territorialidade. Terras Indígenas.

ABSTRACT

The cartographic narrative that associates maps with the domination of indigenous territories by third parties is not new. Contemporary cartographic conceptions well demonstrate such a relationship, at the same time as they point to creative theoretical-practical alternatives. In the present dissertation, we adopted a mapping experiment that occurred between 2007 and 2011 in the Indigenous Lands of Barra Velha, Águas Belas and Barra Velha of Monte Pascoal. The objective was to analyze the mapping process in order to identify the contributions of the dialogue between the different mapping practices that emerge as elements of coexisting territorialities among the Pataxó of Monte Pascoal. To do so, we have identified and described the mapping practices, as well as the notions of territory and territoriality that permeated the process; we have characterized practices with the contribution of geotechnologies through the dialogue between being in Pataxó territories and observing them from the outside and from the top, in the perspective of maps and images, in order to identify their contributions in relation to the reflexes of the processes of territorialization in environments; finally, we have analyzed the thematic maps reinscribing them in a *continuum* inherent to the mappings, in the interest of pointing out incongruities and possibilities in the understanding of territories. Characterized by being exploratory and qualitative, we inspired this research on the integrative territorial approach and on reflections from post-representational cartography. Our work was supported by bibliographical and cartographic reviews, analysis of audiovisual and photographic documentation, maps and satellite images, thereby revisiting the paths of the referred mapping. We point to the combination of mapping practices and the possibility of expanding the relationships between maps and territories inscribed in an emergent co-construction process.

Key words: Pataxó. Cartography. Ethno-mapping. Territoriality. Indigenous Lands.

AGRADECIMENTOS

Costumo dizer que tenho uma equipe que de alguma forma deixa parte de si nesta pesquisa e nos caminhos que venho trilhando. Seja sob a forma de ideias, momentos de paciência, parcerias, consolos, conselhos, cuidados, oportunidades, incentivos e inspiração. Agradeço a todos.

Aos queridos Renato, Iberê e Inaiá, meus companheiros de caminhada por mais essa jornada; pela paciência, compreensão, prontidão e carinho. Aos pequenos, sobretudo, por me mostrarem os encantos para além do portal da maternidade, pelos sorrisos sinceros e pela manutenção de minha infância.

À Solange Bulbarelli, minha leal escudeira, protetora e parceira, incondicional incentivadora, guerreira inspiradora da vida inteira; pelas sacudidas e afagos. À Beatriz Trivella, pelos cuidados, apoio, esforço e por trazer leveza aos imprevistos cotidianos.

Ao homem que me inspira a cultivar a autonomia, que me ensinou muito do que sei e abriu caminho para descobrir o restante; ao homem humilde e descontraído até na tristeza, ao meu amado avô Helvio Bulbarelli, pela presença ao longo do processo de mestrado, dessa vida e de outras tantas que certamente nos cruzamos e ainda vamos. À minha amada avó materna Edith Espelho, por me guardar embaixo de sua asa pela infância, pelos abraços quentinhos e sinceros que ainda sinto regados do amor sincero. Ao caçula da dupla de mesmo nome do pai que, ao mesmo tempo, é meu tio e meu irmão, pelas descontrações da infância, pelo companheirismo da adolescência e pelo incondicional apoio de todas as horas.

Ao meu comparsa, compadre e irmão Thiago Cardoso, por todas as oportunidades – inclusive a de trabalhar com os Pataxó. Pela prontidão, intensa, por abrir os caminhos para um mapear descontraído e, sobretudo, por fazer reinar um otimismo baiano nas situações mais diversas.

Aos Pataxó do Monte Pascoal, de Mata Medonha e Comexatiba, os quais tive a oportunidade de começar a ser geógrafa. Especialmente ao José Conceição, por ativar a percepção do andar devagar no meu mapear, por me ensinar a dar valor à água que eu bebo, por nomear minha filha e por, com Dona Maria e seus filhos, me mostrar que mesmo em condições de escassez há possibilidades. Ao Manoel Santana, pelas histórias, toadas, encantos e por despertar minha atenção aos sonhos. A Mathias Santana, por nos receber com humildade e estar sempre por perto; e especialmente

à Maria da Glória, por me ensinar a empunhar um facão, me receber e me cuidar. A todos estes sou grata por abrir as portas de suas casas, confiar e permitir a nossa estada em seus territórios.

À minha querida e descontraída orientadora Rosemy Nascimento, pela liberdade, incentivo, leitura atenta e pelas primeiras experiências docentes que vem me proporcionado.

À professora Leila Christina Dias, pelas disciplinas ministradas recheadas de inúmeras referências bibliográficas, pela atenção pós-defesa e pela inspiração que me oferta como geógrafa e pesquisadora.

Ao professor Clécio Azevedo, por abrir espaço para a perspectiva geográfica agroecológica e por acolher a mim e às minhas opiniões, bem como contribuir na resolução de diversas situações ao longo de minha jornada acadêmica.

À professora Ruth Emília Nogueira, pela primeira orientação, a qual carrego marcas, pelo incentivo e pela meticulosa leitura da pesquisa no âmbito da qualificação.

Ao professor Rafael Devos, pela postura otimista e pelos comentários construtivos – tanto no âmbito da qualificação como da defesa desta pesquisa e pelo convite para participar dos encontros do Canoa (coletivo de estudos em ambientes, percepções e práticas).

Aos meus queridos amigos e parceiros da Wayuri: Marcelino Soyinka, Isabel Modercin, Leo Kurihara, Juliana Spínola Lima, Pedro Silveira, Rafael Buti, Maurice Tomioka e Hugo Prudente, pelas ideias e trabalhos coletivos. À minha amiga parceira de pós-graduação Júlia Manso, quem, desde a prova para a seleção, me acompanha. À Maíra Pinheiro Bueno, pela parceria Pataxó, pela vontade de realizar e fazer dentro de espaços restritos.

À Paula Trivella, pela revisão ortográfica dinâmica! À Daniela Trivella e Marjorie Bruder por inspirar a jornada acadêmico-científica.

Por fim, certamente não menos importante, ao CNPQ, pelos recursos financeiros que permitiram desenvolver a pesquisa.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Situação fundiária, população, área e aldeias existentes nas Terras Indígenas abarcadas.	32
Quadro 2. Possibilidades cartográficas.	90
Quadro 3. Fluxograma de mapeamento com aporte de geotecnologias.	157
Quadro 4. Categorias de ambientes presentes nos mapas elaborados.	160
Quadro 5. Categorias de usos atuais e correlações com os ambientes.	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização das TIs envolvidas no etnomapeamento Pataxó.....	33
Figura 2. Limites do Parque Monumento e Parque Nacional do Monte Pascoal.....	64
Figura 3. Cartograma de fragmentação da vegetação no sul da Bahia..	66
Figura 4. Cartograma com série temporal Landsat 2 e 5.....	71
Figura 5. Esquema ilustrativo de uma história cartográfica de progresso.	78
Figura 6. Elaboração de mapas coletivos.	136
Figura 7. Mapa da Aldeia Craveiro e alguns atributos territorializadores.	138
Figura 8. Mapa da Aldeia Pé do Monte e alguns atributos territorializadores.	139
Figura 9. Elaboração de mapas sobre imagem de satélite com os coletivos de Águas Belas e Meio da Mata.	142
Figura 10. Manoel Santana e a narração de seu mapa, Aldeia Boca da Mata.	145
Figura 11. Entre imagens e caminhadas.	150
Figura 12. Área de abrangência de estratégias de mapeamento em SIG.	159
Figura 13. Recorte do Mapa de Manoel Santana, com destaque para as proximidades do Córrego do Jibura.	175
Figura 14. Quadro de fotos da categoria <i>Lugar dos antigos</i> , próximo à Aldeia Craveiro.	177
Figura 15. Diálogo entre perspectivas de mapeamento em roças, sapezais, pastos e capoeiras.....	192
Figura 16. Diálogo entre perspectivas de mapeamento em matas, capoeiras e capoeirões.....	197
Figura 17. Diálogo entre perspectivas de mapeamento em mangues e brejos.....	203
Figura 18. Mapeamento das mussunungas: A. na imagem de satélite Landsat 5; B, C e D. diferentes fitofisionomias do ambiente.....	205
Figura 19. Quadro de fotos do uso dos mapas.....	208

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CTL	Coordenação Técnica Local
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
Funai	Fundação Nacional do Índio
GPS	<i>Global Position System</i>
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Icmbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
Parna	Parque Nacional
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas
PNMP	Parque Nacional do Monte Pascoal
	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
PPTAL	
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

UMA CAMINHADA	17
1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Inquietações.....	22
1.2 Motivações, intenções e caminho	23
1.3 Os Pataxó do Monte Pascoal e suas Terras Indígenas	29
1.4 De onde emerge o mapeamento.....	34
1.4.1 Princípios que regeram o etnomapeamento	36
2 ENTRE TERRITÓRIOS	39
2.1 Concepções territoriais	40
2.2 O criar, o recriar e o manter territórios	46
2.3 Territórios e Terras Indígenas.....	51
2.4 Gerir territórios.....	57
2.5 Mapas e territórios no entorno do Monte Pascoal: primeiras aproximações.....	61
3 ENTRE CARTOGRAFIAS.....	75
3.1 Em busca de outras narrativas cartográficas.....	76
3.2 Mapas como verdades e como construções sociais	81
3.3 Mapas entre representações e práticas	85
3.4 As geotecnologias no debate cartográfico	92
4 MAPAS, TERRITÓRIOS E POVOS INDÍGENAS	99
4.1 Mapeamentos participativos	102
4.2 “Etno” mapeamentos: entre instrumentos e processos	111
4.2.1 Entre possibilidades.....	114
4.2.2 Geotecnologias e “etno” mapeamentos	119
5 PRÁTICAS DE MAPEAR ENTRE OS PATAXÓ DO MONTE PASCOAL.....	127

5.1	Práticas iniciais de mapeamento	128
5.2	Chegar (e estar) nos territórios.....	130
5.3	Mapas coletivos: livres e sobre imagens orbitais.....	133
5.4	Encontro com outros mapas.....	143
5.5	Entrevistas e caminhadas	147
6	ENTRE AMBIENTES: PRÁTICAS DE MAPEAMENTO EM SIG.....	153
6.1	Mapas temáticos com geotecnologias.....	155
6.1.1	Limites de alguns territórios	166
6.1.2	As aldeias e outras moradas.....	171
6.1.3	O caminho das águas	182
6.1.4	Espaços de cultivo: roça, manga (pasto), capoeira fina e sapezal	186
6.1.5	As matas e capoeiras.....	195
6.1.6	Mangues, brejos e recifes de corais	201
6.1.7	Mussunungas.....	204
6.2	Sobre o (re)fazer e o usar os mapas temáticos	206
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
	REFERÊNCIAS.....	219
	ANEXO A - Mapa da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal	231
	ANEXO B - Mapa de Curt Nimuendaju	233
	ANEXO C - Níveis de participação	235
	ANEXO D - Mapa de ambientes e usos atuais das Terras Indígenas Barra Velha e Águas Belas.....	237
	ANEXO E - Mapa dos impactos e conflitos socioambientais nas Terras Indígenas Barra Velha e Águas Belas.....	239
	ANEXO F - Mapa de Projetos e iniciativas nas Terras Indígenas Barra Velha e Águas Belas.....	241

UMA CAMINHADA

Esta pesquisa nasce de reflexões e inquietações que despontam em uma “caminhada cartográfica”, em que dificilmente é possível identificar o ponto de partida. Como diriam aqueles que vêm “repensando os mapas”, permitiu que eu experimentasse as alegrias e os desafios dos mapas e mapeamentos. Meu contato com os Pataxó iniciou de forma incipiente nos anos 2000, no âmbito de um estágio na Organização Não Governamental (ONG) Conservation International, sediada em Caravela, no sul da Bahia. Foi por meio dela que participei de uma série de reuniões com os pescadores da região para a implantação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, alguns deles Pataxó que se dedicam à pesca, ao mesmo tempo em que aconteciam as retomadas territoriais – incluindo a sede do Parque Nacional do Monte Pascoal.

Em outra oportunidade, após um estágio no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, realizei informalmente uma caminhada que partiu da cidade de Prado até o povoado de Caraíva, percorrendo alguns dos ambientes que perfazem os territórios Pataxó; na época, não imaginava que, seis anos depois, estaria novamente entre os Pataxó do Monte Pascoal.

Nos últimos anos de Graduação em Geografia, vinha me dedicando à cartografia e concluí o curso em 2007 com a pesquisa envolvendo análise das modificações na paisagem e geoprocessamento, intitulada “Análise das Transformações na Cobertura e Uso da Terra no Sertão do Peri”, no interior do Parque Municipal da Lagoa do Peri. Ao entrar em contato com minha pesquisa em 2008, Thiago Cardoso me convidou a participar nos estudos que viria a realizar com os Pataxó. Neste contexto, tive a oportunidade de me inserir no “Etnomapeamento e zoneamento agroextrativista do complexo aldeias Pataxó - Parque Nacional do Monte Pascoal”.

Saio, então, da Graduação para um dos meus primeiros mapeamentos como geógrafa, na companhia de um profissional que por natureza extrapola os limites disciplinares e, sem medo, inova rompendo moldes e formatos pré-determinados. Ou seja, dou início à minha jornada profissional bem acompanhada por uma parceria que perdura até os dias atuais. Desde então, venho me envolvendo em experiências de mapeamentos – na maioria das vezes fazendo parte de equipes compostas

por profissionais de outras áreas, entre antropólogos, geógrafos e biólogos.

Compor tais equipes vem me proporcionando não somente participar de trabalhos criativos, mas também incansáveis debates em campo sobre os desafios em torno dos mapeamentos participativos, as formas de comunicação e as linguagens acionadas sobre as distintas matrizes do conhecimentos, as categorias locais, as incompatibilidades, as generalizações necessárias para elaborar mapas nos moldes da cartografia normativa, o poder dos mapas, as ambiguidades da cartografia, a rede de atores envolvidos, assim como os diálogos possíveis entre as distintas estratégias de mapear.

Nesta jornada, tive oportunidades de participar de mapeamentos com povos habitantes da Mata Atlântica, Caatinga e Amazônia, o que me permitiu contemplar multiplicidade de estratégias e práticas de mapear e demarcar territórios, bem como para resistir em conflitos territoriais e a situações de degradação ambiental. Em meio à diversidade de formas de agir no/com o espaço, pude vislumbrar as reentrâncias do mapear, assim como expandir a minha concepção cartográfica para além das representações gráficas. Reflexões estas que foram reforçadas ao fazer o estágio de docência na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Vale mencionar que, antes de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia, realizei o curso técnico de Agrimensura no Instituto Federal de Santa Catarina. Este curso se destaca tanto pelo corpo docente renomado e engajado quanto por ser altamente prático, o que permitiu aprofundar em distintas formas a realização de levantamentos topográficos e geodésicos, os quais tive contato breve na Graduação, e desfrutar do uso de diversos equipamentos. Além disso, passei a me interessar pelos processos de regularização fundiária, situações de disputa de terras, de esbulho territorial – o que coaduna com as questões territoriais envolvendo indígenas e tradicionais.

Das situações enfrentadas ao longo das práticas de campo no decurso das disciplinas do referido curso, pude notar que são inúmeras as preocupações, os cuidados e os desafios ao redor do levantamento desta natureza, contudo estes nunca aparecem em relatório, nos mapas e afins ou em quaisquer locais; simplesmente não importam para a regularização fundiária – foco da agrimensura. Relatos são sintéticos e dizem respeito

ao método que se resume ao tipo de levantamento, ao equipamento utilizado e ao grau de precisão.

Em comum às diversas “cartografias¹” as quais me envolvo – seja por meio de pesquisas científicas, pela agrimensura, com povos indígenas e outros grupos –, há o envolvimento em processos permeados por práticas, por “cartopráticas” nos termos de Almeida (2013), as quais tornam-se invisíveis, seja nos mapas ou em quaisquer outros “produtos” que destas venham a emergir.

O ingresso no Mestrado foi impulsionado por vontades e questões em torno dos mapeamentos e acompanhado da notícia de gestação inesperada; a minha equipe aumenta nove meses depois e, com essa nova linda integrante, vêm temporárias restrições relacionadas às incursões a campo. Contudo, aumentam os momentos de reflexão, o que reorienta minha pesquisa para uma análise do que fiz, trazendo à tona questões que ficaram no ar e que de alguma forma interferem em minhas práticas de mapear atuais. Levo-me, então, a falar das práticas que não apareceram e, num tom de autocrítica que, no fim das contas, se fez no caos de onde emerge a pesquisa que apresento nas próximas linhas.

Esta pertence a parte de minha jornada ou, como diria Seemann (2013), parte de uma “aventura cartográfica”, na qual é possível traçar um “caminho” onde a mudança de concepção sobre os mapas e o ato de mapear é evidente. Um caminho com bifurcações, retornos, encontros, desencontros, contradições e possibilidades.

¹ Arrisco aqui a generalizar os levantamentos geodésicos e topográficos sob este termo para ressaltar a diversidade que as envolvem.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de territorialização que ocorrem desde os primeiros contatos de colonizadores com os povos indígenas e outros tradicionais são marcados por esbulho territorial, massacres físicos e culturais e degradação ambiental. Tais grupos a estes resistem e persistem em constante reconstrução de estratégias para manter hábitos e modos de vida.

Com os Pataxó, etnônimo do grupo que habita o litoral sul baiano e norte mineiro, não é diferente: eles foram perseguidos, tiveram seus territórios invadidos em distintos momentos, aldeados com vários outros grupos, expulsos, violentados e considerados ora isolados, ora intrusos em suas próprias terras. Terras estas que após anos de devastação e degradação retornam às suas mãos de forma parcial, reduzida e impactada.

Os mapas e mapeamentos são velhos conhecidos dos povos indígenas, da mesma forma como algumas de suas intenções. Para Harley (1991), não restam dúvidas da participação destes nos mapas europeus, por meio dos conhecimentos ambientais e espaciais apurados das terras que habitavam. Quanto mais os historiadores da cartografia se aprofundam nestes mapas, menores são as possibilidades de ignorar tais contribuições e, portanto, destes para com a cartografia como um todo.

As relações entre a cartografia e os povos indígenas se originaram por meio da dialética entre apropriação e negação dos saberes específicos. O imbricado desenvolvimento entre a ciência cartográfica e a criação do Estado-Nação, aliado pelo controle de novas terras, inclusive dos habitados por estes povos, ofuscou outras formas de reunir o conhecimento espacial, outras possibilidades de mapear e de contemplar territórios, homogeneizando-os sob o formato de mapas e fronteiras (TURNBULL, 2003; PORTO GONÇALVEZ, 2002).

Outros ventos começam a soprar sobre a relação entre mapas e territórios, por meio de novas perspectivas teóricas e práticas que despontam em cenário político favorável. A década de 80 foi permeada por perspectivas críticas que passam a questionar as bases da cartografia científica, ao mesmo tempo em que noções de território para além dos limites do Estado-Nação que já vinham sendo construídas começam a se consolidar. Concomitante às construções teóricas, a América Latina passa por um processo efervescente de mudanças constitucionais em que

questões sociais, étnicas e ambientais assumem destaque. Tais mudanças incidem diretamente nos processos de mapeamento que começam a ser utilizados para diversos fins, incluindo a garantia de direitos territoriais de grupos sociais com territorialidades específicas.

1.1 Inquietações

Inúmeros são os desafios contemporâneos que envolvem os povos indígenas e seus múltiplos territórios, entre os quais os mapas se inscrevem como linguagem da tomada de decisão estatal. A interface mapa/território é acionada quando tratamos de regularização fundiária, conflitos territoriais, uso e manejo de ambientes imprescindíveis para a garantia da reprodução física e cultural do grupo, identificação de impactos socioambientais, entre outros.

Mapeamentos participativos são impulsionados para suprir demandas e interesses territoriais e simultaneamente são postos em xeque. Ao mesmo tempo em que os mapas acompanham a tomada de decisões territoriais, eles apresentam restrições para manter a integridade e contemplar a multiplicidade dos territórios. Questionamentos incluem os paradoxos da participação histórica destes grupos em mapeamentos e a ambiguidade dos mapas, que podem ser usados tanto para o “bem” como para o “mal”. Além disso, assumem centralidade no diálogo entre os povos indígenas e atores sociais, dentre os quais aqueles que outrora propiciaram processos de desterritorialização adversos às territorialidades específicas.

Os discursos em torno dos mapas transitam entre dois extremos: de um lado, a crítica que os trata como instrumentos de poder e dominação, representações limitadas de um espaço cartesiano, incapazes de demonstrar saberes e territórios indígenas (como se outros o pudessem), além de acusados de permanecerem enraizados nos moldes da ciência cartográfica ocidental (RUNDSTROM, 1995; LITTLE, 2002; CORREIA, 2007; ACSELRAD; COLI, 2010); do outro, os adeptos dos mapas participativos como instrumentos de transformação e empoderamento que permitem mapear os conhecimentos e territórios indígenas (ATAÍDE; MARTINS, 2005; HERLIHY; KNAAP, 2003;

CHAPIN, et al, 2005). Há, contudo, debate nacional e internacional profícuo que no Brasil vem sendo incrementado desde 2008, de forma a colocar desafios e possibilidades² às práticas de mapeamento.

Entre os extremos, meandros não são poucos e o espaço é restrito para contemplar outras possibilidades cartográficas e práticas de mapear. Os etnomapeamentos e os mapas que deles provêm estão situados no amplo espectro das iniciativas participativas e inscritos neste repensar e agir, os quais ao mesmo tempo em que carregam paradoxos, contradições e ambiguidades, vêm apoiando processos decisórios importantes para os grupos envolvidos. Contudo, na maioria das vezes, tais iniciativas acabam por invisibilizar os esforços envolvidos (INGOLD, 2000; CERTEAU, 1994), bem como os saberes diversos em detrimento da produção dos mapas (HIRT, 2010; CÁCERES, 2010; CARDOSO, 2013).

Abre-se um leque de inquietações³ que movem a presente pesquisa: Quais territórios são expressos e/ou construídos nos/pelos mapas? Quais territorialidades se valem de mapas? Quais as formas de mapear mantidas por outras territorialidades? O que poderia mudar para que diálogos profícuos entre as formas de expressar os conhecimentos espaciais se tornem efetivos? Há formas de mapear que contemplem as variedades de formas territoriais contemporâneas? Quais caminhos se abrem para outros engajamentos em mapeamentos? Como colocar em diálogo múltiplas cartografias? Como colocar lado a lado as práticas de mapeamento que permeiam a experiência?

1.2 Motivações, intenções e caminho

Enfocamos na presente pesquisa uma experiência de mapeamento que ocorreu nas Terras Indígenas (TI): Barra Velha, Águas Belas e Barra Velha do Monte Pascoal entre os Pataxó, desde o início de 2007 até

² Cf. Acsehrad (2010, 2008), Acsehrad; Viégas (2013), Goulart; Barretto-Filho (2010).

³ Optamos por usar a primeira pessoa do plural na elaboração textual da pesquisa pelo fato de primar por engajamentos, além de emergir de inquietações coletivas e incessantes discussões ao longo deste e de outros processos de mapeamento oriundos de trabalhos em equipe.

meados de 2011. Nasceu nos primeiros momentos do “Etnomapeamento e zoneamento agroextrativista do complexo aldeias – Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP) e seu entorno”, assumindo significados diversos em seu percurso, até chegar ao processo de construção coletiva do “Aragwaksã - Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas”, de 2011. Neste percurso, mapas foram feitos, refeitos, dobrados, rasgados, riscados, guardados, perdidos, publicados, usados por distintos atores e inscritos em debates diversos; cada situação composta por inúmeras práticas que dão movimento aos mapas.

Entre as nossas motivações, está a possibilidade de ampliar o espaço para reflexões teóricas acerca das práticas de mapeamento com povos indígenas, dentre as quais estivemos envolvidos; no decorrer delas, tivemos diversas inquietações que, pela necessidade de atender a objetivos específicos, foi possível encontrar espaço-tempo para saná-las enquanto ocorrem. Impulsiona a pesquisa certo incômodo com as concepções e os discursos em torno dos mapas, o desdém ao esforço dos mapeadores (sejam eles Pataxó ou cartógrafos), além do fato de diversas críticas despontarem no interior das experiências que acionam mapas como subsídio sem, contudo, propor alternativas para melhor abordá-los.

Trata-se, portanto, de uma espécie de análise autocrítica do caminho trilhado anteriormente, no âmbito de experiência abordada, de forma a ponderá-lo do ponto de vista qualitativo e processual. Revisitá-lo como inscrito no processo de mapeamento, ao mesmo tempo em que possibilita refletir sobre a natureza dos mapas, permite rever a práxis cartográfica, a qual, nos termos de Dodge, Kitchin e Perkins (2009),

[...] determina como pensamos sobre, produzimos e usamos os mapas. Os mapas mostram como trabalham, as suas técnicas, estéticas, éticas, ideologias, o que eles nos dizem sobre o mundo, o trabalho que fazem no mundo, e a nossa capacidade como seres humanos para se engajar no mapeamento (DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009, p. 1, tradução livre).

Temos como objetivo geral analisar o processo de mapeamento, de forma a identificar as contribuições do diálogo entre as distintas práticas de mapear que emergem de territorialidades coexistentes entre os Pataxó do Monte Pascoal.

- Para alcançá-lo, propomos os seguintes objetivos específicos:
- ✓ Identificar e descrever as práticas de mapeamento que fizeram parte do processo;
 - ✓ Identificar as noções de território e de territorialidades que permearam a experiência, bem como correlacioná-las às práticas de mapeamento;
 - ✓ Caracterizar as práticas que envolveram o uso de geotecnologias e se inscreveram no diálogo entre as formas de mapear os territórios Pataxó, de forma a identificar suas contribuições no que tange aos reflexos dos processos de territorialização nos ambientes;
 - ✓ Descrever o processo de construção dos mapas temáticos com aporte de geotecnologias, reinscrevendo-os num *continuum* inerente aos mapeamentos, de forma a apontar incongruências, contribuições e possibilidades não que tange a compreensão dos territórios.

De abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa vem contribuir com a construção de estratégias cartográficas irrestritas às representações convencionais, as quais despontam em cenário internacional e nacional na última década⁴. Trilha um caminho para ampliar as possibilidades de engajamentos em mapeamentos junto aos povos indígenas. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico e uma sistematização de literatura sobre perspectivas cartográficas, mapeamentos participativos, etnomapeamentos, território, territorialidade e territorializações, os quais apresentamos nos dois primeiros capítulos teóricos. Revisitar o processo de mapeamento envolveu a análise sistemática das entrevistas, da documentação audiovisual e fotográfica, dos mapas elaborados e do banco de dados geográfico, sobretudo no que tange às imagens de satélite e à sua classificação dos ambientes seguindo as categorias locais⁵.

Tal levantamento delinea a abordagem da pesquisa, que mescla preceitos da cartografia pós-representacional, a qual considera os mapas dentro de um conjunto de cartografias possíveis (WOODWARD; LEWIS, 1989; SEEMANN, 2012; DEL CASSINO; HANNAH, 2005; DODGE, KITCHIN, 2007) à perspectiva territorial integradora que afirma a existência de múltiplos de territórios e territorialidades contemporâneos (HAESBAERT, 2004).

⁴ Cf. Seemann (2001; 2003; 2014), Girardi (2014)

⁵ Ao longo da pesquisa, restringimos o uso das classificações ambientais locais, que estarão expressas em itálico.

A intersecção das perspectivas ocorre por primarem pelo caráter múltiplo, processual e dinâmico dos mapas e territórios, bem como das formas de mapear e das territorialidades. O que acreditamos ser proveitoso para ressignificar o elo histórico entre mapas e territórios, de forma a transpor as limitações de abordagens unicamente representacionais, bem como a concepção de território como limites administrativos expressos por fronteiras impostas.

Cabe ressaltarmos que, na perspectiva cartográfica acionada, partimos da premissa de que os “mapas são sempre mapeamentos”, permeados por uma constelação de práticas, chamados a existir, a fazer trabalho no mundo, são “processos vivos [...] no qual atores se engajam [...]”, transcendendo a representação estática (DEL CASSINO; HANNAH, 2005, KITCHIN; DODGE, 2007). Remetem a práticas, a ações, a envolvimentos diversos e performáticos, movimentos, dentre eles situar, compartilhar e vivenciar saberes, fatos e fenômenos espaciais, incluindo, ao lado de outras estratégias, aquelas que incluem o fazer e o usar mapas.

Nossa opção por tal caminho advém, sobretudo, por relativizar os extremos ao redor dos mapas e mapeamentos, sem nem os colocar como protagonistas de processos decisórios nem negar ou dirimir os esforços advindos da cartografia ocidental – como vem sendo corriqueiramente caracterizado pela crítica. Segundo Porto-Gonçalves (2002), seria repetir com sinal invertido o equívoco que vem sendo cometido com outras culturas e outras formas de representar os conhecimentos e relações espaciais. O que pretendemos é situá-la em um conjunto de cartografias possíveis, dentro do uni(di)verso de práticas de mapeamentos acionadas também para conhecer, criar e manter territórios.

A pesquisa está dividida em cinco capítulos, além do introdutório: os três primeiros dedicamos à fundamentação teórica, o quarto e o quinto à análise da experiência. Primeiramente, no capítulo intitulado “Entre territórios”, trazemos as perspectivas acerca dos conceitos de territórios, territorialidade e territorialização; mencionamos as concepções geográficas cotejadas por contribuições antropológicas, a fim de dar conta de compreender em linhas gerais os desafios inerentes aos territórios indígenas. Apresentamos a abordagem territorial integradora proposta por Rogério Haesbaert (2007; 2004) por considerá-la propícia para correlacionar as múltiplas cartografias a múltiplos territórios e territorialidades contemporâneas.

Neste espaço, iniciamos os primeiros diálogos entre o mapear do alto e, de forma resumida intentando não ser exaustiva, as referências relacionadas a aspectos de territorialização que reverberam nos ambientes (alguns destes passíveis de visualizar nas imagens de satélite). Como simpatizantes dos mapas, acionamos aqueles que nos permitiram os primeiros contatos com a área e a temática, remetendo-nos às imbricadas relações entre mapas e territórios. Resgatamos alguns aspectos que permitem situar o leitor no cenário em que emergem a experiência de etnomapeamento e a elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Pataxó.

Seguimos a dissertação com o capítulo intitulado “Entre cartografias”, no qual iniciamos com um breve histórico da cartografia em busca de outras narrativas que despontam na década de 80. Apresentamos algumas perspectivas que podem ser encontradas nos discursos sobre os mapeamentos participativos, bem como a perspectiva que acionamos na presente pesquisa (que se inscreve no corpo de críticas à cartografia unicamente cartesiana propondo extrapolar os mapas como representações espaciais) e os conceitos-chave para subsidiá-la, tais quais as práticas de mapeamento e as múltiplas cartografias.

Após o capítulo teórico sobre cartografias, temos aquele que trata da interface “Mapas, territórios e povos indígenas”, no qual abordamos os mapeamentos participativos, dentre aqueles que são realizados com povos indígenas, também denominados de etnomapeamentos. Trazemos algumas definições, esclarecendo o uso do prefixo “etno” nestas iniciativas, apresentamos questões do debate contemporâneo e acionamos a perspectiva que considera os mapeamentos como uma constelação de práticas.

No quinto capítulo, “Práticas de mapear entre os Pataxó do Monte Pascoal”, lançamos luz a algumas das práticas de mapeamento no âmbito da experiência em questão entre caminhadas e paragens, entrevistas, conversas informais, “aprendizagem vivencial”, elaboração de mapas, (entre outras formas de conhecer espaços e pessoas) e nos direcionamos a possíveis diálogos entre as práticas nos ambientes acompanhados pelos Pataxó e fora destes sem a presença dos mapeadores locais. No sexto capítulo, “Entre ambientes: práticas de mapeamento em SIG”, focamos nos mapas elaborados com aporte de geotecnologias e nas práticas envolvidas, de forma a visualizar os atributos como componentes

territoriais; buscamos identificar nos atributos aspectos que estão por trás das generalizações e das escalas de mapeamento.

Como documentos básicos que ofertam elementos indicadores para a análise do etnomapeamento, temos: o relatório entregue pela equipe técnica aos contratantes; os mapas elaborados; o plano de gestão territorial; os registros audiovisuais e fotográficos; as anotações realizadas em campo. Pelo envolvimento nas ações que resultaram nos referidos documentos, autocitações são inevitáveis.

O esforço empreendido vai na direção de evidenciarmos um diálogo cartográfico ou “cartoprático” que, mesmo dotado de incongruências e com as limitações em torno dos objetivos iniciais do etnomapeamento, demonstra a coexistência de diversas formas de ver e mapear o mundo. Entendemos tal abordagem como uma das vias de conhecer, mapear e demonstrar a construção concomitante de mapas/territórios, os quais emergem de relações, entre as diversas práticas de mapear oriundas de distintas territorialidades.

A ideia de “encontro” com o mapeamento que guia a presente pesquisa ocorre por considerá-la um, entre todos os possíveis encontros que podem ocorrer concomitante, à medida em que acionamos o mapeamento e os mapas para fins diversos. Corrobora com a ideia de que os mapeamentos se inscrevem num *continuum*, em que dificilmente identificamos o início e o fim, sendo que a cada encontro com os mapas e com o processo há novas possibilidades de entrada e novos mapeamentos ocorrerem (CORNER, 1999, DEL CASSINO; HANNAH, 2005).

Esclarecemos que, ao longo do texto, alternamos os usos de expressões que constam na literatura para se remeter à cartografia vinculada à lógica cartesiana, representada pelo mapa moderno que segue requisitos de escala, projeção e referência espacial, dentre eles: cartografia normativa, cartografia ocidental, cartografia cartesiana, cartografia oficial. Evitamos o uso da expressão cartografia científica ou acadêmica, por entender que desta forma estaríamos desconsiderando as outras possibilidades que vêm despontando no interior deste campo do conhecimento, por meio de estudos teóricos e reflexivos ou de práticas inovadoras, realizadas pelos pesquisadores que extrapolam seus moldes.

Assumimos, aqui, que a cartografia é múltipla (cartografias de precisão, de base, sociais, participativas, contracartografias, temáticas, cartopráticas, performances, cognitivas), assim como as práticas espaciais

para mapear e transmitir os saberes inscritos em distintas lógicas a depender da sociedade, do envolvimento com o ambiente e com as tecnologias disponíveis, escolhidas ou impostas para cartografar.

1.3 Os Pataxó do Monte Pascoal e suas Terras Indígenas

Processos territorializadores oriundos de disputas interétnicas nas proximidades do que atualmente reconhecemos como norte do Espírito Santo, sul da Bahia e norte de Minas Gerais, região atualmente habitada pelos Pataxó, precedem o contato com não indígenas. Estudos arqueológicos apontam para a massiva presença indígena na região, bem como para situações de disputa territorial⁶.

Tais disputas passam a contar com novos atores quando, a caminho das Índias, um “grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos” é avistado de longe pela esquadra de Pedro Alvares Cabral, como foi registrado nos primeiros escritos de Pero Vaz de Caminha ao então rei de Portugal. Próximo à época da Páscoa de 1500, lançou “terra de vista! [...] ao monte alto ao qual deu nome – o Monte Pascoal⁷ e à terra – a Terra da Vera Cruz”⁸. Marcam histórico do local os contatos interétnicos, bem como com os não indígenas, desde os anos iniciais da colonização das regiões onde se localizam suas terras atuais e perduram e se refazem ao longo dos séculos estratégias de resistência e persistência para a manutenção de seus territórios (CARDOSO; MODERCIN; PARRA, 2010).

⁶ TI abarcadas pela pesquisa, entre outros, ver SOTTO-MAIOR, 2013.

⁷ A título de esclarecimento, o Monte Pascoal é um importante referencial espacial no baixo sul baiano. Segundo a classificação geomorfológica, são denominados por montes residuais (*monadnocks*) que se destacam no relevo colinoso da superfície pré-litorânea, com aproximadamente 548 metros de altitude.

⁸ Dar um novo nome a um lugar é um ato de posse política. Há por trás dos topônimos, portanto, as marcas daqueles que ocupam tais terras (HARLEY, 1991). Na costa do descobrimento, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, entre outras referências espaciais que carregam no nome parte da história do local, evidenciando o processo de territorialização portuguesa.

Os primeiros registros históricos da ocupação do grupo com etnônimo Pataxó remetem ao século XVI e foram feitos por Salvador de Sá Correia quem, ao pesquisar a área de ocupação dos Botocudos (denominados também por Gren ou Aimorés), afirma ter encontrado nas imediações do Rio Doce (MG e ES) “[...] juntamente com outras nações tapuias, Patachós, Apuraris e Puris” (EMMERICH; MONSERRAT, 1975, p. 13 apud CARVALHO, 1977).

Relatos pormenorizados foram realizados por Maximiliano Wied-Neuwied em 1816 em sua passagem pela Bahia, mencionando que os Pataxó dominavam a região entre São João de Tibá e São Matheus⁹ (CARVALHO, 1977, TEMPESTA; SOTTO-MAIOR, 2005). Da mesma época, são os relatos de viajantes analisados por Paraíso (1998) que os subsidiam, afirmando que os Pataxó integravam uma pan-tribo¹⁰ que viveu entre os Rios Jequitinhonha e Doce.

Os Pataxó contemporâneos descendem dos Pataxó meridionais¹¹ que, no século XIX, habitavam o sul baiano. Pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, família linguística Maxakali, sendo que atualmente a primeira língua falada é a portuguesa, utilizando simultaneamente o *Patxorã*, que significa “língua do índio guerreiro”. Expressão de constante reelaboração dos povos indígenas, o *Patxorã* é fruto do regate da própria língua, que combina a língua Maxakali com algumas palavras que os Pataxó mais velhos lembram, com influência do tupi e do português regional (SOTTO-MAIOR, 2008).

A proximidade cultural e linguística com os Maxakali, segundo Tempesta e Sotto-Maior (2005), pelo histórico de intercâmbios e relações entre os grupos. Estes, após sucessivos eventos de desterritorialização e reterritorialização, estão distribuídos em doze TI – as quais se encontram em distintas etapas dos processos de regularização fundiária¹². Oito destas

⁹ Os referidos rios têm foz localizada respectivamente nos municípios de Santa Cruz de Cabrália – sul da Bahia e Conceição da Barra – norte do Espírito Santo.

¹⁰ Esta pan-tribo seria uma unidade sociológica composta entre os Pataxó, Monoxó, Kutatoi, Maxakali, Meconi, Kopoxó e Panhame, provavelmente grupos aliados com línguas e costumes semelhantes.

¹¹ Distinguindo-se dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, que ocupavam a região entre os Rios de Contas e Pardo, mais ao norte.

¹² A regularização de TI ocorre por meio de um processo administrativo em seis fases na seguinte ordem: identificação e delimitação, declaração, demarcação física, homologação, registro e extrusão. Processo lento e com inúmeros

estão localizadas no sul da Bahia (nos municípios de Prado, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Itabela), são elas: Barra Velha, Barra Velha do Monte Pascoal, Águas Belas, Comexatibá, Aldeia Velha, Coroa Vermelha, Imbiriba, Mata Medonha. Quatro estão localizadas em Minas Gerais (nos municípios de Carmésia Itapeçerica, Araçuaí e Açucena), denominadas como: Fazenda Guarani, Muã Mimatxí, Jundiba/Cinta Vermelha e Jeru Tukumã¹³. Segundo dados censitários do IBGE (2010), 13.588 indígenas se autorreconhecem como Pataxó.

O processo de mapeamento entre os Pataxó do Monte Pascoal ocorreu entre 2007 e 2011 nas TI: Barra Velha, Águas Belas e Barra Velha de Monte Pascoal, cuja situação fundiária, número de habitantes, área e aldeias listamos no Quadro 1. Localizadas entre os Rios Caraíva e Corumbau, respectivamente ao norte e ao sul, a leste está o Oceano Atlântico e a oeste o Monte Pascoal¹⁴ e a BR-101, entre 16° 44' 42" e 16° 56' 53" de latitude sul e 39° 31' 30" e 39° 06' 54" de longitude oeste (em Sirgas 2000). A maior parte dessas terras está localizada nos municípios de Porto Seguro, Prado, tendo pequena porção em Itabela, todos situados no litoral sul da Bahia, inscritos no Bioma Mata Atlântica¹⁵.

percalços, sobretudo obstáculos encontrados no próprio Decreto nº 1.775 (BRASIL, 1996), que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de TI como, por exemplo, o direito ao contraditório exercido por meio das contestações.

¹³ Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/>>. Acesso em: 03/03/2015.

¹⁴ Segundo a classificação geomorfológica, são denominados por montes residuais (monadnocks), que se destacam no relevo colinoso da superfície pré-litorânea, com aproximadamente 548 metros de altitude (CBPM, 2011).

¹⁵ Apesar da fragmentação que o assola como um todo, assume importância ecológica singular, o que dotou a área do título de patrimônio natural mundial denominado por Reserva de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento desde 1999, por abrigar dos “remanescentes mais preservados de Mata Atlântica do nordeste do Brasil”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/37>>. Acesso em: janeiro de 2015.

Quadro 1. Situação fundiária, população, área e aldeias existentes nas Terras Indígenas abarcadas.

TERRA INDÍGENA	POPULAÇÃO ¹⁶ (2010)	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	ÁREA OFICIAL (ha)	ALDEIAS (2007)
Barra Velha	2.992	Homologada em 1991	8.627	Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata
Águas Belas	228	Homologada em 1999	1.189	Águas Belas
Barra Velha do Monte Pascoal	4.649	Delimitada em 2008 ¹⁷	52.748	Craveiro, Corumbauzinho, Aldeia Nova, Trevo do Parque, Pé do Monte, Guaxuma

Fonte: elaboração da autora, com base nas informações do Instituto Socioambiental (ISA), das portarias declaratórias publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e dados de campo.

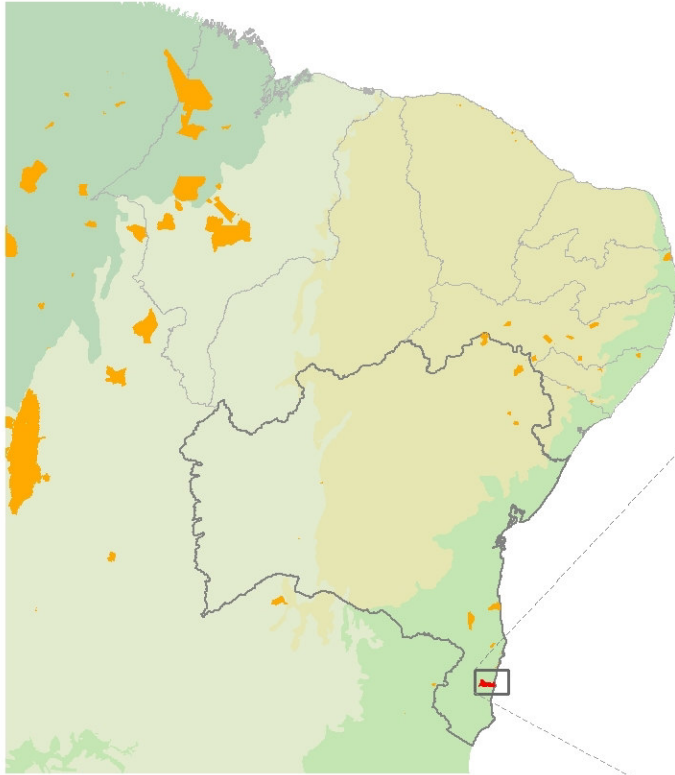
A área em que estão localizadas as TIs compõe um cenário de intensos conflitos envolvendo um mosaico fundiário composto por Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs), assentamentos da reforma agrária e “propriedades” privadas, com diversos atores e interesses superpostos em situações de impactos socioambientais irreversíveis. Dentre estes, destacamos: fragmentação florestal; substituição da vegetação por pastagens, eucaliptais e outras monoculturas; contaminação química das águas, assoreamento e barramento dos rios, entre outros. Alguns são claramente visíveis nas imagens de satélite e fotografias aéreas da região, outros somente perceptíveis *in loco*. Na área do mapeamento, há importantes remanescentes, resistentes e resilientes de fragmentos da Mata Atlântica, em que encontramos complexos de serras as *matas*¹⁸ do Monte Pascoal, entremeados *mussunungas*, *mangues*, *brejos* e *praias*, entre outros ambientes.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Tal área se refere à revisão de limites do complexo de terras e, portanto, à área total englobando as TIs Barra Velha, Águas Belas e Barra Velha do Monte Pascoal.

¹⁸ Categorias ambientais locais estarão ao longo do texto, expressas em itálico.

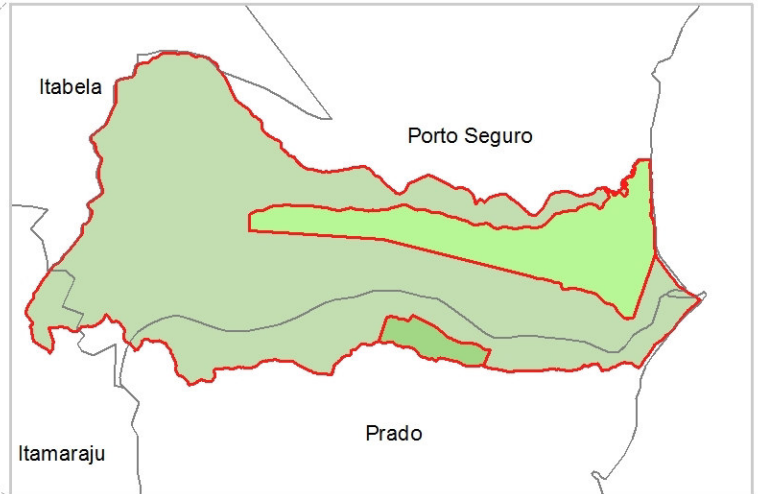
Terras Indígenas nos Biomas



- TERRA INDÍGENA
- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA

LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Terras Indígenas nos municípios - BA



- Barra Velha
- Barra Velha do Monte Pascoal
- Águas Belas

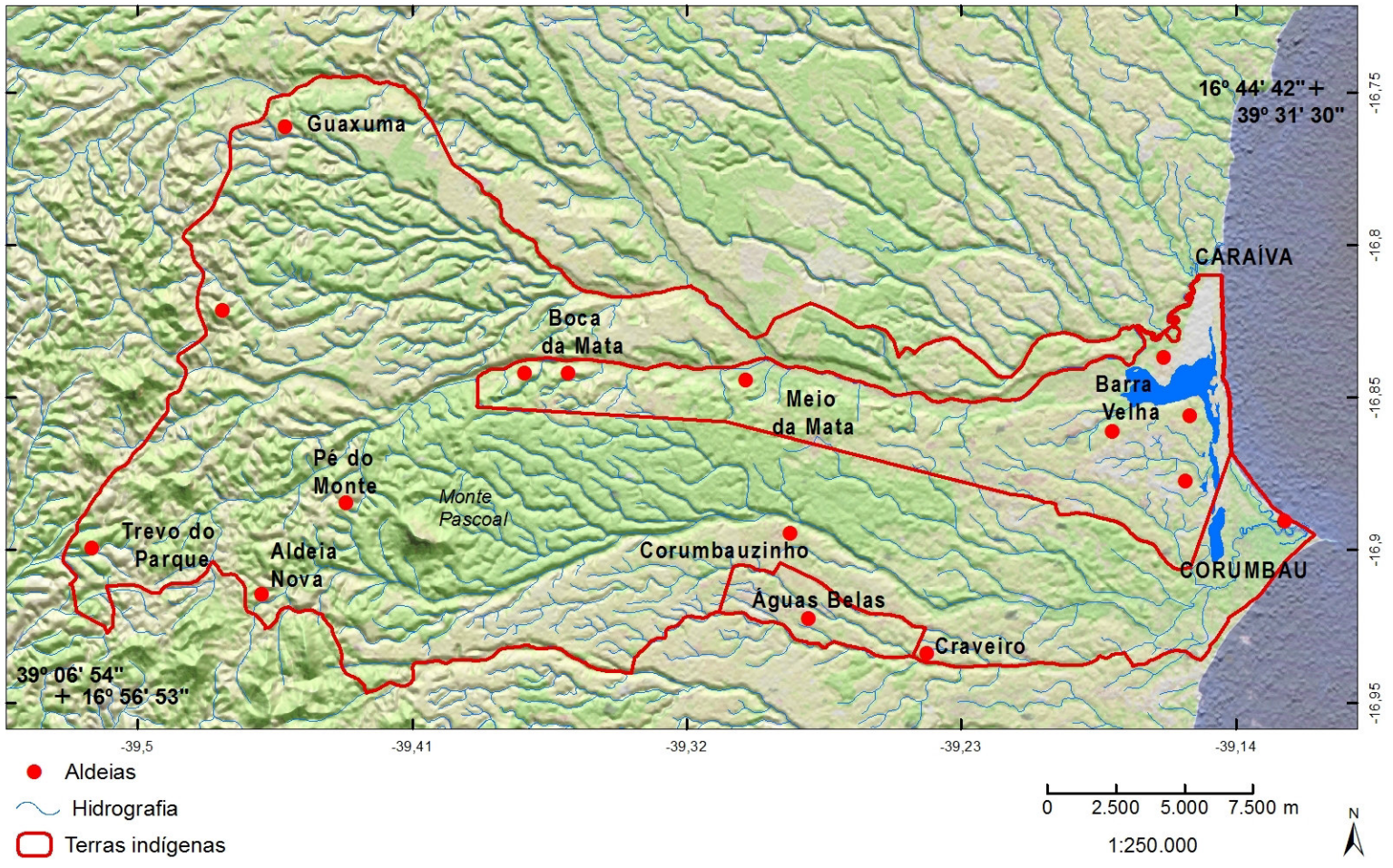


Figura 1. Mapa de localização das TIs envolvidas no etnomapeamento Pataxó.

1.4 De onde emerge o mapeamento

A iniciativa de realizar um etnomapeamento entre os Pataxó desponha em um cenário de intenso conflito socioambiental e da coexistência de múltiplas territorialidades, em mosaico fundiário conformado por UCs da natureza, “propriedades privadas”, assentamentos rurais e TIs. Ocorreu no âmbito do processo de gestão compartilhada do PNMP (2001), por meio do estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica - ACT (2002)¹⁹, firmado entre Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Justiça (MJ), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai). Tal acordo teve o intuito de estabelecer um plano de trabalho conjunto para lidar com os desafios institucionais e legais voltados para a sobreposição de áreas protegidas, degradação ambiental e gestão territorial; esta última dando, no momento do etnomapeamento, seus primeiros passos em termos de política pública.

Esforços do Grupo de Trabalho Interministerial estiveram voltados para a produção de alimento, sustentabilidade e geração de renda. Ao final do acordo, com os últimos recursos financeiros oriundos do Projeto FAO²⁰, foi contratado um estudo para a realização de “Etnomapeamento e zoneamento agroextrativista do complexo aldeias - Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP)”.

Inicialmente, o etnomapeamento esteve movido por certo fracasso do decurso do Projeto FAO em terras Pataxó, ocasionado, sobretudo, por desconsiderar os saberes e as práticas locais em torno da manutenção de ambientes promovendo ações concebidas por terceiros com incipiente

¹⁹ O Grupo de Trabalho para a execução do projeto foi formado em 2002 e teve suas atividades finalizadas em 2005. Por sua vez, o ACT se estendeu até 2007, tendo como última ação o etnomapeamento.

²⁰ Por receber recursos da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agricultura e Alimentação (FAO), ficou conhecido como Projeto FAO. Tal projeto tinha como foco a gestão participativa realizada com as comunidades indígenas, para implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAF), viabilizando a produção rápida de alimentos, a recuperação da vegetação original, a valorização do artesanato utilizando produtos florestais renováveis, o turismo ecológico e cultural, a vigilância e o combate a incêndios e a divulgação dos resultados.

participação do grupo. Emerge inscrito no discurso de subsídio à garantia da segurança alimentar, às alternativas de renda, à identificação de fontes sustentáveis de matéria-prima para artesanato, à recuperação e preservação dos ambientes. Teve o tom de diagnóstico ambiental, com enfoque no manejo ambiental e no sistema agrícola local que levasse em conta a ótica dos Pataxó, o que orientou o método empreendido no mapeamento. Tal iniciativa nasce em 2007, sob o paradoxo de mitigar os erros do passado no que tange à desconsideração de saberes e territorialidades e começa falhando pelo fato de ser mais uma das sucessivas ações concebidas e planejadas sem a contribuição do grupo envolvido.

Em meados de 2008, foram entregues o relatório técnico e os mapas elaborados pelos Pataxó acenando para a continuidade do processo, tendo em vista as diversas situações que inviabilizaram contemplar todas as aldeias. Contudo, findam os recursos financeiros, o projeto e a relação entre os técnicos e o contratante.

Num cenário em que a construção de política pública específica sobre gestão territorial e ambiental em TI estava em pleno avanço, a Funai – por meio das Coordenações Gerais de Monitoramento Territorial (CGMT), de Etnodesenvolvimento (CGEtno) e de Gestão Ambiental (CGGam) – propõe retomar o etnomapeamento. As atividades foram retomadas no início de 2010, por meio da validação e difusão das informações em sete aldeias²¹ e continuidade nas três aldeias não contempladas anteriormente.

Seguem, não sem esforços²², ações voltadas para a promoção da difusão e certa apropriação do etnomapeamento e da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) – naquele momento, em plena construção. Tais ações ocorreram por meio de oficina de difusão do etnomapeamento e elaboração de projetos realizada na Coordenação Técnica Local (CTL) de Itamaraju. Neste contexto,

²¹ Craveiro, Águas Belas, Barra Velha, Pé do Monte, Meio da Mata, Boca da Mata, Trevo do Parque foram contempladas na primeira etapa, e Corumbauzinho, Guaxuma e Aldeia Nova na segunda etapa. Estas eram as 10 aldeias que existiam no momento do etnomapeamento, além das cinco estâncias (Bujigão, Pará, Campo do Boi, Cassiana e Caraíva). Atualmente há mais uma aldeia fruto de retomada territorial posterior ao etnomapeamento: Jitai.

²² Cf. Pinheiro; Mendes (2013).

desponta a ideia da elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), tendo como impulso aspectos enumerados por meio do etnomapeamento, bem como temas do debate ocorrido durante os quatro dias de trabalho com as lideranças Pataxó.

Por meio de convênio entre Funai e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 2011 foi contratada a consultoria responsável para mediar a elaboração do plano de gestão com os Pataxó, com a participação da equipe do etnomapeamento entre consultores e servidores da Funai como mediadores e colaboradores²³ do processo. Este culminou com a publicação do “Aragwaksã – Plano de gestão territorial do povo Pataxó de Águas Belas e Barra Velha”. O termo em Patxorã significa a conquista da terra, o que dá o tom dos objetivos principais do PGTA.

1.4.1 Princípios que regeram o etnomapeamento

Em ações anteriores ao mapeamento, “a perspectiva indígena foi posta na invisibilidade [...] seus saberes e visões de mundo negados e tidos como inferiores” (CARDOSO; PARRA, 2008, p. 1). A fim de dirimir os equívocos outrora ocasionados e persistentes ainda em diversas relações entre os atores que, de certa forma, intervêm em territórios Pataxó, no etnomapeamento primamos pelo estabelecimento de espaços de diálogo de saberes. Este ocorre, segundo Cardoso e Semeghini (2009), quando se considera que os representantes dos povos indígenas são portadores de conhecimentos diferenciados dos científicos, porém tratados como simétricos em termos de aprofundamento – conceito também reconhecido por diálogo entre as diferentes matrizes de conhecimento (PORTO-GONÇALVEZ, 2002) ou diálogo intercientífico (LITTLE, 2002).

Tal premissa objetivou

[...] realizar um diálogo frutífero com cada pessoa e cada grupo de trabalho formado. Evitamos assim cair numa relação de sujeito-objeto de pesquisa que não permite estabelecer laços de confiança, de

²³ Em tal processo, tivemos a oportunidade de integrar a equipe técnica como colaboradora da Funai, responsável pela elaboração e revisão dos mapas e do banco de dados geográficos.

amizade e aprofundar conhecimentos (CARDOSO; PARRA, 2008, p. 5).

Inspiramo-nos em metodologias participativas já consagradas nos Diagnósticos Rurais Participativos – DRP (GEILFUS, 2009), no método de levantamento etnoecológico rápido e nos trabalhos levantamentos etnoecológicos (FUNAI, 2004) que ocorreram no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), conjugando-as com geotecnologias. Entre as situações inesperadas encontramos instituições desarticuladas e sem recursos para cumprir alguns dos requisitos básicos para o mapeamento como, por exemplo, garantir o deslocamento da equipe técnica no trajeto cidade - aldeias durante os trabalhos em campo, o que desde o início exigiu pensarmos em estratégias.

Tais procedimentos objetivavam inicialmente que cumpríssemos com compromissos contratuais, que demandavam entregar resultados concretos, os quais muito se aproximam da perspectiva instrumental aqui criticada: previmos estratégias de levantamento de informações, de coleta de dados para produzir mapas e relatório técnico. A intenção inicial do etnomapeamento muito se aproximou, portanto, do fazer um diagnóstico de uma situação como os manuais voltados para gestão territorial sugerem: inscritos em uma etapa do ciclo de gestão (LITTLE, 2006; FUNAI, 2013).

Embora restritos a temas e objetivos específicos como mencionamos, inseriu-se inicialmente em um projeto direcionado a questões voltadas para segurança alimentar e sustentabilidade que paradoxalmente se valiam de modelos agrícolas degradantes. Tais direcionamentos acabam por limitar este encontro, embora a transversalidade das questões territoriais e ambientais permitam revisão e estabelecimento de outras conexões e análises, fazendo das limitações relacionadas à metodologia utilizada e dos objetivos delineados portas para outras entradas.

Ou seja, apesar de propormos um diálogo, o etnomapeamento chega a campo com obrigações, posturas e discursos que assumimos no início. Ao mesmo tempo, promoveu uma série de engajamentos imprevistos que nos permitiu, para além dos resultados, vivenciar processos e refletir sobre as concepções de mapear – o que nos levou a propor novos envolvimento como o que se dá no âmbito da presente pesquisa, assim como fez Cardoso (2016) em sua pesquisa de

doutoramento intitulada “Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó do Monte Pascoal”.

Das incongruências entre os discursos de outrora e de agora, destacamos o fato de anteriormente mantermos o etnomapeamento restrito a uma técnica ou ferramenta centrada no fazer mapas, anteriormente objetivando “visualizar, mensurar e localizar os elementos dispostos no recorte espacial” (CARDOSO; PARRA, 2008, p. 12). Contudo, consideramos que o etnomapeamento não se resume à elaboração de mapas, tampouco é uma ferramenta: trata-se aqui de um processo a ser revisitado e ressignificado por meio de engajamentos nas diversas práticas que o conformam.

2 ENTRE TERRITÓRIOS

Na Geografia, o território faz parte dos denominados conceitos-chave: ora se apresenta disputando espaço, ora compõe o leque de conceitos espaciais junto à paisagem, ao espaço geográfico, ao lugar e à região. Apesar das contribuições teóricas do campo disciplinar no que tange à família que mencionamos, a produção teórica e acadêmica²⁴ acerca de territórios indígenas é ainda embrionária frente à tradicionalidade da antropologia na temática, sendo inevitável e desejável estabelecer um diálogo, mesmo que tímido, em um primeiro momento.

Como categoria de análise, concebidos de forma variada a depender do campo disciplinar em que são acionados (Geografia, Antropologia, Sociologia, Biologia, Ciência Política, entre outros), em cada um deles há dimensões e lógicas priorizadas ou combinadas para atender ao recorte da pesquisa e à predileção dos pesquisadores. Além dessas variações, devemos considerar as distintas abordagens no interior da própria Geografia. Tal situação nos leva à necessidade de esclarecer qual é a concepção de território ou ainda qual a abordagem territorial que aqui acionamos.

Este conjunto de concepções e significados amplia-se se considerarmos a sociodiversidade que compõe a categoria dos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido, cabe ainda mencionar que, embora tenhamos nos distintos campos disciplinares diferentes definições e significados para estes conceitos, para os povos indígenas, podem ou não assumir centralidade (GALLOIS, 2004; HAESBAERT, 2004). Em alguns casos, o termo inexistente, em outros se assemelha à definição estatal, tendo em vista as reivindicações (SEEGERS; CASTRO, 1979).

Há atualmente cerca de 247 povos²⁵ entre os contatados, os de recente contato e os isolados. Cada qual possui formas específicas de incorporar as referências espaciais (HAESBAERT, 2004; GALLOIS, 2004), suas cosmologias e cosmografia (LITTLE, 2002). Envolve cautela, como menciona Haesbaert (2004), a transposição de conceitos moldados dentro da nossa realidade para contextos distintos como os dos

²⁴ Algumas pesquisas envolvendo povos indígenas realizadas por geógrafos brasileiros incluem Gomide (2008) com o povo Xavante; Souza (2008) e Vargas (2008) com o povo Kadiwéu; Pinheiro (2016) com os Pataxó.

²⁵ Disponível em: <<https://ti.socioambiental.org/>> Acesso em: agosto de 2016.

povos indígenas. Ao mesmo tempo, envolve acionar os recursos que temos em nossa bagagem científica ocidental, bem como em nossas experiências territoriais, para adentrar em um diálogo intercultural e se for preciso jogar tudo fora e reorganizá-la. Parece-nos um passo interessante reconhecer a multiplicidade como inerente aos territórios, à territorialidade e às escalas de articulação. Esta multiplicidade encontra-se não só quando nos referimos aos diversos grupos incluídos na categoria povos indígenas, mas também como no interior de um mesmo grupo.

Interessa-nos aqui traçar um caminho que permita contribuir com a ressignificação das relações entre mapas e territórios, entre práticas de mapeamento e territorialidades para subsidiar o encontro com as noções evidenciadas na experiência de mapeamento realizada com os Pataxó. Delinear tal caminho, neste caso, ocorre por concordarmos com as limitações da concepção vigente de mapas como representação da realidade, a qual, na maioria das vezes, restringe os territórios à dimensão jurídico-política expressa por fronteiras. Ao mesmo tempo, acreditamos ser improdutivo reconhecer tais “limites” (seja no que tange concepção dos mapas ou ainda a dos territórios) sem ponderar potencialidades e avançar em busca de outras possibilidades.

2.1 Conceções territoriais

Para tratar da multiplicidade, é necessário primeiramente conceituar o que entendemos por território, territorialidade e territorialização: territórios são, antes de tudo, definidos com referência às relações sociais (entre humanos, não humanos e ambientes) e ao período histórico em que se inscrevem, sendo imprescindível uma contextualização espaço-temporal ao acioná-los (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2002). Esse conceito corrobora com a ideia transmitida por Dias (2005, p. 13), ao mencionar que “olhares humanos não descobrem os conceitos, mas os recriam”. Não é nosso intuito sermos exaustivos e, se tratando do desenvolvimento teórico-conceitual acerca do termo território, por sinal, bem documentado na literatura específica²⁶, mas cabe

²⁶ Cf. Haesbaert (2004); Souza (2013); Saquet (2011).

mencionarmos que esforços teóricos pioneiros na Geografia nos levam ao final do século XIX na obra de Friedrich Ratzel, o qual associa o território ao poder e aos limites do Estado Nação inspirando-se nos “espaços vitais” da biogeografia.

A partir da década de 50, as abordagens que entre geógrafos privilegiavam os limites do Estado-Nação, o controle de áreas e a materialidade dos territórios começam a incorporar outras variáveis. Jean Gottman, em *The significance of territory* (1952), – apesar de manter a primazia pela dimensão político-jurídica como característica fundamental – passa a contemplar a sua dimensão simbólica e transpõe barreiras da fixidez e das fronteiras.

Segundo Haesbaert (2004), o autor foi o primeiro autor a propor que territórios podem ser construídos no e pelo movimento. Tal feito ocorreu ao se valer das expressões “sistemas de movimento” ou “circulação” e “sistemas de resistência ao movimento” ou “iconografias”, sendo as primeiras ligadas a “tudo o que chamamos de circulação no espaço”, enquanto as últimas seriam mais abstratas do que materiais (GOTTMANN, 1973).

Grandes esforços teóricos em torno das concepções de território passam a ser empreendidos desde então, com destaque para as contribuições da Guilles Deleuze e Felix Guatarri, entre os anos 1970 e 80. Entre as contribuições dos filósofos, encontra-se a ideia de conceber territórios como um ato em constante estados de “tornar-se”, territórios como processo, decorrentes de ações de territorialização em múltiplas escalas iniciando pelo próprio corpo (HAESBAERT, 2002; 2004). Tal concepção de território encontra-se no cerne da ideia de mapas e mapeamentos apresentada nos capítulos seguintes.

Entre os autores que se dedicam à temática é consenso que se trata de um conceito polissêmico, ou seja, associado a diversos significados, sendo que na maioria das abordagens trata-se de questões territoriais remetendo a relações de poder em distintos graus. Souza (1995, p. 78) é categórico ao expressar que território é “um espaço definido e delimitado por relações de poder”²⁷ e complementa que a questão incide sobre “quem

²⁷ Hannah Arendt (1985, p. 29-30 apud SOUZA, 2013) para tratar do poder “legítimo” e da perda de poder, do qual decorre a violência, cita que “o domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias e ser perdido [...] o poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, outro está ausente”. A ideia de violência de Arendt nos leva a estabelecer conexões com

domina quem e de que forma”. Para o autor, apesar de operar sobre um substrato material, os territórios são intangíveis e impalpáveis, inscritos num ‘campo de força’ que só existe enquanto durarem as relações sociais pelas quais são projeções espacializadas.

Inspirado nos conceitos de apropriação e dominação abordados por Henri Lefebvre (1986), Haesbaert (2004, p. 95) aponta que o território é

[...] imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, que se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica, sendo esta carregada das marcas do ‘vivido’. Como se tratassem de dois extremos – a dominação e a apropriação, o funcional e o simbólico – ocorrem de forma combinada, embora não raro um se sobreponha ao outro.

Ao identificar as noções de território, Haesbaert (2004) distinguiu quatro principais vertentes que podemos acionar de forma isolada ou combinada, de acordo com o campo disciplinar, os princípios teóricos do pesquisador ou ainda com a capacidade de responder às perguntas específicas: a jurídico-política, a cultural, a econômica e a natural. Em distintas publicações, o autor recorre à postura que integra as distintas dimensões reconhecendo a multidimensionalidade como foco principal, a qual inspira a presente pesquisa.

A vertente jurídico-política é a mais acionada inclusive no âmbito da Geografia; remete às fronteiras e limites políticos administrativos, sobretudo aos limites do Estado-Nação, embora a este não se restrinja. As categorias TI e UC, “territórios quilombolas”, limites municipais, estaduais, entre outras são representações expressivas de territórios concebidos por meios desta abordagem – na maioria das vezes uma área delimitada por fronteiras, fixas e rígidas, de caráter unifuncional, não admitindo sobreposições, embora ocorram.

Abordagens pela vertente natural do território podem ser relacionadas ao comportamento da sociedade com relação ao ambiente

as diversas situações que incidem sobre os povos indígenas e seus territórios por meio de formas de violência capitaneadas pelo Estado, pelos ocupantes de suas terras ou pelo judiciário quando autoriza uma reintegração de posse, por exemplo.

físico, sendo esta pouco veiculada às ciências humanas, sobretudo devido à possibilidade de vinculação à territorialidade animal e inata (HAESBAERT, 2004). A tendência em aproximar a territorialidade humana e a animal é geralmente tida como arriscada na medida em que são naturalizadas as ações de dominação de uns pelos outros como algo inerente ao instinto humano. Por outro lado, por temer os riscos, há situações em que acabam por excluir completamente as relações sociedade-natureza, além de promover abordagens parciais e incompletas de território não condizentes ao escopo geográfico – tendo em vista as relações das quais se propõem a compreender.

A vertente econômica é encontrada em abordagens nas quais o território é tido como fonte de recursos, na maioria das vezes naturais. Tal vertente pode ser observada em Santos (1999), para quem somente “o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado [...] é o uso do território que faz dele um objeto de análise social” e, para tanto, traça distinções funcionais entre a categoria “território usado” e “território em si”, respectivamente como recurso e como abrigo.

Completa o conjunto de dimensão territorial a vertente denominada por simbólico-cultural, enfatizada por contemplar elementos característicos das relações territoriais estabelecidas por povos indígenas e tradicionais com os espaços habitados. Nesta perspectiva, o território é visto como produto da apropriação e significação de determinados grupos com relação ao espaço-vivido (HAESBAERT, 2004), definidos pelos vínculos com os lugares cotidianos, por afetos, por cosmologias, por sentimento de pertencimento e por relações históricas como elementos característicos de identidades territoriais.

Em estudo realizado por Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) no arquipélago de Vanuatu, tal dimensão é explicitada nas suas palavras como

[...] pertencemos a um território, não possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território a presença dos mortos marca-os mais do que nunca com os símbolos do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência

trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14).

A ênfase dos autores nos leva às imbricadas relações envolvidas entre território e pessoas, de forma que as ações que subjazem a cada parte ocasionam modificações em ambos; na visão dos autores, para determinados grupos “perder seus territórios é desaparecer”. Em *Viagem em torno do território*, Joel Bonnemaïson (2002, p. 99), por meio de abordagem cultural, traz que este é “ao mesmo tempo espaço social e espaço cultural associado tanto a função social como simbólica”.

Inspirado em sua experiência na Oceania, o autor aponta que o território em grupos tradicionais não é obrigatoriamente fechado e nem sempre é “um tecido espacial unido”. Ao mesmo tempo, o território “antes de ser uma fronteira, é sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados por uma rede de itinerários [...]”. Lugares apropriados que podem ser geograficamente dispersos incluindo “pontos dignos de nota” como morros, rochedos, rios, árvores etc., sendo que “no interior deste espaço território os grupos e etnias vivem certa relação entre o enraizamento e as viagens [...]” (BONNEIMASON, 2002, p. 99).

Esta condição de não ser/estar sempre unido e fechado, associado à certa fluidez e flexibilidade, bem como a ideia de movimentos e itinerários, é mencionada para tratar da diversidade de “formas” e lógicas territoriais encontradas nas análises de diversos autores que se dedicam aos povos indígenas no Brasil e na América Latina, os quais se valem de referenciais espaciais variados para além das fronteiras (SEEGERS; CASTRO, 1979; GALLOIS, 2004; HIERRO, 2004; LITTLE, 2002).

Agregada a importância das possíveis vertentes acionadas nas concepções de território, Haesbaert (2004) aponta que estes podem ainda ser abordados segundo um conjunto de perspectivas teóricas por meio de um levantamento detalhado, já que o autor há anos se dedica sobre o tema agrupou tais perspectivas as quais

- a) O binômio materialismo- idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. A visão que denominamos mais parcial do território, ao enfatizar uma de suas dimensões [...]; ii. A perspectiva “integradora” de território na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do

espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. Sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço-geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) período (s), grupo (s) social (is) e/ou espaço (s) geográfico (s) (HAESBAERT, 2004, p. 41).

De acordo com Porto-Gonçalves (2002), não estamos habituados a trabalhar com as complexas interações entre estas perspectivas; acabamos por optar entre uma ou outra, sem mensurar os prejuízos. Apesar disso, há na contemporaneidade certa tendência em superar os binômios materialismo-idealismo e funcional-simbólico como demonstra Haesbaert (2004) ao conceber o território numa perspectiva integradora por meio das relações entre as dimensões/vertentes, escalas e lógicas. Tal concepção se dá por meio da combinação das distintas vertentes.

Uma leitura mais integradora nos leva ao território respondendo pelo conjunto de experiências ou ainda pelas relações de domínio e apropriação (no, com e por meio do espaço): os elementos-chave por elas responsáveis variam ao longo do tempo. Território este definido

[...] a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias" [na acepção de Jean Gottman], ou o que melhor nos aprouver. [...] O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do

poder mais material das relações econômico políticas (HAESBAERT, 2009, p. 79).

Nas palavras do autor, hoje

[...] a experiência integrada [...] é possível somente se estivermos articulados (em rede) através das múltiplas escalas, que muitas vezes se estendem do local ao global não há território sem uma estrutura em rede que conecte diferentes pontos ou áreas (HAESBAERT, 2009, p. 79).

A perspectiva nos leva a aspectos que envolvem, além da combinação de vertentes articulação de lógicas territoriais, articulação de escalas, considerando ainda que um território não existe, mas se torna e, para tal, processos territorializadores ocorrem. Além disso, não há território sem territorialidade (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1992; HAESBAERT, 2002). Desta perspectiva que saem as possibilidades de contemplarmos os múltiplos territórios e a multiterritorialidade contemporânea.

2.2 O criar, o recriar e o manter territórios

Os territórios não existem simplesmente, mas sim emergem de processos territorializadores que decorrem da imbricada combinação entre experiências espaciais, significados e função. Estas resvalam na ideia de apropriação e dominação de espaços e tempos distintos. Raffestin (1993) traz que “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator”, é o espaço territorializado inscrito em um “campo de forças”. Nestes termos, a territorialização ocorre quando determinado grupo ou indivíduo se apropria ou domina determinado espaço.

Há territorializações associadas à criação de territórios sob a lógica do estabelecimento de zonas tidas como mais tradicionais, configuradas por áreas ou zonas, tidas como homogêneas, relacionadas à concepção de

controle por meio de fronteiras, assim como há outras formas de estabelecer territórios.

Ao mesmo tempo em que há territórios criados no e pelo movimento, como demonstrado por Bonnemaïson (2002), os quais longe de ser uma novidade vêm se expressando em distintas sociedades, seja por meio de rotas de comércio, de peregrinações, de mobilidades cotidianas, de modos de vida muitas vezes relacionados a povos nômades. Nos termos do autor (2002, p. 99), a “territorialização [...] engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade, articulados por meio de redes”.

A ideia de territorializações em rede assume múltiplos significados na contemporaneidade, sendo corriqueiramente relacionada à desterritorialização ou à perda de territórios. Há também uma visão dicotômica que concebe as redes e os territórios como unidades distintas e outra que combina territórios e suas formas de territorialização abordados por meio da expressão território-rede, demonstrando que estes não são passíveis de serem identificados separadamente (HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2012).

A rede é, nesse caso, “componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal móvel do território” (HAESBAERT, 2004). Estas, para além da visão das métricas que se desenham por meio das conexões entre pontos por linhas, trazem ao território o caráter de movimento e fluidez o qual, longe de se opor às superfícies, ocorrem na atualidade de forma combinada às superfícies, também denominadas na mesma lógica dos territórios-rede por territórios-zona.

Esta articulação de lógicas territoriais, assim como aquelas entre as distintas escalas e tempos, como bem demonstra Souza (2012, p. 104), pode e deve ser acionada para tratar dos conceitos em questão. E aponta que os territórios podem ser classificados de diferentes maneiras como, por exemplo, quanto ao tempo de duração ou à contiguidade espacial. Menciona as escalas do cotidiano as quais denomina por nanoterritórios, que decorrem de escalas tradicionalmente negligenciadas pelas pesquisas geográficas. Esta, com sua predileção pela “visão de sobrevoo”, nos leva a “realidades espaço-temporais bem distintas da aparente fixidez das fronteiras estatais”. Traz ainda exemplos de territórios com duração efêmera – por exemplo, a ocupação de uma rodovia como forma de protesto originado de “prática espacial insurgente” – e territórios cíclicos,

criados, por exemplo, pelos distintos grupos que usam uma área durante o dia e durante a noite, possuindo territorialidades bastante flexíveis.

As territorializações ocorrem, portanto, com finalidades bem distintas, devendo ser percebidas pelos sujeitos que as empreendem. Haesbaert (2004) identificou quatro grandes fins nos processos de territorialização, dentre eles: a necessidade de abrigo ou a fonte de recursos; a identificação e a construção de referenciais espaciais; o controle e a disciplinarização do espaço; a construção e o controle de conexões e redes. Há territorializações mais fechadas e quase uniterritoriais, territorializações mais “tradicionais” pautadas na lógica da exclusividade que não admitem sobreposição, territorializações mais flexíveis que podem admitir sobreposição ou combinação de territórios e territorializações efetivamente múltiplas. Tais ações são empreendidas por diferentes atores com finalidades específicas, de forma que cada qual é acompanhada de estratégias de manutenção dos territórios que criam.

Não há território desprovido de territorialidade (HAESBAERT, 2004): trata-se das condições para a sua existência, sendo que a dinâmica entre a criação, a destruição e a reconstrução de territórios pode ocorrer por meio do encontro, choque ou combinação de distintas territorialidades as quais desencadeiam complexos e múltiplos processos de territorialização.

Na perspectiva de Robert Sack (1986, p. 6), a territorialidade é a qualidade necessária aos territórios, sendo definida como a “tentativa por um indivíduo ou um grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Esta área é chamada de território”. O conceito de territorialidade, na obra de Sack (1986), está fortemente relacionado à dimensão política do território, sem se restringir ao poder estatal e nem desconsiderar as intersecções entre aspectos culturais e econômicos da sociedade.

Trata-se de uma estratégia ou relação multiescalar e ocorre em contextos diversos; manifesta-se desde as atividades cotidianas e relações pessoais a complexas relações que envolvem distintos grupos sociais. Sack (1986) exemplifica a multiescalaridade por meio de três casos em que a territorialidade é manifestada: entre grupos sociais (no caso, exemplificado os Chippewa e seus vizinhos), as modificações decorrentes do contato com os não aborígenes; em uma “escala familiar”, coloca um exemplo que ocorre em uma casa, onde há restrição de acesso a

determinados espaços decorrentes do controle dos pais sobre os filhos; e no último ocorre num ambiente de trabalho.

Sack (1986) reconhece: por meio das dimensões econômicas relacionadas aos distintos modos de uso da terra, bem como cultural oriunda da significação dos espaços pelos indivíduos ou grupos, a territorialidade está intimamente relacionada às formas como as pessoas organizam os espaços e o dotam de significados particulares. É um meio para criar e manter não somente a ordem, mas parte do “contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p. 219).

Privilegiando a concepção política do território, pautado em relações de poder (embora estas também transcendam o poder estatal), Raffestin (1992) traz uma qualidade da territorialidade muito interessante para tratar das alterações advindas do choque anteriormente mencionado. Esta é definida por um conjunto de relações que ocorrem entre as dimensões do sistema sociedade-tempo-espaço, sendo impossível compreendê-las sem considerar o que constroem, os lugares em que se desenvolvem e os ritmos que implicam.

Considera que há um “núcleo denso da territorialidade” como se fosse uma parte externa, mais permeável a trocas e imposições. Condutas territoriais mantidas por um grupo indígena, por exemplo, podem se inscrever neste “núcleo denso”, que é resistente, dificilmente abalável frente às imposições externas, embora ocorram processos desterritorializadores violentos que venham a desestruturá-la.

Little (2002, p. 3), fortemente inspirado em Sack para definir territorialidades dos diversos grupos, traz que “[...] um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social”. Esta é definida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”.

Para além de uma área ou ambiente biofísico, de um território materializado e controlado, há aqueles que consideram que a territorialidade decorre das relações entre enraizamento e mobilidade, entre lugares e itinerários, como menciona Bonnemaison (2002). É estabelecida pela relação entre as pessoas e uma trama territorial, não necessariamente delimitada ou pela apropriação fronteiras. Neste caso, os territórios decorrem de territorializações feitas no e pelo movimento entre

os diversos referenciais estabelecidos ao longo das jornadas das pessoas nos territórios.

O autor aponta ainda que há povos que mantêm determinadas áreas pelos percursos, sendo que estas possuem contornos fluidos e que podem eventualmente ser partilhados por outros grupos. Corrobora com aqueles que apontam para as diferentes formas que os povos indígenas e tradicionais têm de conceber referenciais espaciais; há casos que as fronteiras são mais nítidas e fechadas e outros em que são mais flexíveis e abertas (SEEGERS; CASTRO, 1978; GALLOIS, 2004; HAESBAERT, 2004).

Ao trazer o tema para “o debate”, Haesbaert (2007; 2004) sintetiza as concepções de territorialidade e as possibilidades de relação com o território: a territorialidade pode ser concebida num enfoque mais epistemológico (“abstração”, condição genérica – teórica – para a existência do território) e num sentido mais ontológico; a segunda possibilidade pode ser entendida tanto como materialidade (controle físico do acesso pelo espaço material) como imaterialidade (controle simbólico, por meio de uma identidade territorial) ou ainda como “espaço vivido” (conjugando materialidade e imaterialidade).

Entre as possibilidades de trabalhar a relação entre território e territorialidade têm-se desde a territorialidade como uma concepção mais ampla do que território, reunindo a concepção epistemológica e ontológica, até algo mais restrito, uma simples “dimensão” do território ou ainda por uma abordagem que distingue claramente a territorialidade de território. O autor opta por

[...] tratar a territorialidade num sentido mais amplo do que território, mas sempre com o cuidado de identificar, a cada momento, se estamos nos referindo à territorialidade como condição genérica para a existência de um território [...] ou se estamos nos reportando à dimensão simbólica ou “vvida” do território (HAESBAERT, 2007, p. 25-26).

Há multiplicidade de expressões de territorialidade, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais (LITTLE, 2006). Tal multiplicidade vai ao encontro com os argumentos de Haesbaert, ao conceber que na contemporaneidade temos a oportunidade de experimentar

multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004; 2007) ou ainda que vivenciamos um período de multiterritorializações, das quais decorrem os múltiplos territórios, entre zonas e redes, fixos e fluxos, mobilidade e enraizamento, em distintas temporalidades e ritmos.

2.3 Territórios e Terras Indígenas

Não é novidade que, desde os primeiros contatos com não indígenas, os povos reconhecidos como originários têm seus territórios esbulhados e expropriados por terceiros com anseios por dominar suas terras, bem como os recursos nelas existentes. Tais ações desterritorializantes reverberam no mínimo na organização sociocultural, econômica e ambiental de povos indígenas no Brasil.

Processos de territorialização e fluxos culturais decorrentes da situação colonial são abordados por João Pacheco de Oliveira (1998). São deles que advêm novas formas de se relacionar com os territórios, por meio de uma lógica territorial anteriormente não existente e incidem diretamente nos territórios indígenas. De situações de “conflitos intersocietários” ocasionados pelo choque de territorialidades ocasionam “processos de reorganização social”, que implicam

- 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora;
- 2) a constituição de mecanismos políticos especializados;
- 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais;
- 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Para se remeter às insistentes e constantes transformações nos territórios e territorialidades indígenas, Little (2002, p. 4) aciona a expressão “ondas de territorialização” mencionando eventos que incidiram diretamente em grupos indígenas ao longo do século XVI ao XIX. Em seus termos,

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial – a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodoeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX – podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos (LITTLE, 2002, p. 4).

De acordo com Palitot (2015), os processos de territorialização pós-coloniais, abrangendo os territórios indígenas do Nordeste, incluem aldeamentos missionários, fazendas e quartéis (séculos XVI-XIX), vilas de índios (séculos XVIII-XIX), extinção das aldeias (século XIX), implantação dos postos do SPI (século XX - 1920-1967) até Terras Indígenas – TIs (século XX - pós 1970). Tal autor faz interessante correlação entre estes processos e os mapas, demonstrando os seus reflexos nas formas poligonais a que as TIs herdadas de então foram restringidas. Isso é o reflexo da desconsideração de qualquer territorialidade indígena na sua demarcação pretérita.

Onde há territorialização de uns, há desterritorialização de outros e reterritorializações constantes. Destes processos, emergem múltiplos e diversos territórios mantidos pelos também diversos grupos sociais existentes, como demonstra Little (2006) ao mencionar a diversidade fundiária alimentada por tais grupos. Ações de territorialização continuam a ocorrer nas múltiplas escalas geográficas, sendo que perdura historicamente o discurso do desenvolvimento econômico e dos “entraves” ocasionados pelos modos específicos com que tais grupos se relacionam com seus territórios – os quais, vistos sob a ótica econômica e do ordenamento territorial nacional, equivalem às TIs.

Muitos dos grupos étnicos não resistiram. A desterritorialização drástica ocasionou não só a perda do território, como a destruição de grupos inteiros. Outros resistem e persistem a adversidades múltiplas e cotidianas, criando e recriando estratégias para manter seus territórios, sejam eles materiais ou simbólicos, atuais e históricos. Como já mencionamos, tais “ondas” são seguidas pela desterritorialização de grupos indígenas e pela sucessiva reterritorialização das mais diversas formas. As respostas a estes processos de T-D-R, como menciona Little (2002), variam enormemente: vão desde a resistência ativa, a construção de alianças, a acomodação, a apropriação, ao consentimento até a influência mútua e a combinação entre as partes envolvidas. Estas reverberam as novas territorialidades criadas nestes processos de choque entre territorialidades distintas.

Mesmo que não com tal denominação, as TIs como unidades territoriais de limites preestabelecidos aparecem já na lei de terras datada de 1850. Tais limites se concretizaram por meio de processos de esbulho no mínimo violentos, sendo que em algumas situações as áreas foram concedidas aos indígenas por merecimento ou recompensa por participarem de guerras e batalhas ao lado dos colonizadores.

O termo Terra Indígena²⁸ aparece pela primeira vez no Estatuto do Índio, ao qual coube “[...] regular a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas com o propósito de preservar sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional” orientando a política indigenista da época. O documento legal define TI como aquelas ocupadas e habitadas pelos silvícolas, as áreas reservadas e terras de domínio indígena (BRASIL, 1973). Contradições óbvias e intencionais como ideia de preservar e integrar, bem como a noção de tutela, assimilação e integração, permeiam tal documento (ARAÚJO; LEITÃO, 2002).

²⁸ Cabe mencionarmos que, até o final da década de 60, a tutela dos indígenas era exercida pelo SPLIN e posteriormente SPI, responsável por contatar, aldear, controlar povos indígenas e as áreas a estas reservadas. Estas tinham seus recursos explorados para benefício próprio se valendo da mão de obra do grupo que as habitava. Na década de 70, a responsabilidade sobre os grupos e as terras reservadas passa à Fundação Nacional do Índio (Funai), ainda que se pautando em princípios de tutela (Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>).

Como afirma Ladeira (2008, p. 84), no cenário indigenista uma série de contradições acompanha a história pautada na “dinâmica expropriação – concessão inerente e latente no conceito de terra indígena e na legislação indigenista”. Atualmente o que é reconhecida pela categoria jurídico-política Terra Indígena pode ser entendida como o resultante da resistência e persistência dos grupos a estas ações, ao mesmo tempo em que são produtos das incessantes ações desterritorializadoras por meio das quais, como menciona Oliveira (1998, p. 17), ficam restritas a “base territorial com limites fixados para o exercício de sua sociabilidade”.

A década de 80 é marcada por intenso ativismo de povos indígenas e tradicionais, ONGs indigenistas e ambientalistas, do qual decorrem avanços significativos no que tange ao reconhecimento de parte ínfima da sociodiversidade, bem como da diversidade fundiária nacional, com forte influência na reforma constitucional de 1988. Tida como um marco legal, em que fica reconhecido pelo Estado pluriétnico, momento em que oficialmente é rompida a visão assimilacionista e de um estado tutelar (BRAND, 2002; ARAÚJO; LEITÃO, 2002), que via os indígenas como inferiores, expressa o Estatuto do Índio (BRASIL, 1973).

Entre as garantias constitucionais²⁹, está o direito originário de “*terras tradicionalmente ocupadas*”, definidas como

[...] aquelas habitadas em caráter permanente por determinado grupo indígena, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

São estes os quatro requisitos mínimos que os antropólogos e ambientalistas, mais recentemente, vêm tentando responder com os estudos iniciais de identificação, os quais, após inúmeras constatações, devem enquadrar toda a perspectiva indígena nos moldes da TI.

²⁹ Além da Constituição Federal, outra conquista foi a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), retificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004 (BRASIL, 2004). Este estabelece uma base legal para os direitos culturais, a autodeterminação e o reconhecimento das terras tradicionais (OFFEN, 2009).

Gallois (2004, p. 39), ao apontar para o urgente desmonte desta equivalência por se tratarem de noções absolutamente distintas, esclarece que “A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado”. Já a “noção de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”.

As Terras Indígenas advêm, portanto, de processos de territorializações estatais, que compõem o quebra-cabeça fundiário, que não admitem sobreposição, sendo diferenciadas do entorno por meio de suas fronteiras, sejam elas materiais ou não (HAESBAERT, 2004). Tratam-se de delimitações territoriais historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, segundo Ladeira (2008), por meio da dinâmica de expropriação – concessão de espaços reservados a indígenas; dinâmica está relacionada aos processos de territorialização e desterritorialização orquestrados por interesses econômicos e estratégicos sobre os territórios indígenas.

Neste sentido, há entre antropólogos a urgência em tratar as TI sob a abordagem da territorialidade (GALLOIS, 2004; LITTLE, 2006) sem, contudo, enfraquecê-las, pois, mesmo que contemplem parcialmente as dimensões dos múltiplos territórios, são alicerçadas em requisitos mínimos pautados na ocupação tradicional e condições ambientais necessárias para a manutenção do grupo, visando garantir a posse exclusiva destes sobre as áreas por eles habitadas. Os desafios se encontram em assegurar a integridade das territorialidades para além das fronteiras, em um sentido amplo, frente às pressões contemporâneas.

Concordamos com Smith e Guimarães (2010) quando dizem que o modelo utilizado para manter territórios indígenas por meio de áreas demarcadas acarretou em modificações estruturais e na organização social dos povos indígenas e a sua relação com outros povos e com a natureza – mudanças nas territorialidades. Ao mesmo tempo em que as formas estatais de regularizar a diversidade fundiária são limitadas se considerada a complexidade territorial indígena, bem como de outros povos que apresentam territorialidades específicas, diversas são as estratégias acionadas por estes grupos para salvaguardar os modos de vida, as culturas e as organizações sociais diferenciados de cada etnia frente às ameaças atuais.

Segundo Gallois (2004, p. 39), a vasta literatura etnográfica e as variadas análises descrevem as territorialidades indígenas “a partir de

noções abertas de territórios, cujo entendimento de ‘limites’ é extremamente variável”. A autora ressalta que apreender as lógicas espaciais diferenciadas é de fundamental importância para que se legitimem as variadas formas de organização territorial indígena, a partir de suas territorialidades particulares.

Da restrição de espaços para o exercício de suas práticas, da ocupação do entorno por propriedades privadas e outros territórios, da expansão e proximidade dos centros urbanos e de tantas outras situações específicas em que há controle de fixos, fluxos, permanências e mobilidades, há necessária e constante reorganização e reformulação de estratégias para manter – entre redes, zonas e outros – elementos que fundam as territorialidades.

Neste sentido, concordamos com Haesbaert (2004) que, para além dos territórios como unidades estáticas, devemos considerar as dinâmicas combinadas dos múltiplos territórios ou multiterritorialidades. No caso de grupos mais coesos, múltiplos territórios são construídos integrando, em um conjunto, as dimensões em relação ao espaço, às dimensões sociais, dinâmicas e escalas resultando na justaposição ou convivência de distintos tipos territoriais lado a lado.

As TI são aqui pensadas dentro desta concepção de territórios múltiplos ou de multiterritorialidades coexistentes, em uma leitura de combinação entre territórios-zona e territórios-rede multiescalares e conectados. TI aparentemente desconectadas e homogêneas são conformadas por múltiplas redes interescalares, nas quais lugares, moradas, aldeias, lugares sagrados, locais de caça, pesca, coleta são conectados por trilhas e caminhos, e estas a outras TI por meio de fluxos de pessoas, saberes, problemas, bens, matérias-primas. Além destes territórios, há conexões que se fazem com territórios efêmeros e sazonais, como aqueles criados para reivindicar direitos ou se manifestar (rodovias, canteiros de obra de megaempreendimentos, sede de Funai e Icmbio).

Estes territórios são sobrepostos tanto pelas múltiplas territorialidades estatais (representadas pelos atores e interesses intersetoriais) que se manifestam por meio de sobreposições dentro do quebra-cabeça fundiário do Estado (como, por exemplo, as sobreposições de áreas protegidas como UC e TI) como pelas outras tantas territorialidades manifestas pelos distintos grupos sociais, as quais acabam por conformar múltiplos territórios. Uma amalgama de pessoas,

espaços, relações e significados imbricados e impossíveis de serem generalizados, homogeneizados e isolados dentro de limites abstratos.

2.4 Gerir territórios

Concomitante ao desmonte da analogia terra-território por representar parcialmente a multiplicidade de territórios indígenas, é necessário lançar mão de estratégias que visem garantir as territorialidades indígenas. Sem, contudo, enfraquecer as TIs, ainda mais em período em que fortes ameaças incidem sobre tais áreas, bem como aos povos indígenas que as habitam e aos profissionais que se dedicam à causa socioambiental.

Houve na década de 80 avanços relacionados aos direitos territoriais indígenas e às questões ambientais, bem como do reconhecimento do papel destes grupos no que tange à manutenção da biodiversidade. Fortalecimento e apoio a ações efetivas de gestão protagonizadas pelos indígenas são imperativas, já que as pressões de outrora são impulsionadas pelo empenhado modelo de desenvolvimento econômico e político adotado no país, ameaçando todos os direitos socioambientais conquistados.

Neste sentido, ações de gestão territorial e ambiental se inscrevem no corpo de estratégias que vêm há três décadas sendo discutidas e construídas por meio da parceria entre órgãos responsáveis por questões indígenas e ambientais, povos indígenas, organizações não governamentais indigenistas e ambientalistas. Neste sentido, Barretto-Filho e Correia (2009, p. 7) apontam que a gestão territorial e ambiental em TI desponta “como questão socialmente construída”, com o intuito de lidar com os diversos desafios decorrentes da histórica degradação das bases ecológicas e socioculturais, bem como com as pressões contemporâneas que incidem sobre os povos indígenas e recursos naturais. Incluem-se neste rol as pressões oriundas da expansão de frentes agrícolas, exploração mineral e energética, especulação imobiliária, turismo, entre outros.

Gestão, no sentido amplo do termo, remete ao “ato de administrar, de gerenciar”, vem do latim *Gestio* ou ainda ao ato de “gestar – formar e

sustentar (um filho) no próprio ventre e gerir – exercer gerência sobre; administrar; dirigir; gerenciar” (SOUZA; LIMA, 2002, p. 16). Para Becker (2010, p. 20), o termo está associado à modernidade, sendo uma “prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço”. No que se refere aos recursos ambientais, a noção e a prática da gestão emergem na sociedade industrial como a forma encontrada para “remediar a escassez de recursos resultante d[a] destruição generalizada da natureza” (GUIMARÃES, 1991, p. 75 apud BARRETTO-FILHO; CORREIA, 2009, p. 6).

No que tange às terras e aos territórios indígenas, Little (2006) traz que estes povos ocupam, transformam e ressignificam seus espaços, segundo suas escolhas, tradições, normas e ritos – suas culturas, enfim – estabelecendo, assim, formas de uso dos recursos naturais e de controle sobre os territórios tradicionais. Envolvem cosmologias, paisagens, interações, territorialidades, cartografias e atores diversos humanos e não humanos (CARDOSO; MODERCIN; PARRA, 2012). Portanto, as distintas estratégias e práticas de mapear, demarcar lugares e conhecer espaços, em movimento, estão diretamente relacionadas com as formas de cuidar e remetem, portanto, à territorialidade e à gestão.

Ao tratar de gestão territorial e povos indígenas entendemos, portanto, que há no mínimo duas perspectivas atuando: a que remete aos cuidados específicos que cada grupo tem com seus complexos territórios e as que são fomentadas por políticas públicas – sendo estas últimas ainda consideradas num cenário de múltiplos atores com interesses distintos. A primeira, diretamente relacionada à territorialidade dos grupos indígenas, envolve o que Little (2002, p. 4) denomina por cosmografias, que são compreendidas

[...] como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

A segunda, correspondendo aos esforços de gestão territorial e ambiental envolvendo tais grupos, pretende conjugar aspectos da territorialidade indígena ao conhecimento técnico-científico, visando apoiar e potencializar estes cuidados; isso ocorre por meio de políticas públicas específicas que se pretendem “interculturais” e “intercientífica”, ou seja, ocorrendo por meio da relação entre diferentes culturas e sistemas de conhecimento (LITTLE, 2006). Há de se considerar neste cenário que algumas formas específicas de gestão indígenas muitas vezes não se enquadram nos moldes de gestão pública, cuja perspectiva abarca aspecto parcial da riqueza territorial desenvolvida no cotidiano indígena (HIERRO, 2004). Isto é, nos aproximamos aqui das dimensões territoriais que não cabem na terra, na zona e nem na materialidade. Tal riqueza coaduna com o que Haesbaert (2004) aponta como as possibilidades de experimentar múltiplos territórios e multiterritorialidades e configuram um desafio para tais políticas.

Entre as múltiplas noções sobre gestão territorial em TI, Barretto-Filho e Correia (2009, p. 10) demonstram diversidade de opiniões entre os atores inseridos nos processos de gestão, relacionada muitas vezes às divergências ou distintas percepções com relação às concepções de território e ambiente. Segundo Miller (2008), ao mesmo tempo, representa um ponto de encontro, de interface e até de conflito entre diferentes paradigmas acerca da relação sociedade/natureza e dos interesses individuais e coletivos.

Da intensificação dos debates e processos em torno da construção de estratégias de gestão territorial e ambiental que ocorreram entre os anos 2008 a 2011³⁰, após processo de consultas públicas em diversas regiões do Brasil, emerge a Política Nacional de Gestão em Terras Indígenas (PNGATI), homologada em 2012. Fruto do protagonismo crescente dos povos indígenas, do esforço conjunto da Funai/MJ, Ministério do Meio Ambiente (MMA), povos indígenas e organizações não governamentais envolvidas com causas indígenas (PRINTS, 2012). Entre os principais objetivos da PNGATI, está

³⁰ Para mais detalhes acerca do processo de construção da PNGATI, consultar a dissertação de Mestrado de Rafaela Prints, intitulada "Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas" (2012).

[...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012).

Para tanto, lança mão dos etnomapeamentos, etnozoneamentos, diagnósticos etnoambientais e etnoecológicos e planos de gestão, considerados sob a ótica do planejamento e ordenamento territorial como instrumentos de gestão. Estes visam oferecer subsídios aos povos indígenas, às instituições governamentais e não governamentais com as quais se relacionam para planejar ações voltadas à gestão territorial em TI.

Trata-se um tema com inúmeras interpretações e posicionamentos, em que participam vários atores sociais e institucionais. Miller (2008), bem como outros atores envolvidos com ações de gestão, afirma que deve englobar a sustentabilidade econômica, a conservação da biodiversidade, a geração de renda e a segurança alimentar, além de contemplar ações voltadas à saúde, educação e cidadania (MILLER, 2008, p. 7).

Há em torno das ações de gestão desafios internos e externos, que podem vir a comprometer a integridade ambiental e, conseqüentemente, o bem-estar das próprias populações indígenas. Resultam de uma série de complexos fatores, incluindo: o avanço das fronteiras econômicas do país (agrícola, madeireira e mineral), a construção das grandes obras de infraestrutura (transporte e energia), o aumento demográfico pela qual passam os povos indígenas, as pressões externas pelos recursos existentes nas TIs e no entorno, além das necessidades econômicas dos indígenas por bens de consumo (BARRETTO-FILHO; CORREIA, 2009).

Somam-se a estes fatores a ineficiência na regularização das TIs, a sobreposição de múltiplos territórios (dentre eles as áreas protegidas que, de acordo com a legislação, possuem usos incompatíveis) e os retrocessos

legais³¹ associados às populações tradicionais e meio ambiente que vêm ocorrendo nos últimos anos. Internamente, há ameaças e desafios enfrentados pelos povos indígenas incluindo os relacionados à integridade das TIs, ao controle e acesso sobre os recursos naturais, às mudanças nos sistemas econômicos, às mudanças no padrão de ocupação e uso do território, às alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e às mudanças nos sistemas sociais, políticos, culturais e de tomadas de decisão (FUNAI, 2013).

Esforços de gestão se voltam para garantir a manutenção de qualidade ambiental das TIs habitadas pelos distintos povos indígenas frente às pressões históricas e contemporâneas que sobre estas incidem. Enfrentam desafios de ordens diversas no que tange à diversidade de situações, às pressões externas ao grupo, bem como à diversidade territorial e de territorialidades coexistentes.

Interessa-nos aqui as relações entre saberes territoriais e mapeamentos, ou seja, como os mapas se inscrevem em processos de gestão e como que os saberes espaciais podem ou não ser visibilizados. No cerne de nossa pesquisa, estão os mapeamentos que visam subsidiar ações de gestão. Aliás, se considerarmos os processos de gestão em todas as suas interfaces, uma série de cartografias é acionada. Retomaremos às cartografias e aos mapeamentos em processo de gestão nos capítulos que seguem.

2.5 Mapas e territórios no entorno do Monte Pascoal: primeiras aproximações

Comumente, ao nos engajarmos em um mapeamento, as primeiras estratégias a serem acionadas por simpatizantes do uso de mapas e produtos do sensoriamento remoto são: pesquisar a disponibilidade de imagens orbitais, acessar um aplicativo de mapeamento, cruzar limites territoriais existentes de forma a obter uma visão ampla (embora distante) dos locais a serem mapeados. Nossas primeiras práticas no mapeamento

³¹ Reforma no código florestal, alterações nas leis de acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional, discussão da PEC 215, reforma no código de mineração que permite exploração mineral em TI.

Pataxó assim foram feitas e permitiram traçar aproximações entre referências bibliográficas, documentais, imagens e mapas, de forma a correlacionar territorializações e reflexos nos ambientes.

Já mencionamos que os Pataxó, assim como os demais povos indígenas do Nordeste, possuem longo tempo de contato com não indígenas (OLIVEIRA, 1993) e, ao que tudo indica, também com os mapas e mapeamentos. Os primeiros encontros remetem ao período de colonização europeia, quando marca o início de processos de territorialização e desterritorialização de povos originários e por não indígenas, apoiados em mapas elaborados, sem dúvida, com a contribuição de seus apurados conhecimentos espaciais e ambientais.

Da extinção dos aldeamentos de meados do século XIX, ocorre uma ausência de informação sobre os Pataxó. Segundo Carvalho (1997), tal silêncio rompeu-se com a passagem de Gago Coutinho em 1939 na região, relatando ter encontrado os Pataxó em estado de miséria e abandono. Anterior à década de 40, os Pataxó viviam do extrativismo da piaçaba, coleta de recursos vegetais, pesca, roça e caça, não somente na região onde outrora fora o aldeamento: alguns excedentes eram comercializados localmente ou nas vilas próximas, trabalhavam em fazendas de cacau, fiavam tucum e entregavam aos pescadores para a produção de redes e cortavam madeira para terceiros como atividade complementar. Prática frequente era a troca da produção de farinha e ceras daqueles que moravam nas matas com peixes dos que moravam no litoral (CARVALHO, 1977; GRUNEWALD, 2001; CARDOSO; PARRA, 2008).

A esta época, também funcionava uma madeireira onde alguns indígenas serravam madeira, até os anos de 1948. Ao mesmo tempo, entre os anos de 1943 e 1944, chegava às terras Pataxó um homem reconhecido por Dr. Barros, com a função de realizar a medição das terras. Segundo Carvalho (1977), uma provável etapa de implantação do PNMP³² apresentada aos Pataxó como “medição pro índio”, contando inclusive com a participação de alguns membros do grupo sem ter conhecimento da real intenção deste mapeamento.

Marcos de concreto referentes aos limites de tais áreas foram implantados no divisor de águas das serras a noroeste – na Figura 2 representa o Parque Monumento do Monte Pascoal. Estes foram

³² O primeiro decreto de criação foi publicado no Diário Oficial do estado da Bahia, de 19 de abril de 1943 (CARVALHO, 2008).

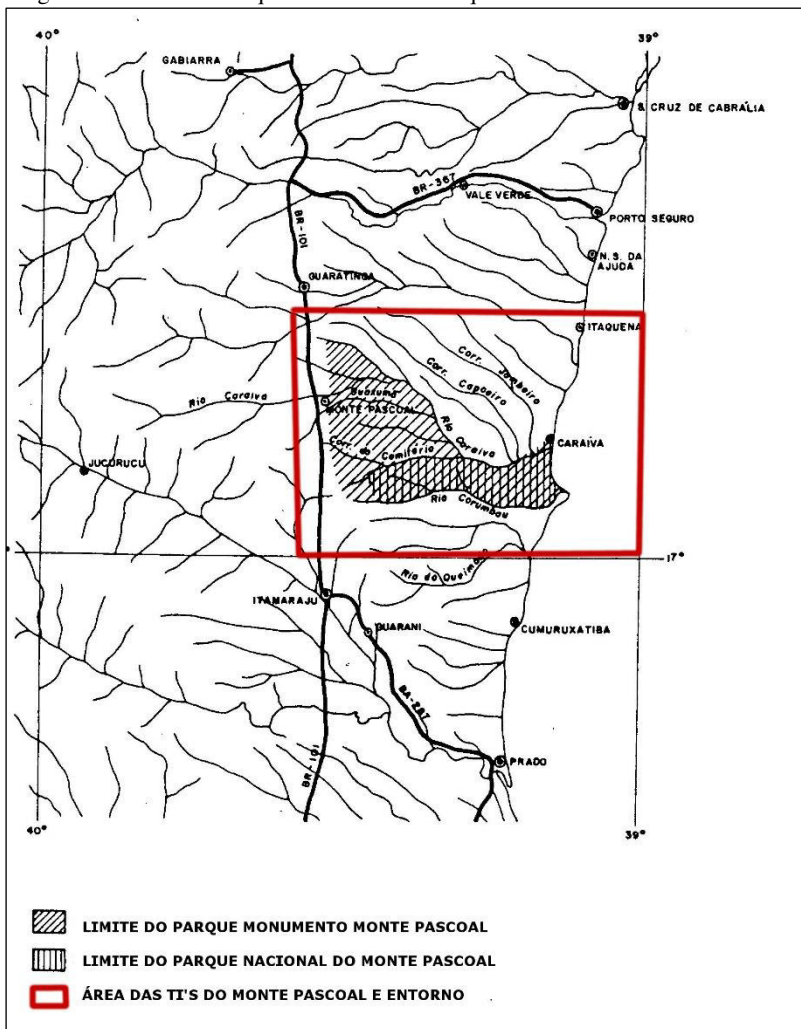
referendados no âmbito do mapeamento nas TIs da região do Monte Pascoal, bem como em experiência posterior para os estudos de identificação da TI Comexatibá, seja em menção à participação dos mais velhos que atuaram em tal mapeamento, seja por se tratarem de referenciais espaciais de limites.

O referido mapeamento e a implantação dos marcos de referência acabaram por materializar fronteiras e referências em um território que outrora pertenceu aos Pataxó e, portanto, não haveria nada de errado reconhecê-lo para fins de demarcação. Contudo, não foi o que de fato ocorreu: por meio de tal ação emerge, já sob conflito, um novo território (o do Parque) e uma nova territorialidade (a do órgão gestor, IBDF) outra forma de se relacionar com determinado espaço totalmente distinta e alheia à territorialidade Pataxó.

Aqui é interessante chamarmos outros mapas que nos levam a reflexões acerca do projeto de desenvolvimento no sul baiano e à contextualização das UC, dentro de um conjunto de elementos de territorialização da região. O cartograma (Figura 3) nos permite visualizar a fragmentação da paisagem ao longo de 50 anos: a cobertura vegetal que ocorria de forma contínua veio sendo destruída do interior para o litoral, restando apenas fragmentos desconectados entremeados pela rede viária, incrementada como fruto de tal investida. Ao fim do intervalo demonstrado no cartograma, restam somente áreas reservadas como relíquias, áreas protegidas cuja lógica da preservação não admite a presença humana como forma de resguardar exemplares “íntactos” por meio da instituição de territórios-zona estatais, unifuncionais e restritivos, para destruir o restante³³.

³³ Cabe mencionarmos ainda que, apesar da intensificação da extração de madeira na região a partir da década de 40, tal atividade fora autorizada nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro desde o início dos anos de 1852 (SOTTO-MAIOR, 2008).

Figura 2. Limites do Parque Monumento e Parque Nacional do Monte Pascoal.



Fonte: IBDF (1961).

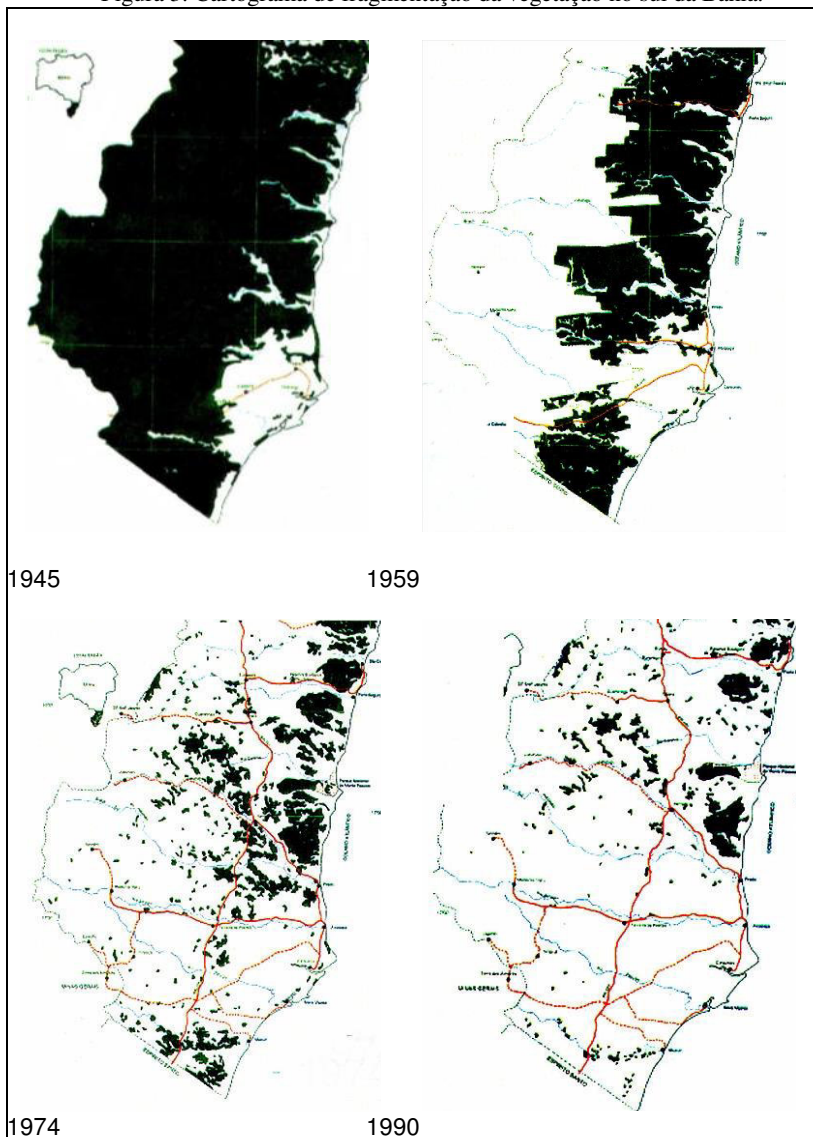
Cabe mencionarmos que o PNMP é considerado uma das únicas UC da região que possui todos os estágios da transição ecológica, desde a floresta ombrófila densa aos vários ecossistemas de transição para ecossistemas costeiros. Estes fatores corroboram para que ela seja

considerada prioritária para a conservação da biodiversidade (MAIA; TIMMERS, 2004). Não menos importante é a ocupação histórica dos ambientes, bem como o manejo dos grupos que habitavam a área que conforma a referida UC, contudo desconsiderada do ponto de vista da conservação da biodiversidade.

Como mencionaremos em outro momento, a década de 50 ficou marcada pelo evento conhecido por fogo de 51³⁴, que levou a dispersão dos Pataxó que habitavam Barra Velha para as matas dos arredores e cidades adjacentes, abalando significativamente a organização social. Tal evento deve ser entendido dentro de um contexto social-econômico-político da época, e não apenas como um episódio isolado, tendo em vista que na ocasião a região já era rota de madeireiros e fazendeiros em busca de terras e *matas* (CARDOSO; PARRA, 2008). Violência, assassinatos, estupros e tortura marcam com tristeza as descrições na maioria das aldeias contempladas no mapeamento. De Barra Velha para suas imediações na Mata e outros lugares, alguns de habitação antiga, se deslocaram e passaram tempos vivendo com muita dificuldade.

³⁴ Fogo de 51 é abordado com detalhes em Carvalho (1977); Grunewald (2001); Sotto-Maior (2008); Sampaio (1997), entre outros estudos.

Figura 3. Cartograma de fragmentação da vegetação no sul da Bahia.



Fonte: Arquivos do Instituto Chico Mendes, sediado em Itamaraju.

Em 1957, aos poucos, impulsionada pela vontade de algumas lideranças, Barra Velha foi sendo reconstruída. Contudo, no início dos anos 1960, o Parque saiu do papel e os Pataxó foram obrigados a sair de suas moradas, abandonar suas plantações e os lugares criados e recriados ao longo da permanência histórica na região. Ficam apenas os vestígios refletidos na paisagem e as histórias memoradas e transmitidas pelos relatos. Com área de 22.500 hectares destinada à proteção dos recursos naturais sob a administração do IBDF e incidi completamente ocupada em território tradicional Pataxó, os indígenas foram então forçados a receber indenizações por suas “benfeitorias” e deixar suas moradas, sendo permitido ficar apenas em área reduzida e insuficiente para garantir alimentos ao grupo em Barra Velha (CARVALHO, 1977; SAMPAIO, 1996; SOTTO-MAIOR, 2008; GRUNEWALD, 2001).

Embora a maioria dos indígenas tenha resistido a este período, apesar de impedidos de plantar suas roças na área, muitos deles se dispersaram novamente, indo procurar abrigo nas aldeias e cidades das adjacências; viveram da *mariscagem* no mangue e coleta de ouriço. A situação perdurou por dez anos até que o novo órgão indigenista iniciasse ações de assistência e tutela aos Pataxó do Monte Pascoal, acordando com o IBDF a permissão para plantarem nas capoeiras – embora isso fosse ainda insuficiente para a produção agrícola, bem como para suprir os conflitos entre indígenas e guardas.

Segundo Carvalho (1977), as principais atividades econômicas entre os Pataxó de Barra Velha eram a agricultura e a pesca. O extrativismo animal (caça e coleta no mangue) e a criação de animais (galinhas, porcos e o gado) neste período já estavam sendo feitos pelos fazendeiros locais, mas não pelos Pataxó. Alguns poucos possuíam trabalho assalariado, outros se empregavam esporadicamente na colheita. O artesanato era incipiente e visava principalmente suprir as necessidades das famílias, como utilitários e algumas peças iniciavam as relações com o turismo (GRUNEWALD, 2001).

Na década de 70, a região foi atingida por um “surto madeireiro” na esteira da construção da BR-101, marcando a paisagem local e a organização social Pataxó (SAMPALIO, 1996, CARDOSO; PARRA, 2008); nos anos 1980, o IBDF “cedeu” à administração da Funai uma porção de terra, correspondente ao que seria a metade norte do tradicional território indígena, junto ao Rio Carávia, estendendo-se para oeste apenas até as proximidades da base do Monte Pascoal, uma área da qual já

referimos: com extensão total de 8.627 hectares. Áreas a oeste do Monte Pascoal começam a ser ocupadas; a restrita e insuficiente área para o cultivo agrícola e o turismo crescente ocasiona o início da produção de artesanato de madeira, além da comercialização de madeiras da sua área para madeireiros e atravessadores não índios (TIMMERS, 2001).

Em 1985, um grupo técnico iniciou os estudos territoriais em Águas Belas e na área ocupada pelos Pataxó na década de 50. Não sem conflitos, pois nos anos 1980 e 1981 a entrada dos agricultores sem-terra³⁵, também chamados de “parceiros” (SILVA, 2003), é memorada pelo desmatamento, ocupação e conflitos territoriais, marcados, sobretudo, por um embate de territorialidades. Em meio a desavenças entre Pataxó e assentados, Funai e Incra, dois projetos de assentamentos (PA Três Irmãos e PA Corumbau) são instituídos nas proximidades de Águas Belas, Corumbauzinho e Craveiro. A entrada do gado, a ocupação de fazendeiros e os assentamentos do INCRA são vistos pelos moradores de Águas Belas, Craveiro e Corumbauzinho como consolidadores da atual paisagem local (CARDOSO; PARRA, 2008).

Sem qualquer estudo, somente um “precário acordo” efetivado entre IBDF e Funai, a TI Barra Velha foi demarcada em 1991³⁶. As consequências desse acordo foram catastróficas, tanto para os índios quanto para o meio ambiente. Criou-se uma fronteira longitudinal de 30 quilômetros entre o Parque e as aldeias, cortando florestas e mananciais, sem que a raiz do conflito tivesse sido sanada (SAMPAIO, 1996; TIMMERS, 2004).

Em 1997, a Funai reconhece irregularidades no processo demarcatório da TI Barra Velha³⁷, que segue pautado em equívocos, como a desconsideração de áreas de ocupação histórica e atual, os ambientes e as áreas de uso para coleta e cultivo de alimentos como os manguezais. Em 1998, foi demarcada a TI Águas Belas com a paisagem marcada pela degradação. Em 1999, foi constituído o Grupo Técnico (GT) para revisar os limites das TI Barra Velha e Corumbauzinho³⁸, com os objetivos de realizar estudos de revisão de limites da TI Barra Velha.

³⁵ Para mais informações sobre a disputa de terras entre os Pataxó assentados, ver Silva (2003): “Conflitos fundiários e étnicos entre Pataxó e sem-terra no extremo sul da Bahia”, XI Congresso Brasileiro de Sociologia.

³⁶ Por meio do Decreto nº 396, em 24 de dezembro de 1991.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Portaria 685, de 18 de agosto de 1999 (publicada no DOU a 20/08).

Ao mesmo tempo, foi iniciado o processo massivo de retomadas territoriais³⁹ ao território ocupado anteriormente pelos Pataxó, bem como em outras terras do nordeste indígena. Tal processo resulta na ocupação da sede do Parque Nacional do Monte Pascoal (Parna Monte Pascoal) por representantes das seis aldeias existentes no período, tendo por finalidade assumir a sua gestão com o firme propósito de assumir sua gestão comprometendo-se a proteger as suas *matas* (MMA, s/d). Outras áreas ocupadas passam a compor a rede de aldeias existentes anteriormente, estando entre elas: Craveiro, Pé do Monte, Aldeia Nova, Guaxuma, Corumbauzinho.

Ao mesmo tempo em que os conflitos entre as categorias de áreas protegidas se mantêm acirrados com relação à *mata do parque*, o entorno ficou exposto e desprotegido e, como podemos observar no cartograma da Figura 3, teve a cobertura vegetal eliminada, resultando em impactos irreversíveis. Incluímos a destruição da conexão hoje tão almejada entre os fragmentos do Parna do Monte Pascoal e do Parna do Descobrimento (ao sul). Cabe ainda apontarmos que tal época é marcada pela entrada do gado na economia local e do modelo agrícola dependente de pacote tecnológico, com o intuito de incrementar a capacidade produtiva da terra exaurida.

Em virtude dos conflitos socioambientais e da degradação dos recursos naturais, é firmado em 2001 o acordo de cooperação técnica (MMA/Funai/Pataxó)⁴⁰ o qual, apesar de propor gestão compartilhada, foi marcado por promover ações desconsiderando, mais uma vez, a organização social e as perspectivas Pataxó. De qualquer forma, estes vêm se engajando em projetos de desenvolvimento sustentável; alguns

³⁹ Para mais detalhes do limiar entre o diálogo estabelecido entre Pataxó e Ibama na época e as retomadas territoriais, ver Cardoso (2016).

⁴⁰ “Firmado em 2001, após diversos conflitos na tomada e retomada de terras, houve um entendimento entre as comunidades indígenas, o Ibama e a Funai, diante da necessidade de se estabelecer uma parceria para a gestão compartilhada do complexo Aldeias-Parque, culminando com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, formalizando a cogestão do Parna. O Parque Nacional do Monte Pascoal vem sendo gerido de forma compartilhada entre as 9 aldeias Pataxó do entorno, os quais formam o complexo Parque – aldeias”. Segundo Cardoso e Parra (2008), apesar do consenso sobre a importância do acordo de cooperação, ele é visto por algumas lideranças Pataxó e por alguns indigenista como uma forma de controle dos Pataxó por parte do Estado, no sentido de diminuir as pressões na luta pela terra.

deles promovendo a agroecologia e os sistemas agrofloretais como alternativa à degradação das terras e das práticas agrícolas.

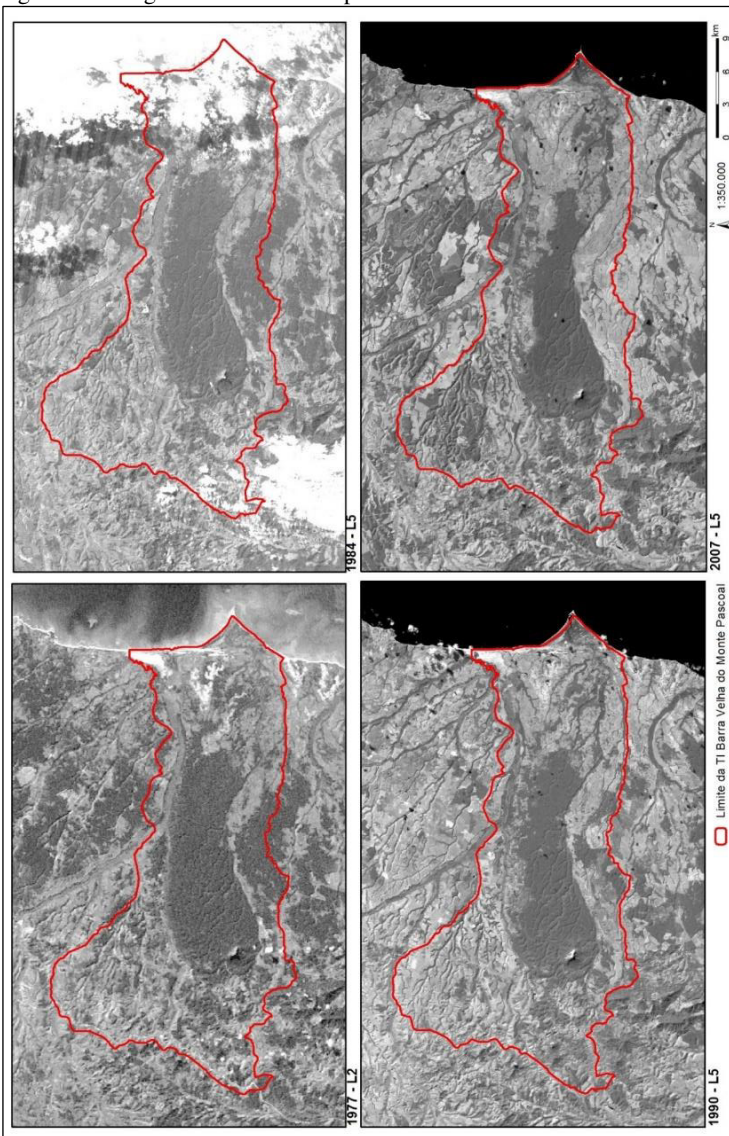
Em 2005, foi concluído o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal. Este documento, publicado em 2008 no Diário Oficial da União (DOU), propõe a ampliação e considera o Parna do Monte Pascoal e o arredor como área de ocupação tradicional⁴¹ de aproximadamente 52.748 hectares. Sob juízo, aguarda a publicação da portaria declaratória, fazendo com que os Pataxó que habitam tais áreas tenham que conviver com as incertezas de reintegrações de posses desmedidas.

Este breve histórico acerca da dinâmica territorial estatal – que, a saber, implementa territórios e mapas de forma avassaladora desestrutura territorialidades preexistentes, com sua “pseudoterritorialidade”, a qual, de acordo com Haesbaert (2004), é fruto de uma efetiva desterritorialização – permitiu compreendermos como foi composto o quebra-cabeça expresso no primeiro mapa que tivemos em nossas mãos no âmbito da experiência aqui abordada. Tal situação pode ser vista como uma trama territorial estatal esquizofrênica, em que o Estado e suas instituições, ao mesmo tempo em que coíbem a diversidade territorial e a multiplicidade de formas de jurisdição e identidades, de certa forma “autorizam” a existência de sobreposições territoriais considerando-as incompatíveis (HAESBAERT, 2004)

Ao cruzarmos com as imagens de satélite temporais, foi possível vislumbrar os impactos de tal mosaico territorial estatal na paisagem. Na Figura 4, podemos observar em tons de cinza escuro as áreas recobertas com vegetação no centro da atual TI Barra Velhas do Monte Pascoal e no PNMP, uma área de mata que, em 1977, já se apresenta fragmentada, porém ainda com manchas de vegetação. A maior parte da área em tons de cinza claro representa áreas desprovidas de vegetação – na maioria pastagens ou áreas agrícolas. Na década de 80, aumenta a fragmentação e começa a pressão na faixa norte do PNMP, conformada pela restrita área da TIBV. Seis anos depois, em 1990, a pressão ao norte aumenta e há praticamente um extermínio dos fragmentos ao sul do PNMP, por ocasião do aumento das pastagens por fazendas de gado na região

⁴¹ De acordo com Pinheiro e Mendes (2013), em 2011 foi aceita a dupla afetação da área (enquanto Unidade de Conservação e Terra Indígena).

Figura 4. Cartograma com série temporal Landsat 2 e 5.



Fonte: Elaboração da autora com base em imagens dos satélites Landsat 2 e 5 e limites territoriais oficiais.

A noroeste, o que anteriormente corresponderia à área do Parque do Monumento do Monte Pascoal, é tomado por tons de cinza escuro e manchas geométricas relativas ao cultivo de eucaliptos nas cabeceiras dos rios que conformam a bacia do Caraíva. Em meio ao descaso, mas não por acaso, tais áreas ficaram desprotegidas sem ser nem UC, nem TI, liberando-a para um tipo de uso que ocasiona impactos significativos na qualidade das águas – como podemos averiguar posteriormente no mapeamento. Cabe destacar ainda que

[...] ao criar uma figura territorial, como um Parque que não tem viabilizado em sua gestão as perspectivas dos indígenas, há consequente quebra sistemática e abrangente das regras e abandono das responsabilidades tradicionais sobre o espaço. Desta forma, quem era dono se torna invasor, na perspectiva dos órgãos gestores e injustiçado na visão local. O conflito e a crise do espaço comum são estabelecidos, pois o que tinha regra tradicional vira livre acesso e todos passam a degradar a floresta do parque (CARDOSO; PARRA, 2008, p. 55).

Atualmente, não sem esforços, é reconhecida a importância dos povos indígenas na manutenção da biodiversidade, o que faz com que as TIs, assim como as UC em suas diferentes categorias, sejam consideradas áreas protegidas para fins de planejamento estratégico⁴², embora sejam incipientes e desarticuladas as ações de gestão integrada propriamente ditas. Ações pontuais e esforços de distintos atores se dão na tentativa de juntar os fragmentos outrora conectados em busca da manutenção da qualidade ambiental. Cabe ressaltarmos que isso não exime a existência de conflitos ao redor das áreas tanto supramencionadas como sobrepostas⁴³, já que o diálogo entre as partes há muito vem sendo desgastado e que a perspectiva indígena – mesmo em contextos de gestão compartilhada – venha sendo colocada em segundo plano.

Vale ainda mencionarmos que, em meio ao cenário de conflitos territoriais e degradação socioambiental, a sobreposição entre áreas

⁴² Ver Plano Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006).

⁴³ Sobre a decisão favorável de dupla afetação em 2011, ver Pinheiro e Mendes (2013).

protegidas que ganhou atenção ao longo de tantas décadas é somente um dos problemas que assolam os ambientes que compõem tais territórios, um dos desafios da gestão intercultural⁴⁴ (RICARDO, 2004). Neste contexto, são inseridas as ações de gestão territorial e ambiental de TI entre os Pataxó do Monte Pascoal nas quais o etnomapeamento, além das situações de degradação ambiental e sobreposição territorial, encontra, dentre os desafios, a garantia da posse plena da terra.

Além da situação no que tange as áreas protegidas, como sobreposições e conflitos de territorialidades, atualmente conformando um mosaico que se volta para questões ambientais, os conflitos passam por entender e buscar estratégias para lidar com o entorno⁴⁵ de tais áreas. A saber, a região configura um mosaico fundiário complexo que em termos de limites podemos visualizar, ao mesmo tempo, territorialidades não reconhecidas e despercebidas que possam vir a emergir.

⁴⁴ “Iniciativas de gestão iniciam timidamente em 2001, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente contemplando os povos Kiriri, Pataxó HãHãHã e Pankararé e Potiguara. A Anaí, em outro contexto, de compensação ambiental, realizou etnomapeamento da TI Tupiniquim/Guarani no Espírito Santo (nordeste/leste); nos debates sobre a PNGATI, incentivados pela Funai, foram contemplados com ações de mapeamento e elaboração de planos de gestão, os Pataxó e Potiguara. Em 2013, já no contexto de execução da PNGATI ocorreram mapeamentos entre os Pankararu e Xokó, entre o Xukuru, houve iniciativa interna à comunidade. Sob orientação da ONG, os Tremembé também fizeram etnomapas. Em 2014, iniciativas entre os Tremembé da Barra do Mundaú, Tremembé do Córrego João Pereira, Tapeba (CE), Kambiwá, Kapinawá, Pankararu (PE), Caxixó, Xacriabá (MG), pelo Fundo Clima, contemplando povos da Caatinga e Cerrado” (Síntese cronológica feita do Isabel Froés Modercin, 2015. Informação verbal).

⁴⁵ Em Unidades de Conservação, o entorno é protegido por áreas de amortecimento embora existam divergências relacionadas à delimitação destas áreas; já em Terras Indígenas, como já mencionamos, a oportunidade de medidas de proteção do entorno se perdeu com a eliminação da faixa de segurança etnoambiental da PNGATI.

3 ENTRE CARTOGRAFIAS

Aqueles que acham que a cartografia se resume à representação espacial do espaço absoluto, inscrita em uma “história de progresso” tecnológico em que a precisão do dado qualifica os melhores procedimentos e mapas, se engana. Historiadores da cartografia demonstram que a teoria e práxis cartográficas têm variado enormemente ao longo do tempo e do espaço e especialmente nos últimos anos (WOODWARD; LEWIS, 1998; DODGE; KITCHIN, 2011). Além do que a cartografia e os mapas vêm transpondo os muros acadêmicos e governamentais, se difundindo rapidamente por meio de práticas que envolvem o fazer e o usar mapas, para tomar decisões das mais corriqueiras e cotidianas às mais decisivas e complexas – interferindo diretamente na vida das pessoas e dos ambientes e territórios habitados.

No que tange os povos indígenas e tradicionais, pode-se dizer que passam da invisibilidade e ausência total nos mapas e mapeamentos, sobretudo em ações em que é nítida a intensão de usurpar seus territórios, à participação em diferentes níveis. Este envolvimento de determinados grupos com os mapeamentos decorre da ampliação do protagonismo de tais grupos para a garantia de seus direitos territoriais, a qualidade dos recursos naturais, bem como suas territorialidades específicas. A participação, contudo, não isenta as representações cartográficas de terem suas limitações e ambiguidades colocadas em xeque, que quando ponderados lado a lado às suas potencialidades permitem extrapolar os binários⁴⁶ que acompanham as abordagens cartográficas.

Embora ainda incipiente, assim como no interior da ciência cartográfica, a discussão acerca dos mapas e mapeamentos com povos indígenas e tradicionais vem despontando na geografia. O que ocorre, seja pela maior inserção de geógrafos em estudos e ações específicas, seja pela diversidade de situações em que os mapas e mapeamentos se inscrevem,

⁴⁶ Dodge, Kitchin e Perkins (2009) apresentam sob a forma de tabela algumas das distinções binárias que influenciam os pontos de vista sobre o estado epistemológico e ontológico do mapeamento. Binários como: mente/corpo, empírico/teórico, absoluto/relativo, nomotético/ideográfico, ideológico/material, subjetivo/objetivo, representação/prática, mapa/território, processo/forma, entre outros que permitem repensar os mapeamentos e compreender quais as dimensões que atuam em cada uma das posições teóricas.

ou ainda por motivações acerca da crítica à concepção de mapas como representações da realidade.

Neste capítulo objetivamos situar a abordagem cartográfica acionada na presente pesquisa, bem como os mapeamentos entre povos indígenas na cartografia contemporânea. Traz uma breve explanação sobre as perspectivas cartográficas que coexistem, dentre aquelas que consideram os mapas: como representações da realidade, como construções sociais e como práticas culturais. Demonstra os tipos de mapeamentos que vêm sendo realizados com povos indígenas, dentre eles os denominados etnomapeamentos, identificando as concepções cartográficas, assim como as práticas de mapeamento que estão por trás destas experiências.

Buscamos evidenciar não só a coexistência das diversas perspectivas cartográficas, mas a de múltiplas cartografias; acreditamos que, ao contemplar a multiplicidade como inerente à prática cartográfica, haja vista a gama de situações com que as distintas cartografias são acionadas constantemente, há mais chances de compreender e experienciar a complexidade de fenômenos contemporâneos – dentre eles, os múltiplos territórios e territorialidades dos quais decorrem tais práticas.

3.1 Em busca de outras narrativas cartográficas

As definições de mapa e de cartografia comumente aceitas relacionam-se com representações espaciais gráficas e aparentemente não há nada de errado com essa perspectiva se consideramos a etimologia de ambas as palavras e a elas nos restringirmos: “cartografia” deriva do grego *graphein*, que significa escrita ou descrita e do latim *charta*, cujo significado é “papel”, o que vem justificando a materialidade gráfica do mapa, seu fiel companheiro; já a palavra “mapa”, segundo o *Dicionário de Etimologia Online*, surge em 1520, com significado de “pano ou toalha de mesa no qual os registros de deslocamentos, especialmente os marítimos, eram desenhados”.

Como demonstrado por John Harwood Andrews (1990), ao pesquisar obras (dicionários, glossários, enciclopédias, periódicos e

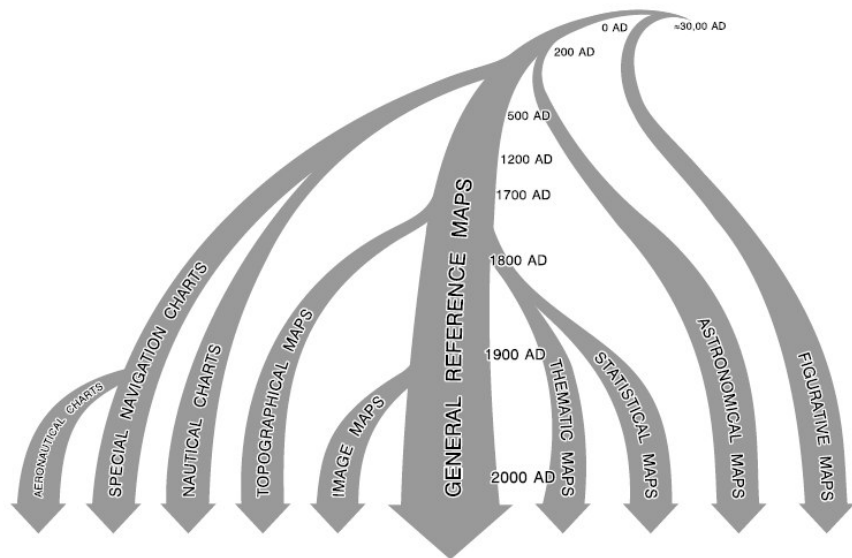
outras) publicadas entre 1649 e 1996, identificou 321 definições de “mapa”, entre as quais a ideia recorrente é a de “representação plana de toda ou de parte da superfície terrestre”. Como vem sendo demonstrado ao longo da história cartográfica recente, não é possível limitarmos as possibilidades de expressão do conhecimento espacial às representações gráficas.

Um pouco mais de investigação nos leva a um aparente consenso no interior da cartografia: as diferenças básicas entre um mapa e um desenho qualquer se encontram na razão expressa entre as dimensões dos atributos encontrados no terreno e representados graficamente – a escala cartográfica – e na localização determinada por uma grade de coordenadas. Estes requisitos mínimos de proporção e localização visam garantir a universalidade da linguagem cartográfica, a precisão métrica e o poder comunicativo dos mapas – se nos pautarmos nestes argumentos ao descumprir tais requisitos, não estaremos tratando de mapas, mas sim de desenhos, croquis, esboços, mapas mentais, entre outras denominações.

Mapas nos acompanham desde os primeiros anos escolares, senão antes. Nos contatos iniciais com a cartografia, os conhecimentos e as percepções espaciais passam a ser enquadrados na forma de expressão consolidada historicamente sob a lógica concebida como mapa. Em um movimento que vai gradativamente “do desenho ao mapa”, os saberes são apresentados como se um desse lugar ao outro, como se a construção do conhecimento espacial fosse do figurativo, infantil e primitivo ao elaborado, padronizado e correto.

Esta forma de transmissão do saber cartográfico nos permite traçar um paralelo com forma predominantemente de conceber a história da cartografia. Como demonstrado no esquema extraído do *The elements of cartography* (ROBINSON et al., 1995), em que é apresentado (Figura 5) como uma espécie de linha do tempo evolutiva da cartografia rumo a representações da realidade. Nesta representação, os mapas do passado são figurativos e, no presente, os mapas figurativos não são mais mapas: são esboços, croquis, desenhos, entre outros. Outras formas de registrar os conhecimentos espaciais como tidas como inferiores, menos reais e imprecisas.

Figura 5. Esquema ilustrativo de uma história cartográfica de progresso.



Fonte: Robinson et al. (1995).

Tal forma de conceber a história cartográfica passa a ser colocada em xeque na contemporaneidade justamente por contar com a evolução ao longo do tempo, e não com a diversidade de formas. Um breve resgate histórico nos mostra que, anteriormente à conformação da cartografia como disciplina nos moldes da ciência moderna, existia uma série de conhecimentos, modos de fazer e percepções, bem como múltiplas formas de expressão dos saberes espaciais, muitos dos quais contribuíram para a conformação da cartografia como a conhecemos (HARLEY, 1990; TURNBULL, 2003; PORTO-GONÇALVEZ, 2002; CRAMPTON; KRIEGER, 2010).

As primeiras iniciativas de reunião do conhecimento cartográfico ocorreram no século XVI na Europa, mais especificamente em Portugal e Espanha (TURNBULL, 2002, PORTO-GONÇALVEZ, 2002). Contudo, a cartografia como disciplina científica, ou seja, quando os conhecimentos espaciais começam a ser organizados por especialistas com aspirações científicas, desponta entre o fim do século XVIII e início do XIX (CRAMPTON; KRIEGER, 2008).

Desde então a cartografia vem sendo tratada comumente por uma história de progresso, concentrada na busca por representar o mais fielmente possível os arranjos espaciais. Nessa história, como nos traz Harley (1990), outros mapas e formas de representação espacial que não indicassem o progresso rumo à objetividade não eram estudados. Outras práticas de mapear e de transmitir ou comunicar conhecimentos espaciais, bem como outros mapas, foram negados e tidos como inferiores.

Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (1994) retrata a transição do mapa como um lembrete de roteiros e descrições do que vem sendo considerado como representação ou abstração do mundo real. Os mapas eram ilustrados com imagens de navios, relevos, pessoas e feras com várias descrições, ventos, correntes, entre outras. Estas passam a ser rejeitadas e consideradas simples decorações; no entanto, eram fragmentos de histórias, relatando as jornadas e os fatos decorrentes, das quais o mapa resultou e de onde ele emerge. Para o autor, o mapa foi lentamente distanciado “dos itinerários que eram as condições da sua possibilidade” tornando-se a “homogeneização e retificação da rica diversidade de roteiros e histórias espaciais” que pouco a pouco elimina “todos os traços das práticas que os produziram” (CERTEAU, 1994).

Girardi (2014) demonstra, por meio da passagem dos mapas ptolomaicos e portulanos às cartas topográficas, o afastamento das relações com a arte de mapear rumo ao modelo euclidiano. Com data do final da Idade Média, quando muitos mapas estiveram a serviço das grandes navegações, caminham lado a lado com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, bem com o surgimento e a consolidação do Estado-Nação, atrelados fortemente ao conhecimento científico (TURNBULL, 2003; PORTO-GONÇALVEZ, 2002; GIRARDI, 2014).

Do afastamento das ilustrações que contavam as histórias dos percursos, bem como as descrições de lugares ou eventos, ao surgimento de rosa dos ventos e grade de coordenadas relacionando a história dos mapas com um “evoluir” cartográfico para atender às questões políticas e econômicas voltadas para o mercado de terras e privatização dos recursos, o desenvolvimento do Estado-Nação e da propriedade privada demandam novos tipos de mapas no Ocidente. Na medida em que as terras são valorizadas, aumentava-se a necessidade de maior precisão nas demarcações; as cartas topográficas vêm atender a esta demanda (GIRARDI, 2014, outras fontes).

Para Robinson et al (1975), estas e outras práticas rumo à eficiência cartográfica são tratadas como uma “ruptura epistemológica” ou “revolução cartográfica”, tratando-se de fases em que foram incorporados novos instrumentos ou procedimentos metodológicos rumo às melhores representações. Já para Turnbull (2003, p. 104), o que ocorreu foi um “processo bastante heterogêneo, localmente contingente em que os mapas se tornaram integrados à ciência e ao Estado”.

Esforços teóricos vêm sendo empreendidos em prol de uma história não progressiva da cartografia como o proposto por Matthew H. Edney (1993). Nesta perspectiva, os mapas são produtos históricos dependentes do contexto e que operam dentro de certo horizonte de possibilidades. Os mapas de hoje não são nem melhores nem piores do que os mapas de outros tempos e/ou outras culturas, dependem de quando e onde foram criados.

Esforços neste sentido vêm sendo empreendidos, sobretudo no fim da década de 80, em que um corpo de teóricos e historiadores da cartografia passa a questionar os pressupostos e as bases que sustentam a cartografia moderna pautada na busca pela representação da realidade. Estas críticas teóricas se tornam possíveis, segundo Crampton e Krieger (2008), justamente pelo fato de que, ao longo da história da cartografia, a elaboração de mapas entrou em conflito com conhecimentos locais marginalizados que não eram científicos.

Para Turnbull (2003), ocorre que diversas culturas e grupos sociais possuem formas distintas e localizadas de reunir o conhecimento, e as práticas que conformam a ciência cartográfica ocidental configuram mais uma das formas. Segundo o autor, somos ainda inconscientes da centralidade dos mapas na vida contemporânea ocidental, por serem onipresentes e constitutivos do nosso pensamento e da nossa cultura. Ao mesmo tempo, essa onipresença dificulta pensarmos em outros mapas distintos – em forma, conteúdo e lógica – daqueles que nos foram apresentados desde nossos primeiros contatos com a cartografia, ainda na infância. O que limita o pensamento e faz com que sejam negadas, em alguns casos, outras formas de reunir o conhecimento cartográfico ou, ainda, nos termos de Mauro Almeida (2013), conhecimentos cartopráticos.

Nesta linha, a concepção de mapas e de mapeamentos varia significativamente entre os diferentes grupos sociais, faz parte do conhecimento que adquirimos por estarmos imersos em determinadas

sociedades (TURNBULL, 2003). Não se trata de uma questão de evolução do pensamento ou dos saberes espaciais, mas de diferentes visões de mundo as formas de conceber os espaços e de transmitir o conhecimento.

Apesar da visão cartográfica ainda predominante, persistem em distintos contextos e situações, das mais complexas às mais corriqueiras, estas e outras múltiplas formas expressão espacial. No que tange a reunião de conhecimentos, há um leque de relações estabelecidas ao longo das histórias cartográficas, ocorrendo constantemente em vários “lugares”: trata-se, nessa perspectiva, de um momento entre vários outros que configuram essa trajetória da ciência e das práticas com os mapas.

Repensar a cartografia, seus moldes e suas formas de expressão tem sido alvo de estudos realizados por um corpo de teóricos e historiadores da cartografia, bem como de outros campos do conhecimento. Este amplo movimento reflexivo demonstra a preocupação com a homogeneização das formas de pensar a cartografia, bem como de transmitir os conhecimentos espaciais. Nesta linha, os mapas elaborados com base nos referenciais espaciais locais, simbologias inscritas no sistema cultural específico, em muitos casos configurando múltiplas cartografias que coexistem em distintos contextos socioculturais. O leque de concepções cartográficas é tão amplo quanto o de possibilidades de engajamento em mapeamentos.

3.2 Mapas como verdades e como construções sociais

Comumente vinculam-se esforços de sistematização da cartografia ao fim da Segunda Guerra, marcada pela automatização da cartografia. Desde então um número de diferentes ortodoxias científicas tem permeado o mundo da pesquisa cartográfica acadêmica ocidental na busca por uma noção de uma abordagem comum e universal (DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009).

No pós-guerra, os anseios por mapas com “maior qualidade” foram crescentes e grande esforço é empreendido para eliminar traços de influência artística e posicionar a cartografia como uma atividade inteiramente científica. Por meio do modelo “correto” é que se comunica

a verdade sobre o mundo, o qual existiria, independentemente do observador, e assume-se que tudo é passível de ser mapeado dentro de uma estrutura geométrica para a representação do espaço euclidiano (SEEMANN, 2003; HARLEY, 1989; 1991; LEVY, 2008; CRAMPTON; KRIEGER, 2008, EDNEY, 2011)

Nestes rumos, seguem as pesquisas cartográficas da década de 50 voltando-se para fins bélicos, estruturadas sobretudo nos Estados Unidos. Estudos cartográficos rumam à normatização para reduzir os erros das representações. Baseado num conjunto de generalizações considerado adequado para a cartografia objetiva, rigorosa e empiricamente testada, foi criado um modelo de mapa. Calcado na filosofia em que os objetos a serem mapeados independem do cartógrafo, em prol da eficiência para expressar localização, direção e distância, sendo as observações sistemáticas o único caminho para a representação da realidade, pelo qual se criou um mito de mapa verdadeiro (SEEMANN, 2001; CRAMPTON; KRIEGER, 2008; DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009; GIRARDI, 2014).

Pesquisas capitaneadas por Artur Robinson pautam-se em princípios da psicologia experimental como o melhor caminho para a cartografia para ganhar respeito intelectual e desenvolver um corpo de generalizações adequadas, em busca de mapas claros, eficientes e eficazes. Desta forma, a cartografia foi distanciada dos usuários dos mapas, o contexto social e os observadores foram desconsiderados, a fim de garantir a universalidade cartográfica com eficiência (SEEMANN, 2001; EDNEY, 2011; KITCHIN; DODGE, 2007; CRAMPTON; KRIEGER, 2008). Segundo Crampton e Krieger (2008), tal iniciativa tem sido alvo de críticas desde sua origem: algumas são críticas em si mesmas, outras promoveram as reflexões acerca da cartografia oficial – de onde surgem outras iniciativas.

A concepção de mapa como verdade, como representação fiel da realidade, objetivo, desprovido de valor, passa a minguar no final da década de 80. Ao mesmo tempo em que afirmam precisão, cientificidade e autoridade, os mapas sofrem contradições no interior do próprio método cartográfico. Não há mapa sem mapeador; um conjunto de generalizações e escolhas são traçadas: o que é mapeado é selecionado e expresso de acordo com objetivos específicos. Portanto, são subjetivos e relativos, expressando apenas um ponto e vista de determinados fatos (SEEMANN,

2001; TURNBULL, 2003), muitas vezes imbuídos de valores e julgamentos daqueles que os constroem (HARLEY, 1990).

A estas questões somam-se o fato de que uma ferramenta do conhecimento espacial não pode se restringir somente à abordagem euclidiana, da mesma forma o que é dado geográfico não se restringe unicamente àqueles que podem ser medidos e abstraídos, independentemente das características e relações que o conformam (SEEMANN, 2001). As limitações dos mapas como representações da realidade, cujo espaço considerado absoluto foi transcrito por meio de abstração matemática, fizeram com que diversos geógrafos, entre pesquisadores de outros campos, se afastassem dos mapas (SEEMANN, 2001; GIRARDI, 2014).

Além disso, a impossibilidade de contemplar conceitos e temas inerentes à própria ciência geográfica como território, espaço-geográfico, lugar, paisagem, bem como a propensão positivista a que os mapas modernos serviam, fez a relação entre a cartografia e a geografia minguar – de um lado, os geógrafos críticos; do outro, os quantitativos (GIRARDI, 2014).

As décadas de 80 e 90 testemunharam instigante comprometimento com as implicações do conhecimento cartográfico, sobretudo em oposição às epistemologias de mapeamento do pós-guerra (SCHUURMAN 2000; 2004 apud CRAMPTON, 2008). Esforços pioneiros vêm à tona com as publicações de John Brian Harley, em *Deconstructing the map* (1989), abrindo caminhos para a interpretação de mapas e mapeamentos para além de estudos técnicos, cognitivos e aplicados ao funcionalismo, incentivando a reorientação de um campo em grande parte empírico e acrítico. Inicia-se um corpo de discussões reconhecido como cartografia crítica, mudando o rumo de pesquisas cartográficas.

Com profunda conotação política, a pesquisa teórica, os discursos e as práticas surgem em oposição a pesquisas voltadas para a execução de mapeamentos tecnologicamente orientados para a generalização (KITCHIN; DODGE; PERKINS, 2009; DODGE; PERKINS, 2015).

Harley (1989; 1991) propõe a avaliação das regras tradicionais da cartografia e os vínculos entre a realidade e a representação como objeto de desconstrução, explora a textualidade dos mapas e as dimensões do poder discursivo nesses instrumentos imbuídos de valores e de expressões do saber/poder. Para ele, os mapas devem ser lidos como textos e defende

que, por meio de sua desconstrução, pode-se ler as entrelinhas do mapa, as margens do texto, e, por meio de suas alegorias, descobrir seus “silêncios” e contradições que desafiam a honestidade aparente (HARLEY, 1989).

O autor argumentou ainda que os produtores de mapas eram eticamente responsáveis pelos efeitos desses mapas, apontando que o processo criativo estaria envolvido na produção para além da revelação da realidade. No processo de criação, puramente ideológico, da cartografia científica, muitas decisões subjetivas são feitas sobre o que incluir, como o mapa vai ser visualizado e o que o mapa deve comunicar. Neste sentido, os mapas são tidos como construções sociais (HARLEY, 1989).

A relevância dos escritos de Harley é consenso entre os pesquisadores que se debruçam na diversidade cartográfica para além das representações da realidade, pois o autor foi responsável por um corpo de críticas e reflexões teóricas que permitiram o desenvolvimento de muitos outros trabalhos que seguiram. Ao objetivar a desestruturação da hegemonia das formas de representar o espaço, chamam atenção para outras concepções sobre mapeamentos e os mapas que até então foram desconsideradas pela abordagem científica. Este fato vem contribuindo para a compreensão de aspectos teóricos dos mapeamentos, mudando a estrutura do trabalho e da produção de mapas.

Em parceria com Woodward, Harley adotou uma nova definição enfatizando os mapas na experiência humana, a fim de incluir outros mapas que até então não eram contemplados pelos manuais: para eles, os “mapas são representações gráficas que facilitam uma compreensão espacial das coisas, contextos, condições, processos ou acontecimentos no mundo humano” (HARLEY; WOODWARD, 1987).

A estratégia de Harley foi identificar as políticas de mapeamento e, neste sentido, tem inspirado uma série de pesquisas. Além de permitir aos teóricos trilharem outros caminhos, desde esta época despontam perspectivas que permitem manter um campo de pesquisa em atual efervescência teórico-prática. Contudo, sua abordagem não se isentou de críticas: Crampton e Krieger (2008) e Wood (1992) apontam que seus escritos permaneceram “atolados na concepção modernista de mapas”, como documentos acusados de “confessar a verdade da paisagem”.

Segundo Dodge e Perkins (2015), o autor parecia ignorar a possibilidade de contra mapeamentos e outras possibilidades de resistir

ao poder hegemônico. Ao passo que Wood (1992) traz que o problema não estava nos mapas, mas sim nos coisas ruins que poderiam ser feitas com ele, considerando que, apesar de os mapas poderem subsidiar as estruturas políticas dominantes ao expressarem interesses de grupos específicos nem sempre explícitos, podem ser feitos para ajudar os outros impulsionando uma série de projetos de contra mapeamentos.

Dos questionamentos à cartografia formal e da perspectiva ampliada a outras cartografias que divergem dos moldes da disciplina cartográfica ocidental, configuram-se cartografias “subversivas” (HARLEY, 1989), cartografias “indisciplinadas” (CRAMPTON; KRIEGER, 2008; 2010) – tendo em vista que o termo “disciplina” conota rigor, controle e restrições, a “cartografia indisciplinada” foge às regras e padrões construídos e impostos para a construção de mapas fiéis e feitos por especialistas, muitas vezes para fins de ordenamento e controle.

Já Kitchin e Dodge (2007), ao tratarem de “contra mapeamentos”, trazem que podem ser uma das estratégias para enfrentar a “crise da representação”, de forma a garantir a expressão de pontos de vista alternativos. Apesar disso, os autores argumentam que, mais uma vez, não se questiona o “status ontológico do mapa”: em vez disso, simplesmente revela a política de mapeamento.

3.3 Mapas entre representações e práticas

O que está em xeque na perspectiva dos autores é o mapa em si e a segurança ontológica que aparenta ter, considerando que, segundo eles, a ontologia fundamental do mapa se pauta na certeza de que o “mundo real” pode ser conhecido e objetivamente medido usando técnicas científicas para capturar e exibir informações espaciais. Sem sombra de dúvida, os mapas expressariam a realidade. Para Dodge, Kitchin e Perkins (2009), o exame da cartografia consiste em questionar seu próprio projeto, ou seja, deve questionar o status dos mapas como representações reais.

Afirmam ainda que, ao invés de estudar como os mapas são, deve-se dedicar ao exame de como os mapas tornam-se, ou seja, da natureza dos mapas às práticas de mapeamento primando pelo caráter processual

dos mapas. Ao mesmo tempo, apontam para a importância em refletirmos sobre a natureza dos mapas, pois

[...] determina a forma como pensamos sobre, produzimos e usamos mapas; ele molda nossas suposições sobre como podemos conhecer e medir o mundo, como mapas trabalham, as suas técnicas, estética, ética, ideologia, o que eles nos dizem sobre o mundo, o trabalho que fazem no mundo, e nossa capacidade como seres humanos para nos engajar no mapeamento (DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009, p. 1).

A crítica à ideia de mapear “a realidade” de forma independente do mapeador ocorre em alguns casos por promover um afastamento entre mapa – mapeador. Esta nos remete às ideias de Ingold (2000), quando traz que os processos de mapear e de conhecer os “lugares” se assemelham, pois ambos ocorrem nos ambientes e se desenvolvem ao longo do tempo. A tese deste autor é que

[...] conhecer assemelha-se ao mapear, não porque conhecimento seja parecido com um mapa, mas porque os produtos oriundos do mapear (inscrições gráficas), e os do conhecer (histórias) são fundamentalmente distintos de um mapa (INGOLD, 2000, p. 220).

Isso porque quanto mais a cartografia moderna busca por uma “representação exata e abrangente da realidade, menos verdadeira essa representação parece” (INGOLD, 2000, p. 242) e mais distante da vida o mapa se torna.

Esforços cartográficos relacionados à representação: termo amplamente utilizado na literatura cartográfica que assume sentido de transcrição da realidade. Para tanto, pressupõe-se que o espaço já está dado e disponível para descobertas, para observações sistemáticas e coletas e registros de aspectos dos fenômenos previamente existentes (GIRARDI, 2014). Nem todo fenômeno pode ser medido, nem todo dado geográfico está dado, ou seja, não há uma realidade a priori pronta para ser coletada, registrada, mas sim aquela em constante construção: de acordo com Turnbull (2007), a realidade é emergente.

O espaço não está dado, é coproduzido dinâmica e constantemente, da mesma forma como não há uma realidade disponível à apreensão senão aquela que é constituída por meio de inter-relações estabelecidas entre coisas, pessoas, seres, lugares e com o próprio mapa (DODGE, KITCHIN; PERKINS, 2007; INGOLD, 2000). Ou seja, por mais realista que seja considerada a representação (por exemplo, uma imagem de satélite), o que nela está expresso é dinamicamente feito e significado por aqueles que vivem os lugares.

O mapeador é separado do mapa e tido como responsável por transcrever a estrutura do mundo: a realidade. Por meio de uma “visão do alto” ou “visão privilegiada” ou “olhos de Deus” ou ainda “visão de pássaro”, expressões cunhadas para se remeter à verticalidade e à sensação de ver o todo que conformam os ambientes proporcionados por mapas, imagens de satélite e fotos aéreas. Remetem a um “ponto de observação tão acima da superfície terrestre que *todo* o ‘território’ o qual nos é familiar, poderia ser visto num só relance” (INGOLD, 2000, p. 227, grifo do autor).

Com certo tom de ironia, haja vista a perspectiva crítica do autor com relação aos mapas, traz que quanto mais ao alto nos situamos (por meio das imagens orbitais ou fotos aéreas), maior a possibilidade de transcender “barreiras locais”, de ver além dos “horizontes estreitos” de quando estamos no chão. Para ele, as “estruturas do mundo”, assim como a “estrutura do mapa”, estão fixas, desconsideram o movimento de seus habitantes e fazendo da representação uma “ilusão cartográfica” (INGOLD, 2000).

Supõe-se que esta “visão privilegiada”, a “visão do alto”, permite aos mapeadores transcreverem nos mapas o “mundo real”, no qual estão fora; deslocados desta realidade, podem representá-la objetiva e veridicamente. Esta perspectiva é almejada por alguns teóricos da cartografia e tratada como altamente problemática por aqueles que apontam para outras questões que envolvem os binários inerentes às perspectivas cartográficas (ver DEL CASSINO; HANNAH, 2005; DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009; CORNER, 1999).

No que tange ao binário mente/mundo, Dodge, Kitchin e Perkins (2009) esclarecem:

Se a mente é conceituada como separada do mundo, a razão instrumental torna-se possível. Assim, o mapa é facilmente separado das

contingências confusas e subjetivas que fluem de uma visão corporificada de mapeamento. Como tal, a ciência e a razão tornam-se possíveis e uma visão privilegiada de lugar nenhum pode representar o mundo de uma forma objetiva. Ao passo que assumir uma unidade de mente e corpo, e enfatizar a ideia de saber encarnado as qualidades subjetivas de mapeamento, tornam distinções entre o “observador” e “observado” problemáticas (DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009, p. 3).

Tais ideias remetem aos escritos de Doreen Massey (2008), em que aponta para os encantos dos mapas, ao mesmo tempo em que reforça a homogeneização, a desconsideração de outras espacialidades, trazendo que “visão do alto” não configura um problema – desde que não seja tratada como a única verdade sobre o espaço.

Nesta mesma linha, Almeida (2012, p.16) trata de múltiplas ontologias nas quais a perspectiva “do alto” é mais uma das formas de se alcançar a “verdade de chão”, ao lado de outras tantas verdades, daqueles que constroem os lugares, entre indígenas, tradicionais, pescadores e ribeirinhos, mas também entre qualquer pessoa da “sociedade ocidental”. Nas palavras do autor, “há uma ciência inscrita no *habitus* do corpo de indígenas, e de camponeses, de jangadeiros e pescadores caiçaras, e que cada um de nós, moradores de cidades, também possui.” Aponta ainda para as vantagens de se considerar distintas ontologias, outras formas de ver e de mapear o mundo.

O termo cunhado por Almeida (2012) é propício para chegar ao lugar que almejamos: sugere tratarmos de “cartopráticas”. Para não ir de encontro às formas de mapear e classificar os mapas concebidas pela cartográficas, há, contudo, outras ontologias e diversidade de experiências. Trata-se, portanto, de uma alternativa polida para considerar os diversos mapas e práticas de mapear a partir de um mesmo patamar; sem inferir nos termos cunhados pela cartografia atual, ao mesmo tempo em que não desmerece nem as elaboradas práticas de cartógrafos que se esforçam em manter a acurácia dos mapas, nem o apurado conhecimento local expresso nos mapas e em outras práticas pelos mapeadores indígenas e tradicionais.

Da mesma forma como há mais de uma maneira de navegar, há muitas maneiras de mapear, bem como múltiplas formas de reunir conhecimentos, expressar o conhecimento espacial e conceber a

cartografia e os mapas (TURNBULL, 2003). Como demonstram Woodward e Lewis (1989), ao tratar de “cartografias tradicionais” ampliam-se as possibilidades cartográficas para além da representação gráfica, considerando cartografias cognitivas, performáticas e materiais, como operando de forma complementar.

O Quadro 2 apresenta algumas das possibilidades cartográficas identificadas pelos autores em estudos que contemplam outros povos denominados, na ausência de termo melhor, por cartografias tradicionais. Perspectiva esta que vale não somente para povos tradicionais, mas também para diversos grupos ou indivíduos inscritos em processos de mapeamento.

Dentre os três tipos de cartografia consideradas por Woodward e Lewis (1998), há: conjunto interno ou cognitivo de comportamentos envolvendo o pensar sobre o espaço e os seus referenciais; cultura material representada por meio artefatos ou objetos, dentre eles os mapas; performances onde o espaço pode ser promulgado através de gestos, rituais, música, dança, discurso ou poesia. Afirmam ainda que todas as três são necessárias para melhor compreensão de como mapas funcionam na sociedade. Da mesma forma, ampliam as formas de transmissão de saberes espaciais, bem como permitem vislumbrá-las ao longo de diversos processos de mapeamento.

Quadro 2. Possibilidades cartográficas.

INTERNA (Experiência interior)	EXTERNA (Processos ou objetos)	
Cartografia cognitiva (Pensamentos, imagens)	Cartografia de performance (Processos, performances)	Cartografia material (Registros, objetos)
Imagens organizadas como construções espaciais	Imaterial e efêmera	No local
	Gestos	Inscrições rupestres
	Rituais	Objetos móveis
	Músicas	Pinturas
	Poemas	Desenhos
	Danças	Esboços
	Discursos	Modelos
	Uso e elaboração de mapas, esboços, modelos	Painéis e Tecidos
	Elaboração de Modelos, Esboços, Mapas	Mapas

Fonte: Adaptado de Woodward e Lewis (1998).

As ideias de performance, de movimento e de práticas estão presentes em Woodward e Lewis (1989) quando situam os mapas dentre as outras tantas possibilidades de mapeamentos, perspectivas presentes também no discurso e nas práticas não representacionais. “Mapas são mapeamentos”, são processos permeados por um conjunto de práticas, são contextuais, performáticos, vivos, encarnados - não existem por si só, mas são chamados a existir (DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009).

Del Cassino e Hannah (2005 p. 36) transcendem inclusive o binário representação/pós-representação e apontam para os mapas como em constante estado de “tornar-se”, sendo tarefa complexa senão impossível estabelecer um começo e um fim para o mapeamento. A cada encontro com o mapa, novos significados e possibilidades são criados. Complementam trazendo que “mapas são ambos representação e prática, são objetos visuais maduros para a desconstrução”. Nesta linha, mapas não descrevem realidades, mas sim possibilitam (CORNER, 1999).

Para estes autores, um mapa não é um mapa porque cumpre determinados pré-requisitos e apresenta elementos específicos: ele se

torna um mapa por meio das práticas de mapeamento. Estas práticas ocorrem no fazer e refazer, no vivenciar, no usar mapas, no riscar, no amassar e até no ato de jogar fora os mapas. Oportunamente, a perspectiva oferece várias “entradas” para análise dos processos de mapeamento, de forma a ofertar um leque de opções de engajamento. Nas palavras dos autores, o

[...] conjunto de pontos, linhas e cores que toma forma como e é entendido como um mapa através de práticas de mapeamento (uma inscrição em um estado constante de (re) inscrição). Sem essas práticas uma representação espacial é simplesmente tinta colorida em um papel [...]. Os mapas são do momento, trazidos à existência por meio de práticas (encarnados, sociais, técnicos), sempre se refazem a cada vez que eles estão envolvidos com mapeamento é um processo de reterritorialização constante. Como tal, os mapas são transitórios e fugazes, sendo contingente, relacional e dependente do contexto (KITCHIN; DODGE, 2007, p.5, tradução livre).

Acreditamos que os mapas não são simplesmente instrumentos, nem representam uma realidade: são processuais sempre mapeamentos (DODGE; KITCHIN, 2007) construídos com os territórios que, por sua vez, transcendem as zonas homogêneas delimitadas por fronteiras rígidas, como parte do mosaico estatal. Na mesma linha, concordamos com Turnbull (2007), quando sugere uma cartografia performática por considerar a realidade emergente, ou seja, que está em constante reelaboração. Assim como os territórios e territorializações em Deleuze e Guatarri (apud HAESBAERT, 2004), longe de ser um a priori, são processos em estado de constante “tornar-se”.

Os mapas, portanto, existem graças às práticas que o permeiam, permitem vivenciar diversas realidades e criar outras novas realidades na medida em que um mapa não emerge da mesma forma para todos os indivíduos (KITCHIN; DODGE, 2007). Interpretar o mapeamento pressupõe entender o contexto em que ocorre, a forma como é invocado como parte das diversas práticas do mapear em que os mapas são somente parte do mapeamento (DEL CASSINO; HANNA, 2005; KITCHIN; DODGE, 2007).

Esta mudança de sentido incide no coração da cartografia, em que os mapas são considerados em perspectiva relacional, passando de representações para processos em curso (KITCHIN; DODGE, 2007). Fazer e usar mapas são entendidos como encarnados e dinâmicos. O mapeamento assume, assim, um caráter performático em todas as suas etapas, são parte de ações corporais, pois assume o movimento presente no mapa e no mapeador. Ao mesmo tempo, possui caráter de incompletude, algo em constante estado de refazer-se e ressignificar-se.

Diferentes perspectivas coexistem, o que mostra a efervescência e atualidade do campo de pesquisa cartográfica. Reflexões teóricas reverberam nas práticas de mapeamentos e inevitavelmente nos mapeamentos que vêm ocorrendo com povos indígenas, tradicionais e outros grupos com territorialidades específicas. Para não reforçar o erro cometido historicamente com aqueles que não se enquadravam ao modelo previsto como correto, consideramos que não há uma perspectiva melhor do que a outra: todas são permeadas por práticas e fazem parte de experiências cartográficas. Ao mesmo tempo, optamos por nos inspirar naquela que contempla o movimento, as relações, o dinamismo, o inacabado, a construção, os saberes e as práticas de mapeamento como componentes dos processos.

3.4 As geotecnologias no debate cartográfico

A cartografia científica atualmente é intrínseca ao uso de geotecnologias⁴⁷ e, portanto, elas se inscrevem no corpo de críticas e

⁴⁷ Assim como discorrer sobre a história da criação de tecnologias nos levaria ao passado distante (a criação dos primeiros objetos e estratégias pelos homens no início da humanidade), discorrer sobre geotecnologias, em um sentido amplo do termo, poderia nos levar à viagem no espaço-tempo também longa. Se considerarmos outros grupos sociais com sistemas de conhecimento próprios, bem como estratégias de mapear e conhecer o mundo, aumentam as possibilidades. Não é o caso fazer tal viagem, até porque esta pesquisa restringe-se às geotecnologias utilizadas em experiência específica; ao mesmo tempo, por situá-las em um conjunto de práticas de mapeamento possíveis, seria de grande

temas dos debates que vêm ocorrendo nas últimas três décadas como já mencionamos. Comumente, o conjunto de tecnologias voltadas para coleta, processamento e análise de dados⁴⁸, bem como a oferta de informação com referência geográfica, é denominado por geotecnologias⁴⁹ (ROSA, 2005; CÂMARA, 2001).

Para teóricos engajados em geoprocessamento, há aqueles que consideram os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) considerados geotecnologias compostas por hardware, programas de processamento geoespacial⁵⁰, pessoas (mapeadores e usuários) e dados geográficos (vetoriais e matriciais). Entre as suas características, estão a possibilidade de armazenar, gerenciar, analisar e integrar, em base de dados, informações espaciais provenientes de diversas fontes e realizar mecanismos para combinar as várias informações para, por meio de algoritmos de análise e manipulação de dados geográficos, bem como

ingenuidade reduzir a diversidade geotecnológica àquelas que restringem os fenômenos geográficos e espaciais a um sistema de referência.

⁴⁸ Por dado geográfico, no âmbito das geotecnologias e da cartografia, entendemos que é aquele passível de ser georreferenciado. A referência espacial e a relação entre os fenômenos geográficos são expressas pelas coordenadas geodésicas e por propriedades métricas (área, posição, distância), tomadas com equipamentos dotados de precisão específica, como os receptores dos sistemas de localização (por exemplo, GPS e ou GNSS, laser scanner, levantamentos aéreos e orbitais com resoluções espaciais variadas). A depender da finalidade do mapeamento, é acionado determinado conjunto de tecnologias e de práticas associadas.

⁴⁹ Diversidade conceitual, de perspectivas teóricas e de objetivos, uso dos conceitos, das técnicas e das tecnologias faz com que as definições de geotecnologia, geoprocessamento e sistemas de informações geográficas ora se confundam, ora sejam tidos como sinônimos ou ora se apresentem como coisas distintas, porém de uma forma ou de outra não há como considerá-las senão de forma integrada. Há ainda de se considerar um limiar tênue entre ciência e tecnologia inseparáveis atualmente, assim como a impossibilidade de considerar uma técnica ou uma ferramenta como dissociadas da razão do saber fazer (VERASZTO et al., 2004). Trata-se de um debate vivo entre aqueles que pesquisam geotecnologia que não convém desenrolarmos neste espaço, contudo resgatar a etimologia vocábulo geo-tecno-logia parece interessante para suscitar reflexões iniciais: geotecnologia advém da junção de três termos de origem grega: *geo* = terra, *techné* = saber fazer e *logos* = razão.

⁵⁰ Há diversos softwares de/para SIG, entre eles: Arcgis, Mapinfo, Terraview, gvSIG, Qgis, SPRING, SAGA GIS, entre outros.

recuperá-los, visualizá-los e plotá-los (CÂMARA; MONTEIRO; DAVIS, 2004; LANG; BLASCHKE, 2007).

Estes, ao mesmo tempo em que estão inscritos no conjunto de geotecnologias, são por elas alimentados: produtos do sensoriamento remoto (imagens de satélite, fotos aéreas, imagens radar), dados geográficos advindos dos sistemas de posicionamento, modelos de elevação do terreno, assim como de bases cartográficas mapas temáticos oriundos de outros mapeamentos podem compor banco de dados geográficos nestes sistemas.

Os discursos em torno dos mapas e mapeamentos vêm sendo ressignificados por diversos autores contemporâneos; as práticas de mapear com o aporte de geotecnologias caminham no mesmo sentido. Na mesma época em que se abrem as portas para uma crítica cartográfica mais explícita, iniciam-se os debates acerca do potencial dos SIG.

No início dos anos 90, ambiguidades e discursos em torno dos SIG envolviam: de um lado, especialistas em geotecnologias – os quais achavam que os SIG tornavam possível uma nova geografia científica e integrada; do outro, teóricos sociais, sobretudo geógrafos humanos, os quais alegavam serem os SIG pautados em abordagem científica, capazes de reforçar uma epistemologia empirista e excludente, por desconsiderar outras visões de mundo possíveis, além da incapacidade de representar de maneira adequada concepções espaciais distintas da lógica em que este se inscreve ou ainda aspectos da vida cotidiana (RUNDSTROM, 1995; SHEPPARD, 1995).

Em 1993, a *National Center for Geographic Information and Analysis* (NCGIA) promoveu uma conferência para debatedores em busca de uma intervenção mais construtiva. Segundo Sheppard (2008), foi iniciado um programa de pesquisa movido por temas como: limites da representação do mundo vivido pelo SIG; restrições ao acesso às tecnologias e à possibilidade de sua apropriação; implicações éticas e legais; sua aplicabilidade para tratar de desigualdades sociais e geográficas. Foram diversas sessões conjuntas em conferências, pesquisas, oficinas, além de novos adeptos que foram adquirindo expertise em ambos os campos.

Em 1998, a agenda de pesquisa foi incrementada pelo enfoque em SIG participativo e posteriormente sobre a participação pública em SIG (SIGPP ou PPGIS), por meio do Projeto Verenius (SHEPPARD, 2008; JOLIVEAU, 2008; ACSELRAD, 2008; PICKLES, 2015). Entre os

temas, estiveram: identificação das necessidades das comunidades, métodos de concepção e implantação, consequências sobre o acesso diferencial aos recursos, integração de saberes locais, efeitos perversos e inesperados, entre outros (SHEPPARD, 2008; JOLIVEAU, 2008).

Segundo Wilson e Poore (2009), o debate é dinâmico, há crescente número de adeptos se envolvendo e de pesquisas relacionadas a outras formas de conceber e usar os SIG, o que demonstra a vivacidade e emergência do campo, assim como para os mapeamentos participativos envolvem os SIG variedade de intenções e de denominações, como SIG crítico, SIG e sociedade, SIG participativo, SIG qualitativo, Etnosig, entre outras.

Pavlovskaya (2009) afirma que a motivação destas pesquisas se volta à crítica a práticas dominantes e ao uso alternativo dos SIG, assim como de outras geotecnologias. Neste contexto, passam a ser vistos como inscritos em um conjunto de práticas que contribui com a produção e construção de conhecimentos geográficos. Temas envolvidos neste tipo de pesquisa e práticas incluem geografia humana, justiça social, ambiental, educação, gênero, afetos, contra mapeamentos, entre outros (ELWOOD; COPE, 2009).

Em recente publicação intitulada *Qualitative GIS: A Mixed Methods Approach*, Sara Elwood e Meghan Cope (2009) trazem uma coletânea de artigos⁵¹ produzidos por pesquisadores engajados com perspectivas inovadoras pautadas no que chamam de “abordagem mista”, em que o SIG e outros métodos qualitativos são combinados. O termo qualitativo, para as autoras, não se restringe àqueles dados simplesmente não numéricos; o que os caracteriza é a riqueza de detalhes contextualizados que fornecem.

Ao exemplificarem aproximação entre SIG e metodologias participativas por meio das entrevistas etnográficas que podem vir a descrever condições, relações e processos com detalhes sutis, as respostas dos entrevistados são tidas como dados qualitativos, pois a cada narrativa – além das descrições e narrações – há discursos que permitem ao

⁵¹ Estudos desta natureza vêm ocorrendo em três vertentes: a integração de outros tipos de dados e representações (texto, áudio, vídeo, fotos, imagens) de dados são inseridos no Banco de Dados Geográficos (BDG); intervenções nos softwares de SIG para integração de outros dados e para realizar análises diversificadas; compromissos conceituais reflexivos com pesquisa SIG e aplicação com desenvolvimento de novos marcos conceituais (ELWOOD; COPE, 2009).

pesquisador vislumbrar os múltiplos significados específicos. “[...] Estes dados são qualitativos porque podemos usá-los para entender o conhecimento situado e negociado”, permitindo que a análise possa vir a ser qualitativa (ELWOOD; COPE, 2009, p. 7, tradução livre).

As diferentes técnicas podem produzir explicações complementares para os fenômenos, enquanto outras vezes podem produzir explicações contraditórias, sendo este considerado de igual valia. Os métodos mistos consorciados aos SIG

[...] tendem a tratar o conhecimento como sempre parcial (ninguém pode conhecer a "verdade inteira") e situado (conhecimento depende de nossas situações e posições) [...] tem como premissa a noção de que a epistemologia e metodologia estão relacionadas, mas que essa relação não é fixa nem singular... De fato, alguns estudiosos afirmam que os métodos mistos pesquisam epistemologias híbridas frente a únicas. Inerente a esforços para aproximar as múltiplas formas de conhecimento... (ELWOOD; COPE, 2009, p. 9, tradução livre).

Outras opções que se valem de mapeamentos e geotecnologias para além dos SIG vêm sendo acionadas e ofertar caminhos⁵² diversos para

⁵² O projeto Habitantes do Arroio, por exemplo, se vale de recursos de cartografia digital, recursos audiovisuais para registros de situações e narrativas, compartilhando os resultados por meio de sítio na rede de computadores. (Cf.: <<https://www.youtube.com/watch?v=oKnTY8fBxDY>>; <<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/>>). O projeto *pan inuit trails*, por meio de digitais, integra mapas históricos, imagens de satélite trajetórias, caminhos e lugares, em plataforma interativa. Por meio do uso de geotecnologias em mapeamentos participativo em que as antigas rotas árticas dos povos Inuit foram mapeados, uma série de mapas, fotos e histórias é compartilhada em um atlas interativo online. O projeto é desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Cambridge, Dalhousie University e Universidade de Carleton, no Canadá: <<http://paninuittrails.org/>>; <<http://www.nytimes.com/newsgraphics/2013/10/27/south-china-sea/>>; <<http://story.maps.arcgis.com/>>; <<http://osmand.net/>>. Acesso em: março de 2016.

reunir conhecimentos espaciais: combinação dos mapas, geotecnologias, documentação audiovisual e fotográfica, registro de narrativas e em movimento. Nota-se, contudo, que as abordagens de SIG e outras geotecnologias acompanham as perspectivas cartográficas acionadas, portanto, optamos por tratar o uso de geotecnologias na presente pesquisa entre as práticas de mapear que podem vir a ofertar cartografias performáticas e materiais, inspirando-nos no Quadro 2.

4 MAPAS, TERRITÓRIOS E POVOS INDÍGENAS

Em concordância com Harley (1991), grande parte dos mapas europeus sobre as Américas, no período entre os séculos XV e XIX, fundamentava-se no conhecimento geográfico de grupos nativos. Para o autor, os saberes indígenas parecem estar ocultos nestes mapas e, para além destes, não podemos descartar as contribuições ocorridas por meio de cartografias efêmeras traçadas sobre a areia, madeiras, peles de animais, entre outros (HARLEY, 1991). Ou ainda por meio de outras práticas performáticas que passam despercebidas nos mapas.

Por terem servido a propósitos colonizadores em ampla variedade de contextos econômicos e políticos, que envolveram a exploração dos recursos naturais e a usurpação de territórios indígenas, iniciada já nos primeiros contatos com os não indígenas, os quais em muitos casos continuam a se reproduzir, comumente os mapas são relacionados a propósitos obscuros.

Ao mesmo tempo em que territórios criam mapas, mapas criam territórios; reflexos desta relação podem ser observados nos formatos carregados por Terras Indígenas datadas do período imperial (Lei de Terras, de 1850). Contudo, reterritorializam-se por meio de outros mapeamentos que podemos observar por meio da concomitante (re)apropriação dos mapas e (re)afirmação dos territórios, por aqueles que outrora foram deles apagados. Mapas produzidos ao longo da história de usurpação e reconhecimento territorial indígena fazem parte do arsenal⁵³ de recursos que os indígenas têm reunido para, ironicamente, comprovar a ocupação pretérita em determinados territórios.

Tratar de mapas, povos indígenas e seus territórios no Brasil pode nos levar a um passado tão distante quanto a própria história do contato entre estes grupos e os primeiros colonizadores; faremos viagens mais curtas, a fim de tratar de mapeamentos contemporâneos.

⁵³ Em experiência com os Potiguara, diversos mapas anteriores ao processo de mapeamento como o mapa de sesmarias, as bases cartográficas IBGE, entre outros foram inclusive acionados pelos mapeadores para construir seu próprio mapa – não somente para identificar referências espaciais que construíram os territórios ao longo do tempo, mas também para legitimar ainda mais os seus mapas no âmbito de um processo territorial, em que mapas são figuras centrais de tomada de decisão (CARDOSO; MODERCIN; PARRA, no prelo).

Até a década de 40, a sociodiversidade indígena distribuída em território nacional era pouco conhecida. Na época, estavam sob responsabilidades do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais em 1910; posteriormente, entre 1918 e 1967, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), encarregado de controlar os recursos e os indígenas que habitavam os aldeamentos, estabelecer contato com grupos isolados e deslocá-los de forma a não atrapalhar os projetos de desenvolvimento do país. Os mapas produzidos por tal órgão eram destinados a estes fins específicos.

Esforços pioneiros para reconhecimento e mapeamento dos grupos indígenas foram empreendidos por Curt Nimuendajú. Ele elaborou, ao longo de suas inúmeras jornadas pelo território nacional e vivências entre os grupos indígenas que o habitava, diversos mapas nas mais variadas escalas. Entre as suas obras, o *Mapa Ethnográfico do Brasil* merece destaque pelos esforços empreendidos, dimensões e originalidade. Trata-se de um trabalho inédito, como relata Nimuendajú (1940 apud IBGE, 1987): “não se baseia em estudo etnogeográfico de outro autor nenhum”, distinguindo-se de “todos os outros trabalhos congêneres pela tentativa de conseguir uma perspectiva histórica”, por meio da diferenciação da “localização actuales das tribus”, “localização das sedes históricas tribus existentes (sedes abandonadas)” e “tribus extintas” (IBGE, 1987).

O mapa de Nimuendajú é um exemplo emblemático da contradição e ambiguidade inerentes aos mapas. Resumidamente, o autor veio da Alemanha e passou mais de metade da sua vida entre os povos indígenas e, segundo Baruja (2014), por eles demonstrava grande afeição. Apesar de todo o respeito e vivência com os povos indígenas, “serviu” ao SPI e, nesta atuação, foi responsável por três “pacificações”. Em situação de arrependimento, o próprio afirma que tais pacificações estariam sendo mais impactantes para os povos indígenas do que as demais lutas destes com os brancos (BARUJA, 2014).

Após quatro décadas, o mapa veio a ser editado e publicado pelo IBGE (Anexo B), configurando uma referência até os dias atuais para aqueles que se envolvem com povos indígenas, sendo amplamente utilizado em estudos de identificação territorial agregando provas para demonstrar a ocupação histórica em determinados locais. Ou seja, são reapropriados e ressignificados por meio de práticas de mapeamento⁵⁴

⁵⁴ Para além dos usos e outras práticas mencionadas, cabe apontarmos que são fruto do esforço dos deslocamentos e registros realizados pelo território nacional, 100

para diversos fins, o que coaduna com a perspectiva de *continuum*⁵⁵ adotada para tratar dos mapas.

Tal mapa só veio a ser publicado na década de 80 pelo IBGE. Até então, os indígenas estavam apagados dos mapas oficiais do Brasil e assim continuaram para fazer valer as afirmações de “vazio demográfico” reafirmado pelo projeto Radar da Amazônia (Radam), que veio para corroborar com o discurso de cobrir o também “vazio cartográfico” amazônico. Este silêncio em relação aos indígenas e tradicionais, de acordo com Harley (1991), não é ocasionado por uma questão de escala cartográfica, senão pelas intenções de seus conteúdos voltados a atender objetivos específicos.

Apesar das deficiências intencionais ou não, as contribuições do projeto para a cartografia nacional são inegáveis, de forma a incrementar a base de dados oficiais até então escassas. Além do que são a base de muitos outros mapas e passam a ser utilizados em diversos mapeamentos, inclusive para aqueles reelaborados em benefício dos que outrora neles inexistiram.

Iniciativas pioneiras de inventariar as TIs no Brasil remetem às décadas de 70 e 80, pelos esforços da equipe do Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais (PETI), Museu Nacional e do Programa Povos Indígenas do Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); iniciativa que ganha força na década de 80. Destinada a evidenciar a presença indígena no nordeste foi publicado, neste âmbito, o *Atlas Indígena dos Povos do Nordeste* (1993).

O atlas foi efetivado por meio do acompanhamento documental e dos processos de regularização fundiária de TI na região nordeste, além de estudos locais realizados por diversos pesquisadores (OLIVEIRA,

sendo múltiplas as práticas de mapeamento e esforços invisibilizados. Outro apontamento de interesse no âmbito da presente pesquisa é a forma encontrada por Nimuendajú para expressar a presença dos grupos – a qual ocorre por meio de uma espécie de fluxo por determinada região. Não há áreas com fronteiras territoriais, mas sim linhas que expressam a distribuição destes grupos.

⁵⁵ Por meio do projeto Plataforma Interativa de Dados Geohistóricos, Bibliográficos e Linguístico-Culturais da Diversidade Linguística no Brasil, um mapa etnohistórico vem sendo reelaborado para que tenha maior difusão entre pesquisadores e público em geral. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/2016/06/22/projeto-reedita-mapa-etno-historico-de-nimuendaju-e-cria-plataforma-virtual/>>. Acesso em: agosto de 2016.

1993). Traz, além dos mapas com os limites das TIs sobre a base cartográfica do Radam, informações acerca da localização, das dimensões, da situação jurídica e dos contextos em que se inserem.

Ainda cabe destacarmos o pioneirismo e a constante atualização por meio de recursos da cartografia digital e o sensoriamento remoto do Instituto Socioambiental (ISA)⁵⁶ que, assim como suas organizações predecessoras (CEDI/NDI), desde a década de 80 tem a cartografia como uma de suas “mais poderosas ferramentas para a defesa, o reconhecimento e o monitoramento dos direitos e bens socioambientais”. No sítio da instituição há um acervo enorme com textos, publicações, fotos e mapas com informações sobre a área das TIs, localização, sobreposições, entre diversos outros dados.

Há ainda menção ao pioneirismo e à importância da cartografia, dos sistemas de informações geográficas e sensoriamento remoto para o monitoramento e disponibilização de informações sobre as TIs no Brasil. Ao usar geotecnologias, dentre elas o SIG, o ISA sobrepõe diversas camadas temáticas como TI, UC, projetos desenvolvimentistas e atividades minerárias, sendo de suma importância para visualizar os impactos que incidem ou virão a incidir nestes territórios.

4.1 Mapeamentos participativos

Ações de mapeamento realizadas junto aos distintos grupos sociais que carregam não só denominações diversas como finalidades, intenções e possibilidades, vêm sendo reconhecidas no cenário internacional por “mapeamentos participativos⁵⁷” (CACERES, 2010; ACSELRAD; COLI,

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/mapas>>. Acesso em: janeiro de 2015.

⁵⁷ Entre as terminologias recorrentes, estão: “estudo de uso tradicional da terra”, “estudos de uso da terra e do conhecimento tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra”, “estudos de uso tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra de aborígenes”, “mapeamento da subsistência”, “mapeamento de uso dos recursos”, “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etn-cartografia”,

2008; CORREIA, 2007). Tais iniciativas despontam no final do século XIX, sendo que Franz Boas foi o primeiro a usar mapas em seus trabalhos na Ilha de Baffin no Canadá entre 1883-1884 (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005). Tratam-se dos primeiros registros de estudos antropológicos que associam mapas às etnografias e, portanto, tiveram papel importante na gênese da produção culturalista do que podem ser reconhecidos atualmente “etnomapas” (CARDOSO, 2013).

No Brasil, os primeiros registros datam de 1911 e foram feitos pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grunberg, na aldeia Taurepang, localizada nas proximidades do Monte Roraima – extremo norte do país (TRANCOSO et al., 2012). Além da elaboração de mapas com os indígenas, por se tratar de um excelente fotógrafo, também foi um dos pioneiros no uso de recursos cinematográficos e fonográficos em pesquisas de campo⁵⁸.

Entre as décadas de 50 e 60, no Alasca e Canadá⁵⁹, a metodologia de Boas inspirou ações de mapeamentos de cunho participativo para fins

“autodemarkação” e “delimitação de domínio ancestral” (CHAPLIN; LAMB; THRELKELD, 2005). Aos mapeamentos realizados no Brasil, Correia (2007) adiciona às terminologias “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etnoambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento” e “diagnóstico etnoambiental”, entre outras – as quais indicam não só variação nas denominações, como a diversidade metodológica empregada nas iniciativas no Brasil.

⁵⁸ Disponível em: <<http://povosindigenas.com/theodor-koch-grunberg>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

⁵⁹ O primeiro mapeamento participativo neste sentido que se tem notícia ocorreu no norte do Alasca entre os Inupiat, para subsidiar políticas públicas específicas a conflitos sobre o uso da terra e dos recursos naturais (ELLANA et al., 1985, p. 64 apud CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2012). O segundo esforço ocorreu na área do Cabo Thompson, também entre os Inupiat, para estudos socioambientais para um projeto que propunha escavar um porto com explosivos nucleares (FOOTE; WILLIAMSON, 1966 apud CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2012). No Canadá, em 1974, ocorreu o *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Projeto de Ocupação de Terras pelos Esquimós), iniciativa que teve origem em conflito de terras e tinha por objetivo caracterizar o uso e ocupação dos Inuits. Por meio de *map biographies*, em que foram registrados locais de pesca e caça, lugares do território imemorial, rotas, entre outros, foi registrada a contribuição de mais de 1.600 pessoas (CHAPIN, LAMB; THRELKELD, 2012; CANDLER et al., 2006;

de garantia de direitos territoriais. Estas foram empreendidas como reação às investidas de assimilação e imposição de megaprojetos em suas terras, a fim de garantir a posse da terra, gerir os recursos naturais e fortalecer as populações envolvidas (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005).

Na década de 80 e 90, outras experiências⁶⁰ se difundiram de forma independente por diversos países do mundo. Dotadas de terminologias, metodologias e motivações variadas, ações que se valem de estratégias de mapeamento participativo vêm ocorrendo junto a povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos, entre outros grupos com territorialidades específicas. Na América Latina, iniciativas desta natureza iniciam em momento de intenso ativismo político, culminando com reformas constitucionais em diversos países. “Virada territorial” é a expressão acionada por Offen (2009) para designar processos de transferência de propriedade e governança de territórios para povos tradicionais.

Há uma “quebra do monopólio cartográfico”, em que outros atores além do Estado passam a produzir mapas para a tomada de decisão acerca de seus territórios. Assessorados por antropólogos, geógrafos e cientistas sociais, distintos grupos apropriam-se de mapas para subsidiar a luta pela garantia de direitos territoriais (OFFEN, 2009; CÁCERES, 2010; ACSELRAD, 2010; 2013). Do ponto de vista teórico, abrem-se as portas para a crítica cartográfica, que veio a contribuir com as perspectivas múltiplas que atualmente se apresentam.

Segundo Almeida (2012, p. 2), trata-se de uma “irrupção das cartografias sociais, das cartografias participativas, das contra cartografias, das cartografias comunitárias, das cartografias pé-duro ou de pés descalços”, caracterizando uma “reviravolta” na cartografia; com suas ambiguidades, potencialidades e limitações, vem sendo reapropriada e ressignificada por diversos atores em prol de interesses particulares e coletivos. Mapas oficiais ou não são trazidos à tona por meio de práticas diversas, incluindo o questionamento da verdade por eles afirmada; as

WOOD, 2010). Logo depois, foi iniciado o projeto que se estendeu para a região do Tratado de Oito e que sinalizou o início da utilização de Sistema Participativo de Informações Geográficas (SPIG). Essas iniciativas fizeram da região por muitos anos local de aprendizagem em mapeamento participativo e SPIG (WOOD, 2010; CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2012; ACSELRAD; COLI, 2008).

⁶⁰ Para mais informações de publicações acerca destas experiências, consultar Chapin, Lamb e Threlkeld (2012).

pessoas anteriormente eliminadas nele se inserem fazendo valer a verdade de chão de quem vive os espaços e cria os territórios.

Experiências pioneiras de mapeamento participativo no Brasil ocorreram na Amazônia, em terras habitadas por diversos povos, entre eles seringueiros, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que estavam fora dos mapas oficiais. Estrategicamente ignorados para fins de ocupação, exploração dos recursos naturais (madeira, minério, rios) e consequente usurpação de territórios habitados, em ações capitaneadas pelo Estado Nacional.

Ao relatar o mapeamento da região do Alto Juruá, extremo oeste do estado do Acre, entre 1982 e 1983, Mauro Almeida (2012) destaca que os mapas oficiais do alto Juruá e o Rio Tejo nada mostravam com relação às populações locais, embora evidenciassem o estoque madeireiro e aptidão para pecuária extensiva. Junto aos seringueiros que habitavam a região, as “equivocadas” informações a respeito da população inexistente nos mapas foram corrigidas.

Da combinação de estratégias de mapeamento, não sem esforços dos seringueiros e seus parceiros, no início do ano de 1990 contribuíram para a criação e implementação⁶¹ da primeira Reserva Extrativista na Amazônia: a Reserva Extrativista Alto Juruá; categoria atualmente reconhecida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação por ser de uso sustentável (BRASIL, 2000). Tal categoria é um marco para as populações tradicionais, no sentido de reconhecer outras formas de propriedade e acesso aos recursos naturais. O processo de elaboração de múltiplos mapas ocorreu em tempos distintos, por meio da articulação de diferentes “cartopráticas” realizadas por ribeirinhos, cartógrafa, antropólogo, biólogo e, como descreve Almeida (2012), os mapas foram elaborados com base

⁶¹ Apesar de decretada a Resex Alto Juruá, para implementá-la havia um prazo de dois anos após o qual o ato normativo caducaria; para isso, sem portarias nem manual, a própria Associação de Seringueiros se prontificou a realizar o processo de regulação em convênio com o Ibama. Para tanto, planejaram fazer um Plano de Uso, um Levantamento Socioeconômico, um Cadastro de Moradores e um Mapa (ALMEIDA, 2012). O processo ocorreu sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Seringueiros, com apoio profissional de diversas entidades composito.

[...] nos croquis feitos por uma das equipes de canoa, com apoio em uma imagem de satélite em preto e branco, e em meus próprios mapas de rios feitos com bússola, relógio e papel quadriculado [...] na era do GPS, dos laptops e dos SIG, a floresta era atravessada por caminhos ligando vizinhos, estradas de seringueiras, trilhas de roçados, piques de caçada – uma rede que expressava as formas de vida social dos seringueiros, que [...] ligavam-se uns aos outros por extensas redes de parentesco, pela circulação de produtos da floresta e por festas e atividades religiosas (ALMEIDA, 2012, p. 11).

O mapeamento da Resex Juruá foi explicitamente construído com um forte engajamento de pessoas com diferentes tipos de conhecimento, visando uma causa em comum, na qual os mapeadores vivenciaram o mapeamento. Este permitiu juntar as pessoas aos lugares por meio dos relatos e da vivência, construindo instrumentos políticos, dentre eles os mapas (ALMEIDA, 2012).

Também se destacam entre as ações de mapeamento participativo as experiências que ocorreram na década de 90 na área de abrangência do projeto de exploração mineral, conhecido por Programa Grande Carajás. Estas foram relatadas no livro intitulado *Carajás: A Guerra dos mapas*, de Alfredo Wagner Breno de Almeida (1993). Os mapeamentos envolveram grupos invisibilizados e impactados pela atividade minerária projeto, tendo em vista os conflitos fundiários e socioambientais proporcionados pela sua implantação, entre os anos de 1979 e 1986, desconsiderando a população que habitava o local.

Como tratamos anteriormente, o período se caracterizou por projetos de desenvolvimento da região amazônica, sendo que a mineradora Vale S.A. não esteve só envolvida em exploração mineral, mas também nos projetos agropecuários de exploração madeireira. Ao negligenciar as territorialidades existentes, inúmeros conflitos fundiários eclodiram e continuam até os dias atuais. Por meio da reapropriação também dos mapas oficiais, foram visibilizados territórios com predominância de ocupação tradicional, bem como de babaçuais e castanhais, entre outros (ALMEIDA, 1993).

Estas experiências se consolidam e se difundem amplamente por meio do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, iniciado na Amazônia e expandido pelo território

nacional. A metodologia consagrada no âmbito do PNCS⁶² se pauta em oficinas de cartografia que mesclam saberes científicos e locais, distintos grupos sociais elaboram seus mapas coletivos e podem vir a acompanhar a elaboração de mapas em ambiente SIG para posteriormente compor os fascículos com textos, histórias, fotos que os acompanham.

Da corrida contra o tempo para cumprir com prazos constitucionais para a regularização das TIs (determinando prazo de 5 anos), associados à importância ambiental de tais áreas apontadas na Rio 92, ações de mapeamentos participativos são impulsionadas no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL)⁶³. Experiências inscritas no projeto voltaram-se, sobretudo, para fins de regularização fundiária com a participação dos povos indígenas, delineando mudanças radicais no rumo das demarcações em TIs – efetivadas por meio de metodologia pautada nos Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas, sistematizada para associar

⁶² O PNCS produziu, entre 2005 e 2009, 70 fascículos com seus respectivos mapas, os quais envolvem povos indígenas, dos faxinais e quilombolas, quebradeiras de coco, grupo de capoeira, catadores, terreiros de candomblé, pescadores, entre muitos outros que possuem territorialidades específicas e participam de processos de territorialização. Ocorrem por demanda espontânea dos grupos entre quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, faxinalenses e demais comunidades tradicionais, movimentos sociais e demais grupos envolvidos em conflitos e reafirmando identidades estão envolvidos no projeto. Dentre os envolvidos estão alguns dos povos indígenas do nordeste que construíram seus fascículos e mapas no âmbito do PNCS, dentre eles: os Truká, os Tuxá de rodelas, os Tumbalalá, os Pankararu e os Pipipã. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>>. Acesso em: agosto de 2015.

⁶³ O PPTAL nasceu entre 1991-1992 e é considerado a “vertente indígena” do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), um dos acordos firmados com a finalidade de colocar em prática algumas das metas estabelecidas na Rio 92 (MENDES, 2002). Teve duração de 13 anos, período em que realizou 92% do objetivo proposto para identificação de Terras Indígenas, totalizando de 12 milhões de hectares, distribuídos em 77 territórios identificados. No processo de demarcação, o Projeto cumpriu 82,5% do total sugerido, assegurando 39 milhões de hectares em 106 Terras Indígenas na Amazônia Legal. Além das ações voltadas para regularização fundiária, o PPTAL executou 44 projetos de Proteção e Vigilância, 22 estudos para elaboração e revisão de normas técnicas da Funai, 132 ações de capacitação indígena, 7 projetos de radiofonia e desenvolveu metodologia para levantamentos etnoecológicos (FUNAI, 2009).

conhecimentos ecológicos e territoriais locais com mapas e geotecnologias (FUNAI, 2004).

Para Herlihy e Knapp (2003), experiências de mapeamento participativo tratam-se daqueles que reconhecem os conhecimentos espaciais e ambientais dos envolvidos e os inserem em modelos convencionais de conhecimento – por exemplo: mapas, maquetes, cartas imagens. Para Cáceres (2010), as iniciativas se caracterizam pela articulação e pelos saberes técnicos com saberes locais na representação e percepção do espaço.

Aos mapas, por muitos concebidos como representações verdadeiras e precisas, é ofertado um “*plus* de legitimidade” com os conhecimentos locais (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013). Os mapas e a cartografia, ligados à tomada de decisão, vêm sendo de diversas formas e intensidades apropriados por indígenas e tradicionais, dentre outros grupos, para fazer valer seus direitos territoriais perante o Estado e os demais atores que nestes interferem, por meio dos seus próprios mapas. Estes, por serem instrumentos políticos que permitem evadir as instituições do Estado e internacionalizar sua luta política, ganham terreno nestas iniciativas (ACSELRAD; COLI, 2008; OFFEN, 2009).

Do despontar das iniciativas participativas até o momento, há grande diversidade de experiências difundidas em diversos países do mundo, reconhecidas por terminologias, metodologias, finalidades variadas; da mesma forma com que há intensidades de participação⁶⁴ que devem ser consideradas, tendo em vista o generalizado uso do termo.

No que tange os mapas e mapeamentos, se ponderarmos as possibilidades de participação (Anexo C), podemos considerar que já nos mapas coloniais elaborados com a contribuição de grupos indígenas a participação era presente, embora passiva ou calcada no fornecimento de

⁶⁴ Para explicar de forma didática as distintas formas em que o termo participação pode ser empregado, Wood (2010) faz analogia ao futebol: uma pessoa pode participar do futebol lendo a coluna de esportes de um jornal, pode assistir a um jogo no estádio ou pode jogar futebol. Em mapeamentos e outras ações participativas, o grau de envolvimento dos envolvidos também pode ocorrer de distintas formas. É comum em publicações de metodologias participativas um gráfico ou uma escada de graus de participação, que vai da passividade à concessão de informações, a participação por consulta, a participação funcional, a participação interativa e o autodesenvolvimento. Mais informações sobre estes tipos de participação podem ser encontradas, entre outras, em Geilfus (2002).

informação. Contudo, tal participação não possuía quaisquer intenções emancipadoras, pelo contrário. Envolvimentos são variados e a predisposição de ações de mapeamentos participativos volta-se para a apropriação dos envolvidos com relação aos mapas e territórios, sendo que não há de se descartar a iniciativas que envolvam de participação por incentivos⁶⁵.

Ao mesmo tempo em que mapas e mapeamentos são acionados para a garantia de direitos territoriais, podem fazer parte de discurso e ações desenvolvimentista⁶⁶, que há muito tempo são responsáveis pela expropriação territorial de grupos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros) com territorialidades distintas daquela característica do Estado, portanto, tidos como entrave para seus projetos há aqueles com reais fins emancipadores (ACSELRAD, 2013)

Apesar das exceções⁶⁷, a maior parte das experiências participativas está relacionada à delimitação de territórios/territorialidades indentitárias, discussões sobre desenvolvimento local, subsídio de planos de manejo dentro e fora de unidades de conservação, educação ambiental, zoneamentos e macrozoneamentos em geral, mapeamento por autodeclaração individual,

⁶⁵ Tal forma de participação vem sendo debatida entre os envolvidos em algumas ações de mapeamento desta natureza na medida em que se intensificam. Entre os motivos apontados para justificar tal forma de participação está o fato de demandar envolvimento das pessoas, o que as leva a paralisar ou diminuir as atividades cotidianas. Por outro lado, pode haver situações de acirramento de conflitos internos na medida em que não é possível pagar o grupo todo e que algumas pessoas têm que ser indicadas ou selecionadas o que pode ocorrer de variadas formas, além de diminuir e restringir a participação e envolvimento do restante do grupo e, desta forma, incidir diretamente no processo na medida em que não se tem representatividade do grupo como um todo.

⁶⁶ Ainda nos dias de hoje há mapas participativos com fins que se assemelham aos mapas coloniais, no sentido de usar o conhecimento indígena para localizar importantes recursos, por exemplo: os recursos genéticos vegetais e reservas minerais. Incluem-se neste grupo aqueles elaborados para cumprir etapas de consulta e estudos processos licenciadores, para mitigar impactos socioambientais causados por grandes empreendimentos ou aqueles que visam fomentar o “desenvolvimento sustentável” em terras que foram totalmente degradadas pelos diversos processos territorializadores.

⁶⁷ Ver programa Bowman Expeditions, atual Projeto México Indígena, em Acsehrad; Coli (2008).

identificação especializada de indicadores e equipamentos sociais, gerenciamento de bacias hidrográficas e identificação, delimitação, zoneamentos e elaboração de planos de gestão em terras indígenas (ACSELRAD; COLI, 2008).

Das 284 experiências identificadas no país entre 1992 e 2012, a maioria diz respeito à luta por reconhecimento territorial e a projetos etnoecológicos ou de manejo ambiental. Destas, 33% envolvem terras indígenas e 27% terras tradicionalmente ocupadas. Incluem demandas de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, comunidades rurais tradicionais, pequenos agricultores, camponeses assentados, moradores de espaços compartilhados, questões de gênero, entre outros. Das iniciativas identificadas no Brasil, há diversidade de perspectivas e interesses; em princípio, as práticas e as metodologias empregadas assumem caráter contestador (ACSELRAD; VIEGAS, 2013).

De acordo com Acelrad e Viegas (2013), na maioria das vezes os processos de mapeamentos “se pretendem múltiplos e livres [...] esforços de classificar, caracterizar, distinguir e subdividir correm riscos manualização e cristalização de procedimentos”. Para cada situação, há inúmeras formas de agir e construir processos, cada experiência é orientada por caminhos singulares que contam com planejamentos, improvisações, adequações e reconstruções.

Em geral, nestes processos, a elaboração de mapas coletivos, dentre as quais os mapas oficiais, podem vir a ser reapropriados, por meio da revisão e incorporação de elementos relevantes para os mapeadores locais e com a correção e acréscimo de topônimos. Há situações em que a riqueza dos processos de mapeamento participativo, para além dos mapas, está na criação de espaços onde as diversas opiniões sejam consideradas e debatidas, em que consensos e dissensos são revistos e criados, histórias são contadas e saberes territoriais e ambientais compartilhados (HIRT, 2010; ACSELRAD; COLI, 2008; CÁCERES, 2008; CARDOSO; MODERCIN; PARRA, 2011). Dentre os envolvidos com mapeamentos participativos, o reconhecimento de que o processo não é um simples caminho para se chegar a um fim é dominante (GOULART; BARRETTO-FILHO, 2012; ACSELRAD, 2013).

4.2 “Etno” mapeamentos: entre instrumentos e processos

Etnomapeamento é uma das denominações de experiências que vem ocorrendo junto aos povos indígenas no Brasil, estando inseridos no amplo espectro dos mapeamentos participativos. Permeia o universo de questões sobre etnomapas, etnomapeamentos e etnocartografias. Little (2006) esclarece sobre o caráter político agregado ao prefixo “etno” nos contextos dos etnolevantamentos, etnomapeamentos e etnozoneamentos pela abordagem da etnicidade e da relação dos povos indígenas com os seus territórios:

Um grupo étnico é uma coletividade de indivíduos que se diferencia dos demais grupos por sua especificidade sociocultural. Essa especificidade, que pode ser refletida na língua, na cosmologia, na religião, nas maneiras de agir, nas instituições sociais ou nas distintas combinações desses (ou outros) fatores, se expressa social e politicamente mediante uma identidade étnica (LITTLE, 2006, p. 16).

Para o autor, há dois sentidos atribuídos ao prefixo “etno” ao tratar de etnomapeamento: um faz referência ao grupo étnico relacionado, sendo o etnomapeamento feito “para” um grupo étnico; o outro envolve o projeto étnico “do” próprio grupo. No primeiro caso, as ações seriam realizadas “com o” grupo e no segundo “pelo” grupo (LITTLE, 2006). Na segunda possibilidade, o prefixo “etno” pode vir a expressar as formas específicas de representar, expressar e transmitir os conhecimentos espaciais do próprio grupo, inscritas em matrizes de conhecimentos distintas da científica ocidental, cuja compreensão estaria no âmbito das etnociências.

A maioria dos etnomapeamentos que vem ocorrendo trata daqueles realizados com o povo indígena. Ao mesmo tempo, há estreitos vínculos entre os etnomapeamentos e a etnoecologia (CORREIA, 2007). A etnoecologia pode ser entendida como o estudo dos pensamentos, das visões de mundo e comportamentos, vistos como uma unidade, que intermediam relações entre os seres humanos e os demais elementos dos ecossistemas dos quais dependem, bem como dos impactos ambientais

daí decorrentes (TOLEDO, 2001). Interagem, desta forma, com inúmeras disciplinas como a ecologia, antropologia, geografia, linguística, pedologia, agronomia, história, dentre outras (CARDOSO; PARRA, 2008).

Neste caso, o emprego do prefixo etno-x, em que “x” são os nomes dados aos diversos campos do conhecimento, é acionado para diferenciar as ciências ocidentais de outras ciências, ou seja, diferenciar o que Porto-Gonçalves (2002) denomina por distintas matrizes de conhecimento. Entre os exemplos, temos: etnoecologia, etnohistórica, etnomatemática, etnogeografia, etnoastronomia, relacionadas aos sistemas de conhecimento de determinados grupos. Estas têm como premissa a partir dos referenciais do “outro”, compreender os conceitos a partir da cosmologia e cosmogonia do grupo envolvido (POSEY, 1986).

Pesquisa por meio da palavra-chave “etnocartografia” nos leva a noções de mapeamentos inscritos nos moldes da cartografia convencional com aspectos do conhecimento local oriundos da participação de grupos sociais em distintos níveis. Em *Indigenous landscape. A study of ethnocartography*, Chaplin e Threlkeld (2001) bem explicam, por meio do que denominam por etnocartografia, no qual trazem um roteiro metodológico com etapas e estratégias participativas para representar parte dos conhecimentos locais em mapas e maquetes. Ataíde e Martins (2005) também fazem uso do termo para tratar de mapeamentos com diversos povos indígenas⁶⁸

[...] como ferramenta de gestão se justifica por seu produto ser um repositório de conhecimentos complexos que nos permite compreender melhor as relações de seus autores com o meio em que vivem, e possibilitar a participação destes povos na tomada de decisão [...] o estudo mostra nova forma de relação entre a cartografia e o etnoconhecimento, levando a cartografia a retratar um conjunto de

⁶⁸ Mapeamentos realizados nas TI do Parque do Tumucumaque e do Rio Paru D'Este, realizados em 2002 com as etnias Tiriyo, Wayana, Apalai e Kaxuyana; e do Parque Indígena do Xingu, realizados em 2003 com as etnias Kaiabi, Yudja (ou Juruna), Suiá, Trumai, Kamayurá, Yawalapiti, Waurá, Kalapalo, Nafukuá, Matipu, Aweti, Kuikuro, Ikpeng e Mehinako; mediante convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio – Funai e *Amazon Conservation Team* – ACT (ATAÍDE; MARTINS, 2005)

relações sociais, culturais, políticas e econômicas, o que a torna multidimensional e não apenas uma representação bidimensional (ATAÍDE; MARTINS, 2005, s/n).

Apesar da importância política agregada ao prefixo, potencializando as especificidades dos tradicionais, Little (2002) aponta para certo receio ao tratar o termo “etno”, que vem na frente de ciências e práticas cuja utilização carrega o peso da diferença, como se termo remetesse a uma prática marginal e dependente frente à verdadeira “ciência”.

Tais apontamentos também nos levam a questionar o quão adequado é utilizar tal prefixo em iniciativas de mapeamento junto a indígenas e tradicionais, que podem vir a ser marginalizados, além de comparados a um “verdadeiro” mapa, inscrito nas normas e padrões científicos. Ao mesmo tempo, o autor aponta para a resignificação do termo quando apropriado pelos distintos grupos étnicos. Considerando que em passado próximo os indígenas, entre outros grupos sociais, eram não só apagados dos mapas, como de seus territórios, consideramos o peso político de tal denominação.

A ideia do “etno” na cartografia visa destacar alguma particularidade dentro da universalidade (ciência cartográfica). Neste caso, a ideia de particularidade é representada pelos múltiplos “etnos” e a de universalidade por única possibilidade. O mapeamento que não tem o prefixo “etno” é o oficial, o convencional, o científico, o ocidental; os outros mapas são multiculturais, mesclam formas de ver o mundo, embora no formato de mapa.

Ao tratar de mapeamentos em sociedades “não ocidentais⁶⁹”, Woodward e Lewis (1998) ampliam perspectivas de cartografia, ao mesmo tempo em que afirmam com base nas sociedades estudadas que não ocorreria uma palavra ou definição cruzada correspondente ao termo “mapa”, muito menos “cartografia”, antes do contato com os ocidentais.

⁶⁹ A utilização dos termos “ocidentais”, “não ocidentais” ou “tradicionais” é utilizada somente para estabelecer a diferença entre as cartografias diversas e a cartografia científica, o que não impede a qualquer um, “ocidental” ou não, de ter experiências cartográficas diversas. Consideramos relevante, no âmbito desta pesquisa, que as cartografias, resultantes de concepções e expressões espaciais distintas, sejam tratadas de um mesmo patamar, sem julgar uma superior ou inferior à outra.

Os denominados “etnomapas” não são propriamente mapas dos conhecimentos indígenas, mas sim dos conhecimentos dos diversos atores envolvidos na sua elaboração, são “híbridos” que sintetizam valores geográficos e culturais de origem diferentes, são fruto de possível diálogo entre saber técnico e saber local (LITTLE, 2002; CORREIA, 2007; CÁCERES, 2010). Ao passo que a maioria das experiências ocorridas junto a povos indígenas se vale de mapas em detrimento a outras estratégias de mapeamento, em virtude do potencial dialógico e de contraposição a outros mapas.

4.2.1 Entre possibilidades

Entre os povos indígenas no Brasil, iniciativas organizadas sob a premissa de garantir territórios e a qualidade de recursos naturais vêm sendo desenvolvidas ao longo das últimas três décadas desde as primeiras ações no âmbito do PPTAL. Embora diversas iniciativas envolvendo mapas e povos indígenas para fins de regularização já viessem ocorrendo⁷⁰, ações desta natureza se intensificam em virtude dos preceitos constitucionais no que tange à garantia de direitos territoriais e da diversidade e especificidades na organização social e cultural de cada grupo.

Impulsionados pelas ações do PPTAL na década de 90, seguem, como mencionamos, incorporados ao Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico (CORREIA, 2007) e adentram às estratégias de etnozoneamento das TIs do que vêm sendo chamados por “componente indígena⁷¹” e, neste caso, compõem o Plano de Ações Mitigadoras dos impactos gerados pela BR-364 e 317 (LITTLE, 2006, p. 7).

⁷⁰ Já na década de 70, antropólogos se sentavam com indígenas e produziam mapas, agora chamados de etnomapeamentos, a fim de justificar a presença indígena para o reconhecimento e a regularização de suas terras, de acordo com Maria Auxiliadora (antropóloga e servidora da Funai desde então, ao partilhar algumas de suas experiências na oficina para elaboração do documento intitulado *Orientações Básicas para os Estudos de Natureza Fundiária – primeira etapa do processo demarcatório de terras indígenas*” em agosto de 2013).

⁷¹ Estudos obrigatórios quando se trata de impacto de obras de infraestruturas e empreendimentos.

Inscritos na lógica de zoneamento⁷² e ordenamento territorial, os etnomapeamentos passam a se inscrever na tradição estatal de definição e delimitação de áreas ou zonas com regras e usos específicos como parte das ações da Política Nacional do Meio Ambiente. Estes, que já vinham se tornando processos comumente adotados para diversos fins em terras e territórios indígenas ainda que inicialmente concentrados na Amazônia, se difundem nacionalmente para fins de regularização fundiária, planejamento e manejo de recursos naturais, vigilância e monitoramento territorial, projetos de etnodesenvolvimento e atividades pedagógicas carregando os potenciais e as ambiguidades da cartografia representacional.

Algumas experiências desta natureza também ocorrem no âmbito das UC, para fins de elaboração de planos de manejo, entre outras estratégias de uso e conservação de recursos naturais. Em paralelo às ações fomentadas por órgãos indigenista e de meio ambiente, ONGs⁷³ dedicadas a questões relativas começam a fomentar ações de mapeamento com os povos indígenas para fins pedagógicos, de manejo de recursos naturais e gestão territorial (CORREIA, 2007)⁷⁴.

Do corpo de conhecimentos acumulados com ações de mapeamento, bem como dos crescentes esforços de gestão em TI, alguns procedimentos passam a ser sistematizados no âmbito da construção da PNGATI. Inspirado na metodologia do Ordenamento Territorial Local

⁷² Segundo o artigo 3º do Decreto nº 4.297/2002, *Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente*, que incide em escala nacional, estadual e municipal, “[...] tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Parágrafo único. O ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais”.

⁷³ Entre elas: Instituto Socioambiental Ambiental, *Amazon Conservation Team, The Nature Conservation*, Operação Amazônia Nativa, Centro de Trabalho Indigenista.

⁷⁴ Cf. Correia (2007) para as distintas experiências e os grupos envolvidos nestas iniciativas de etnomapeamento que ocorreram neste período.

(OTL), por considerar ser abordagem inovadora no que tange à participação local, Little (2002) propõe considerar os processos de gestão intercultural em TI por meio de um ciclo que ocorre em quatro etapas: articulação, diagnóstico, normatização e implementação. Ao passo que outros ciclos podem existir sem seguir necessariamente uma sequência assumindo dinâmica própria (BARRETTO-FILHO; CORREIA, 2009; FUNAI, 2013).

De qualquer forma, se lança mão de “um ciclo”, subsidiado por “instrumentos” de planejamento como etnomapeamentos, etnozoneamento, diagnósticos etnoambientais e etnoecológicos e planos de gestão que se pretendem dialógicos e visam oferecer subsídios aos povos indígenas, às instituições governamentais e não governamentais com as quais se relacionam para planejar ações. Nesta abordagem, os etnomapeamentos estão situados na etapa de diagnóstico, a qual tem “como principal função o levantamento sistemático de dados de ordem ambiental, topográfica, étnica e socioeconômica. Essa etapa geralmente inclui mapeamentos cartográficos de distintos tipos”, oferecendo subsídios para a etapa normativa (LITTLE, 2002, p. 44).

Os etnomapeamentos, segundo o texto da PNGATI, são “mapeamentos participativos das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas”, e os etnozoneamentos são “instrumentos de planejamento participativo que visam à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento” (BRASIL, 2012). O primeiro, de acordo com o ciclo de gestão, está situado na etapa de diagnóstico e o segundo em etapa normativa. Etnomapeamentos têm a vantagem sobre os outros “etnoinstrumentos” por originarem

[...] produtos palpáveis e visíveis: mapas grandes, coloridos e esteticamente agradáveis de ver. A existência desses produtos é altamente valorizada pelos financiadores desses processos e pelos planejadores em geral. Às vezes, a insistência em produzir mapas é tão forte que podemos identificar um tipo de “fetichismo dos mapas” por parte dos planejadores (LITTLE, 2002, p. 30).

No documento para *Orientações para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*, fica explícita a preocupação com o caráter dinâmico dos PGTA, os esforços para enfrentar os desafios de gestão e a consideração de especificidades e territorialidades. Contudo, a concepção dos etnomapeamentos fica ainda mais restrita, definida como: “Ferramenta de diagnóstico que consiste nas formas de representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos” (FUNAI, 2013, p. 9), de forma a reforçar a abordagem cartográfica pautada na coleta de dados e na representação espacial, que da maneira como vem sendo abordada historicamente e ignorando processos e engajamentos, padecem das mesmas críticas.

Publicação recente versa sobre a caracterização ambiental das TIs em estudo oriundo do esforço de refinamento dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação, de forma a fortalecer tais processos e incorporar o debate atual entorno da gestão de TIs (FUNAI, 2012). Nesta, os etnomapeamentos são inscritos no processo de demarcação a fim de atender aos requisitos do Decreto nº 1.775 e na Portaria nº 14 com maior eficiência. Passam a ser colocados ao lado das diversas práticas cartográficas, as quais são acionadas nas etapas da regularização fundiária em que esforços e práticas cartográficas são empreendidos para garantir a posse plena dos indígenas sobre suas terras, culminando com a demarcação física de tais áreas.

Norteiam tal documento as contribuições da caracterização ambiental para compreensão de territorialidades indígenas, ou seja, coaduna com a temática da presente pesquisa na medida em que visa identificar as relações entre as distintas práticas de mapeamentos e elementos de territorialidades, bem como identificar o papel dos mapas na manutenção territorial e vice-versa. Tal publicação traz que

O ato de um grupo indígena representar o espaço, suas paisagens e sua cosmovisão por meio de mapas é denominado etnomapeamento ou mapeamento participativo [...] realizado por meio de um conjunto de técnicas e ferramentas que convida a comunidade a refletir sobre seu contexto. Nos espaços de discussão gerados no ato de mapear, momentos históricos sobre a construção dos lugares e das paisagens são recordados,

toponímias e significados são inseridos e revistos, conflitos territoriais e ambientais são debatidos, histórias são contadas e conhecimentos são intercambiados (FUNAI, 2013, p. 37).

O caráter comunicativo dos mapas é evidenciado e ao mesmo tempo restringe que etnomapeamento se refere à produção de mapas a qual contempla espaços de discussão e compartilhamento de informações, apesar de tais práticas ficarem invisíveis nos mapas. Os mapas produzidos são colocados no circuito das “tomada de decisão”, o que é potencial se considerarmos que há pouco tempo os indígenas e tradicionais estavam “fora dos mapas”.

Ao passo que se destinam na maioria das vezes à comunicação com a sociedade dominante, nos moldes inscritos nos termos do seu saber. Neste sentido, concordamos com Ladeira (2008), quem afirma que as práticas voltadas para o ordenamento territorial, definidas por políticas públicas que envolvem porções de terra ocupadas por comunidades minoritárias, geralmente implicam submissão de concepções espaciais, normas de organização, ocupação e sociabilidade próprias desses grupos a padrões políticos e econômicos dominantes responsáveis pela reprodução de um sistema altamente autoritário.

Situar os etnomapeamentos nestes processos corre o risco de invisibilizar formas e estratégias específicas de gestão; ou seja, outras territorialidades e outros territórios. Ainda podem ser ressignificados pelos povos indígenas e incorporados nas discussões internas, dando visibilidade a outras formas de gestão, que envolvem conhecimentos específicos e aquecer os debates internos ao grupo que estará diretamente gerindo a terra. Ou ainda podem ser pensados como possibilidades para criar um espaço que contemple outras formas inovadoras de mapear (TURNBULL, 2007).

Por mais que ponderemos o potencial dos mapas para o diálogo e para a tomada de decisão e a legitimidade das informações cartografadas pelos locais, há de se concordar com Cardoso (2013): existe certo exercício de poder quando é proposto aos indígenas que mapeiem seu território sob as formas ocidentais, de forma a enquadrar suas práticas e formas de mapear no modelo bidimensional. O diálogo de saberes, diálogo intercientífico e/ou intercultural no que tange às formas de expressão e de transmissão dos saberes espaciais, bem como as estratégias de mapear, restringe-se ou enfoca os “mapas” como forma manifestar e

transmitir os conhecimentos espaciais e não abre espaço para as perspectivas indígenas de mapear (HIRT, 2009; CÁCERES, 2010; CARDOSO, 2013).

O título do artigo publicado por Offen (2009) anuncia a problemática: *O mapeas o te mapean*, ou seja, para evadir as instituições e Estado rumo à garantia de seus territórios ou para dialogar com quaisquer que sejam os parceiros, os indígenas, entre outros tradicionais, acabam por ter que aprender os códigos da cartografia oficial e adequar o seu conhecimento ao formato padrão – sendo que o fluxo contrário não ocorre em um efetivo diálogo de saberes em termos espaciais, cartográficos e/ou cartopráticos.

O que não significa afirmar que tal apreensão de conhecimentos cartográficos seja degradante ou sem potencial, haja vista o tempo de contato com os mapas, permanência e persistência de estratégias locais de mapeamento e de manutenção de saberes espaciais, bem como as conquistas deles oriundas. Contudo, tal apreensão deve se pautar em princípios críticos que esclareçam os potenciais dos mapas, bem como em uma revisão da abordagem cartográfica que vem sendo acionada nestas iniciativas para transpondo o (questionável) potencial das representações, inscrevendo-as em processos dinâmicos e inacabados. Ao tratá-los por meio de razão instrumental e funcional, recaem sobre eles as mesmas limitações de representações padrões mencionados anteriormente, correndo-se o risco de posicionar processos ricos e complexos como meras estratégias de coleta de dados da realidade. Outras abordagens, contudo, podem ser acionadas para melhor compreender tais processos e encontrar outras formas de se engajar.

4.2.2 Geotecnologias e “etno” mapeamentos

Com toda a ambiguidade e potencialidade, permeiam as atuais práticas de mapeamento junto aos povos indígenas o uso de geotecnologias associadas a métodos da pesquisa participativa, amplamente utilizados e adotados para a elaboração dos mapas. Segundo Herlihy e Knapp (2003), apresentam um novo horizonte para os mapeamentos participativos; o que não se dá sem problemas e reflexões, sobretudo quando sob o argumento de dotar as informações de georreferência, de precisão e de transposição dos mapas elaborados pelos

indígenas (ditos mapas mentais, croquis e desenhos) para o formato padrão, universal, convertendo-os a mapas verdadeiros.

Quando estas experiências envolvem geotecnologias e povos indígenas, há diversas críticas – algumas incisivas e pertinentes. Temas polêmicos incluem: incompatibilidade de sistemas de conhecimento e lógicas espaciais (RUNDSTROM, 1995; HARMSWORTH, 1999; TURNBULL, 2003; LITTLE, 2006; CORREIA, 2007), compartilhamento, controle da informação espacial e “geopirataria” (COLI, 2010), acesso às geotecnologias e dependência técnica (ACSELRAD; COLI, 2008; JOLIVEAU, 2008), impactos das tecnologias e alteração dos sistemas de mapeamento (FOX, 2002; FOX et al., 2008; RUNDSTROM, 1995); ética científica e a necessidade de um código de conduta ética para profissionais de SIG (CRAMPTON, 1995; OBERMEYER, 1998b). Apesar do seu notório o papel, há autores que afirmam as consequências em longo prazo desse tipo de ação cartográfica, que visa visibilizar as relações entre territórios e identidades não têm sido suficientemente estudadas (OFFEN, 2009; FOX et al., 2008).

Tendo em vista a onipresença de geotecnologias no mundo contemporâneo e a propensão do uso destas em práticas de mapeamento, a questão central que encontramos no cerne desta pesquisa é: entre os extremos bom e ruim, há um “caminho do meio” a trilhar? Para o que e como as geotecnologias vêm sendo acionadas em práticas junto a povos indígenas? Como acionar geotecnologias em mapeamentos sem impô-las como a realidade, como fato dado? Como aproveitar estes recursos tão atraentes sem dirimir outras perspectivas espaciais? Como as geotecnologias podem contribuir com estudos dos múltiplos territórios?

As metodologias empregadas em mapeamentos com povos indígenas variam de experiência para experiência, bem como nos distintos locais⁷⁵ em que se desenvolvem. Algumas que se pautam em cartografias

⁷⁵ Chapin, Lamb e Threlkeld (2005), ao traçarem distinções quanto à terminologia, denominações e objetivos, agrupam os tipos de experiência em três grupos: as que ocorrem no Alasca e Canadá, as que ocorrem nos EUA e aquelas dos “outros países”. Encontram um padrão para os dois primeiros grupos e com toque de crítica mencionam que os pesquisadores de outros países não se veem motivados a publicar sobre os processos que se envolvem, seja por falta de recursos e interesse ou por contextos políticos arriscados. Tal liberdade e multiplicidade são vistas como uma qualidade pelos envolvidos em mapeamentos

efêmeras (traçadas na areia com um graveto, por exemplo), mapas elaborados livremente pelos locais, aqueles baseados em imagem na interpretação e significação das imagens de satélite desenhados em transparência ou acetato, aquelas em que são desenvolvidos modelos tridimensionais manuais como maquetes até aquelas que se valem de SIG; estas podem ser escolhidas pelos mapeadores ou combinadas de diversas maneiras (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005; CARDOSO; PARRA, 2008; COBERTT; RAMBALDI, 2009; CARDOSO et al., 2011; TANCOSO et al., 2012).

Ocorrem em diversas situações experiências que associam mapeamentos com estratégias de Diagnósticos Rápidos Participativos – DRP (CHAMBERS, 1997), métodos etnoecológicos e etnográficos com geotecnologias (PPTAL, 2002; LITTLE, 2006; CORREIA, 2007; CARDOSO; PARRA, 2008; CARDOSO; MODERCIN; PARRA, 2012). A capacitação dos envolvidos em recursos da cartografia e de geotecnologias também vem sendo estratégia acionada para diminuir a distância entre mapeadores e mapas como aqueles que vêm sendo fomentados pela *The Nature Conservancy* na Amazônia (TNC, 2014).

Nas experiências que consorciam as referidas estratégias, estão aquelas voltadas para identificação, regularização e gestão territorial, que nos últimos anos teve a metodologia sistematizada por meio de roteiro como orientações básicas para caracterização ambiental das TIs em estudo (FUNAI, 2013), processo no qual práticas cartográficas são adotadas nas distintas etapas para finalidades específicas.

O roteiro que trata a metodologia de levantamentos etnoecológicos do PPTAL nos oferta uma situação interessante para o debate acerca das múltiplas formas de ver o mundo: indica o uso de imagens de satélite para fins de “identificação dos habitats e tipos de vegetação”, interpretadas pelas populações indígenas de acordo com seu próprio sistema de classificação. Ao mesmo tempo, sugere que o “especialista ambiental” realize “confirmação paralela”, de acordo com sistemas de classificação científicos (FUNAI, 2004)

Entendemos que há três realidades em questão: realidade indígena, a realidade da imagem de satélite e a das ciências naturais. A primeira é construída por meio das imbricadas relações de vivência entre os ambientes, por meio de manejo de espaços e espécies ao longo do tempo

nos “outros países”, dentre os quais o Brasil se inclui, haja vista a multiplicidade de situações e a diversidade de grupos envolvidos.

de experimentações múltiplas que permitem ampliar a diversidade. A segunda é caracterizada pela “visão além do alcance”, não somente pelas grandes áreas que permite analisar, pela possibilidade de ver relações entre ambientes e de realizar análises complexas com o apoio de Sistemas de Informações Geográficas.

Estas duas são comparadas com a realidade dos sistemas classificatórios de vegetação, habitats e espécies que conformam tais ambientes, oriundos da Biologia e outras ciências, pelos quais o conhecimento indígena é confirmado. Ou seja, não basta impor que os conhecimentos indígenas sejam espacializados nos moldes ocidentais sobre uma imagem que aparentemente não mente, como este deve se submeter à confirmação pela ciência.

Esforços de “sobreposição” de sistemas de conhecimento incluem as distinções traçadas entre os mapas convencionais e os mapas indígenas, os quais passam a assumir denominações diversas como croquis, desenhos, mapas mentais, mapas nativos, mapas culturais e ainda etnomapas, os quais, como mencionamos, podem vir a marginalizá-los frente aos mapas que se pautam em princípios de geometria, proporção e precisão. Como demonstra Little (2006),

Os ‘mapas mentais’ dos indígenas (também conhecidos como mapas nativos ou etnomapas) surgem das práticas de cartografar as múltiplas formas que os membros de um povo indígena utilizam para organizar seu espaço. A importância dos mapas mentais para o processo de gestão territorial reside não somente na riqueza de informações que apresentam, mas na maneira que representam, em forma gráfica, a “cosmografia” do povo indígena (LITTLE, 2006, p. 30-31).

Já os mapas georreferenciados se constroem sobre outros fundamentos e representam a continuidade de uma “longa tradição no ocidente de cartografia que vai se tecnificando cada vez mais”. Comumente tais mapas são considerados meras fontes de dados para entrar nos SIG (LITTLE, 2006, p. 31). Para Barretto-Filho (2008 apud ACSELRAD, 2013), ao invés de classificar os mapas em termos de precisão ou cientificidade, dever-se-ia considerá-los quanto à sua utilidade – o quão efetivo são no que tange os objetivos para os quais foram desenvolvidos. Há ainda aqueles que, ao invés de focar na

122

funcionalidade ou comparar formas de expressão do conhecimento por meio dos tipos de mapas, primam pelo processo e se voltam para os engajamentos possíveis, como Cardoso (2013), ou propõem um diálogo de distintas ontologias, como sugere Almeida (2012).

Entre os envolvidos com mapeamentos conhecimentos tradicionais, há quem acredite na compatibilidade entre tecnologias espaciais e “conhecimento tradicional”, sendo o SIG capaz de armazenar e manipular o conhecimento tradicional (HERLIHY; KNAPP, 2003; CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005). Por outro lado, há afirmações categóricas da impossibilidade de transpor aspectos do conhecimento indígena para tal linguagem (RUNSDSTROM, 1995; LITTLE, 2006; CORREIA, 2007).

Com relação à incompatibilidade dos sistemas de conhecimento e de lógicas espaciais, Rundstrom (1995) é incisivo na crítica ao GIS. Em *Indigenous Peoples, and Epistemological Diversity*, o autor considera que não só é impossível “adequar” o conhecimento indígena aos formatos das bases de dados geográficos, como afirma também que os SIG consistem em ferramentas de assimilação destes povos e estão inseridos no conjunto de estratégias da “sociedade ocidental” para “destruir as culturas indígenas”.

Para Turnbull (2007, p. 140) “a incomensurabilidade de múltiplas ontologias e perspectivas incompatíveis” está no cerne da relação entre mapeamentos e conhecimento indígena – apresenta uma perspectiva interessante. Orientado pelo questionamento de como trabalhar com a multiplicidade, já que as dinâmicas (movimento espaço-tempo) são concebidas, vividas e representadas de várias maneiras entre tradições, culturas e épocas, propõe um “mapeamento emergente”, o que em suas palavras

[...] exige que a cartografia adote uma forma de mapeamento que em si é emergente e que pode ser realizada em tensão dialógica com as formas representacionistas padrão. Tal forma, sugiro, tem que ser performativa em todas as suas múltiplas dimensões (TURNBULL, 2007, p. 147, tradução livre).

Estas assertivas nos inspiram e nos leva a teorias da cartografia contemporânea para rever o etnomapeamento Pataxó, que pela via da elaboração de mapas com aporte de geotecnologias tivemos a

oportunidade de nos inserir. Por meio da experiência, pretendemos buscar na multiplicidade de cartopráticas possibilidades de ampliar as contribuições dos diversos mapas e formas de mapear, para estudos territoriais, equiparando esforços e saberes. Ao mesmo tempo, se considerada sob a perspectiva processual em que os mapeamentos são, em geral, uma constelação de práticas, os mapas se inscrevem ao lado de outras tantas práticas de mapear, entre as quais podem emergir outras cartografias.

Outros engajamentos levam a outros mapeamentos em que transpor o “já estabelecido” e caminhar entre ele e o “não mais aceito”, como propõe Girardi (2014), se faz necessário. O que significa não mais aceitar os moldes com que a cartografia vem sendo historicamente difundida, assim como crer nas imagens de satélites entre outras geotecnologias como provedoras e testemunhas da verdade única, representações da realidade sobre a superfície terrestre. Trata-se de abandonar a ideia de único caminho a seguir e trilhar a aceitação de outras possibilidades – entre os mapas e outras formas de mapear.

Perspectiva integradora traz Almeida (2012), ao considerar diversas ontologias, diversas verdades coexistentes, inerentes a grupos com saberes distintos incluindo os conhecimentos dos cartógrafos (por exemplo) e dos locais, como em um SIG da vida, onde ontologias são sobrepostas e combinadas, em que potencial dos processos de mapeamento está no diálogo de diversas verdades, de múltiplas ontologias e perspectivas. O que corrobora com a ideia de múltiplas cartografias que emergem das distintas territorialidades e formas de ver e experimentar o mundo. Ao invés de sobrepor realidades, colocá-las lado a lado, ao invés de diferenciar mapas de acordo com objetivos e funções, inscrevê-los em um conjunto de possibilidades de formas de conceber o mundo.

Ao associar as perspectivas de práticas de mapeamento e o uso de geotecnologias em etnomapeamentos, optamos por inscrevê-las no conjunto de práticas de mapear, as quais podem vir a contribuir com o fazer mapas, contudo é apenas uma das formas de mapear e reunir conhecimentos espaciais. Ampliam-se as possibilidades de engajamentos em mapeamentos configurados como processos construídos socialmente a cada espaço-tempo que forem acionados; os mapas que dele provêm são maduros e prontos para a desconstrução. Neste caso, consideram-se os etnomapeamentos para além de “ferramentas de diagnóstico”, artifícios

de coleta de dados ou provedores destes; em concordância com Cardoso (2013), são

[...] como um processo vivo, rizomático, no qual os atores (organismos ou coisas) envolvidos se engajam perceptiva, performativa e dinamicamente no mundo, habitando-o num emaranhado de relações, de onde partem narrativas e histórias de lugares e relações, bem como fluxos de poder, mútuo entendimento, acordos, negociações e conexões parciais entre conhecimentos distintos sobre o mundo e sobre o ato de mapear (CARDOSO, 2013, p. 1).

As contribuições acima inspiram a presente pesquisa, tanto pelo caráter processual inerente aos mapas e mapeamentos, mas por inscrevê-los num *continuum* inacabado e tendo ampliadas as perspectivas acerca da natureza e concepção dos mapas os quais são dotados da capacidade de vir à tona a cada vez que são chamados a fazer trabalho no mundo, para além da razão instrumental e funcional.

Tendo claro que mapeamentos são processos nos quais há engajamentos múltiplos, dos quais podem vir a emergir mapas – estes não mais considerados como representações da realidade, mas sim como possibilidades –, abrem-se caminhos para tratar de política de mapeamento ou para abarcar outros temas do debate que vem ganhando força no Brasil.

Da mesma forma, ampliam-se as chances de contemplar outras cartografias ou formas de mapear oriundas de outras territorialidades, assim como contemplar e experimentar múltiplos territórios para além das fronteiras nos mapas fixadas.

5 PRÁTICAS DE MAPEAR ENTRE OS PATAXÓ DO MONTE PASCOAL

Neste encontro, consideremos o prefixo “etno” para nos referir à experiência de etnomapeamento como indicador de um conjunto de práticas que em determinado momento ocorreu com os Pataxó do Monte Pascoal. Partimos do princípio, contudo, de que a cada encontro com os mapas um novo mapeamento está em andamento, inscrito no *continuum* que não finda em si, como sugerido por Del Cassino e Hannah (2005). Ao vê-lo como tal, consideramos que qualquer um que o acione, a qualquer tempo e lugar, o ressignifique de acordo com os seus anseios e promova outros mapeamentos.

Retomamos tal experiência por meio de análise do mapeamento como um todo, do ponto de vista cartoprático, começando pelo ato de mapear em territórios Pataxó, nos ambientes vislumbrado por meio das práticas de mapear, que incluem também o fazer e o usar mapas, que emergiram no/do processo de mapeamento. A ideia é apresentarmos as práticas de mapeamento realizadas em campo para, no próximo capítulo, estabelecermos as conexões entre estas práticas e aquelas destinadas à elaboração de mapas temáticos em SIG.

Os mapas permearam tal processo de mapeamento; foram feitos, refeitos, modificados, complementados, plotados, rabiscados, rascunhados, jogados fora e recriados; como menciona Cardoso (2013), seguem seus caminhos. Como representação por si só, já foi afirmado que os mapas carregam limitações, assim como outras quaisquer e, portanto, se dissociados das ações pelas quais emergem são fadados ao insucesso. Como trazem Dodge, Kitchin e Perkins (2007), sem estas práticas de fazer/usar os “mapas são somente tinta no papel”⁷⁶.

Entendemos ainda que os engajamentos em experiências de mapeamento com povos indígenas perfazem um caminhar sinuoso em terreno movediço que proporcionam, dentre as possibilidades, experimentar os prazeres do mapear. Em movimento, com pessoas, em situações, nos espaços de discussão, criação e compartilhamento; entre múltiplas cartografias – performáticas, materiais, afetivas e efêmeras (WOODWARD; LEWIS, 1989), trazemos à tona as práticas e os saberes

⁷⁶ Sabe-se que, com as possibilidades e tecnologias atuais, os mapas estão longe de se restringirem ao papel. O que os autores querem dizer com tal afirmação é que, independentemente da forma se apresentem, sozinhos não existem.

invisibilizados por trás das linhas, dos pontos, dos polígonos e das legendas (CERTEAU, 1994; INGOLD, 2000; TURNBULL, 2003) com início neste capítulo àquelas que permearam mapear em territórios Pataxó.

5.1 Práticas iniciais de mapeamento

A via de entrada no etnomapeamento foi elaborarmos mapas com aporte de geotecnologias. Para isso, precisaríamos não somente realizar procedimentos/práticas comuns para a elaboração de mapas, mas nos engajar em todas as demais ações, experimentando escalas de mapeamento⁷⁷ e perspectivas distintas de forma inter-relacionadas.

Realizamos as primeiras práticas de mapeamento anteriores às primeiras incursões a campo por meio de realização de pesquisa, aquisição e análise da qualidade de dados secundários e produtos do

⁷⁷ Tratar de escalas de mapeamento remete mencionarmos tema em amadurecimento nesta jornada – o qual, mesmo que de forma reduzida, merece ser mencionado. Há um debate intenso na geografia que diz respeito a temática da escala, muitas vezes tratada como um problema, sobretudo por coexistir perspectivas distintas relacionadas a noção de escala cartográfica e escala geográfica: a primeira remeteria à ideia de proporção numérica entre o terreno e o mapa; há variação entre pequenas, médias e grandes escalas, sendo que quanto maior a escala, maior o grau de detalhamento das informações registradas, menor a área mapeada e vice-versa. As escalas geográficas remetem à ideia de relações – a nível dos “nanoterritórios” (SOUZA, 2013), a nível local, regional, nacional, internacional, global, planetária –, que ocorrem de forma articulada e imbricada, a ponto de serem relacionadas a um rizoma sem qualquer possibilidade de distinção entre onde começa o local e onde está o nacional ou outras. Há estudos escalares que envolvem a temática da articulação e política de escalas que tratam dessas relações. Trata-se de uma temática complexa que passa longe da tentativa de articulação entre escalas cartográficas e geográficas, contudo na medida em que ampliamos a concepção de mapas e mapeamentos para além da representação, sem necessariamente abandoná-la, estas escalas se articulam por meio dos níveis de engajamento em mapas e mapeamentos e das relações estabelecidas entre estes e os territórios e territorialidades, tão múltiplos quanto as possíveis escalas.

sensoriamento remoto, os quais permitiram que gerássemos os mapas de apoio e posteriormente os mapas temáticos. Tratam-se dos primeiros diálogos entre mapas e registros bibliográficos estabelecidos a fim de nos aproximarmos da “realidade”.

Preparado o material, mapas acomodados de forma a garantir sua integridade física, ganhamos campo; a saber o que para nós é campo, para os Pataxó são aldeias, matas, moradas, entre outros espaços cotidianos. Acompanhavam-nos, para fins primeiramente de orientação, localização e contextualização, computador pessoal com imagens (atuais e históricas), programas e outros mapas, que eram acionados em diversas situações, sobretudo quando vinha à tona algo que não era possível enxergar “do chão”.

Com o passar dos dias, foi possível iniciarmos um diálogo de perspectivas entre o visto “de cima” e o vivenciado *in loco*, com os Pataxó; ao passo que tais práticas foram gradativamente deixando de ser executadas na medida em que o envolvimento com os lugares e com as pessoas nas aldeias foi aumentando. Ainda que restrita, tal familiarização nos levou a abandonar parte do equipamento e liberar o peso carregado para melhor caminhar – ficam caderneta de campo, receptor GPS, câmera fotográfica e gravador de áudio. Mudam as escalas e perspectivas que rumam gradativamente de uma visão ampla do alto / de cima e separada do ambiente para uma visão restrita, *in loco*, porém de maior detalhamento e envolvimento.

Tal movimento entre espaços envolve se mover entre distintas temporalidades e contextos; “do alto”, as situações e especificidades são desconhecidas, inviabilizando previsões e planejamentos engessados. O estar em campo nos levou a trabalhar com o inesperado, o que exigiu improvisar e reorientar algumas das práticas; entre o planejado e o inesperado, foram trilhados os caminhos do mapeamento. Quando nos reportamos, portanto, a práticas de mapear “no ambiente”, em campo ou nas aldeias e outros espaços, tratamos daquelas que ocorreram *in loco* com influência relativa do diálogo entre o ver do alto (com suas verdades e padrões) e o ver do chão (com suas verdades e situações).

5.2 Chegar (e estar) nos territórios

O chegar em campo remete às nossas entradas em distintos locais e situações, sejam eles nas aldeias ou na cidade de Itamaraju, locais que exigiram nos apresentar, bem como aos objetivos e às intenções do etnomapeamento, sobretudo nos primeiros momentos. Além da apresentação, exigiu lidarmos com questões logísticas e combinarmos nossos cronogramas com as agendas locais, o que demandou contínua adequação dos planos e das estratégias.

Totalizaram seis idas a campo, sendo que na primeira (em maio de 2008) Thiago Cardoso, como coordenador da equipe, percorreu todas as aldeias, com apoio da Funai, a fim de apresentar a proposta de mapeamento e averiguar o interesse dos Pataxó em realizar as atividades. A ação envolveu não somente tratar de logística e participação, como abordar os mapas e o mapeamento, esclarecer seus objetivos e potenciais.

A segunda incursão (em junho de 2008) teve como objetivo realizar o mapeamento nas aldeias, o qual envolveu a equipe toda. Ao chegarmos à cidade de Itamaraju, nos dirigimos à Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai, o que veio a se tornar um costume nos campos posteriores. Dentre os objetivos, estavam: anunciar os trabalhos, verificar as ações que vinham ocorrendo nas aldeias e a existência de impedimento para a realização do etnomapeamento, bem como as possibilidades de estabelecer parcerias. O fluxo intenso de pessoas no local aparentava ser corriqueiro e a permanência em tal espaço já se fazia proveitosa na medida que entre os movimentos e acontecimentos circulavam pessoas e discursos, o que para nós contribuiu significativamente na medida em que precisávamos nos atualizar para iniciar as atividades em meio a múltiplos atores; não raro alguém nos questionava sobre o que lá fazíamos e travavam um diálogo.

Em algumas horas de permanência, diversos diálogos interessantes foram travados, um deles com membro de ONG local o qual nos relatou sobre o projeto denominado “artesanato sustentável”⁷⁸ que desenvolvia

⁷⁸ Artesanato de madeira sustentável, o projeto elaborado em parceria com a ONG Flora Brasil consistia em fomentar a produção de artesanato com madeira de reflorestamento. O que soa no mínimo paradoxal, tendo em vista que os Pataxó teriam que consumir madeira de reflorestamento, capitaneado pela empresa que

com os Pataxó que se dedicavam à produção de artesanato como alternativa à extração de madeira nativa. Em seguida, um rapaz membro da ONG internacional nos contou sobre o projeto de turismo no Parna do Monte Pascoal e o seu sonho de implantação de corredor ecológico ligando as UC. Não raro as pessoas externalizavam algo sobre os Pataxó, as relações pessoais, políticas ou ambientais, o que nos permitia traçar uma rede mental de atores envolvidos direta e indiretamente com os Pataxó e seus territórios.

Ao nos reportarmos ao coordenador da atual CTL Itamaraju/Funai, tomamos conhecimento das ações que vinham ocorrendo nas TIs e das próximas atividades, de forma que nos foi ofertada a possibilidade de acompanharmos os técnicos agrícolas nelas envolvidos para chegar às aldeias. Oportuno, tendo em vista que um dos enfoques do etnomapeamento foi a segurança alimentar.

Ao chegar à aldeia em que iniciamos o mapeamento, Craveiro, fomos recebidos pelo Cacique Tapera, que em seguida nos apresentou para Maria e José Conceição. Estes nos receberam, nos acomodaram e fizeram questão de nos acompanhar em algumas caminhadas pelo território. Ao longo de nossa permanência em campo, passamos por Craveiro, Águas Belas e Barra Velha (aldeias do sul e leste das TIs), dando início a uma rede de pessoas com conhecimentos específicos apurados que fizeram parte do mapeamento – os quais aqui denominamos por mapeadores locais.

Antes de prosseguir as ações nas próximas aldeias Pé do Monte, Boca da Mata e Meio da Mata (porção norte e nordeste das TIs), retornamos a Itamaraju com o objetivo de visitar a sede do Icmbio, onde buscamos informações e comunicamos sobre o andamento das atividades – já que o mapeamento foi inicialmente contratado pelo MMA. A então gestora do PNMP nos comunicou sobre a impossibilidade de acompanhar e apoiar as ações, contudo poderíamos aproveitar os traslados feitos pelos servidores do órgão sempre que possível.

Foi na sua companhia que chegamos à Aldeia Pé do Monte, fruto de retomada territorial justamente das instalações do órgão no PNMP. Fomos recebidos pelo Cacique Braguinha e permanecemos na aldeia, usufruindo da infraestrutura existente para pernoitar e realizar as atividades. Após três dias de permanência em Pé do Monte, nos dirigimos

ocupa suas terras e contamina seus cursos d'água, bem como outros recursos naturais vitais.

para Boca da Mata por meio de carona oferecida pelo Sr. Teo (Pataxó residente na referida aldeia e motorista da instituição). De Boca da Mata, fomos à Aldeia Meio da Mata caminhando, guiados por Sr. Alfredo, residente na aldeia de destino, indicado por seu genro a nos guiar, sobretudo por ser exímio botânico Pataxó, por conhecer os *tipos de mata*.

Retornamos a Itamaraju, onde estabelecemos base para realizar as atividades na última aldeia contemplada nesta etapa, a Aldeia Trevo do Parque, localizada às margens da BR-101. Durante os dias de permanência na cidade, entre idas e vindas à Funai e Icmbio, encontramos a equipe responsável pela elaboração da “componente indígena” do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do gasoduto Cacimba-Catus (implantado nas imediações da referida aldeia). Por prevemos acionar os mesmos recursos de mapeamento, apesar das finalidades distintas (o que nos levou a maiores reflexões acerca dos objetivos que podem mover os mapeamentos), nos unimos para elaboração de mapas coletivos na aldeia.

Sob a proposição da Funai, após dormência do processo iniciado sob a contratação do MMA (em outubro de 2009), ocorreu a terceira incursão a campo – na qual contamos com maior apoio logístico, tendo em vista o amplo envolvimento de servidores da CGMT, CGEtno, CGGam, e da CTL Itamaraju. Planejamos para essa etapa apresentar, corrigir e complementar os mapas produzidos até o momento e dar continuidade ao etnomapeamento nas aldeias Guaxuma, Aldeia Nova, Corumbauzinho.

Após o término do período destinado ao etnomapeamento, realizamos mais duas incursões a campo: uma (em junho de 2010) para a difusão dos resultados do etnomapeamento e formação em elaboração de projetos para as lideranças das aldeias e a outra para as oficinas de elaboração do PGTA. Em ambas, entre os eventos planejados, ocorreram encontros e desencontros em que se inscreveram novos atores e novos discursos, dentre os quais mencionaremos no âmbito das práticas de mapeamento que envolvem usar e (re)fazer os mapas.

O ato de chegar às aldeias foi uma das primeiras coisas a serem modificadas; chegamos de diversas formas: de moto táxi, de carona com diversos atores, andando, de ônibus, de carro próprio; o que no final acabou por compor a constelação de estratégias e formas de mapear. No início, a imprevisibilidade se apresentou como um desafio, pois nem sempre as atividades que tínhamos planejado ocorriam no tempo e da forma como planejado, foi no decurso um privilégio. O replanejamento

nos levou a chegar às aldeias acompanhados por distintos atores que possuem posturas e lugares predefinidos nas relações territoriais com os Pataxó, o que ocasionou revisão contínua acerca dos objetivos e do caráter do etnomapeamento, bem como a esclarecê-los aos nossos interlocutores.

Resumidamente, nos deslocávamos de nossas casas, munidos de nossos equipamentos de mapeamento, até a cidade de Itamaraju e desta para as aldeias. Em cada uma das aldeias contempladas, após comunicar a liderança sobre a atividade, apresentamos a proposta, a metodologia de mapeamento, as atividades que planejamos os objetivos e a potencialidade dos mapas. Pedíamos, após identificar o interesse dos envolvidos, para agendar uma data para trabalho coletivo sem número limitado de participantes.

Em alguns casos, algumas pessoas eram indicadas para entrevistas e/ou para guiar caminhadas. Na maioria das vezes, em um efeito “bola de neve”, conformava-se a rede de pessoas com saberes específicos, configurando uma rede de mapeadores locais⁷⁹ que atuaram na construção do mapeamento, além daqueles atores externos ao grupo e que de alguma forma contribuíram no mapeamento como mencionado.

5.3 Mapas coletivos: livres e sobre imagens orbitais

Entre as estratégias comumente utilizadas nos mapeamentos participativos, está a elaboração do que aqui denominamos por “mapas coletivos” e outrora chamamos de “mapas mentais livres”. São diversas as denominações utilizadas para estes tipos de mapas na intenção de diferenciá-los dos mapas dotados de uma grade de coordenadas e escala.

⁷⁹ Especialistas locais são pessoas potencialmente capacitadas: são aqueles Pataxó que possuem conhecimentos apurados sobre ambientes, práticas específicas ou histórias de uso e ocupação de territórios. Identificados nas oficinas de mapeamento, indicados por gestores, por pessoas que nos deram carona, por lideranças ou conhecidos em conversas informais, ou simplesmente aqueles que chegaram até nós ou até onde estava acontecendo alguma atividade. Entre idas e vindas, escutando discursos distintos a impressão que tínhamos é que estávamos sempre conversando com a pessoa certa, com temas, discursos e pontos de vista diferentes, nos revelando as múltiplas territorialidades existentes.

Mapas mentais, croquis, desenhos, esboços, mapas êmicos, “mapas falados” (como no termo de referência) estão entre elas; esforço este em vão, se nos pautarmos na premissa de que mapa é mapeamento.

No etnomapeamento os denominamos por “mapas mentais livres” por serem elaborados com informações que os Pataxó memoravam livremente e discutiam com os demais participantes, em papel inicialmente desprovido de quaisquer referências espaciais. Na referida experiência, diferenciaram-se dos denominados por etnomapas ou melhor dizendo dos mapas temáticos elaborados em SIG pelo termo “etnomapas” (CARDOSO; PARRA, 2008).

Neste encontro, acredita-se ser mais produtivo denominá-los por mapas coletivos, diferenciando-os dos demais pelo processo de construção, pela forma como emergem. Pautam-se em referências vivenciadas no cotidiano, ou memoradas por meio de jornadas territoriais atuais e pretéritas, ou ainda conhecidos por meio de narrativas transmitidas entre as gerações.

Após um ou dois dias de permanência nas aldeias, estimulávamos a formação de grupo de trabalho, algumas pessoas já anteriormente informadas, tendo em vista um primeiro momento de apresentação (em maio de 2007), outras que apareciam para dar contribuições pontuais, outras que participavam somente da discussão ou ainda outras que observavam.

Os mapas foram elaborados em escolas, centros culturais, na *mata do parque* ou na casa de lideranças: grupo de pessoas interessadas no mapeamento se reunia, em data e local previamente combinados para desenhar o que julgassem importante conter em seus próprios mapas. Os papéis da equipe nestes momentos foram: apresentar os objetivos dos mapas; mostrar as possibilidades que tínhamos para a elaboração dos mapas; tratar dos limites da escala cartográfica; esclarecer demais dúvidas quando necessário.

Em geral, o desenho foi feito por duas ou três pessoas, no máximo, enquanto o grupo discutia e elencava o que desenhar. Em alguns casos, não necessariamente, os desenhistas estiveram nos lugares mapeados, o que é no mínimo curioso do ponto de vista do reconhecimento territorial – desenhar algo tendo como referência as informações narradas, a experiência do outro, sobre uma rede de atributos relacionados entre si no/pelo espaço.

Trabalhamos na escala das aldeias, a escala do espaço cotidiano (aquele que contempla espaços vividos no dia a dia). Aqueles que se sentiam à vontade desenhavam as primeiras linhas, entre outros referencias espaciais colocados em papel branco. Rios e estradas comumente estiveram entre os primeiros atributos a serem desenhados, configurando importantes referencias espaciais, de forma a orientar a memória e as relações entre os atributos. Os limites que representam as TI também fizeram parte dos primeiros traçados, de acordo com Cardoso (2013) – sobretudo por saberem se tratar de um mapa para o Estado.

A inserção de cada elemento no papel branco exigiu discussão anterior sobre o que entrar no mapa, como entrar e sobre a localização dos atributos, o que pressupõe situar seu corpo em determinada posição no espaço, apontar e gesticular sobre a direção dos elementos, mudar o papel de direção de acordo com o que já havia sido e estava por ser mapeado, discutir a posição e ordem dos atributos, o que vem antes e o que vem depois.

Para além de uma representação espacial, a elaboração de mapas coletivos envolve um trabalho performático, que inclui desenhar, mover-se, refletir, memorar histórias e discutir com o grupo sobre o que está sendo inserido. Mais do que mapas, o momento coletivo cria espaços de debate e de certa forma de transmissão intergeracional de alguns conhecimentos espaciais. Esta pode ser interpretada como mais uma das formas de comunicação de saberes espaciais e territoriais, uma comunicação por “cartopráticas”, que não deixa de configurar maneira de manter territórios.

Alguns registros desses momentos podem ser observados na Figura 6.

Figura 6. Elaboração de mapas coletivos.



Aldeia Meio da Mata



Aldeia Craveiro



Aldeia Boca da Mata



Aldeia Nova

Fotos: Lilian B. Parra (2008)

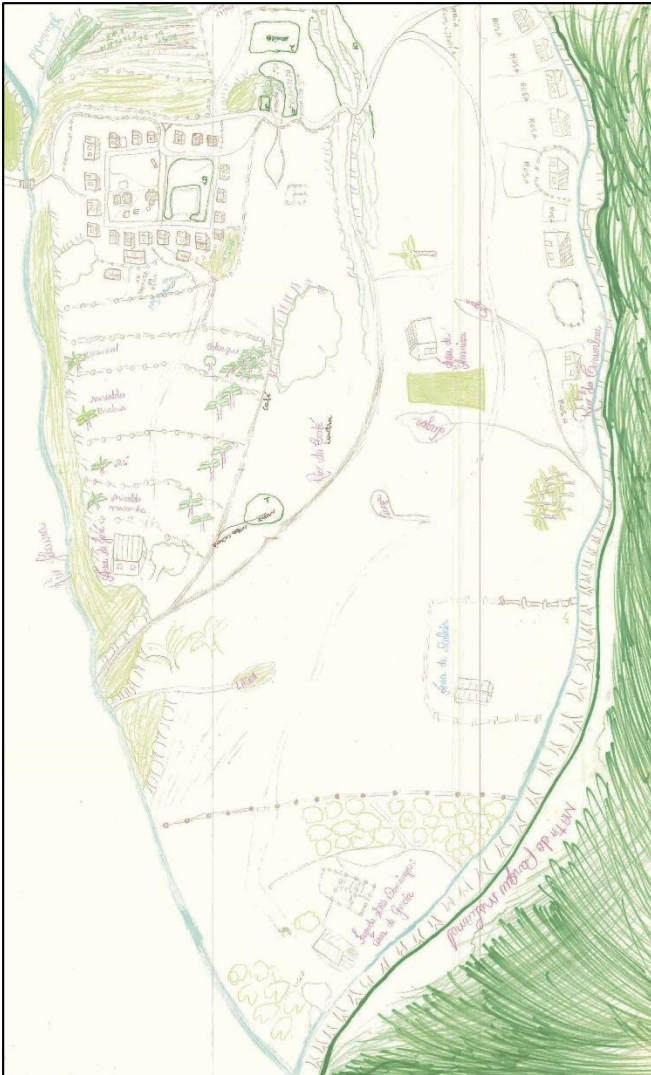
Acionamos outros mapas em alguns momentos para confirmar limites ou posição de rios e estradas, como demonstra a Figura 6, em que o mapeador local da aldeia Craveiro aciona o mapa da Funai. Ao final da elaboração dos mapas coletivos, em caso de haver muitos participantes

como na Aldeia Nova (Figura 6), por exemplo, fomentamos breve apresentação do mapa pelos desenhistas, o que promoveu uma cartografia performática, que combinou mapa e narrativa dos mapeadores, proporcionando debate e envolvimento de mais pessoas.

Mapeamos comumente os elementos com topônimos e estes associados à história de como tal denominação emerge: nomes de pessoas que ali viveram, que plantaram determinadas árvores, de um não indígena que comprou ou roubou a terra, de fazenda, de um lugar novo que foi criado pela ressignificação de espaços com novas práticas. Muitos não aparecem nos mapas, embora nos ofertem pistas de processos territorializadores, marcam eventos nos ambientes e na história do território; e aos poucos uma rede de lugares como a elucidada por Bonnemaïson (2002) começa a ser delineada e se complementa a cada etapa do mapeamento ao longo do processo.

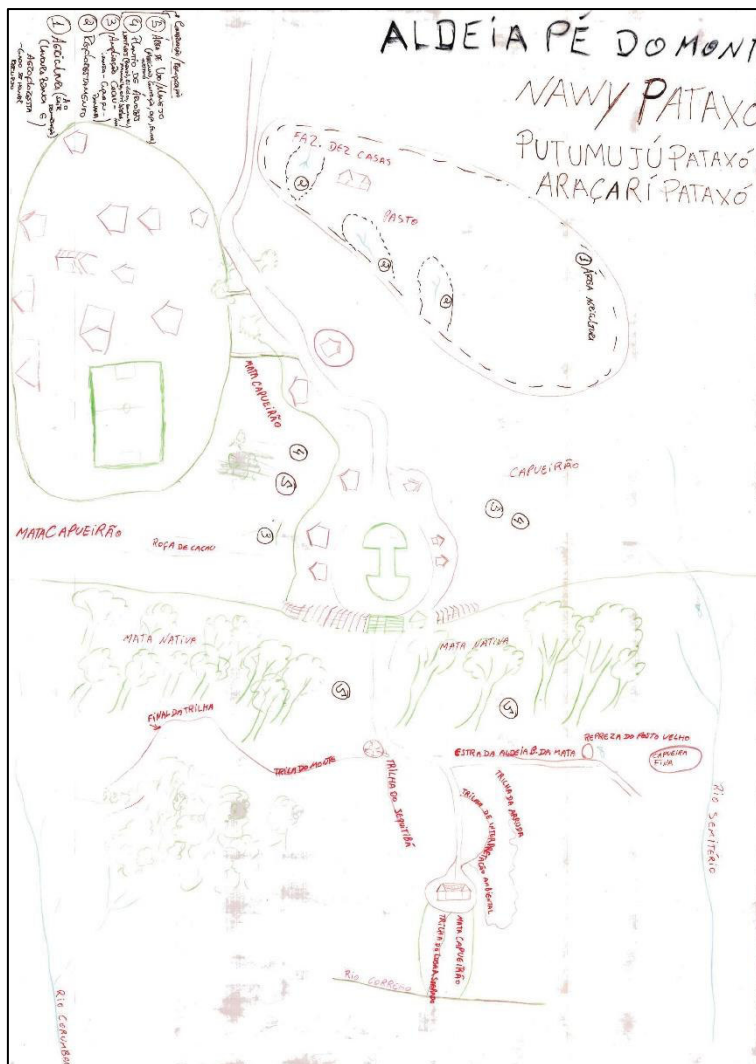
Alguns eventos que nos direcionaram a processos de territorialização podem ser observados nos recortes dos mapas coletivos selecionados (Figura 7 e Figura 8).

Figura 7. Mapa da Aldeia Craveiro e alguns atributos territorializadores.



Fonte: Mapa elaborado pelos Pataxó (CARDOSO; PARRA, 2008).

Figura 8. Mapa da Aldeia Pé do Monte e alguns atributos territorializadores.



Fonte: Mapa elaborado pelos Pataxó (CARDOSO; PARRA, 2008).

A área de habitação atual e a localização de espaços de cultivo, coleta, pesca, cercas, fazendas foram alguns dos atributos mapeados na

escala das aldeias, o que não significa que representem os territórios a elas pertencentes nem mesmo a escala territorial de maior detalhamento; ao passo que por trás de cada um deles há uma história, um processo territorializado que incide na sua configuração.

No mapa da Aldeia Craveiro, há distribuição e organização particular das casas que advêm da ocupação anterior, assim como fica manifesto o cercamento de pastagens, a presença de fazendas que ainda impedem a reocupação de lugares ancestrais e a presença da *mata do parque*. No mapa de Pé do Monte, uma cerca separa o PNMP e a aldeia, sendo que para dentro temos mata nativa, e para fora capoeirão; além disso, trilhas interpretativas marcam presença de ações ambientalistas voltadas para educação e turismo, nas quais os Pataxó têm se envolvido.

Estes entre outros elementos nos trazem pistas da história territorial das aldeias. Contudo, o processo de elaboração de mapas aponta para o consórcio de práticas para um mergulho mais profundo nas diferentes escalas.

Após a elaboração dos mapas coletivos sobre papel branco, estudávamos as imagens de satélite⁸⁰ como um dos recursos – que pode ser também acionado para a elaboração de mapas. Uma breve e simples explicação sobre o funcionamento dos satélites: os registros que são capazes de fazer, a aparência de determinadas feições, a imagem era posicionada sobre uma mesa ou mesmo no chão pelos técnicos, geralmente tendo como referência no norte da imagem. O que após alguns minutos de observação era corrigido pelos mapeadores locais, que tratavam de posicioná-la de acordo com referência aos atributos no espaço.

Os diálogos para o reposicionamento das imagens por si só iniciavam discussões sobre localização, distribuição e relação entre os

⁸⁰ As práticas iniciais em torno das imagens de satélite envolveram a pesquisa e aquisição no sítio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), tanto da imagem utilizada como de série histórica datadas de 1977 (Landsat 2), 1984, 1990 e 2007 (Landsat 5). Em seguida foram descompactadas e exportadas para banco de dados, reprojetadas das bandas a serem utilizadas, sendo que a imagem ortorretificadas do ano do etnomapeamento estava disponível e, portanto, ganhamos a etapa do georreferenciamento. Passamos, então, para uma composição que se aproximasse da realidade, elaborando uma falsa cor com as bandas 345, provenientes do Landsat TM 5 (L5) de 19/07/2007, pré-processadas no Envi 4.4 e exportadas para o Arcmap, onde realizamos o restante do mapeamento com aporte de geotecnologias.

atributos e a identificação de referenciais espaciais mais evidentes. Certa confusão inicial e dificuldades de localização nas imagens podem ser ocasionadas pelas suas características, pela escala de plotagem ou ainda pela “falsa cor” de determinados atributos devido à combinação das bandas.

Muda a escala de mapeamento, muda a posição da imagem, muda novamente e tantas vezes quantas forem necessárias para que fiquem na posição ideal no espaço – mar para lá, Monte para cá, rio para baixo, mudanças acompanhadas de movimentos corporais que também se situavam na relação entre mapa-ambiente-mapeador.

Da aldeia para as TIs e entorno, o território vivido se afasta lentamente sobretudo para quem ainda não os percorreu. O que não ocorre para os mais velhos, que pouco se orientaram pela imagem, mas sim pelas experiências memoradas que preencheram os momentos e espaçosos com as histórias presenciadas ao longo da jornada da vida. Entre as gerações, as narrativas são distintas, assim como os sistemas de localização daqueles que desenvolvem atividades específicas (pesca, caça, coleta na mata, entre outras); tratam-se de distintas formas de construir referenciais espaciais e que passam despercebidos no etnomapeamento. Ao nos prendermos a nossos objetivos específicos e padrões estabelecidos pela cartografia vigente na nossa sociedade, perdemos a possibilidade de contemplar a diversidade de sistemas e saberes de localização e mapeamento Pataxó.

A Figura 9 permite observar duas situações a primeira no coletivo de mapeamento de Águas Belas e a segunda no coletivo de mata Medonha.

Figura 9. Elaboração de mapas sobre imagem de satélite com os coletivos de Águas Belas e Meio da Mata.



Aldeia Águas Belas



Aldeia Meio da Mata

Fotos: Lilian B. Parra (2008).

Os mapas elaborados pelos Pataxó, sob a ótica da cartografia normativa, não se enquadram no padrão de mapas por não seguirem lógica considerada correta de proporção e de localização, sendo desmerecidos por denominações pejorativas e depreciativas como croquis

ou esboços para que fique clara a diferença entre estes e os “mapas verdadeiros”.

Após longas discussões, consideramos que longe de rascunhos, estes mapas situam os elementos no espaço obedecendo relações próprias de posição e proporção entre eles, de hierarquia na simbologia, seguindo a “importância” que assumem no interior da comunidade. A escala do mapeamento foge às regras de proporção e passa à lógica do vivenciado.

O repensar sobre mapas nos mostra, portanto, tratarmos de “outros mapas”, fruto de mapeamentos, do pensar e agir espacialmente situados, embora distintos de práticas essencialmente cartesianas e que também possuem virtudes. Ao passo que os mapas coletivos permitem compartilhamento de informações situadas em espaços-tempos distintos, possibilitam a realização de análises, sobretudo qualitativas – promovendo outros mapeamentos como sugerem diversos autores (DEL CASSINO; HANNAH, 2005; DODGE; KITCHIN; PERKINS, 2009).

Atributos, localização e escala variam, a depender da pergunta, das discussões e do tamanho do papel ofertado para os mapeadores desenharem o mapa, ou seja, além de um debate interno entre os mapeadores locais, temos a oportunidade de nos engajar com cuidado para não interferir e orientar qualquer que seja o curso dos mapas. Via de regra, no etnomapeamento podemos dizer que os mapas Pataxó trabalham na escala dos nanoterritórios mencionados por Souza (2013), a qual, segundo o autor, é comumente negligenciada pela geografia: a escala do espaço cotidiano.

5.4 Encontro com outros mapas

Em uma de nossas jornadas durante o etnomapeamento, aproveitamos o trajeto diário de Téo, o qual percorria de Boca da Mata a Itamaraju, passando por Pé do Monte. Depois de viajarmos por mais de hora – na maior parte do tempo escutando as suas impressões sobre algumas práticas Pataxó (muitas das quais se assemelham às do órgão ambiental) –, Téo nos deixou na frente do quintal de Manoel Santana, sem nos dizer mais do que “aqui vocês vão encontrar o que querem”.

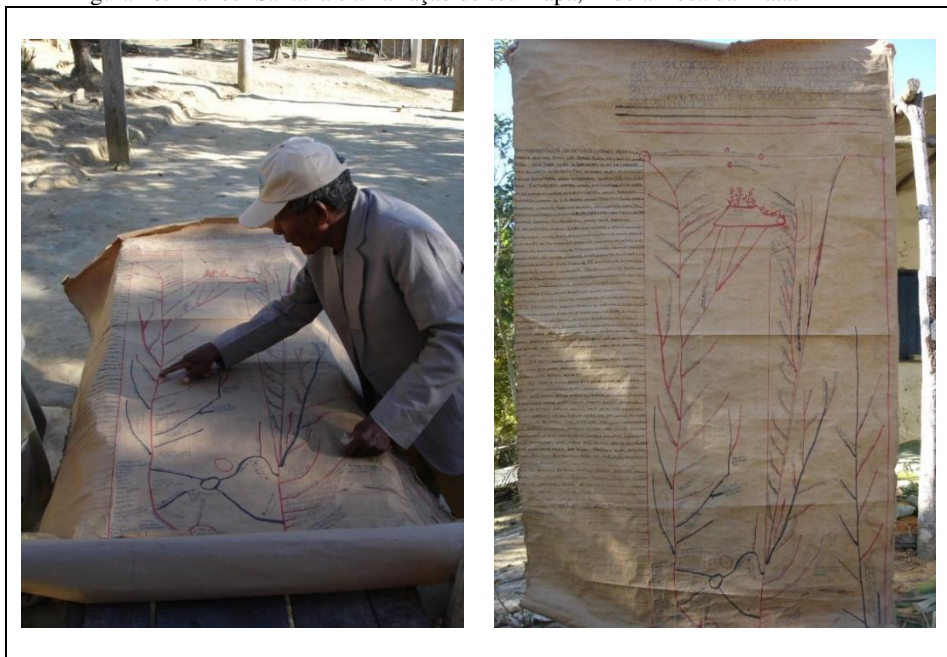
Após escutar nosso chamado, Manoel nos convidou para entrar e, em mais algum tempo de conversas, para permanecer em sua casa durante os trabalhos de campo na aldeia (cerca de 4 ou 5 dias). Entre temas variados, explicamos a ele que uma das ações do mapeamento consistia em reunir um grupo para desenhar um mapa. Prontamente nos disse: “eu fiz um mapa!” e imediatamente pediu para um de seus filhos pegá-lo.

Sobre uma mesa no quintal, o abriu e começou a nos explicar, narrando entre os elementos nele expressos a sua própria história de vida, imbricada à história do território. O título informa a que veio. “Ao Presidente da República”, clamando pela resolução do problema: a falta de terra para os Pataxó. Na lateral, um texto esclarecendo a solicitação com a descrição da ocupação histórica, seguida por centenas de nomes dos parentes que habitaram as margens dos rios.

Tal ocupação histórica, com ocorrência predominante nas margens dos rios, sobretudo no interior do Parque, somada ao objetivo que moveu o mapeamento de Manoel Santana, evidencia o caráter político e o poder inerente a esta representação, tornam o documento fundamental para comunicar que a área contemplada pertence ao território dos Pataxó. Entre os atributos especializados, há: rede hidrográfica, serras, aldeias, cemitérios, topônimos, entre outros.

A narração do supracitado mapa veio acompanhada de fatos situados no espaço e no tempo, contados por quem vivenciou o território mapeado e, portanto, é inegável a riqueza de conhecimentos e relações territoriais envolvidos em tal feito. Eventos narrados por ele incluem alguns largamente abordados na bibliografia, como o “Fogo de 51”, outros pouco mencionados, como a ocupação do lugar de nome Caveira e Imbiriba, ambos perdidos no passado e alvo de retomadas territoriais atuais.

Figura 10. Manoel Santana e a narração de seu mapa, Aldeia Boca da Mata.



Fotos: Lilian B. Parra (2008)

Tal mapa é fruto da história de Manoel, a qual às vezes é entoada ao som de seu tambor. Entre a narração do mapa, do território e de fatos de sua vida, ele nos contou que seu pai gostava de lhe ensinar coisas diferentes, incluindo a escrita, mencionou também que passou algum tempo trabalhando na Funai, onde viu muitos mapas serem usados. O mapeador, que na época do etnomapeamento completava 84 anos, vivenciou outros mapeamentos no território por ele representado, que sem prever lhe imprimiram outros territórios. Além de rezador, tem orientações oníricas, mantém o samba de chula, narra constantemente fatos territoriais, ambientais como parte do cotidiano.

Vivenciou o “Fogo de 51”, saiu fugido da violência que assolou a região, foi um dos protagonistas do retorno a Barra Velha nos anos que seguiram, capitaneou a abertura de Boca da Mata na década de 80 em busca de terras agriculturáveis, tendo em vista as restrições de espaço para

tal em Barra Velha. Desde então intercala o abrir roçados com o recuperar *matas e lugares*. Em um dos trechos por ele narrados, menciona “vendi a roupa do corpo para abrir essa estrada”, apontando para a estrada que passa na frente de sua casa e que conecta Pé do Monte à Boca da Mata e Meio da Mata, o que nos leva a ideia de pertencer, guardar e ser o próprio território, expressa por Bonnemaïson e Cambrèzy (1996). Ao longo de sua jornada, segue mantendo um viveiro praticamente sem apoio externo, o qual provém mudas para recuperar áreas significativas de vegetação – inclusive no interior do parque, bem como para manter as práticas de criação de lugares demarcados por árvores.

Antes de ser elaborado, estes lugares inexistiam para os não Pataxó, foram apagados do mapa no momento da implantação do PNMP capitaneada pelo IBDF, que por meio de seus próprios mapas, construídos de forma usurpadora por sinal, desterritorializaram os Pataxó do interior do que passa a se tornar Parque. Nos relatou sobre a época em que vieram medir as terras dos índios e que, acompanhado de outros Pataxó, ajudou os engenheiros na realização dos levantamentos, poucos anos antes da implantação do atual PNMP.

Tal mapeamento, diga-se de passagem, seguiu os moldes de mapas feitos pelos colonizadores com a ajuda dos nativos, já que o fizeram em nome da (falsa) medição das TIs. Este feito contribuiu, na verdade, para a expulsão dos Pataxó de suas terras em virtude da implantação do Parque que por muito tempo empatou a homologação da TI Barra Velha. Temos mapas que produzem territórios e territórios que refazem mapas, como bem afirmam Dodge e Kitchin (2007), em um constante processo de reterritorialização.

As narrativas espacializadas nos ofertam elementos não só para entender a ocupação histórica Pataxó, mas algumas das estratégias que desenvolvem nessa trama territorial estatal para manter seus territórios. O mapa aparece aqui como mais uma de suas expressões, fruto de andanças e das relações com os habitantes registrados e impressos no mapa e no território; e transmitidos não só por meio de sua leitura e narrativa, como também no momento de sua construção.

O mapa foi feito por várias mãos, o que pode ser vislumbrado ao observar os tipos de letras que o conformam e por ter nos explanado que teve a ajuda de seus netos para o desenho e registro dos habitantes. A sua elaboração foi, portanto, um dos momentos em que, no meio de diversas estratégias de manutenção de saberes territoriais, compartilhou seu saber

territorial por meio de narrativas situadas. O que provavelmente ocorreu para alguém que nem visitou a maioria dos lugares mencionados ou conheceu as pessoas que ali viveram, já que menciona registros de duas gerações atrás.

Aproveitamos o ensejo para refutar a ideia de perda de referenciais espaciais e formas de mapear próprias em virtude de incorporar os mapas em seus discursos. Ao invés disso, seu Manoel passa a agregá-lo como parte dos conhecimentos adquiridos em suas “andanças” pelo mundo, os quais permitiu ver a importância que os mapas adquirem na tomada de decisão territorial, incorporando-o como mais uma das formas de mapear, com o objetivo de reaver e manter seus territórios.

Depois de escutar a história territorial narrada por seu Manoel por meio de seu mapa, abrimos a carta imagem sobre a mesa e explicamos a ele que é como uma “foto tirada do céu”. Imediatamente seu Manoel localizou os rios desenhados em seu mapa na imagem de satélite, ordenando-os associados a suas experiências espaciais.

Consideramos que este encontro com o mapa de Manoel Santana se destaca entre as práticas de mapeamento, seja por unir diversas formas de cartografar no ato de fazer o mapa (WOODWARD; LEWIS, 1998), seja por incluí-las no ato de refazê-lo, de forma narrativa e performática, promovendo outros mapas em movimento (TURNBULL, 2007). Além de imprimir um território Pataxó que não existia antes em quaisquer mapas oficiais, ele o fez de forma criativa e inovadora; o feito, legitimado por fatos vividos e situados, apresenta os elementos com relações particulares entre eles e comunica os saberes espaciais. Tal encontro é a síntese do que vem sendo aqui tratado por *continuum* em que os mapas se inscrevem (DEL CASINO; HANNA, 2005), bem como pelas considerações de “mapa são sempre mapeamentos” (KITCHIN; DODGE, 2007).

5.5 Entrevistas e caminhadas

As *entrevistas semiestruturadas* ou dirigidas são largamente utilizadas em metodologias participativas e pesquisas qualitativas; consistem em ter um roteiro delineado e memorizado para direcionar a conversa sobre determinados temas. As entrevistas no etnomapeamento Pataxó se aproximam das que denominamos posteriormente por “diálogos semiestruturados” (CARDOSO; PARRA, 2008), pois mais do

que um simples perguntar e responder, remeteram às interações, trocas de ideias e de significados, estabelecidas em via de mão dupla. São mais flexíveis do que seguir um questionário fechado com o inconveniente de anotar tudo o que diziam, pudemos explorar perguntas e respostas, muitas vezes indo para direções não planejadas.

Quando possível, optávamos por estar em ambientes distintos, em conversar com as pessoas e nos inserir em atividades do dia a dia, com a intenção de não atrapalhar o andamento por conta do mapeamento. Em cada lugar tínhamos informações distintas: quando estávamos no rio, o tema era pesca e recursos hídricos; nas roças ou nos quintais, conversávamos sobre agrobiodiversidade, manejo e variedades; nas casas, sobre alimentação, hábitos domésticos ou arquitetura; em volta da fogueira, sobre histórias de ocupação, territórios, cosmologias; tocando tambor, sobre o samba de chula ou awê; na escola, sobre educação formal, educação tradicional, desafios, problemas.

Na maioria das vezes, permanecemos nas aldeias – o que permitiu vivenciar situações cotidianas, participar de momentos inesperados. Estes foram nomeados por “aprendizagem vivencial” (CARDOSO; PARRA, 2008), que nos permitiu nos aproximar de algumas pessoas, estabelecer outros vínculos entre estas e com os lugares. Permeados por conversas informais, narrativas, performances e movimentos, em momentos em que de forma mais descontraída todas as partes se engajam na coconstrução do mapeamento, vivenciam territorialidades, sobretudo nas escalas cotidianas.

Entre as formas de registros, temos descrições com as impressões e relatos, como listagens sobre as temáticas centrais, descrições de ambientes na ótica local, registros audiovisuais e fotográficos; todas estas compuseram o BDG e posteriormente subsidiaram mapas temáticos, textos e planos.

Difícilmente as entrevistas, conversas e vivências podem ser separadas do deslocamento até os/nos locais em que ocorrem, mesmo que em escalas mais detalhadas – como entrevistar alguém em seu quintal, envolve o movimento no ambiente doméstico, embora possa não ocorrer. Entre as estratégias de mapeamento acionadas na experiência aqui analisada, estiveram as “caminhadas guiadas”, que estão sempre relacionadas à ideia de deslocamentos pelos territórios, embora não necessariamente a pé tenhamos percorrido os caminhos nas TIs Pataxó e entorno.

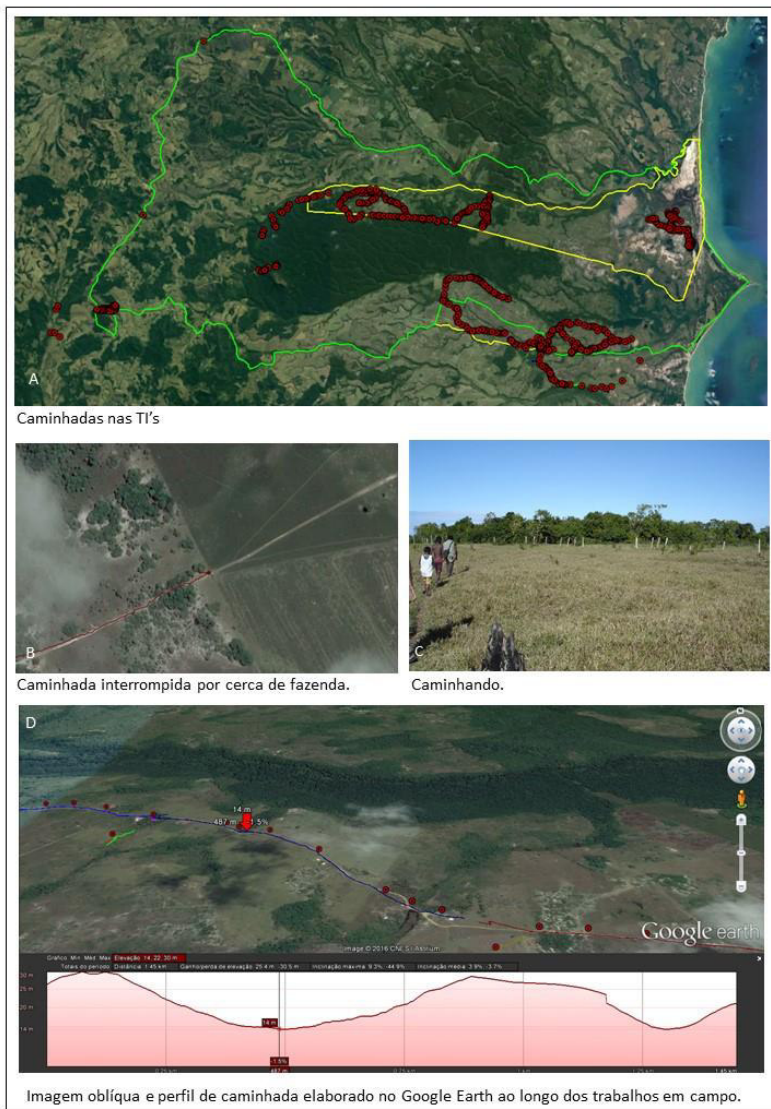
Nas caminhadas guiadas por mapeadores locais, foi possível situar o conhecimento espacial, conhecer *in loco*, refazer caminhos antigos ou novos. Na medida que os Pataxó caminhavam, nos relatavam fatos, reconstruíam histórias, rememoravam topônimos e seus significados; do escutar e caminhar decorreu um mapear em movimento. Em cada uma das aldeias por onde passamos, tivemos pessoas dispostas e atentas a esta prática. A depender do perfil do caminhante, foi dado o “tom” da caminhada, e a depender do tempo de permanência em determinadas aldeias, caminhávamos mais ou menos.

Para chegar a algum lugar ou narrar um acontecimento geograficamente situado, não raro foram acionadas “cartografias efêmeras” traçadas com um graveto sobre o solo, esboçando a relação dos elementos no espaço, ou performáticas apontando, dirigindo-se a algum lugar para ver outro, ordenando referenciais para se chegar ao destino. Estas narrativas situadas transmitem experiências vivenciadas em outra época por meio de outras caminhadas ou pela construção de lugares de moradas, de caça, de cultivo ou em referência a outras narrativas outrora escutadas.

Para os Pataxó, estes caminhos com suas referências espaciais são os seus próprios mapas, construídos pelos percursos realizados pelos lugares nos territórios. Para nós, mapeadores “estrangeiros”, conhecer um caminho com os Pataxó era ao mesmo tempo fazer parte de um mapeamento por eles narrado e traçar uma linha imaginária composta por milhares de pontos associados a números, sobretudo para colocá-los no mapa. São pelos caminhos que passam entre matas, fazendas, outros ambientes e territórios que são estabelecidas relações com os habitantes, com os donos, com os vizinhos, inimigos ou patrões. Estas relações conformam territórios fixos ou móveis, permanentes ou sazonais.

Como disse seu José Conceição, “*É andando que se aprende*”, afirmando que não seria por meio do mapa que conheceríamos ou aprenderíamos algo sobre o território e os ambientes. De acordo com Cardoso (2016), que enfoca sua pesquisa no conhecimento Pataxó por meio do movimento, do criar e manter lugares pela paisagem, o andar é uma das formas dos Pataxó conhecerem e transmitirem saberes espaciais.

Figura 11. Entre imagens e caminhadas.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 11 é resultado de um ensaio feito em campo ainda, a fim de mapear de outras formas os trajetos percorridos em algumas das práticas de mapeamento com os Pataxó. A primeira (A) permite visualizar a distribuição das caminhadas realizadas nas TIs e registradas com receptor GPS de navegação. Abaixo, a imagem (B) disponibilizada pelo *Google Earth*, tem o traçado da trilha em vermelho – a qual foi interrompida por cerca pertencente a ocupação não indígena, que nos oferta elementos sobre o que há de um lado e do outro da cerca, bem como refletir sobre as relações entre territorialidades e ambientes. Ao lado, uma foto dos caminhantes (José Conceição, sua companheira Maria e o filho mais novo do casal) nas imediações da Aldeia Craveiro inserida com a finalidade de trazer elementos acerca do mapear no ambiente. Por fim, uma imagem oblíqua (D) acompanhada do perfil topográfico caminhado. Este tipo de diálogo entre as formas de mapear foi estabelecido por quase todo o processo, com frequências distintas.

Entre caminhadas e paragens, conhecemos um pouco da história de ocupação territorial do ponto de vista Pataxó; de carro e de carona, nos locomovemos a pé nas aldeias e nos deslocamentos entre elas. Guiados por Mathias Santana na Aldeia Boca da Mata, pelo Sr. José Conceição e sua família na Aldeia Craveiro e diversos lugares de antigos, pelo Sr. Alfredo de Boca da Mata ao Meio da Mata, por Lorisvaldo e Paulo Borracha em Águas Belas, por membros do coletivo de Meio da Mata, Pé do Monte, pelo Pajé e por Maria da Glória em Barra Velha, por Lila e Jovino na Aldeia Nova, por Sr. Sidney em Trevo do Parque, entre estas e outras curtas distâncias em quintais e roçados com os agricultores Pataxó que os mantêm.

Passado o tempo de envolvimento com o mapeamento, notamos que as nossas caminhadas, mesmo não guiadas fisicamente pelos Pataxó, se mantinham como parte do mapeamento: munidos de nossos equipamentos, anotações e reflexões, retornávamos ao escritório-casa onde fora dada continuidade, fazendo outros mapas, organizando e traçando relações entre os fatos vivenciados, o “visto de cima”, e nossas outras andanças pelo mundo. A frase de José Conceição que denota uma das formas de mapear Pataxó passa a ser levada para as outras jornadas pelos lugares por nós criados, em outras caminhadas pelo mundo.

6 ENTRE AMBIENTES: PRÁTICAS DE MAPEAMENTO EM SIG

As geotecnologias configuram formas específicas de compreender, “medir” e mapear o mundo, que devem ser colocadas lado a lado a outras práticas, sobretudo no que tange mapeamentos e povos indígenas, cujo uso deve ser avaliado de acordo com o contexto do mapeamento. Práticas de mapeamento que se valem de recursos tecnológicos (incluindo o uso de Sistemas de Informações Geográficas, imagens orbitais, fotos aéreas e demais ferramentas de geoprocessamento) são consideradas insuficientes quando separadas das demais práticas, assim como do contexto em que tais iniciativas se inscrevem, ao mesmo tempo podem vir a contribuir e potencializar tais processos se a estes forem associadas.

Permitem agregar força ao leque de estratégias indígenas para garantia de direitos territoriais, seja para contrapor outros mapas e seus interesses, como para reconhecer as TIs, demonstrar a ocupação pretérita e processos de desterritorialização, monitorar fronteiras e identificar invasões, pressões e ameaças socioambientais ou ainda realizar inventários florestais, entre outros. Em contraponto, podem revelar estratégias de ocupação tradicional, localizar recursos importantes para a reprodução social e cultural dos grupos ou ainda recursos naturais de interesse econômico.

No mapeamento Pataxó, o uso de geotecnologias, outrora definidas pela capacidade de coleta, oferta e análise de dados geográficos de uma realidade a priori, expande-se para contribuir para a compreensão de fenômenos, de situações e de percepções geográficas que se inscrevem em determinados contextos. Ao contrário das práticas de mapeamento em campo, em que a perspectiva do “ver de cima” gradativamente perde espaço em virtude de outros engajamentos, em ambiente SIG “ganham a cena”.

O que não ocorreu ignorando o vivenciado, ou seja, o diálogo entre as práticas de mapeamento em campo foi contínuo, mesmo que permeado por equívocos, insatisfações e incompatibilidades entre as formas de mapear. Tentamos estabelecer um pretense diálogo entre diferentes entre formas de expressão do conhecimento espacial, apesar dos desafios e das incompatibilidades, por acreditarmos na existência de possibilidades criativas. Contudo, concordamos com Turnbull (2007, p. 140), ao mencionar que está no “coração da relação entre o mapeamento e

conhecimento indígena o problema da incomensurabilidade de múltiplas, ontologias e perspectivas incompatíveis”. Seguimos, contudo, acreditando na diversidade de formas de expressão do conhecimento espacial, ponderando o que foi feito no mapeamento realizado entre os Pataxó.

A abordagem de SIG ao longo do mapeamento, bem como nesta pesquisa, contudo, coaduna com o que hoje vem sendo denominado por SIG qualitativos e métodos mistos (ELWOOD e COPE, 2009), tanto por mesclar estratégias de mapeamento como pela possibilidade de contemplar tanto dados como análises qualitativas tidas como “verdades parciais” apesar de invisíveis nos mapas, expressas somente nas tabelas.

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns mapas elaborados no processo de mapeamento com os Pataxó e contar parte das histórias do surgimento das categorias que os conformam, vislumbrando de onde emergem e para onde nos levam. Pretende-se, ao evidenciar os discursos, as relações, as percepções vivenciadas nas práticas de mapeamento em campo e escritório, a fim de tornar possível a visualização de algumas interferências do processo de elaboração de mapas na compreensão de territórios e territorialidades.

Primeiramente, demonstramos a origem dos dados da etapa de mapeamento em SIG, a forma de sistematização das informações qualitativas e o banco de dados geográficos, para em seguida tratar de alguns dos mapas, evidenciando o seu caráter processual. Trazemos os mapas demonstrando como e para o que surgem, bem como as relações entre eles no que tange a responder perguntas específicas. Em seguida, tratamos das categorias, de como emergem e de suas correlações territoriais.

Tanto os mapas como as categorias existentes acabam por se conectar às territorialidades e aos processos de territorialização nas múltiplas escalas. O fio condutor nos leva à complementaridade entre as múltiplas práticas, à dinâmica dos mapeamentos e às conexões invisíveis, intentando potencializar a ideia de um conjunto de estratégias atuando na experiência.

6.1 Mapas temáticos com geotecnologias

O banco de dados geográficos (BDG) do mapeamento Pataxó é onde reunimos e organizamos os dados secundários e primários, os quais contribuem com as nossas análises e com a elaboração de mapas temáticos. As etapas referentes à organização, ao armazenamento, ao acesso, à análise e à elaboração dos mapas não contaram com a participação direta dos Pataxó – o que é uma das críticas relacionadas aos mapeamentos participativos com o uso de geotecnologias.

Mantivemos como conduta ética mínima as validações constantes e esforços em manter a integridade dos conhecimentos compartilhados pelos Pataxó conosco, o que nem sempre é suficiente. Inevitavelmente resultam em perdas (SCHURMANN, 2013) que nascem do ato de enquadrar o vivenciado na estrutura do mapa, em que decorrem equívocos que permeiam a tradução. Segundo Cardoso (2013), há a rasura do que foi a experiência com certa traição à perspectiva dos Pataxó, a pasteurização das experiências em um mapa. Há evidente redução da complexidade da classificação local pela homogeneidade característica das denominadas primitivas gráficas em decorrência, como já mencionamos, de se tratarem de distintas lógicas de conceber e estruturar os conhecimentos espaciais (RUNDSTROM, 1995; LITTLE, 2006; CORREIA, 2007) e que exigem esforços futuros de criação de novas estratégias relacionadas à concepção do mapear.

Seguindo a lógica dos SIG, cada tema remonta a uma camada ou *layer* que na interface referente ao BDG é expressa por uma tabela; nesta, coordenadas são associados a informações numéricas e alfanuméricas diversas, qualificando-os. Na interface gráfica, estes dados geográficos temáticos são expressos por meios de vetores (linha, ponto e polígono) ou por pixels, em caso de dados matriciais (imagens de satélites, fotografias aéreas, outros mapas). Por meio de métodos de análise espacial com o uso de ferramentas de geoprocessamento⁸¹, foram manuseados e integrados de forma a gerar novas informações como curvas de nível, declividade, modelos tridimensionais.

Os dados iniciais do mapeamento Pataxó são conformados por dados secundários ou preexistentes, obtidos em sítios provedores de

⁸¹ Trabalhamos com o Arcgis 9.3.

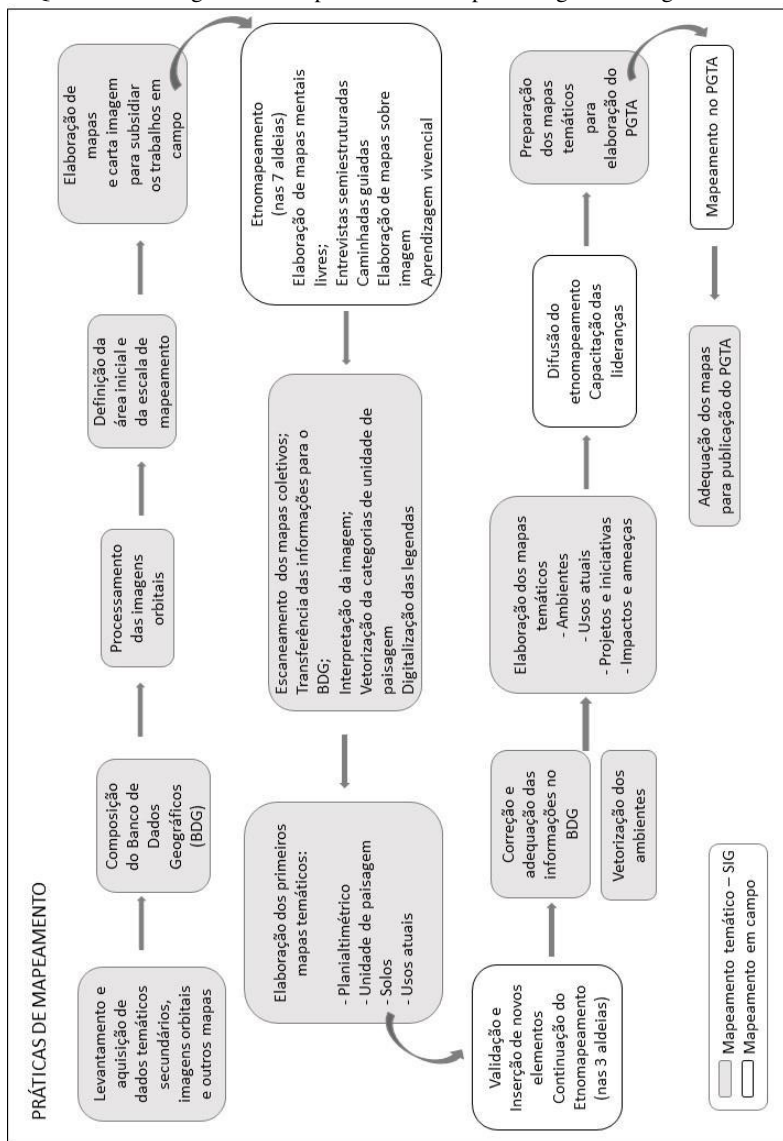
informações espaciais (INPE, IBGE, Ibama, Embrapa, Funai, INCRA), cuja consulta e aquisição denominamos por pesquisa cartográfica. Entre eles, estão: os vetores (limites territoriais, rede viária, curvas de nível, pontos cotados, hidrografia e demais recursos hídricos), as imagens de satélites, as referências bibliográficas e documentais; todos organizados de forma a permitir gerar mapas e cartas imagens para as primeiras incursões a campo.

Após os trabalhos de campo, uma gama de informações qualitativas e de adequações aos dados preexistentes foi incorporada ao BDG, onde as vivências em territórios Pataxó, as práticas de mapeamento em campo, foram incluídas sob a forma de mapas, textos (narrativas e anotações) e registros fotográficos, de áudio e audiovisuais. Este banco foi alimentado e modificado ao longo de nossas jornadas e nele nos propusemos a reunir, organizar e combinar parte da experiência entre os Pataxó com dados secundários.

Neste pudemos identificar e categorizar as informações que tratavam de aspectos ambientais, edáficos, topográficos e os relacionados às práticas cotidianas ou sazonais (que na época chamamos de usos atuais e atualmente optamos por práticas ambientais). Com o uso de programas e ferramentas de geoprocessamento foi possível também gerar outras informações e mapas temáticos. Contudo, de acordo com Ingold (2000), ficam invisíveis as jornadas e demais esforços que a estes deram origem.

Não nos dedicaremos a cada procedimento do mapeamento assistido por computador; estas etapas podem ser visualizadas no fluxograma de mapeamento demonstrado no Quadro 3. Nos deteremos a breve descrição acerca de alguns dos mapas temáticos gerados para, em seguida, correlacionar suas categorias a aspectos territoriais.

Quadro 3. Fluxograma de mapeamento com aporte de geotecnologias.



Fonte: Elaboração da autora.

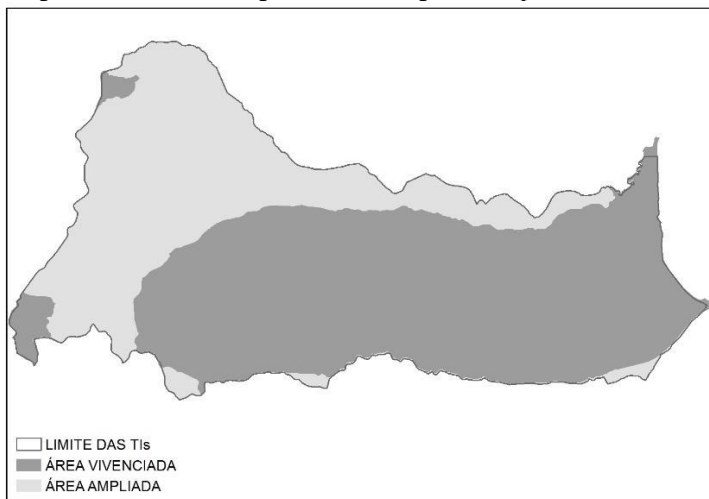
Sob a lógica do SIG, os atributos que foram vivenciados e mapeados de forma integrada (vegetação, relevo, solos) são separados para, por meio de análise e processamento reagrupá-los por outro método. Como se tivéssemos dois algoritmos distintos para realizar as combinações: um seria o do programa e outro da vida; no primeiro os atributos são separados para integrá-los, no segundo não há como realizar essa separação.

Em cima das imagens de satélite, pautadas na classificação feita pelos mapeadores locais, nos dados georreferenciados em campo nas demais práticas de mapeamento (incluindo os mapas coletivos, caminhadas e entrevistas), bem como nas respostas espectrais, padrões de textura, cor e forma, as categorias ambientais foram delineadas.

Os mapas coletivos, elaborados na escala das aldeias pelos Pataxó, trazem as categorias de classificação dos ambientes referentes àqueles vivenciados no cotidiano. Ampliamos a área de abrangência para a escala das Terras Indígenas (TIs) para fins de elaboração dos mapas temáticos em SIG, levando em conta as outras práticas nas quais nos envolvemos em campo, pela necessidade de gerar mapas que as contemplasse como um todo e permitissem visualizar parte da configuração ambiental destas áreas.

Tal situação nos levou à extrapolação do padrão classificatório local para, com base na análise das imagens de satélite, recobrir as áreas que não mapeamos *in loco*. Como demonstra a Figura 12, estão indicadas por “área vivenciada”, em referência àquelas que foram mapeadas com os Pataxó em campo, e “área ampliada”, para a que foi mapeada por meio de produtos do sensoriamento remoto.

Figura 12. Área de abrangência de estratégias de mapeamento em SIG.



Fonte: Elaborado pela autora.

O refazer e o elaborar novos mapas esteve relacionado às etapas do processo e às necessidades de cada momento, o que nos levou a adotar distintos procedimentos cartográficos. Inserção de elementos, troca de títulos, mudança nas simbologias e na área mapeada, inserção de topônimos, seleção, agrupamento, generalização, redução de escala, criação de novos arranjos entre os elementos dos mapas, assim como a publicação e a divulgação acompanharam o processo em questão. Os graus de participação, de apropriação e, sobretudo, a ressignificação do mapeamento propriamente dito também foram variáveis, o que sugere o quão dinâmico podem ser os mapeamentos.

Entre as práticas que permearam o fazer mapas em SIG, destacamos a mencionada redução na escala cartográfica e no grau de detalhamento das informações expressas, por envolver seleção, redução e generalização inerentes ao método cartográfico, bem como os dilemas da categorização que de certa forma passam pela interpretação do que foi mapeado em campo com os Pataxó. Efetuamos tais ações com certa dificuldade, senão constrangimento, por crermos que qualquer alteração poderia vir a ocasionar prejuízos na compreensão da complexidade das relações territoriais e ambientais ou ainda ocasionar algum ruído na comunicação.

No primeiro momento, trabalhamos na escala 1:40000, já no âmbito do PGTA, para adequar os mapas aos padrões estéticos para fins de publicação, diminuimos, não sem prejuízos à escala dos mapas, para 1:120000 (redução de 3x). Os Quadro 4 Quadro 5 demonstram parte dessa dinâmica relacionada às escalas e categorias para o mapa de ambientes.

Quadro 4. Categorias de ambientes presentes nos mapas elaborados.

Mapa 1 1:40000 (área vivenciada)	Mapa 2 1:120000 (área ampliada)
-	Recife de corais
Brejo	Brejo
Mangue	Mangue
Mata	Mata
Mata baixa / Capoeirão	-
Mata / Capoeirão	Mata / Capoeirão
Capoeira / Capoeira fina	Capoeira / Capoeira fina
Capoeirão / Capoeira	-
Mussununga / Campo nativo	Mussununga / Campo nativo
Mussununga / Restinga	Mussununga / Restinga
Mussununga / Mata Baixa	Mussununga / Mata Baixa
-	Eucaliptos
Palmeiral	Palmeiral
Sapezal, Roça, Manga (pasto) Capoeira fina	Roça, Manga (pasto), Capoeira fina e Sapezal
Piaçabal	-

Fonte: Elaboração da autora com base em Cardoso e Parra (2008) e Cardoso et al (2012)

O mesmo pode ser visualizado no Quadro 5 para as categorias de usos atuais e os ambientes correlatos.

Quadro 5. Categorias de usos atuais e correlações com os ambientes.

Mapa 1 Unidades de Paisagem (1:40.000, “área vivenciada”)	Mapa 2 Ambientes (1:120.000, “área ampliada”)	Mapa 3 Ambientes e práticas (1:120.000 “área ampliada”)
Quintal	-	-
Roça	Roça	Roça, Manga (pasto), Capoeira fina e Sapezal
Horta	- PI	-
Viveiro	- PI	-
Cacau	Cacau	Mata / Capoeirão
Aroeirinha	-	-
Manga	Manga	Roça, Manga (pasto), Capoeira fina e Sapezal
Caça	Caça	Brejo, Mata, Capoeira e Capoeirão
Pesca	Pesca	Cursos d’água
Criatório de peixes	- PI	-
Mariscagem	Mariscagem	Mangue
Coqueiral	Coqueiral	Roça, Manga (Pasto), Capoeira fina e Sapezal
Dendzal	Coleta e extrativismo (palmeiras)	Roça, Manga (Pasto), Capoeira fina e Sapezal, Mata e Mata/capoeirão
Piaçaba		
Coleta de frutos e sementes	Coleta e extrativismo vegetal	Mata, Mata/Capoeirão, Mussununga / Mata Baixa e Mussununga / Restinga
Extração de madeira	Artesanato (gamela)	Mata
Turismo	Turismo (Trilhas/Bugue)	Turismo (Trilhas/Bugue)
Artesanato	Artesanato de sementes	Artesanato de sementes
-	Farinheira	Farinheira
-	Awê	Awê

Fonte: Elaboração da autora com base em Cardoso e Parra (2008) e Cardoso et al. (2012).

*- categoria agrupada ou selecionada, PI – categoria foi inserida no mapa de projetos e iniciativas.

Do ponto de vista cartográfico, tais procedimentos fazem parte da elaboração de mapas, seguem padrões estéticos e de comunicação, ainda

se voltam a garantir métricas e requisitos de precisão. Resta-nos saber: quais os reflexos de tais práticas em termos territoriais, tendo em vista que os ambientes reverberam aspectos da territorialização? O que perdemos ao reduzi-los a primitivas gráficas (linhas, pontos, polígonos)? Como dirimir as perdas?

Refletir acerca dos impactos territoriais relativos aos procedimentos cartográficos resvala nas atitudes e decisões da equipe técnica, tais quais de certa forma foram alheias ao mapear Pataxó. Entre estas e outras, temos que as atitudes e reflexões acerca do processo determina como nos engajamos e nos posicionamos frente a experiências, como bem afirmam Dodge e Kitchin (2007).

Por meio de temas específicos e categorias, trabalhados ao longo do mapeamento e apontaremos para algumas das sutilezas dos mapas que podem permitir estabelecer e identificar conexões, discursos e possíveis impactos na construção da perspectiva do leitor/usuário/mapeador que venham a se encontrar com os mapas temáticos.

Entre os que foram elaborados nestes termos, merecem destaque na presente pesquisa aqueles que tratam de:

a. Planialtimetria

Composto por atributos que são a base dos demais mapas temáticos, o “Mapa planialtimétrico do complexo aldeias Pataxó – PARNA Monte Pascoal” foi inicialmente elaborado por meio de dados secundários, ofertados pelas cartas topográficas do mapeamento sistemático, complementado com as informações dos mapas Pataxó demais práticas de campo, adequando-o às necessidades específicas.

Entre os atributos mapeados, estão: rede viária (estradas, *rodagem*, caminhos), cursos d’água, linha de costa, curvas de nível, pontos cotados, escola, casa, fazenda, ponte, farol, limites territoriais administrativos (Terra Indígena, Unidades de Conservação, Limite Municipal). Tratam-se de atributos de base existentes na maioria dos mapas convencionais, alguns deles de presença obrigatória como os limites territoriais, por exemplo.

A intenção ao chamá-lo assim como as suas categorias foi lançar luz às conexões territoriais que proporciona e que na maioria das vezes permanecem invisíveis, além de situá-lo no conjunto de práticas de mapeamento, atualizando-o e complementando-o de acordo com as necessidades específicas.

b. Ambientes e usos atuais

O inicialmente intitulado “Mapa de unidades de paisagem do complexo aldeias Pataxó - PNMP” emerge da combinação de características específicas de vegetação, solo, topografia, formação geológica e usos atuais como classificadas pelos Pataxó. Suas categorias são fruto do que foi vivenciado em caminhadas guiadas pelas TIs e da elaboração de mapas por interpretação coletiva de imagem de satélite.

Objetivamos com ele espacializar e qualificar, segundo o sistema classificatório local, a diversidade de ambientes manejados pelos Pataxó, bem como a fragmentação e a degradação no interior das TIs. No que tange às categorias mapeadas, temos três legendas (demonstradas nos Quadro 4 e Quadro 5) e títulos que modificamos ao longo do processo, os quais decorrem de incansáveis revisões realizadas junto aos Pataxó⁸², assim como de correções, verificações de reflexões e discussões entre os membros da equipe – dentre as quais incluímos os procedimentos cartográficos.

No título inicial, podemos ter pistas de onde emerge o mapeamento e o que o move: sugere um discurso que prima pela Unidade de Conservação em detrimento das Terras Indígenas nem sequer mencionadas, além de tratar de um complexo problema territorial, em que o Parque é uma unidade coesa, e as aldeias, localizadas no seu entorno, aparentemente não. Segue, contudo, apontando para mudanças de interesses que movem o processo ao incorporar as TIs no título. Os mapas passam a priorizar as Terras Indígenas e os territórios Pataxó e desfocar do Parque apesar de demonstrar seus limites, o que nos mantém na sobreposição territorial de áreas protegidas que no momento era eminente.

⁸² As incertezas relacionadas à denominação decorrem de reflexões e intensos debates sobre nossas categorias, por, inicialmente, não encontrarmos termo nativo correlato para tratar das características ambientais. Além de não termos consultados os Pataxó inicialmente sobre como gostariam de intitular estes mapas, nem tampouco se queriam fazer mapas temáticos. Acabamos por transformar aspectos da perspectiva espacial e ambiental indígena para enquadrá-las nos moldes cartográficos aptos a “dialogar” com o Estado e demais atores, inviabilizando-as, sem refletir sobre estratégias outras de mapeamento.

Da primeira para a segunda versão, também substituímos a expressão unidade de paisagem⁸³ por ambiente, resultando no “Mapa de ambientes das TIs Barra Velha e Águas Belas”. Tal opção corrobora com concepção recente do termo ambiente, que passa a ser entendido como um espaço circundante que proporciona percepções, interações e relações que podem ocorrer entre meio físico e pessoas e/ou grupos sociais, de diversas formas (FUNAI, 2013).

Ao incorporar os usos atuais na sua terceira versão, no âmbito do PGTA, emerge o “Mapa de ambientes e usos atuais das TIs Barra Velha e Águas Belas” (Anexo D), no qual buscamos demonstrar a conexão entre os atributos. Intentamos deixar claro o recorte temporal por meio do termo atual associados aos usos, embora nos prendemos a uma perspectiva utilitária dos recursos naturais, relacionada à dimensão econômica do território, tendo em vista voltarmos inicialmente a identificar aspectos que concernem a segurança alimentar, sustentabilidade e obtenção de matérias-primas.

Apesar do olhar atento ao saber fazer e cuidar Pataxó, o etnomapeamento priorizou o que vem sendo chamado por “atividades produtivas”. Ao passo que consideramos interessante tratar de práticas que ocorrem no ou ainda conformam o ambiente. Contudo, nesta etapa do etnomapeamento, unir os mapas para expressar as correlações entre espaços e práticas foi a estratégia acionada e que de alguma forma contribuiu para demonstrar elementos de territorialidade.

c. Impactos e conflitos socioambientais

Elaborado no âmbito do PGTA, na etapa final do que aqui estamos denominando por mapeamento Pataxó, o “Mapa dos impactos e conflitos socioambientais nas TIs Barra Velha e Águas Belas” (Anexo E), emerge baseado nos ambientes mapeados e na análise de imagens de satélite.

⁸³ Tal expressão se inscreve nos estudos de ecologia de paisagens os quais vêm se valendo de sistemas de informações geográficas para análises métricas e topológicas. Contudo, não foi o que fizemos, nem tampouco a paisagem pode ficar restrita a unidades neste caso. Após algumas reflexões da equipe, o termo “paisagem” foi substituído por “ambiente”, a fim de evitar confusões e reducionismo, tanto do conceito e do debate existentes como das paisagens que conformam os territórios Pataxó.

Como objetivo principal, visa contribuir com o planejamento de estratégias que venham a mitigar tais impactos.

As categorias mapeadas decorrem de processos desterritorializadores históricos e atuais que ocasionam impactos socioambientais e conflitos territoriais, além de incidirem diretamente no modo de vida e nos recursos naturais dos quais dependem os Pataxó. Entre elas, encontramos: nascente degradada, assoreamento, contaminação por agrotóxico, sujeito a desmatamento, sobreposição TI x UC, área suscetível ao fogo, plantio de eucalipto e área degradada.

d. Projetos e iniciativas

Apesar de incansáveis reflexões entre os membros da equipe, requisito contratual no âmbito das primeiras etapas do etnomapeamento, elaboramos o “Mapa de zoneamento agroextrativista do complexo aldeias Pataxó - PARNA Monte Pascoal”. A noção de zoneamento, como bem menciona Little (2006), advém dos princípios do ordenamento territorial estatal, vinculando-se à certa normatização do uso nas terras indígenas.

Trata-se de uma forma de planejar e conceber os espaços que advêm do ordenamento territorial estatal que, por meio da criação de zonas, estabelece normas e regras. Tal forma de gerir o território nem sempre se enquadra aos princípios locais e pode vir a impor moldes e regras de conduta inexistentes. Mesmo que estas ocorram de acordo com os anseios dos grupos envolvidos, ao enquadrá-los nestes termos há possibilidade de fixar fronteiras e criar territórios onde antes não existiam e, como bem menciona Fox (2002), na intenção de dirimir conflitos podem vir a acirrá-los.

Com base nos mapas coletivos, propusemos algumas categorias pertencentes aos discursos que surgiram e traçamos polígonos em cima dos mapas dos Pataxó, avaliados posteriormente de forma negativa, por soar forçar a imposição de algo que não existia. O mapa de zoneamento, depois de impresso, foi (re)feito, riscado, reelaborado em SIG, após isso foi rasgado e jogado fora.

Da sua ressignificação nasce o “Mapa de projetos e iniciativas das TIs Barra Velha e Águas Belas”, o qual julgamos mais adequado para o planejamento ou ainda para demonstrar das iniciativas e planos concebidos pelos Pataxó para viver em meio aos processos desterritorializadores, reterritorializando-se. Permite não somente visualizar estratégias acionadas em busca da segurança alimentar, da

geração de renda e da conservação dos recursos naturais (objetivos iniciais do etnomapeamento), como aquelas utilizadas para manutenção territorial; traz elementos que suscitam a existência de territorialidades em movimento pelo bem viver em/com seus territórios.

Apesar do engajamento com as situações e pessoas em campo, estava claro se tratar de um mapeamento fomentado pelo Estado, por órgãos que historicamente vêm contribuindo para a diminuição de seus territórios (apesar de esforços reunidos para a ampliação da TI e regularização fundiária) e proibição de suas práticas. Estes, não somente por desconhecê-las, seguem reproduzindo uma série de equívocos. Tal fato nos levou redobrar cuidados com relação a algumas das áreas evitando acirrar conflitos o que passa por compreender os meandros dos discursos que as circundam. Entre as categorias mapeadas, estão: *Agroflorestas, Preservação / uso e manejo, Apicultura, Horta, Criação e ampliação das aldeias, Recuperação de áreas degradadas.*

Temos, portanto, que cada atributo do mapa foi construído ao longo do processo e isso não é fruto de mera análise de uma imagem e vetorizar os atributos visíveis de uma realidade; vem à tona, por meio de um diálogo, mesmo que parcial entre as práticas de mapear que fizeram parte do processo. Entendemos que por trás dos mapas e seus elementos há práticas, histórias e relações – relações territoriais, fluidas, desenhadas, memoradas, construídas, destruídas e reelaboradas – que são invisíveis em sua estrutura. Buscaremos, por meio de alguns dos atributos existentes nos mapas, trazê-las à tona para demonstrar as conexões com processos territorializadores ocorridos historicamente e manifestos nos ambientes. Vejamos para onde nos levam.

6.1.1 Limites de alguns territórios

Comumente os limites territoriais encontrados nos mapas referem-se às fronteiras oficiais no âmbito do ordenamento territorial, portanto, restritos a limites administrativos. No caso da área de incidência do mapeamento Pataxó, há diversos territórios-zona sobrepostos ou encaixados no mosaico territorial estatal (Anexo A). Contudo, já mencionamos a complexidade territorial para além destas fronteiras, tal qual expande-se ao concebermos a diversidade e as especificidades inerentes aos territórios indígenas.

No que tange aos limites territoriais concedidos pelo Estado aos Pataxó, temos que se tratam de áreas remanescentes de um território historicamente ocupado, retalhado por pressão de frentes econômicas, esbulho territorial e saque aos recursos naturais. A partir de múltiplas estratégias, desde o período da colonização, tais territórios ficaram restritos a pequenos fragmentos, de grande relevância, mas que contemplam somente parte da territorialidade Pataxó. Configurados como “ilhas” aparentemente descontínuas (as 11 TIs distribuídas pelo sul baiano e municípios de Minas Gerais), em distintas escalas, são mantidos por estratégias para enfrentar situações de territorialização específicas desenvolvidas pelo grupo.

Além do que, como demonstram diversos autores, apesar da configuração longe de ser ideal, estas terras são conectadas e mantidas por meio de redes de parentesco de circulação de pessoas, coisas e saberes (SOTTO-MAIOR, 2008; 2015; CARDOSO; PARRA, 2008; TOMIOKA et al., 2015), que nos levam a ideia de multiterritorialidade para além de processos desterritorializadores.

Temos, portanto, que os territórios que aparecem nos mapas configuram uma representação parcial de territórios jurídicos e políticos desenhados para fins administrativos, contemplam parcialmente apenas uma das dimensões do território Pataxó, sob a forma de TIs. Todas as outras dimensões não estão expressas claramente nos mapas, ficam por trás das linhas, pontos e áreas manifestos por cercas, presença ou ausência de recursos naturais importantes, degradação ambiental, lugares de ocupação histórica, entre outros que remetem a vínculos, afetos e modos de vida, enfim, relações entre espaços e pessoas.

Permanecem escondidos não somente por questões relacionadas à escala dos mapas e dos mapeamentos, mas também por limites impostos pela concepção de cartografia vigente, pelos restritos objetivos do mapeamento (que acaba por limitar o recorte e o grau de engajamento dos mapeadores) e pelo fato de que há aspectos inerentes aos territórios Pataxó que somente podem ser percebidos/permitidos àqueles que pertencem ao grupo.

Mesmo ponderando as restrições ocasionadas pelas fronteiras, mantivemo-nos restritos no etnomapeamento aos limites das TIs localizadas nas proximidades do Monte Pascoal. Tal decisão foi feita com base nos mapas coletivos e nas caminhadas realizadas, apesar das narrativas serem recheadas por aspectos que extrapolam as fronteiras –

como aspectos relacionados à rede hidrográfica, às retomadas territoriais, às redes de parentesco de trocas e reciprocidades, aos recursos naturais necessários para a sobrevivência do grupo ou ainda à circulação de plantas cultivadas para a ocupação de novos territórios ou manutenção de antigos.

Ao nosso ver, acionar um “complexo aldeias-Parque”, como sugere o edital de contratação no qual inspiramo-nos para compor o título dos primeiros mapas, remete para além da área de abrangência direta, a um complexo de relações que foram desconsideradas nos mapas e no mapeamento – seja por limitações técnicas, sensitivas ou objetivas e mais: foram desconsideradas na própria delimitação territorial anterior, quer por razões políticas, técnicas ou por inadequação das concepções territoriais.

Como bem demonstra Gallois (2004), antropólogos responsáveis por estudos desta natureza, apesar dos esforços, acabam por se enquadrar nas concepções territoriais estatais para fins de regularização fundiária. O que nos leva a refletir sobre a necessária ampliação da concepção de estratégias de mapeamento, tanto por meio de diálogos cartopráticos possíveis entre as diversas matrizes do conhecimento como entre os membros que compõem os GT de identificação territorial. O que pode vir a ampliar a capacidade de experimentar e compreender territórios que não aparecem nos mapas, rever a interface mapas/territórios e fortalecer tais processos de regularização fundiária, tendo em vista que a cartografia permeia todas as suas etapas.

Cabe apontar que o termo território foi incorporado pelos Pataxó no contexto das reivindicações territoriais e fortalecido no discurso de luta pela terra, o que talvez tenha limitado a área por eles contemplada na elaboração dos seus mapas: para fortalecê-lo. Contudo, não eliminamos a possibilidade de não terem mapeado por não os incentivarmos ou por termos nós também nos prendido à tais fronteiras. Apesar de não se restringirem às TIs, podem vir a equivaler a tais áreas a fim de garanti-las, o que leva os Pataxó se remeter, em alguns casos, à terra indígena como território, apesar das restrições. A dimensão jurídico-política dos territórios passa não só a compor os discursos, como as práticas cotidianas na medida em que lidar com o dentro, o fora e garantir a posse plena, remete a se relacionar com os outros (incluindo os não indígenas) nestes termos.

Restritos aos limites das TIs no âmbito do etnomapeamento, apontamos para os vínculos territoriais nas dimensões simbólica e

econômica, ressaltando se tratar de uma compreensão incipiente e que merecia, portanto, maiores investigações específicas. Há, contudo, um equívoco nas nossas afirmações, já que a TI é um território que produz outros territórios e que reverbera na territorialidade Pataxó, bem como nas suas relações com os demais atores e suas territorialidades, ou seja, o etnomapeamento, mesmo que sem explicitá-la, se pauta também na dimensão jurídico-política do território Pataxó.

O foco, contudo, foi compreender as dinâmicas de ocupação histórica, da organização socioespacial nas aldeias e nos espaços domésticos, correlacionando-as ao manejo e às “dinâmicas nas paisagens” (no momento, sem muitas reflexões conceituais sobre tal termo) (CARDOSO; PARRA, 2008). O que nos levou nesta pesquisa a guiarmos nossa compreensão acerca das relações territoriais por aquelas expressas na paisagem, ou melhor, nos ambientes; considerando-as propícias para tratar dos diálogos de estratégias de mapeamento.

Já nos primeiros momentos de elaboração de mapas em SIG, a sobreposição de camadas com os limites territoriais e imagem de satélite não permitiu passar despercebidos os cortes incisivos, estabelecidos por meio de linhas secas traçadas a noroeste e que partem rios ao meio sem mensurar os impactos carregados pelas águas de fora para dentro das TIs. Fronteiras que, independentemente de quaisquer territorialidades específicas, vão de encontro com o artigo 231 da Constituição de 1988, sobretudo no que tange às “áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar” (BRASIL, 1988).

Entre as situações que nos permitem estabelecer relações entre as geotecnologias (especialmente sensoriamento remoto e SIG), as características geoecológicas locais e os processos de territorialização, remete às bacias hidrográficas e as matas ciliares que garantem integridade dos recursos hídricos. Estas, fora da área de abrangência das TIs ficam submetidas a quaisquer usos, apesar da ignorada obrigatoriedade legal em protegê-las. Trata-se de um dos casos em que recursos imprescindíveis à manutenção da qualidade de vida do grupo estão fora de seus territórios legalmente protegidos.

Não nos cabe argumentar sobre os motivos que levaram a determinação de limites que ignoraram aspectos ambientais cruciais, até porque não se tem subsídios para tanto; o fato é que, no etnomapeamento, atributos territoriais e ambientais de grande relevância seguem invisíveis. Sem, contudo, nos isentar da identificação de alguns dos impactos dessas

fronteiras na territorialidade Pataxó e que serão melhor compreendidos por meio das categorias temáticas específicas detalhadas nos próximos itens.

Com o aporte de outras estratégias de mapeamento pudemos traçar apontamentos acerca da organização socioespacial, das formas de ocupação e das regras internas que as determinam. Destas temos que relações dos Pataxó para com as TIs são pautadas na posse comum, tendo em vista que o usufruto é indígena, mas a propriedade é da União, o que impede a venda e o arrendamento de tais áreas. Consideramos então a TI como um primeiro “nível territorial”, o que aqui poderia corresponder a uma escala de mapeamento, a qual abrange as relações internas ao grupo Pataxó do Monte Pascoal e reverbera em um sistema fundiário próprio (composto por áreas de acesso restrito e/ou familiar, áreas de livre acesso).

Cabe mencionar que a posse plena ainda não lhes foi efetivamente garantida, já que não fora encerrado o processo de regularização fundiária e há uma série de ocupações de terceiros em seu interior. Estas incluem terras particulares, assentamentos agrícolas e UC, que acabam por regular o acesso à terra e aos recursos naturais, para manterem seus territórios um conjunto de estratégias são desempenhadas pelos Pataxó.

Emerge no mapa de impactos e conflitos a categoria para se referir à área que, não sem conflito, há sobreposição de categorias distintas de proteção: TI Barra Velha e o Parque Nacional do Monte Pascoal. Em um passado recente, a imposição de fronteiras e a determinação de regras – alheias às reconhecidas e estabelecidas pelos Pataxó – ocasionaram alterações evidentes nas territorialidades, surtindo efeitos na organização socioespacial, nas atividades econômicas, nas práticas de manejo e uso dos recursos naturais. Tal sobreposição ainda determina perversamente a ocupação em determinados locais, como na estância de Bugigão (pertencente à Barra Velha), em que com o impedimento de instalação de infraestrutura mínima para captação de recursos hídricos visa-se impedir a permanência dos Pataxó no local.

Relacionada à garantia da qualidade dos ambientes para o bem viver, há relações cosmológicas intrínsecas a estes espaços manifestos no âmbito do etnomapeamento por meio da figura dos “donos” que regulam o acesso aos recursos e ambientes: mãe da roça, mãe das caças e outros gestores. A figura destes gestores transpõe, portanto, a ideia de recursos naturais como exposto na noção de área de preservação, embora esta

também venha a ser incorporada, devido à influência do discurso conservacionista ou para lidar com os distintos posicionamentos perante o grupo ou ainda para se posicionarem frente aos outros (gestores, parceiros, degradadores, entre outros).

Um olhar voltado à relação territorial, apesar de ainda restrito às áreas das TIs, permite afirmar que coexistem múltiplos territórios, que vão desde as múltiplas dimensões, passando pelas escalas de articulação e pelas territorialidades que os conformam. Sobrepostos e compostos, há territorialidades e territórios estatais entre preservacionistas e conservacionistas (Icmbio, IBDF), indigenistas (Funai), gestores de terras agrícolas (INCRA), há outros atores como pequenos agricultores, as empresas (papel e celulose) e fazendeiros que também possuem suas estratégias e de certa forma podem vir a interferir na territorialidade Pataxó.

6.1.2 As aldeias e outras moradas

O mapa elaborado para fins de regularização fundiária pela Funai (Anexo A) nos oferta, além do mosaico territorial, atributos de base como as aldeias. Tratam-se de agrupamentos de casas destinados à morada dos Pataxó e de alguns não indígenas que venham a nelas residir por meio de casamentos ou compadrio. Entre elas, foram historicamente estabelecidos limites tênues que, segundo Cardoso, Modercin e Parra (2011), podem ser manifestos por meio de referenciais espaciais imateriais ou materiais (como rios, estradas, cercas, matas, capoeiras, entre outros); estas inicialmente suscitam dúvidas relacionadas à localização e distribuição.

As reconhecemos por segundo “nível territorial” no etnomapeamento, cada qual com organização política e social específica. Difere, contudo, da forma de ocupação pretérita que remete à década de 30 e anteriores quando os Pataxó estavam “espalhados” e habitavam vários lugares do território; tratada pelos mapeadores locais como a época em que a ocupação ocorria de forma tradicional. Mudanças significativas decorreram das medições do PNMP e em seguida a implantação alguns anos depois, em que foram expulsos dos lugares outrora habitados. As moradas passam a capoeiras, capoeirões, entremeados pelas árvores frutíferas, que se tornam propícios locais para a alimentação de animais.

[...] antes de 51 tinha gente, dono mesmo, outros...índios Pataxó também, muito, muito antes

era aldeia aqui [...] Aqui morava uma índia chamada Isaura, ali em Riba, na Cassiana, morava João Curuca, mané Nuni, Caboclo Bode e essa menina? Cassiana e lá em riba morava Francisca. Lá no Pé do Monte onde chama Céu Azul, morava essa menina chamada Mariazinha. Pro lado de onde mora Braga morava Pedro Cravo, mais prá cima morava Manoel Severo. Tudo índio! Mas embaixo, cá [...] no posto velho que chama, morava essa menina Luiza que era casada com um branco, mas era índia. Ali na ponta da escada que eu chamo...ali morava essa menina, esqueci o nome da mulher, casada com um branco. Bom, cá mais embaixo um pouco morava essa Eliza, casada com branco também. E era assim, lá adiante do...preto, tinha o Macaco Gordo [...] tinha três irmãos que morava lá era João Rocha, Tonho Rocha e Marcelino Rocha, parente de meu avô, primo de meu avô. A Imbiriba, o senhor sabe onde é a Imbiriba? É do tio de meu avô, a Imbiriba. Bom [...] esse homem que sabia falar na língua, esse moço (Sr. Manoel Santana, Aldeia Boca da Mata, 2008, comunicação oral).

Entre os motivos que movem Manoel Santana a elaborar um mapa está justamente demonstrar como se dava e quão antiga é a ocupação Pataxó, contrapondo-o ao mapa oficial, que coloca uma unidade de proteção integral homogênea sobre territórios ocupados historicamente, apaga aldeias e evidencia ocupações de terceiros no entorno.

Entre os “pontos fortes” de tal mapa está a íntima associação entre os cursos d’água e as áreas de moradias antigas, inclusive no interior da *mata do parque*, onde determinadas regiões eram ocupadas por grupos familiares que se conectam por meio de rios, caminhos e fluxo de coisas, pessoas e saberes. Essa conexão decorre de uma forma de habitar Pataxó, próximo dos rios, entremeados a áreas recobertas por *matas e capoeiras* em que foram estabelecidas moradas com *sítios e quintais*, abandonadas em determinado momento, manifestos por vestígios de sua existência que perduram nos ambientes; tratam-se de *lugares dos antigos*, nos termos dos Pataxó⁸⁴.

⁸⁴ Cf. Cardoso (2016).

Este habitar, mais do que colocar suas casas, inclui pescar, caçar, coletar, plantar e se relacionar por meio de diversas práticas Pataxó nos/com os ambientes. Nos leva a algo que concebemos como uma rede de lugares de diferentes idades, as quais acompanham mudanças de função, composição e significados; uma rede alimentada por interações espaço-temporal nas quais territorialidades Pataxó coexistem.

Tais interações se mostram como marcas da história no espaço que podem ser verificadas ao cruzar tal mapa, narrativas, imagens de satélite e fotos aéreas históricas em que temos indicativos destas práticas e que se confirmam nas caminhadas guiadas por estes locais. Marcas estas que estão em constante movimento, transformando-se como a conhecida sucessão da vegetação que ocorre considerando a interação entre diversos fatores, incluindo a interferência Pataxó por meio do manejo histórico dos espaços de vida.

Mapear os lugares de ocupação pretérita iniciava de locais de habitação atuais – das aldeias; cada qual com sua configuração particular, constantemente associada a eventos históricos e atuais ao longo do mapeamento; pontos de partida para as nossas caminhadas. Estes lugares nem sempre são de fácil acesso, aliás na maioria das vezes não são; seja pela distância ou pela presença de cercas, fazendas, casas, matas, medos, relações que impedem a passagem; nestes casos, o “ver de cima” de certa forma contribui para que sejam visualizados.

Apesar da ocorrência de obstáculos, tivemos a oportunidade de visitar alguns desses lugares e não raro outros eram apontados e mencionados durante os diversos percursos por meio deste mapear em movimento e performático. Na companhia dos mapeadores Pataxó, presenciamos a narração de fatos, descrição de hábitos e de plantas indicadoras, em movimento apontando para lugares inacessíveis, os quais pertencem a experiências anteriores como relatado por José Conceição no âmbito do etnomapeamento: “[...] passando essa mata para lá você vai ver de novo campo, novas moradias de índio...moradia de índio velho é para lá. Mora aqui, mora ali, mora aqui, daí tem um pé de jaca, pé de coco[...]”.

Esse mapeamento ocorreu como se camadas espaço-temporais fossem combinadas *in loco*, no momento nas quais se inscrevem os mapeadores (inclusive nós mesmos). Por meio da mescla de diversas estratégias de mapeamento que acionávamos, conseguíamos perceber que a ideia de sobreposição territorial “vista de cima”, em uma perspectiva vertical, em alguns casos sugere hierarquia e muito difere à da

combinação que ocorre nos ambientes e territórios em que os eventos se dão de forma interdependente, consorciando horizontalmente distintas escalas.

As caminhadas se destacam como forma de mapear parte dos ambientes nesta perspectiva, assim como parte dos múltiplos discursos na medida em que cada mapeador possui vivências particulares. Ao mesmo tempo, possui potencial no que tange a percepção e conformação de uma rede de lugares, práticas e pessoas (na qual nos conectamos, ou melhor, fomos conectados) e que permite estabelecer conexões espaço-temporal (potencializadas quando os mapeadores possuem faixa etária distintas). Um dos fios desta rede foi estabelecido pelo interlocutor que nos guiou por maiores distâncias, José Conceição – para quem caminhar é a forma como aprendemos, como o conhecimento ocorre: através do movimento.

Da Aldeia Craveiro – lugar de ocupação histórica como demonstra a Figura 13, em determinado momento abandonado, reocupado, perdido, ocupado por antigo assentamento rural, retomado e transformado em aldeia – consideramos seguir a pé (dada as condições relacionadas ao transporte, bem como o interesse em caminhar para mapear) em direção à Barra Velha. José Conceição e parte de sua família prontamente se ofereceram a nos guiar, não somente para caminhar, mas para que seus filhos vissem o mar (um deles tinha 10 anos e experimentou essa sensação pela primeira vez) e visitar seus parentes que não via há anos.

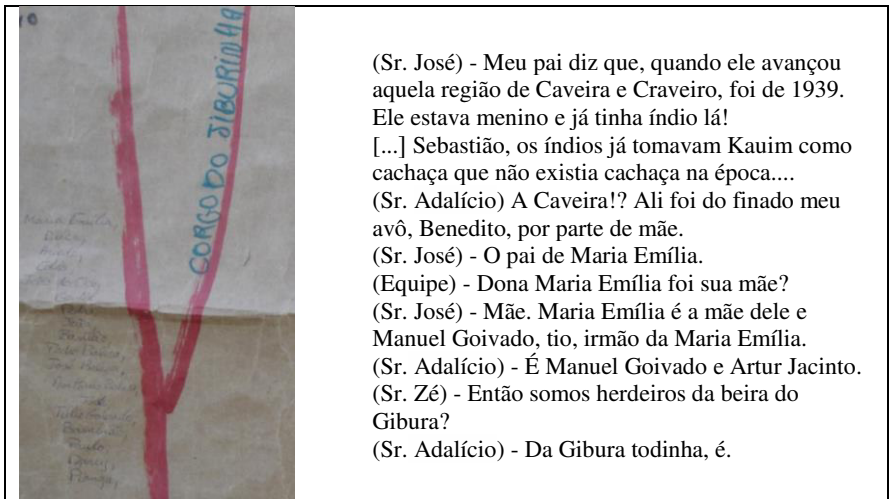
Saímos de Craveiro pela manhã, chegamos à Ponta do Corumbau no meio da tarde, e seguimos para Barra Velha, onde nos dirigimos para a casa de Maria da Glória, prima de Seu José e que se tornou importante interlocutora e nossa anfitriã na aldeia. Lá conhecemos seus filhos e seu pai, Sr. Altenídio. Além da jornada cheia de narrativas, memórias e fronteiras transpostas, presenciamos o encontro emocionado dos familiares. As caminhadas nos levaram a diversos lugares, com pessoas diferentes e outras tantas narrativas territoriais, o que permitiu mais uma das formas de engajamento no mapeamento.

Não raro foram registradas frases como: “Esses coqueiros foram plantados por meu avô”. Dendezeiros, jaqueiras, mangueiras e coqueiros marcam presença nestes lugares onde, além de indicadoras que carregam toponímias, em alguns casos os nomes daqueles que as plantaram, como demonstra o diálogo entre Sr. José (Craveiro) e o tio Sr. Altenídio (Barra Velha), que trata da importância das árvores na demarcação desses espaços, da força e da fartura a elas relacionadas:

- (Sr. José) Então, onde tinha uma força maior que foi por onde nossos avós passaram, moraram...
- (Sr. Atenídio) Ali no Saruê foi de meu tio João que abriu, foi meu tio João que abriu ali o Saruê.
- (Sr. José) Nesse local tem um pé de Jaca que fico o nome dessa pessoa. Bocóra.
- (Sr. Atenídio) Bocóra, todo mundo conhece aquele pé de Jaca que tem na beirada do Rio.
- (Sr. José) Tá vivo ainda...
- (Sr. Atenídio) Nós vai ali em Águas Belas, vamos lá na Jaqueira do meu tio João, conhecia ele por João Bocóra...o pé de jaca de João Bocóra.

Além da localização e da composição, há ligações afetivas e ancestrais que mantêm o elo entre Pataxó e lugares que conformam esses territórios materiais e simbólicos. Como o local onde viveram e foram sepultados parentes, expresso no relato de José: “[...] daqui da beira do Corumbau eu não saio não, que tem parente meu enterrado aqui”. A citação demonstra a conexão entre os *lugares dos antigos* e algumas das áreas onde são as aldeias de hoje.

Figura 13. Recorte do Mapa de Manoel Santana, com destaque para as proximidades do Córrego do Jibura.



- (Sr. José) - Meu pai diz que, quando ele avançou aquela região de Caveira e Craveiro, foi de 1939. Ele estava menino e já tinha índio lá!
- [...] Sebastião, os índios já tomavam Kauim como cachaça que não existia cachaça na época....
- (Sr. Adalício) A Caveira!? Ali foi do finado meu avô, Benedito, por parte de mãe.
- (Sr. José) - O pai de Maria Emília.
- (Equipe) - Dona Maria Emília foi sua mãe?
- (Sr. José) - Mãe. Maria Emília é a mãe dele e Manuel Goivado, tio, irmão da Maria Emília.
- (Sr. Adalício) - É Manuel Goivado e Artur Jacinto.
- (Sr. Zé) - Então somos herdeiros da beira do Gibura?
- (Sr. Adalício) - Da Gibura todinha, é.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no recorte do mapa de Manoel Santana e diálogo em campo.

A idade do lugar é percebida por nós, mapeadores, cruzando a faixa etária e a descrição dos interlocutores com as características dos ambientes (nas imagens e *in loco*) que, para além da análise das espécies encontradas, incluem as histórias daqueles que os experienciaram e os criaram. Ocupações antigas nascem como lugares de moradia, são abandonadas por motivos diversos, transformam-se em locais de caça e coleta, que “alimentam” e são “alimentados” por narrativas e experiências; transformam-se e assumem outros significados. O que no presente é aldeia, *roça*, *sítio* e *quintal*, no futuro pode vir a ser *lugar dos antigos* e, portanto, permeiam os espaços de cultivo uma espécie de sucessão que acompanha a dinâmica de ocupação de territórios contemporâneos e ancestrais, materiais e simbólicos.

Nos mapas elaborados no etnomapeamento, somente ínfima parte dos *lugares dos antigos* foi captada e são representadas de forma limitada e restrita por meio de categorias como *dendezal* e *coqueiral*, acompanhando uma classificação local que primeiramente qualificou estes ambientes de acordo com a abundância destas plantas para alimentação e manejo. O que ocorreu em detrimento da compreensão da dinâmica territorial, quer seja pelo objetivo inicial do mapeamento que acabou por ofuscar a importância dos lugares para os Pataxó ou pela incapacidade de percepção dos demais territórios ao primar por sua materialidade.

Ainda no mapa elaborado para o PGTA, *dendezal*, assim como *piaçabal*, foram agrupados na categoria *Coleta e extrativismo (palmeiras)*, permanecendo a categoria *coqueiral* relacionada não somente aos lugares antigos, como às novas formas de cultivo de coqueiros; afastamos a dimensão simbólica das categorias e aproximamos a dimensão econômica.

A ausência de uma categoria que evidencia os *lugares dos antigos* nos mapas nos levou a algumas questões. Primeiramente apontamos para uma percepção limitada do potencial e dos significados destes lugares para os Pataxó, fato que foi sendo percebido ao longo do mapeamento e motivou outras pesquisas e envolvimento em mapeamentos posteriores. Em segundo lugar, se considerarmos a interface mapa – território, a não inclusão destes lugares nos mapas pode ser considerada uma das formas de apagá-los. Ao mesmo tempo, devido às inseguranças relacionadas à garantia da posse plena da terra com o passar do tempo acabamos por nos questionar se era ou não interessante que tais lugares aparecessem nos

mapas, sobretudo pelas informações acerca de episódios de descaracterização para eliminar as provas dessa ocupação.

Figura 14. Quadro de fotos da categoria *Lugar dos antigos*, próximo à Aldeia Craveiro.



Fotos: Lilian B. Parra (2008).

Ao mesmo tempo em que Manoel Santana os coloca no mapa e de certa forma os recria para potencializar os territórios, temos múltiplos discursos e significados, sobretudo no que tange ao fragmento de mata representado em alguns dos mapas coletivos por *mata do Parque*. Tal categoria, de alguma forma, contribuiu para que os *lugares dos antigos* fossem apagados dos mapas temáticos e consequentemente dos territórios expressos, o que foi feito por meio do cruzamento entre práticas discursos e mapas coletivos. Ou seja, ao excluí-los, seja por cuidados excessivos ou por insensibilidade, reforçamos a territorialidade alheia (a preservacionista ou a de ocupantes não indígenas) que interveio e continua a intervir em condutas ou práticas nos ambientes, na territorialidade dos Pataxó que habitam as redondezas do Monte Pascoal.

Retornamos à camada espaço-temporal que remete às aldeias do presente, aos eventos de deslocamentos pelo território e à reorganização socioespacial para contribuir com a compreensão acerca da distribuição atual das aldeias. Temos entre eles: a expulsão dos Pataxó de parte de seu amplo território onde estavam dispersos e ocupavam os mencionados *lugares dos antigos* ocasionada pela medição do PNMP na década de 40, como já mencionamos anteriormente, em que parte grande parte dos membros do grupo concentrou-se nas imediações de Barra Velha.

Em seguida, o “Fogo de 51” marca a dispersão dos Pataxó de Barra Velha para outros locais nas redondezas do Monte Pascoal e em diversas outras regiões no sul da Bahia, tido como o evento que ocasionou a reocupação de alguns lugares de ocupação antiga, como as aldeias Águas Belas e Trevo do Parque, como demonstram os respectivos relatos:

Eu nasci em 49 e estou aqui desde 51, aí teve essa revolução, aí meu pai correu para a mata na baixa ribeiro fundo, aí ele fez uma casa no lado de lá do rio, no meio da mata e se escondeu da polícia, ele abriu essa rocinha mais meu tio, eu sou um dos primeiros aqui dentro, vou fazer 60 anos já (Seu Eriédes - Águas Belas, 2008, comunicação verbal).

No Fogo de 51 o pessoal saiu para não morrer, aí meu sogro e minha sogra vieram embora para este lugar aqui [aldeia Trevo do Parque], a família foi crescendo, a gente morava lá na frente, aí o fazendeiro que era prefeito de Itabela deu duas tarefas de terra para eles morarem, claro que não ia

dizer não, né? Aí ele deu daquela cancela até ali perto. Aqui tudo era fazenda. Depois ele vendeu para outro fazendeiro. Aí ele deu para meu sogro e para minha sogra. Aí foi crescendo, o pessoal casando e temos hoje 51 famílias. Aqui já tem 25 anos, a gente não fez retomada (Sidney – Trevo do Parque, 2008, comunicação verbal).

O retorno para Barra Velha tem início por volta de 57 e segue com a efetivação do PNMP, que impôs restrições de acesso a territórios ancestrais e ocasionou graves problemas no que tange obtenção de alimentos; entre as áreas restritas para a implantação de roçados e o limitado uso das capoeiras, além das restrições severas que perduram até os dias atuais com relação ao acesso e uso dos manguezais.

Na década de 80 são fundadas as aldeias Boca da Mata e Meio da Mata por ocasião do crescimento da população e as restrições de espaço agricultável. A Terra Indígena Barra Velha foi homologada no final dos anos 1991⁸⁵, ainda restrita à pequena faixa ao norte do Parque e por desconsiderar áreas de ocupação histórica e atual, ambientes e áreas de uso para a coleta e cultivo de alimentos, bem como apresentar irregularidades no processo, a Funai formou novo Grupo de Trabalho para rever seus limites em 1997.

Em 1999, membros de seis aldeias do Monte Pascoal iniciaram o processo de retomada territorial por meio da ocupação da sede do PNMP com a finalidade de assumir a gestão da UC outrora instituída em território Pataxó (CARDOSO; PARRA, 2008), além de outras⁸⁶ localizadas no sul da Bahia. Do movimento das retomadas, evocado por meio de ações coletivas, os Pataxó ocuparam fazendas, sobretudo as improdutivas e assentamentos da reforma agrária que se encontram em seus territórios (CARDOSO et al., 2011; CARDOSO; BUENO, 2013; NISSON, et al., 2015). Das retomadas territoriais em lugares antigos e lugares estratégicos para o controle territorial, nascem as demais aldeias como: Pé do Monte (local da primeira retomada), Aldeia Nova, Guaxuma,

⁸⁵ Por meio do Decreto nº 396, em 24 de dezembro de 1991.

⁸⁶ No Território de Cahy-Pequi, reconhecido por Terra Indígena Comexatiba, há sobreposição com o Parque Nacional do Descobrimento, o que por anos vem inviabilizando a sua regularização. Publicada no DOU em 27/07/2015, atualmente em fase de contestação dos ocupantes, ainda sofre com a represália de fazendeiros e pousadeiros e recentemente com a indevida reintegração de posse.

Craveiro, Corumbauzinho, sem contar as localizadas fora dos limites da atual TI Barra Velha do Monte Pascoal.

Quando ocorreu a experiência da qual trata esta pesquisa, totalizavam 10 aldeias distribuídas nas TIs contempladas. Estas, apesar de características específicas relacionadas ao posicionamento e aos ambientes que os Pataxó acessam e manejam, podem ser compreendidas por um agrupamento de casas com quintais, escola, às vezes posto de saúde, *roças*, *sítios*, *mangas (pastos)*, *capoeiras*, sendo que em algumas há fragmentos de *mata*, *mussunungas*, outras são vizinhas do PNMP, outras próximas ao *mangue*. Cada qual com sua história, implantadas em períodos e por motivos distintos, sendo que a maioria delas remete a locais de ocupação pretérita. Temos, portanto, que a distribuição atual das aldeias nas TIs remete a ocupação histórica e ao controle territorial atual, a certo controle de fronteiras e de acessos, tanto de fora para dentro como o inverso.

Embora presentes no mapa oficial da Funai que subsidia o processo de regularização, nas cartas topográficas ofertadas pelo IBGE inexistem elementos suficientes para, em primeiro momento, identificar a presença dos Pataxó na área mapeada – já que nelas não constam aldeias e nem a maioria dos topônimos mencionados no mapeamento. Certamente, mas não somente, tal fato ocorre por desatualização das cartas topográficas (as disponíveis no momento datam de 1974) e pela ausência do grupo, pois na época foram proibidos de acessar determinados locais, ou seja, outros territórios são colocados nos mapas antes dos territórios indígenas, o que sugere a sua inexistência no momento e que a ocupação Pataxó seria posterior das demais ocupações de terceiros.

Ocupações de terceiros, ao contrário, estão presentes em ambos, o que reforça a existência histórica e hierarquicamente sobreposta aos territórios Pataxó. Se considerados os dados oficiais existentes no momento do mapeamento (para além daqueles gerados pela Funai), os Pataxó foram apagados dos mapas, ao mesmo tempo em que vinham sendo apagados de seus territórios, seguindo a tendência nacional.

Tais ocupações, geralmente ocorrem em fazendas, são conformadas por porteira, cerca e às vezes casas, entre outras edificações agrícolas, o que permite identificação relativamente simples mesmo sem ir a campo – dadas as extensas e homogêneas áreas, geralmente ocupadas por pastos e/ou monoculturas. De pretéritas transações injustas, da usurpação ou do esbulho, resultam outras formas de se relacionar com os

espaços e de usar os recursos – outras territorialidades e, portanto, consideradas como decorrentes de processos desterritorialização Pataxó.

Tais territorialidades alheias permanecem e limitam as formas de cuidar da terra Pataxó, por meio de fronteiras físicas ou não, que podem não ser transpostas por medo ou respeito por relações estabelecidas, sendo assim impedem a passagem, a circulação de coisas e de pessoas, bem como o uso de recursos. Ao mesmo tempo em que desterritorializam, impõem a incorporação de outras estratégias para o constante reterritorializar Pataxó – para, por meio de outras relações⁸⁷ com estes atores, continuarem a exercer sua territorialidade, mesmo que a do outro persista.

Essa coexistência de territorialidades se apresenta por meio de topônimos, que mesclam denominações Pataxó com não indígenas, que fazem parte da identidade e da história de determinados locais, embora inexistam nas cartas e nos mapas topônimos referentes aos *lugares dos antigos*, o que perdura nos mapas temáticos. Estes consistem em elementos textuais, relativos à denominação de localidades, fazendas, rios, estradas e aldeias, que emergem ao longo do mapeamento por meio das práticas supracitadas. Alguns corroboram com os expressos nas cartas topográficas, outros foram corrigidos e incorporados de acordo com as narrativas e mapas dos Pataxó; não raro emergiram associados às histórias que lhes originaram.

Entre as aldeias, temos denominações que remetem à localização como Pé do Monte e Trevo do Parque, Craveiro, historicamente relacionada ao lugar de nome Caveira, Corumbauzinho e Guaxuma, ao rio de mesmo nome nas proximidades da aldeia, Aldeia Nova a uma retomada territorial. A Aldeia Barra Velha carrega no topônimo a referência da pretérita barra do Rio Corumbau que, com a dinâmica costeira, se deslocou até a sua foz atual na ponta do Corumbau.

Nas fazendas, encontramos nomes de seus ocupantes ou em menção a santas (Faz. Santa Fé, Santa Rita, Santo Agostinho, Faz. Nossa Senhora da Ajuda), ou relacionado aos cursos d'água próximos (Faz. Cruz do Ouro) e a recursos outrora em abundância (Faz. Jacarandá).

⁸⁷ Por exemplo, trabalhar em uma fazenda cuidando de um coqueiral plantado por um parente no passado, de forma que mantenha tal lugar, mesmo que as terras não estejam sob sua posse, ou recuperar uma área degradada dentro dos limites do Parque para continuar demarcando esses lugares.

Topônimos estes que claramente relacionam-se a processos territorializadores de uns e desterritorializadores de outros.

Permanece como elemento fundamental da territorialidade Pataxó no Monte Pascoal a manutenção e recriação de uma extensa e complexa rede de lugares, históricos e atuais, a qual captamos superficialmente no âmbito do mapeamento. Dela fazem parte as aldeias, fazendas, topônimos, entre outros atributos dos mapas que remetem às moradas diversas, bem como ao habitar Pataxó. Seja por demarcação por meio do plantio de *bens de raiz*, da nomeação, das estratégias de manutenção, das narrativas que permeiam as gerações, do mapeamento em suas formas diversas; mesmo que estejam fora de seu controle pleno, são parte da resistência e da vivência dos Pataxó.

6.1.3 O caminho das águas

Além da incontestável importância vital – seja para beber, banhar, pescar, lavar roupas, dessedentar animais, caçar –, rios, córregos, lagoas, cacimbas, nascentes configuram importantes marcos e referências espaciais, além de conformarem uma das redes que compõem a trama territorial Pataxó. A rede hidrográfica é tomada aqui proveitosamente como exemplo de conexão de múltiplos territórios, que pode ser averiguado por meio do consórcio de diversas estratégias de mapeamento.

O mapeamento dos cursos d'água em ambiente SIG integrou informações do mapa elaborado por Manoel Santana e seus netos, dos mapas coletivos, das caminhadas guiadas e das narrativas de outras jornadas dos Pataxó, que decorrem de cartografias performáticas e imateriais ao experimentar os territórios. Além destas, conta com recursos de geoprocessamento e produtos do sensoriamento remoto (análise de dados geomorfométricos-SRTM, análise e interpretação de imagem de satélite) para a geração de outros dados.

A análise do supracitado mapa do Sr. Manoel, acompanhada de sua narração, configurou uma das principais práticas de qualificação e nomeação da hidrografia, tendo em vista o refinamento das informações e a possibilidade de verificar a configuração de parte da rede hidrográfica que perpassa as TIs como um todo. Além de nos trazer, como mencionado anteriormente, elementos fundamentais da territorialidade Pataxó, como o habitar as margens dos rios que reverbera na forma como são nomeados

e na importância destes para a conexão de “lugares” distribuídos pelos territórios.

A cada aldeia que passávamos, as informações sobre rios, córregos lagoas e represas eram refinadas por aqueles que habitam as suas proximidades e os nomeiam de acordo com as características específicas e significados cotidianos. Topônimos nos ofertam informações tanto da ocupação como das práticas e características, comumente relacionados a nomes dos habitantes antigos que ocupavam suas margens ou matas próximas, a algum recurso em abundância, a características ou ainda de algum evento. Entre os exemplos: *Córrego do Periquito*, *Córrego do Tucum*, *Córrego do saco*, *Córrego do vai quem qué*, entre outros. Na Aldeia Craveiro, temos o *Córrego do café*, cuja denominação advém de suas águas escuras semelhantes à bebida que lhe dá o nome, e o *Córrego da Lontra* que, além de ter a “água escurinha, tem esse nome porque as lontras comem os peixes que ficam presos nas armadilhas se não forem tirados bem cedinho”. Detalhamentos *in loco* nos ofertaram um panorama a respeito dos usos, situações e impactos percebidos.

Persiste no diálogo com diversos interlocutores a prática de ordenar os rios de forma mental, narrada e performática que permeou o mapeamento. Para localizar e descrever determinada área ou fatos situados, os cursos d'água ou alguma de suas características foram memorados e narrados de forma a seguir ordem própria no que tange a localização relativa. Não raro são mencionados como referência espacial para descrever o que está “para lá” ou “para cá”, se remetendo a um mapear situado num espaço-tempo passado; portanto, um mapear em movimento, de forma performática, que se fez no caminhar “ao longo da jornada da vida” e com o uso do corpo e da oralidade ou ainda por meio de “cartografias efêmeras” traçadas no solo, em distintos momentos do mapeamento.

Altenídio, da Aldeia Barra Velha da mesma forma como Manoel, indica um lugar qualquer na imagem de onde parte uma descrição; se orienta e descreve o território relacionando-o aos rios, ambientes e áreas de ocupações antigas:

Aqui passa dois corguinho para chegar no Corumbau, pelo Pará. Um chama Córrego do Rala cú e lá no Angelim (lugar) na margem do Corumbau, lá em cima, perto da ponte, mas em cima um pouco do Pará[...] do Angelim para cima

tudo é mata nativa e boa e na margem do Rio Corumbau[...]tem um bocado de cobra. O Córrego do Carço passa dentro do território de Barra Velha, dentro da mata nativa mesmo e deságua no Corumbau, passa por de trás do Pará, na mata, passa lá no Campo da Poeira, tem primeiro o Córrego do Carço, do Córrego do Carço o Córrego da Poeira, do Córrego da Poeira a Boa Vista, da Boa Vista ao Desejo, do Desejo ao Macaco, do Macaco ao Ribeirão e toca o pau para cima! Tudo área dos antigos, com mato baixo, mas como faz muito tempo que ninguém vai para lá, já pode ser uma área mata, já com árvores altas[...]tá bem próximo da mata, já deve tá quase com mais ou menos uns 80 anos que ninguém mexeu[...] Isso tudo acompanha o Córrego do Carço, nasce dentro da mata que nunca foi derrubada e deságua no Rio Corumbau[...] (Sr. Altenídio - Aldeia Barra Velha, 2008, comunicação verbal).

A descrição acima nos traz informações toponímicas acompanhadas de características dos cursos do rio, dos lugares (dentro e fora dos limites das TIs), correlacionadas ao tipo de ambiente e a sucessão da vegetação. Muitos desses rios não aparecem nas cartas topográficas, nem nos mapas oficiais, quer por questões escalares, quer por limitação decorrentes das práticas de mapear.

A associação destas cartografias à hidrografia gerada por meio do modelo de elevação do terreno, da interpretação de imagem satélite para obter informações dos ambientes e das informações das práticas de mapeamento com os Pataxó, permitiu identificar e desenhar alguns cursos d'água menores, bem como identificar impedimentos, localizar e qualificar nascentes. Algumas destas, sobretudo dos principais rios, como o Corumbau e o Caraíva, estão localizadas fora das TIs e encontram-se desprovidas de vegetação, assim como as suas margens.

Estas situações nos levam a relacionamentos distintos que reverberam nos ambientes encontrados dentro e fora dos limites das TIs, que acabam por impactar nos recursos e modos de vida dos Pataxó. A rede hidrográfica bem ilustra esta afirmação: na medida em que carrega vestígios do descaso externo para o interior das TIs, passam pelas aldeias até desaguar com qualidade questionáveis.

Tais estratégias de mapeamento em diálogo nos levam a considerar a rede hidrográfica como importante atributo na conformação de territórios-rede que, para além da noção de hierarquia, os cursos d'água relacionam lugares, fazendas, aldeias, cacimbas, pessoas e práticas, por meio do “fluxo” de águas (contínuo ou intermitente) e de suas margens (protegidas ou não, a depender do tipo de uso e das relações com aqueles que as habitam).

Trata-se de parte de ações territorializadoras ou desterritorializadoras, nas quais distintas formas de apropriação ocorrem e reverberam de forma direta em aspectos que dizem respeito à qualidade, ao fluxo, às condições de manutenção da biodiversidade e dos ambientes, assim como à disponibilidade de alimentos para aqueles que dele dependem. São de certa forma controladas pela ação daqueles que habitam ou usam as nascentes e os cursos dos rios, sendo que quem está mais a montante tem mais chances de usufruir de águas com melhor qualidade, já aqueles que estão a jusante sofrem as ações dos que os antecedem.

Fato este que pode ser evidenciado com clareza nas narrativas dos mapeadores quando mencionam o barramento de afluentes do Rio Corumbau, cuja nascente localiza-se fora da TI, em fazenda cujo ocupante controla o fluxo. Além do barramento e da ausência de vegetação nas nascentes e margens, outras situações envolvendo os recursos hídricos e os impactos associados foram mapeados e estão contemplados no mapa de impactos e conflitos socioambientais (Anexo E).

A indisponibilidade de águas para o consumo humano foi um dos problemas apontados e vivenciados em campo que, do ponto de vista Pataxó, relaciona-se diretamente ao uso e cobertura da terra e ao desmatamento das nascentes.

Entre as categorias que expressam alguns destes impactos, está a *nascente degradada*, a qual emergiu por meio da análise de imagem de satélite e de pontos registrados em campo com os Pataxó. Contempla as nascentes possíveis de serem mapeadas por meio das práticas mencionadas, considerando aquelas sem e com vegetação. Nestas condições, mapeamos aproximadamente 261 nascentes degradadas sem qualquer cobertura vegetal. Algumas localizam-se em áreas ocupadas por pastos e monoculturas em posse de terceiros, portanto, diretamente

relacionadas ao mau uso, do qual decorre a situação de *assoreamento* de alguns dos principais rios, como o Caraíva⁸⁸.

Há nascentes em locais onde foi registrado o uso de defensivos agrícolas, manifestados na categoria *contaminação por agrotóxico*. Em Meio da Mata, foi evidenciada a contaminação do Rio Caraíva, cujas nascentes e trecho do curso estão em área de *plantio de eucalipto*, nas palavras do interlocutor: “[...] morre muito peixe porque entra veneno na terra deles (Veracel celulose), produto químico, adubo, aí desce nos rios e mata os peixes. Isto está acontecendo muito principalmente em outubro durante as cheias”.

O passivo, contudo, permanece nas mãos dos Pataxó e possivelmente se manterá quando a posse plena da terra lhes for garantida e, portanto, alguns projetos e ações foram direcionados pelos Pataxó neste sentido. Ações pontuais e iniciativas nas aldeias podem ser visualizadas em mapa específico (Anexo F), elaborado no âmbito do PGTA, evidenciam esforços de preservação e recuperação das águas e da vegetação por meio de ações de reflorestamento.

Nesta linha, a frase do pajé de Barra Velha é expressiva ao mencionar que produz mudas de espécies nativa em *viveiro* para, em seus termos, “plantar água”. Esforços válidos para solucionar situações locais que deveriam ser tratados do ponto de vista da gestão não somente intercultural, mas de um planejamento regional por meio de ações coordenadas que venham a incidir no entorno das TIs.

No que tange a rede das águas como elemento conformador de territórios, são várias as possibilidades, mas somente alguns dos pontos que nos permitiram considerá-la como tal foram elucidados no mapeamento Pataxó, de forma a configurar um dos primeiros passos para possíveis futuros encontros com os mapas e mapeamentos.

6.1.4 Espaços de cultivo: roça, manga (pasto), capoeira fina e sapezal

Os espaços de cultivo ou espaços agrícolas, inicialmente, foram o eixo central do etnomapeamento, sobretudo pelo potencial de garantir a

⁸⁸ No âmbito do referido mapeamento, tal categoria ficou restrita ao Rio Caraíva, contudo, tendo em vista a situação em que se encontram os rios e córregos nas TI, acredita-se que maior atenção deva ser dada a tal impacto de forma a melhor detalhá-lo, a fim de mitigar tal impacto em momento oportuno.

segurança alimentar, um dos objetivos do projeto em que esteve inscrito (o projeto FAO). Lamentavelmente, por meio de estratégias imediatistas, foi um dos responsáveis por “incrementar” a agricultura Pataxó por meio de modelo agrícola (que incluem um pacote composto por trator, defensivos, sementes híbridas) que gera uma espécie de dependência cíclica (CARDOSO; PARRA, 2008).

Em meio ao contexto de exaustão dos solos, degradação dos recursos hídricos, fragmentação das *matas* e *capoeiras* e restrição de áreas para estabelecer os roçados, o modelo foi tido como alternativa para solucionar a escassez de alimentos entre os Pataxó. Ao mesmo tempo em que contribuiu com o aumento da produção momentânea, reforçou problemas persistentes ao longo da história ambiental e territorial.

A maioria dos ambientes que conforma os territórios Pataxó é experienciado e vivenciado de forma contínua e está articulado aos espaços de cultivo. Estes, de acordo com nossas experiências em campo, são por nós entendidos como o conjunto de ambientes manejados para fins, sobretudo, de produzir alimentos: *quintais*, *sítios*, *lugares antigos*, *roças* (em diferentes idades), *capoeiras finas*, *manga* (pasto), *sapezal*.

As práticas de manejo que os mantêm são diversificadas e estão inscritas no que Little (2002) denomina por cosmografia do grupo. Incluem os cuidados com o solo, com as plantas domesticadas e com espécies que ocorrem nas *matas* e *capoeiras* e a manutenção de relações com atores diversos (incluindo os cuidadores destes ambientes), entre outras que expressam características territoriais e de territorialidade, levando em conta as dimensões material e simbólica.

Inclui também as relações fundiárias específicas que regem o acesso e a disponibilidade de terras, nas aldeias definidos pelas formas tradicionais de ocupação baseadas na posse comum, sendo que parcelas individuais são garantidas e transmitidas seguindo relações de parentesco e afinidade. A maioria das práticas em torno dos espaços de cultivo é condicionada pela (in)disponibilidade de terras, as quais são restritas e alteradas não somente por regras internas ao grupo, mas também por diversos eventos ocorridos ao longo da história territorial que impõem a criação de estratégias outrora não acionadas.

A implantação de *roças*, *quintais* e *sítios* está diretamente relacionada com a forma de habitar Pataxó e há exemplos recentes da importância deste (re)começar a habitar um lugar para implantação de aldeia, como o narrado por Mathias Santana para tratar de Boca da Mata,

que, mesmo sem saber se dentro ou fora, ocupava um território ancestral que poderia ser *terra alheia* atual.

Nós morava em Barra Velha, só que pai ficava aqui [Boca da mata] trabalhando e nossa família ficava lá. Ele ficava aqui sozinho. Ele tem até uma toada “*eu sou caboclo palmeiral, quando vim da e minha aldeia*”, tá entendendo? “*Eu trago arco e trago flecha para ficar na terra alheia*”. Foi quando ele chegou logo e ele não sabia que terra era e chamava de terra alheia. Mas já era de Barra Velha (Mathias Santana, Boca da Mata, 2008, comunicação oral).

Interessantes, para pensarmos a restrição de terra e de acesso à determinadas áreas dos territórios, são as retomadas territoriais que marcam o final da década de 90. Estas incluem a (re)ocupação de determinados lugares de habitação pretérita ou lugares estratégicos em que, entre as primeiras ações, está a implantação de *roças*, que envolve: trabalhar em grupo, adquirir e transportar ferramentas, sementes e mudas e acionar uma rede de coisas e saberes, para criar ou recriar um “nó” nesta rede (de ocupação por meio de espaços de cultivo pretéritos e contemporâneos). Além do objetivo óbvio de reestabelecer a posse plena sobre estes territórios, como aponta Bueno e Cardoso (2014), ocupando-as sob os moldes Pataxó, as retomadas são motivadas pelo desejo de mitigar conflitos socioambientais, tendo em vista a indisponibilidade de terras agriculturáveis.

Nas TIs há uma série de *roças* implantadas pelos métodos tradicionais, corte e queima de pequenas áreas e rotação de espaços integrados em um ciclo (*roça-capoeira-sítios*), implantadas pelos grupos familiares algumas vezes pelo sistema antigo de mutirão. Existem *roças novas* e *roças velhas* e, como em um ciclo, tornam a *capoeira fina*, a hora que a terra cansa de ser cultivada; retornam à mesma área quando a capoeira estiver boa para ser derrubada. Locais com *matas* e *capoeiras altas* ou *capoeirões* eram preferidos para a implantação de roçados, contudo, por serem restritos e preciosos, não são mais utilizados.

Tal ciclo é atualmente alterado e se mantém, em alguns casos, não sem dificuldades e limitações, o que leva a intensificar o uso de determinada área de forma a inviabilizar cumprimento da rotação necessária. Pudemos observar alguns dos resultados nos inúmeros relatos que relacionam a baixa produção com a *terra cansada* e com as outras

soluções desenvolvidas para lidar com os obstáculos. Alternativas para lidar com tais situações incluem a alteração nos moldes de uso e ocupação, seja por meio do incremento agrícola, como fomentado pelo Projeto FAO, seja pela incorporação de pastagens para a criação de gado, ambos determinantes da paisagem atual.

Apesar de reconhecidos impactos socioambientais (cercamentos, degradação de solos, das águas e matas), os *pastos*, denominados localmente por *mangas*, passam a compor este conjunto de estratégias a partir da década de 90 (embora tenham sido anteriormente implantados no entorno). Assumem importante papel na economia doméstica dos Pataxó atualmente, em que o gado funciona como uma “poupança”, uma reserva para se precaver de possível escassez e adversidade nos espaços de cultivo ou algum imprevisto na economia familiar (CARDOSO; PARRA, 2008; CARDOSO; MODERCIN; PARRA, 2011). Contudo, impõem outras formas de relacionamentos com os espaços, as famílias passam a delimitar e cercar suas áreas a fim de protegê-las, bem como impedir que o gado transite livremente, além do que podem vir a locar as terras entre os membros do grupo de forma a incidir em relações socioeconômicas históricas. Criam-se assim territórios-zona controlados, claramente reconhecidos nos mapas coletivos (Figura 7 Figura 8) e nas caminhadas guiadas (Figura 11).

[em Boca da Mata] Dá 204 família, aí você vê tudo cercado, tudo tem dono já da aldeia mesmo. Aqui cada pessoa tem seu lote para poder fazer sua agricultura. A área do Parque Nacional é aquele preto do lado de lá dessa matinha aqui. Essa é a divisão [entre aldeia e Parque]. Você faz uma ideia da quantidade de terra que nós temos, é toda cercada, porque precisa colocar seu jeguinho, seu gado aí [...] tira daí e aluga a manga de outro parente (Juliana – Boca da Mata, 2008).

A proliferação de áreas de *sapezais* também está associada às alterações nas formas de manejo da terra. Tratam-se de ambientes que emergem das formas de cultivo advindas do pacote tecnológico, que incluem tratores, insumos, sementes. Em caminhada guiada por Boca da Mata, Mathias Santana narrou situações específicas relativas a estes ambientes, nas suas palavras: “A área aqui é tudo sapezal. Quando dá fogo, fica difícil [...]. Nesta área de sapê foi tudo roça do projeto FAO”. Da concentração destes ambientes nas aldeias que fazem fronteira com a UC e da periodicidade com que estes eventos vêm ocorrendo, emerge a

categoria temática *Área suscetível ao fogo*, incorporada ao mapa de impactos e conflitos (Anexo E).

No contraponto de áreas homogêneas, além das roças tradicionais, estão os *quintais* e *sítios*. Os primeiros estão inscritos em ambientes domésticos, são espaços de cultivo localizados no entorno de uma ou mais casas de determinada família, frequentados e zelados diariamente. São locais de experimentação, de armazenamento e reprodução de plantas onde encontramos variedades medicinais, alimentícias, ornamentais e sagradas; regadas, adubadas e observadas de perto.

Comumente as plantas mais raras, produtivas ou apreciadas são cultivadas nestes espaços, nos quais em alguns casos mantêm-se matrizes daquelas encontradas nos roçados por precaução. Neles ficam guardadas não somente plantas, mas as suas histórias de vida (que em alguns casos estão expressas no nome das variedades) que, por sua vez, indicam relações com pessoas ou outros ambientes.

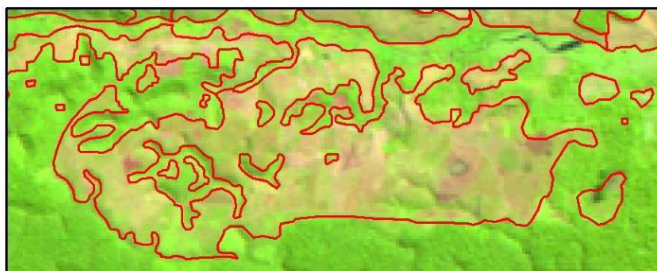
A organização e composição dos *quintais* ocorre de acordo com a predileção e as crenças de seus donos: algumas vezes há animais que se alimentam dos restos de comida e ofertam esterco para as plantas, há planejamento do uso das águas cinzas, plantas podem estar separadas por finalidades ou podem ser cultivadas misturadas; há diversas particularidades e estratégias de manejo destes espaços. No etnomapeamento, os classificamos como “Ilhas de diversidade” por serem áreas de concentração de diversas espécies e variedade de plantas, distribuídos em um mosaico onde predominam ambientes como *mangas* e *sapezais*. Encontramos alta diversidade de plantas cultivadas em meio a outras variedades características de *matas e capoeiras* também nos *sítios*, que podem abrigar seus donos ou configurar locais de cultivo em que as visitas são realizadas menor frequência do que nos *quintais* (CARDOSO; PARRA, 2008).

Quintais, roças e sítios do passado são os *lugares dos antigos* do presente; os espaços de cultivo demarcam territórios com a história daqueles que os habitaram, tratam-se de referências espaciais que guardam os nomes das pessoas, as histórias vividas e transmitidas. Pertencem a uma rede de lugares de diversas idades mantidos na contemporaneidade, dotada de dinamismo, por onde circulam plantas e saberes que marcam e mantem territórios, seja pelo (re)plantar como pelo lembrar e contar a sua história de vida.

Vislumbramos as evidências de processos desterritorializadores por meio dos *sapezais*, *pastos*, assim como pelos fragmentos de *mata* que, apesar de contarem com interessantes discursos e iniciativas quem tendem à conservação, sofrem perdas constantes. Ao mesmo tempo, estratégias de cultivo e manejo da agrobiodiversidade de forma tradicional persistem (CARDOSO; MODERCIN; PARRA, 2011) e se fortalecem. A manutenção do ciclo das *roças*, dos *sítios*, dos *quintais* e de uma rede de circulação de plantas e saberes, assim como da inserção de estratégias de agroecologia e *sistemas agroflorestais*, de *viveiros*⁸⁹ e de espaços para a criação de abelhas (*apicultura*), como demonstra o mapa de projetos e iniciativas (Anexo F), configuram processos reterritorializadores.

⁸⁹ Diversos viveiros estavam ativos na época do mapeamento, seja pela presença marcante do órgão ambiental e de ONGs, seja por iniciativa de alguns membros do grupo que ressaltam quererem ter as matas de volta, relacionam à escassez hídrica e a recuperação de áreas degradadas e outras com a manutenção de lugares. Manoel Santana é um caso emblemático por manter um viveiro contando somente com a ajuda de seus filhos. Em caminhada guiada por Mathias Santana, passamos por diversos lugares os quais seu pai plantou árvores frutíferas, em um dos casos uma área recém-degradada pelo fogo no interior do PNMP, a qual foi recuperada com mudas de seu viveiro em ação de educação ambiental com estudantes da escola da aldeia. Os viveiros aparecem como parte de estratégias recentes para manter práticas antigas (como a demarcação de lugares).

Figura 15. Diálogo entre perspectivas de mapeamento em roças, sapezais, pastos e capoeiras.



A. Recorte de imagem de satélite (L5)
com polígono de roça, capoeira fina, manga (pasto) e sapezal.



B. Roça



C. Manga (pasto)



D. Sapezal



E. Capoeira fina

Fotos: Lilian B. Parra (2008).

Por esta rede⁹⁰ conectada e dinâmica, configurada pelo conjunto de espaços de cultivo e práticas, se movem pessoas relações diversas inclusive de parentesco⁹¹, fluxo de saberes associados às plantas. As trocas e reciprocidades permitem articulações em diversas escalas de territórios-zona e territórios-rede, materiais e simbólicos, como sugerido por Haesbaert (2004). Seus “nós” são os lugares, pretéritos e atuais mantidos na contemporaneidade, distribuídos pelo território, compostos por um conjunto de espaços de cultivo (áreas de pequenas dimensões caracterizada por certo dinamismo) e outros ambientes, nas aldeias (território-zona com certa fluidez nas fronteiras) articuladas umas às outras e pertencentes à determinada terra indígena (territórios com fronteiras mais rígidas) conectadas a outras TIs.

Além da interpretação de imagens e do aporte dos mapas coletivos, as estratégias de mapeamento envolvidas nos espaços de cultivo incluíram visitar os ambientes e participar de diálogos focados na compreensão das variedades de plantas, das técnicas e práticas agrícolas. Destas emergem listagens com diversas variedades de plantas cultivadas, dados de circulação de plantas pelo território, registro de estratégias de manejo de espécies e sementes que nos permitiram a posterior elaboração de calendário agroextrativista. Este relaciona eventos astronômicos, climáticos, festejos, épocas de plantio, manejo e colheita, coleta de

⁹⁰ No âmbito do etnomapeamento, por exemplo, por meio das listagens de livres realizadas nos quintais e roçados, registramos que um fluxo de plantas ou suas partes (maníva, semente, galho, folha) são levadas de roçados de parentes de outras aldeias, o que ocorre também quando há vontade de incrementá-los com outras variedades ou quando há planta rara ou muito produtiva em quintais, sítios ou roçados de parentes. Há ainda a compra de sementes na cidade ou a troca entre agricultores locais em virtude de algum curso. Há uma rede de circulação que conecta os distintos espaços de cultivo, grupos familiares, aldeias e outras TI. Por esta rede transitam não só plantas e suas partes, como também os saberes a elas associados, e não raro carregam denominações de quem as ofertou. Esta rede se inscreve ainda em um sistema mais amplo e complexo de relações de acordos, trocas e reciprocidades.

⁹¹ Foi comum mencionarem que vão visitar seus parentes em outras terras indígenas e aldeias, momento em que levam e trazem artesanato, farinha e outros bens, como plantas. Da mesma forma como as inovações também circulam, o que pode ser percebido no âmbito do PGTA, quando na capacitação em implantação de sistemas agroflorestais parentes da TI Comexatiba participaram para incrementar suas práticas agrícolas.

animais, lenha, semente, frutos, entre outros componentes dos diversos ambientes que conformam os territórios.

Entre os recursos cartográficos, nos valem do agrupamento de categorias no qual consideramos as dimensões das áreas, a escala de saída dos mapas, a assinatura espectral e a dinâmica espaço-temporal no que tange ao “ciclo das roças”⁹². Utilizamos também símbolos específicos, a fim de evidenciar determinados atributos invisíveis em categorias amplamente generalizadas, como no caso da *Roça, manga (pasto), capoeira fina e sapezal*.

Ainda assim, *quintais* e *sítios* não aparecem nos mapas: são considerados parte das aldeias somente. Os *lugares dos antigos*, abordados anteriormente como locais de referência territorial (atual e histórica), também permaneceram invisíveis nos mapas, o que aqui tem efeito atenuado se os considerarmos parte do ciclo de espaços de cultivo, embora não isente tal generalização dos prejuízos em torno da compreensão da dinâmica territorial.

Com isso, boa parte da agrobiodiversidade agrícola foi de certa forma encoberta. Por meio da generalização cartográfica efetuada, colocamos no mesmo nível: desde os ambientes com alta agrobiodiversidade manejada pelos Pataxó ao longo da história de ocupação aos degradados devido ao desmedido e intenso uso de terceiros. O que nos leva a refletir acerca das implicações de tais procedimentos cartográficos para a compreensão de territórios.

Um paralelo entre a diversidade de estratégias de mapear e a de cultivar espaços agrícolas pode ser estabelecido. Para garantir a manutenção da agrobiodiversidade e a segurança alimentar, os Pataxó

⁹² Em outro momento, demonstramos as relações entre os ambientes no ciclo das roças e as estratégias de manejo da agrobiodiversidade que envolvem práticas relacionadas a um calendário agroextrativista e a disponibilidade de área, sementes e demais partes de plantas como as manivas. Cabe mencionar que este ciclo envolve a abertura de espaços, anteriormente locais com mata ou de capoeirão, e atualmente de capoeira fina por um grupo de “parentes” em forma de mutirão; tanto na literatura sobre agricultura indígena como nos registros com os Pataxó sobre as capoeiras, tal denominação é inerente a espaços que em algum momento foram cultivados, ou seja, já estão no referido ciclo. Etapa posterior se refere à queima, seguida do preparo da terra para o plantio. Este ciclo envolve também o abandono de determinadas áreas para a recuperação e, mais recentemente, a incorporação do trator em áreas de sapezal, capoeira fina ou mesmo roças anteriores (CARDOSO; PARRA, 2008).

acionam um leque de estratégias; ao que parece, um caminho único, modelo ou padrão de cultivo não dá conta da complexidade da situação atual. Os mapas (que podem ser tidos como caminho único da cartografia) nos permitem mostrar de forma restrita os ambientes e as práticas relacionadas aos espaços de cultivo.

Se considerarmos a multiplicidade que permeia tais espaços como parte da complexidade territorial Pataxó, soa como esforço em vão optar por caminho cartográfico único sem conceber formas de mapear que considerem a articulação das práticas de mapear nas múltiplas escalas (cartográficas e geográficas). Parece-nos ser necessário transpor as formas convencionais de mapear, lançar mão de outras estratégias que permitam consorciar “cartopráticas”.

6.1.5 As matas e capoeiras

Ironicamente, fragmentos de vegetação de Mata Atlântica, tão raros no sul da Bahia assim como ao longo de toda a área de abrangência do bioma por décadas, vêm configurando-se como motivo de conflito entre preservacionistas e povos indígenas. De acordo com Ricardo (2004), este tipo de situação ocorre em virtude da demarcação de UC em territórios indígenas, em muitos casos anteriormente ao reconhecimento dos últimos como TI pela Funai. Data da década de 40 a imposição de Parque aos Pataxó, trazendo uma série de prejuízos socioambientais, bem como interferindo nos territórios e nas territorialidades Pataxó.

Do ponto de vista da conservação dos recursos naturais do referido PNMP, há registros acerca da representatividade de ambientes diversos, que vão desde o Monte até a praia, passando por matas, mussunungas, brejos e mangues configurando, segundo Maia e Timmers (2004), das únicas UC com tal representatividade, daí o anseio em resguardá-la. Considerada a ocupação tradicional, acrescentamos que a estes entremeiam-se os *lugares dos antigos*, que podem ser vistos como um incremento à alimentação da fauna que habita as redondezas. Ao mesmo tempo, estes espaços são considerados no discurso preservacionista como foco de espécies exóticas, o que configura grande afronta aos Pataxó e à sua história territorial⁹³.

⁹³ Há na literatura um debate histórico em que, de um lado, aqueles acham a ocupação humana inerente a estas áreas, sem a qual talvez nem existissem, além

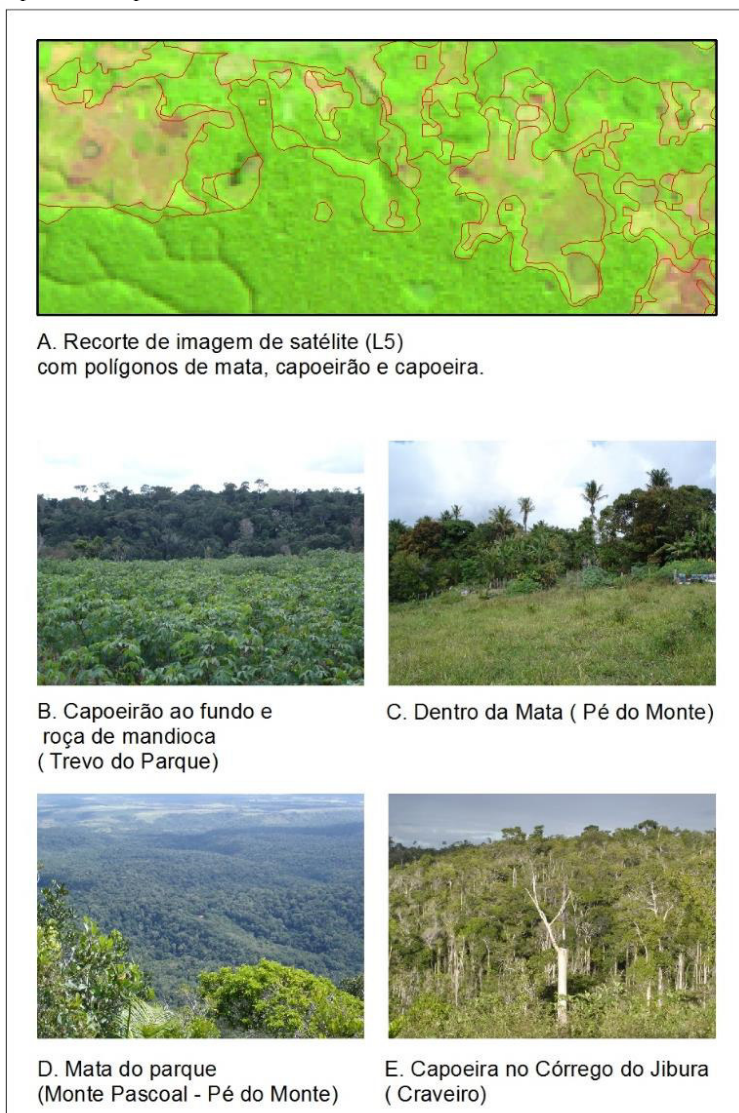
Fragmentos de mata são relativamente fáceis de serem identificados nas imagens de satélite, assim como as *capoeiras* ou ainda as monoculturas. Para delimitar os polígonos iniciais, nos baseamos nos fragmentos *mata*, com base na composição colorida falsa cor (345), pontos coordenados e descrições registradas em campo. Gradiente de cor e textura demonstram distinções na fitofisiomia, sendo que áreas com formações arbóreas (*matas e capoeirões*) apresentam gradientes de verde escuro e as herbáceas e arbustivas (*capoeiras finas e roças*), tons de verde claro.

Na classificação local, temos diversas denominações; dentre as quais, é comum a presença do vocábulo *mata*: *mata alta, mata, baixa, mata do parque, mata atlântica*. Das informações de nossos interlocutores, temos que a *mata nativa* e a área de ocupação pretérita estão situadas em um ciclo de sucessão em que a área que teve a vegetação retirada para residirem e planarem seus *sítios* no passado, após anos sem mexer, se apresenta como “*mata baixa...bem próximo da mata*”.

Sob a ótica Pataxó, a *capoeira* e do *capoeirão* são diferenciadas da *mata* não somente por estarem inscritas na dinâmica dos espaços de cultivo, como pelo porte e composição. No coletivo de mapeamento em Águas Belas, nos informam que “a *capoeira* é muito diferente: só tem vara fina, *mata* só tem madeira grossa”. No coletivo de mapeamento no Meio da Mata, mencionam que “*capoeirão* é onde a terra já foi trabalhada. Pode ser fina, grossa, alta, tudo é *capoeira*! O que não foi trabalhado é *mata*” (Coletivo Meio da Mata, 2008).

de considerarem os humanos como responsáveis pela biodiversidade existente por meio das diversas práticas de manejo; do outro, os que acham que a presença humana degrada ambientes que devem permanecer intactos como relíquias, seja para a realização de estudo científicos do que restou daqueles ambientes, seja para turismo e lazer, ou ainda para o que vem sendo denominado por educação ambiental, sob a forma de unidades de conservação de proteção integral.

Figura 16. Diálogo entre perspectivas de mapeamento em matas, capoeiras e capoeirões.



Fotos: Lilian B. Parra (2008).

Seu José Conceição traz uma outra qualidade para as matas no contexto da sucessão de ambientes manejados: “*capoeirão* pode virar *mata*, mas ele nunca vai ser *mata virgem*... se tiraram um pau ela não é mais virgem...”.

Em campo, distinções são marcadas pela composição florística cujas espécies⁹⁴ nos foram identificadas em movimento pelos ambientes e em entrevistas.

Na mata tem madeira dura em capoeira tem madeira mole. É Pupuba, ararana, ingá, loro, madeira mole. A madeira dura não cresce lá não. No caso do paraguai, a braúna, o ipê, o bebeu de coco, são madeiras duras, não crescem rápido. Jatobá também. Sapucaia tem a madeira mole sobe rapidinho, mas a dura não sobe não [...] Capoeira, depois de abandonar vem o araçá do campo, o cambará, o alecrim, a tiririca e o sapê, daí uns vão morrendo outro vão ficando. Quem não gosta de sombra morre...capoeira fina, próximo ao capoeirão tem muita tiririca, sapê, cambará, araçá do mato [...] (José Conceição, Craveiro, 2008, comunicação verbal).

Capoeirão, *capoeira*, *capoeira fina* se inscrevem no ciclo dinâmico dos espaços de cultivo, os quais como demonstrados na descrição, envolvem o plantar e o abandonar, marcar um espaço de uso, conformando estratégias de controle de uma porção de terra.

Da narração da abertura inicial da Aldeia Meio da Mata, um antigo morador relata “Só quem morava aqui era só a gente mesmo, aqui era só mato, mato de *capoeirão* não era *mata virgem*” (Coletivo Mata Medonha, 2008, comunicação oral) – como ocorreu também na abertura de Boca da Mata por Manoel Santana na década de 80. Ambas as áreas eram ocupadas por capoeiras, o que sugere que as aldeias foram implantadas em locais que anteriormente foram ocupados.

Há diversos fragmentos de mata e capoeirão distribuídos pelos territórios, contudo, especialmente o fragmento de mata em que se encontra o PNMP, gera polêmica – sendo que há vários discursos e

⁹⁴ Cf. Cardoso; Parra (2008).

classificações em torno de tal área. Nas aldeias que são vizinhas diretas da Unidade de Conservação, é comum aparecer uma categoria diferenciadora para o que está dentro e o que está fora de sua área de abrangência, mesmo que apresentem fisionomia semelhante: *mata do Parque Nacional, área do Parque, Parque do Monte Pascoal, área de preservação, mata nativa*. Nos mapas coletivos, foram ora expressas por um polígono verde, ora pela denominação atribuída, ora por árvores maiores do que as que circundam tal fragmento ou ainda pela presença de representantes da fauna local entremeados às árvores. Cada uma das formas de representação pode suscitar interpretações distintas para a mesma coisa.

José Conceição faz menção ao território ancestral Pataxó: “este Parque é dentro da área indígena, aí dentro morou índio, morreu índio [...]”. Outros diálogos entre mapeadores de Craveiro demonstram algumas divergências com relação a determinado território, tais quais persistiram ao longo do mapeamento como um todo:

- O que é aqui, nessas árvores?
- É Parque...
- Não, parque, não [...]; é uma área de preservação só que nós consideramos nossa terra. Agora, só que pelo respeito que a gente tem pelas *matas* então a gente diz que é uma área de preservação [...] Como não fez a demarcação ainda, nós não consideramos como terra indígena[...]Mas pode considera como terra nossa. No momento em que a terra passar para TI ela vai pertencer ao nosso território também, só que a gente não vai desmatar, vai preservar.
- [...] quem toma conta da mata mesmo é a velha da mata, a caipora (Coletivo Craveiro, 2007).

Paulo Borracha, de Águas Belas, ao reivindicar melhores condições de trabalho aos brigadistas que atuam nas imediações da UC, ressalta em seus termos que o “patrimônio é nosso”, no sentido do território, “mas é de todo mundo” – considerando os serviços ambientais advindos da conservação das matas.

Existem diversas posturas com relação à presença do Parque: há os que protegem por respeito às matas e seus donos (Caipora, Mãe da Mata), por considerar importância ecológica, há aqueles que usufruem de seus recursos seguindo estratégias de manejo local (caçam, coletam, tiram

alguma madeira), da mesma forma há aqueles que trabalham com artesanato e extraem madeira para a produção de gamelas. Cada qual com sua razão e com formas específicas de se relacionar com este território, muito bem demarcado por estradas, por cercas, por linhas secas.

Entendemos que há, neste caso, elementos marcantes de territorialidades coexistentes, de formas de lidar com a mesma área, seja por atores externos, como o Icmbio com suas práticas de manutenção de seus territórios, seja dentro do grupo dos Pataxó do Monte Pascoal. Reflexões relativas à ocupação pretérita e atual, das mobilidades e dos reflexos nos ambientes nos levam a trilhar o caminho das verdades parciais para mapear os fragmentos de Mata Atlântica, categorizados localmente por *matas e capoeiras*.

Os usos, ou melhor, as atividades que ocorrem nos fragmentos de mata foram também apontados no campo por meio das distintas estratégias supramencionadas: destacam-se a *caça, coleta e extrativismo vegetal, cacau e artesanato (gamela)*. Cabe apontar que os dois últimos decorrem de processos territorializadores, que acabam por alterar as formas de cuidar e se relacionar com espaços.

As roças de cacau são recentes: tratam-se de colocações de antigos moradores. Em áreas de retomada territorial, foram implantadas pelos antigos residentes do local em que hoje está situada a Aldeia Pé do Monte, atualmente mantidas em áreas de *mata / capoeirão*. Após a retomada os Pataxó, passam a zelar por tais e incorporá-las no seu sistema econômico.

O *artesanato (gamela)* não esteve presente nos mapas no primeiro momento, denominado por *extração de madeira*, e incorporado posteriormente, haja vista a presença de diversos artesãos nas discussões que envolveram planejamento territorial. Manifestações associadas tiveram cunho territorial em prol da demarcação das terras como a condição necessária para o abandono da atividade, de forma a garantirem seu sustento. Tal atividade decorre da escassez de terras agriculturáveis e do incremento do turismo e por consequência o aumento da procura de tal tipo de artesanato.

A *caça* também nos leva a interessantes elementos de territorialidade que estão correlacionadas às *matas, capoeiras* e, sobretudo, aos *brejos*. Como relatam os mapeadores, há estratégias de manejo e conhecimentos específicos associados que vão além do caçar em si, mas de se relacionar com quem cuida das caças e dos espaços de caçar.

Caçar direto eu não faço. Para caçar têm que ter ciência, tem que saber entrar na mata e saber sair, tem que entrar com respeito. Tem que pedir, pois as caças têm dono. E não pode matar demais não. É matar uma, duas caças e ir embora [...] Quem toma conta da mata mesmo é a velha da mata, a caipora. É a mãe das caças (Coletivo Craveiro).

Em outro momento, consideramos esses donos dos lugares como atores na gestão territorial, com quem é necessário se relacionar de forma específica para acessar tal “recurso” (CARDOSO, MODERCIN; PARRA, 2011). Há diversas relações entre as caças, pessoas, donos, cuidadores, entre outras, sendo que nos chama a atenção aquelas envolvidas em reciprocidades e compadrios como mencionado por mapeadores em Craveiro ao tratar a caça em uma das áreas de *brejo*:

A gente matou foi capivara aqui em baixo (córrego Jibura), na lama. Ainda tem muita capivara aqui. Ano passado matamos umas seis capivaras. A gente não salga. Doa para os parentes tudinho. Leva a galinhotinha. Todo mundo come. Pegar bicho do mato e vender eu não gosto não. É pra comer (comunicação oral, Coletivo Craveiro).

O histórico de práticas tradicionais no contraponto daquelas executadas por atores externos (extremos – degradação x preservação), a persistência de saberes e práticas de manejo tradicionais, as pressões ocasionadas pela limitação de terras agrícolas; a expansão do turismo e procura por artesanato local; a dependência destes fragmentos para a manutenção da qualidade ambiental e de recursos naturais imprescindíveis reprodução cultural e física do grupo são aspectos que merecem ser ponderados na relação mapa-território e que, assim como outros, passam despercebidos.

6.1.6 Mangues, brejos e recifes de corais

Abordamos anteriormente as relações entre os ambientes *mangues* e *brejos* com territórios ou processos de territorialização. Ambos possuem importância histórica como unidades de recurso provedoras de alimentos em período de imposição de fronteiras e proibição de acessos. O mesmo

ocorre com os *recifes de corais* localizados na frente de Barra Velha até a Ponta do Corumbau. Categorias *pesca*, *caça* e *mariscagem* estão diretamente relacionadas a tais ambientes.

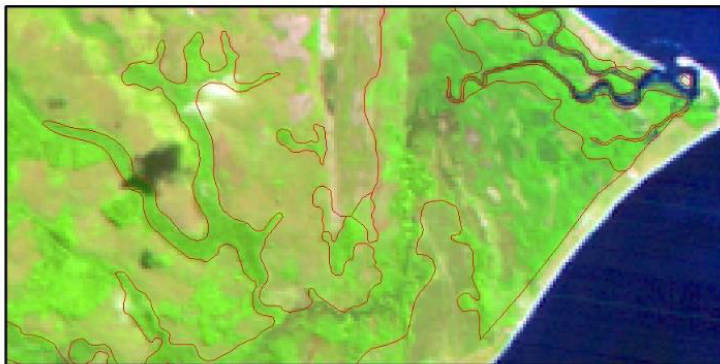
Encontrados na foz dos rios Caraíva e Corumbau, estão os dois manguezais da TI Barra Velha do Monte Pascoal, em locais cuja beleza cênica atrai turistas e a especulação imobiliária, além do estabelecimento de comunidades pesqueiras. Os *brejos* são ambientes encontrados ao longo de alguns rios, sobretudo os mais caudalosos, como o Corumbau, o Caraíva e outros que neles desaguam (ver mapa anexo), incluindo aqueles cujo relevo é prócio para a formação deste ambiente.

As respostas espectrais dos referidos ambientes nas imagens de satélite permitem identificá-los com certa facilidade, dadas as características edáficas e fitofisionômicas, que reverberam nas variações de cor e textura. Da fisionomia arbórea e arbustiva dos *brejos* decorrem classificações distintas, tais como: *mata brejosa*, *mata baixa e brejo*.

Em tais ambientes, ocorrem práticas específicas as quais merecem destaque a *coleta vegetal*, a *pesca* e a *mariscagem*. Pescam predominantemente nos rios, embora existam pescadores de mar, sobretudo em Barra Velha e Bugigão. Um calendário específico rege tais atividades, sendo que em distintas épocas do ano são capturados peixes específicos com diferentes técnicas. A coleta de moluscos e crustáceos, expressa pela categoria *mariscagem*, ocorre, sobretudo, no período do fenômeno caracterizado como *andada do caranguejo*⁹⁵, além daquela relativa a outros animais, como o ouriço do mar. Há ocorrência de *recifes de corais* ou *pedrais* nas praias, os quais assumem importância como *áreas de coleta*, *mariscagem* e *pesca* com importância histórica semelhante à dos manguezais com relação à complementação da alimentação.

⁹⁵ Cf. Cardoso; Parra (2008).

Figura 17. Diálogo entre perspectivas de mapeamento em mangues e brejos.



A. Recorte de imagem de satélite (L5) com polígonos de brejo e mangue.



B. Brejo (Barra Velha)



C. Mangue (Bugigão - Barra Velha)

Fotos: Lilian B. Parra (2008).

Correlações diretas com eventos desterritorializadores envolvendo tais ambientes ainda são verificadas, sendo que os Pataxó encontram dificuldades em viver nas proximidades dos *mangues*, por serem áreas de interesse para a conservação da biodiversidade, apesar de comprovadas estratégias de manejo empreendidas histórica e continuamente. Registramos restrições drásticas na Aldeia Bugigão, onde, por se localizar dentro dos limites do PNMP, não são permitidas infraestruturas quaisquer, ou seja, não há como captar ou distribuir água potável, por exemplo, o que leva os moradores a implantarem sistemas caseiros de coleta de água da chuva.

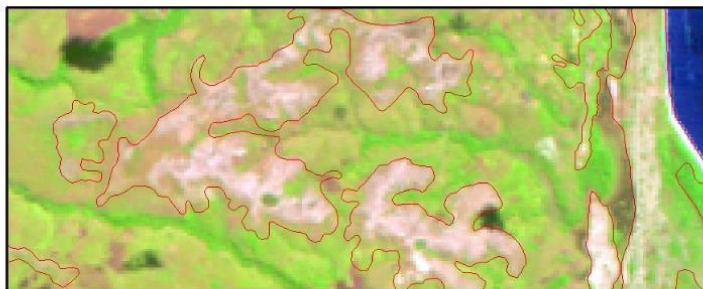
6.1.7 Mussunungas

Mussununga é um ambiente específico da região, ocorre desde o Espírito Santo até o sul da Bahia. Considerando as TIs contempladas no mapeamento, tais ambientes ocorrem entre Craveiro e Barra Velha, além de manchas localizadas no interior de fragmentos de mata, como a supra referida *mata do parque*.

Tratam-se de ambientes com características edáficas peculiares, com predominância de *areia*, sendo que no perfil vertical há um *lajeiro* constituído por camada de pedriscos que, segundo os mapeadores locais, limitam o crescimento das árvores (CARDOSO; PARRA, 2008). Alfredo, um dos mapeadores com conhecimento botânico apurado, menciona que

Na mussununga as madeiras não engrossam não, dá umas madeirinhas feias, e a mata é mais baixa. Na mussununga dá uns paus velho e mole, tipo taipoca, pau sapo, imbira [...] é por isso que na mussununga só dá mato baixo, porque ela não tem superfície na terra pra madeira descer e produzir; é isso que é o problema.

Figura 18. Mapeamento das mussunungas: A. na imagem de satélite Landsat 5; B, C e D. diferentes fitofisionomias do ambiente.



A. Recorte de imagem de satélite (L5) com polígonos de musunungas.



B. Areia (tipo de solo predominante) C. Mussununga/Restinga Na mussunuga /mata baixa



D. Mussunuga / mata baixa

Fotos: Lilian B. Parra (2008).

Nas imagens de satélite, diferenciamos nitidamente as mussunungas de outros ambientes pelas tonalidades claras relativas às características dos solos que facilitam a identificação e vetorização (Figura 18). Destacam-se ainda por serem locais onde se localizam nascentes de alguns córregos importantes, evidenciados por manchas escuras no interior do fragmento que indicam a presença de maior umidade. Nas caminhadas por Craveiro, José Conceição e um de seus filhos fazem questão de cavar um pequeno buraco para nos mostrar o horizonte do solo e as características do lençol freático: "[...] não desce mais [...] forma o *lajeiro* embaixo, uma borra da terra, ela vai respirando [...] olha a água. Embaixo do *lajeiro* a terra é escura porque não tem como ela respirar [...]".

Variações florísticas e fitofisionômicas nos levaram a categorias combinadas que agrupam ambientes complexos e inicialmente com variações entre eles. Desta forma, temos: *mussununga / mata alta*, *mussununga / campo nativo* e *mussununga / restinga*. Todas relacionadas a áreas de *coleta e extrativismo vegetal*, sobretudo coleta de frutos. Quando já sofreram queimadas, resultam em *campo nativo*, e, quando próximas à praia, para alguns de nossos interlocutores são denominadas por *restinga*, o que nos leva a influência de projetos de “educação ambiental” na classificação local.

6.2 Sobre o (re)fazer e o usar os mapas temáticos

Para Del Cassino e Hannah (2005), a fronteira entre o usar e o fazer mapas inexistente, pois no momento em que um mapa é acionado para contribuir na locomoção, na orientação, no conhecimento de outros lugares e são riscados, dobrados ou rasgados, o mapeamento está ocorrendo. Inexistente, ao mesmo tempo, a distinção entre quem é usuário e quem é o mapeador: todos mapeiam por meio de práticas de mapeamento.

Ao longo do mapeamento como um todo, executamos práticas com mapas que preexistiam (cartas topográficas, mapa de seu Manoel, mapa da Funai) e que elaboramos nas distintas etapas se valendo de estratégias já mencionadas ao longo de toda esta pesquisa, não necessariamente com

mapas nos moldes difundidos largamente em nossa sociedade, mas por meio de outras formas de mapear.

A intenção aqui neste espaço é, por meio de quatro situações específicas, demonstrar as possíveis entradas no mapeamento, em que usamos os mapas – (re)mapeamos. Apontamos que os mapas e os mapeamentos seguem seus caminhos sem, contudo, nos deter ao que veio a ser feito com eles, nem aos seus impactos no/para o grupo. Entre as situações mencionadas, trataremos das etapas de validação dos mapas, do encontro para capacitação e difusão do etnomapeamento, entre as lideranças Pataxó, de um projeto de recuperação de áreas degradadas e do processo de elaboração do PGTA.

Ao longo do processo de mapeamento, realizamos reiteradas consultas aos Pataxó para validar os mapas, assim como as categorias neles expressas, em que visamos identificar equívocos, e com os Pataxó complementá-los e atualizá-los. Contudo, a etapa de validação coloca em xeque o que consta no mapa, e não o mapa em si. Na maioria das vezes, consistiu em apresentar os mapas, abordar os procedimentos que nos levaram a eles (mencionando as diversas jornadas em campo e as estratégias de mapeamento), verificar a consistência do que expressam de acordo com as classificações dos Pataxó e fazer as correções necessárias (Figura 19).

Demonstramos algumas modificações que foram realizadas com relação a alterações de títulos, modificações de categorias, generalizações, mudanças nas escalas, cores, dimensões, publicação, entre outras. São mencionadas novamente para reforçar o caráter dinâmico e de “sempre mapeamento” dos mapas, de forma que ficasse claro que, por trás dessas sutis alterações, há práticas de mapeamento.

No mapeamento em Boca da Mata, um dos mapeadores locais, Mathias Santana, solicitou nossa assistência para incluir os mapas e as imagens de áreas em um de seus projetos para a recuperação de nascentes degradadas. Os mapas serviram para orientar o diálogo com seus parceiros, localizar e dimensionar a área de influência das plantações de eucalipto, já que quem financiaria seria a própria empresa.

Figura 19. Quadro de fotos do uso dos mapas.



A. Rabiscos nos mapas temáticos para elaboração do PGTA (Aldeia Boca da Mata)



B. Correções nos mapas temáticos na validação (Aldeia Craveiro).

Fotos: Lilian B. Parra (2010).

Na etapa de capacitação e difusão do etnomapeamento, ocorreu um debate sobre o poder decisório histórico e os entrelaçamentos dos mapas

e territórios, bem como a importância dos Pataxó tomarem conhecimento de tal linguagem, bem como se sentirem representados nos seus mapas. Discutimos alguns projetos e iniciativas e as possibilidades de usá-los para ações de planejamento territorial Pataxó.

Esta foi a etapa em que mais tratamos dos mapas propriamente ditos, ao longo de quatro dias recheados por debates diversos com as lideranças (que não participaram do etnomapeamento por estarem envolvidas com outras responsabilidades), que geralmente são as pessoas que dialogam com não indígenas para solicitar apoio, reivindicar direitos, fazer denúncias e demais situações em que os mapas são bem-vindos.

Entre os dias de debate na sede local da Funai, membros de ONG local e responsáveis pela gestão do PNMP na época solicitaram espaço para apresentar dois projetos: um envolvendo os mosaicos de áreas protegidas do sul da Bahia, e o outro os corredores ecológicos, ambos com seus próprios mapas. Finalizadas as apresentações, uma das lideranças pede a palavra: “Nós temos o nosso mapa. Esses mapas de vocês [...] não estamos nesses mapas”. Imediatamente, pega em suas mãos o mapa de usos atuais Pataxó que, mesmo incompleto, estava permeado de elementos com os quais de alguma forma se identificavam, e fala: “Este é o nosso mapa!”. Para nós, engajados no mapeamento há três anos, foi um dos primeiros sinais de certa apropriação dos mapas pelos Pataxó.

A discussão seguinte tratou do Gasoduto Cacimba-Catus, um empreendimento que vinha sendo implantado nas proximidades da TI cuja compensação para mitigação de impactos ambientais, a princípio, seria destinada à aldeia localizada na área de impacto direto do empreendimento (Trevo do Parque). Os estudos da “componente indígena”, contudo, demonstraram que em caso de ocorrerem impactos na referida aldeia, estes reverberariam em todo um complexo de relações socioeconômicas e ambientais que conformam o território como um todo. Deste contexto, advém a ideia de construir o PGTA das três TIs, incorporando estratégias de conexão com outros territórios Pataxó.

Em gabinete, os mapas que foram riscados, rasurados, dobrados e rasgados; em campo foram refeitos, complementados com o auxílio de geotecnologias que permitiram ir além (em termos de área percorrida) do que vivenciamos em campo e ampliar o mapeamento para toda a área das TIs (ver conjunto de mapas em anexo). Apesar de configurar uma prática corriqueira em qualquer outro processo de mapeamento: analisar imagem

de satélite e mapear grandes áreas sem ir a campo, tal feito no mapeamento Pataxó configurou mais uma etapa de inquietações classificatórias, haja vista não ser, inicialmente, fruto do mapeamento coletivo.

Confortou-nos o fato de existirem jovens mapeadores locais que ainda não caminharam por toda a área das TIs, seja pela distância ou por serem áreas dominadas por fazendas, cujas incursões são restritas e arriscadas. Ou seja, ao mapear tais locais pautados somente em análises de produtos do sensoriamento remoto, acabamos por mapear áreas não conhecidas – inclusive por alguns dos Pataxó. Tal afirmação, contudo, não ignora a existência de outras estratégias de transmitir o conhecimento espacial intergeracional.

A elaboração do PGTA envolveu uma série de oficinas, algumas com o uso de mapas. Em novembro de 2010, na Aldeia Boca da Mata, foi realizada uma grande oficina com duração de 5 dias em que, por meio de grupos de trabalho, discutimos temas específicos como: saúde, agricultura, economia, educação, preservação, turismo, entre outros.

Após a apresentação e inúmeros debates que nos permitiram qualificar situações e conflitos, trabalhamos em cima dos mapas na tentativa de incluir atributos debatidos pelo grupo, posteriormente transferidos para o banco de dados geográficos e, por consequência, para os mapas do Aragwaksã – Plano de gestão territorial dos Pataxó das TIs Águas Belas e Barra Velha.

Renomeados, redimensionados, recategorizados (como demonstra a Figura 19D) para, por fim, compor os mapas que compõem o PGTA. Infelizmente, foram generalizados e tiveram as escalas reduzidas para plotagem, a fim de compor publicação. As poucas informações que temos com relação ao uso dos mapas e do PGTA remetem à estada posterior em Barra Velha onde, em conversa informal com o cacique, professores e lideranças nos relataram sobre o uso do PGTA e seus mapas como instrumento de diálogo e recurso pedagógico. Tal feito ocorreu sem maiores esforços para, no âmbito desta pesquisa, mostrar situações em que são acionados. Estas e outras práticas inscrevem-se no corpo do mapeamento nunca acabado, imerso em relações, que se movimentam no espaço e no tempo. São chamados a fazer trabalho no mundo, - a ser mapa - a cada vez que um mapeador (não mais simples usuário) o aciona para quaisquer fins. Seguem caminhos múltiplos dos quais emergem outros mapas e outros territórios.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comumente, quando nos remetemos aos mapeamentos, a ideia de ter “um mapa” está implícita, o que é normal tendo em vista a sua onipresença, a segurança que aparenta ter para representar os fatos espaciais. Como vimos, a cartografia, enquanto conhecimento científico, esteve atrelada ao desenvolvimento do Estado, como demonstra Turnbull (2002). Desde então, os mapas apoiam a “tomada de decisão” para o ordenamento territorial estatal. Não à toa os limites territoriais traçados nos mapas são os limites administrativos, representando apenas parcialmente a materialidade dos territórios, cunhados em lógica tradicional; este é o território que deseja imprimir.

No corpo de práticas de mapeamento relacionadas a territorialidades distintas, temos que os mapas oficiais se inscrevem no que Haesbaert (2004) denominou por “pseudoterritorialidade estatal”. Contudo, estes podem vir a ser acionados em outros mapeamentos, os quais podem vir a ser ressignificados e incrementados com elementos de outras territorialidades, de maneira que passam a compô-las ao lado de outras estratégias. Neste contexto, se inscrevem os etnomapeamentos e os mapas que deles emergem, tidos aqui como inscritos no conjunto de práticas de mapear daqueles que fomentam uma gestão intercultural.

Decorrem outros mapas fruto de reterritorializações, por meio da *práxis* criativa de diversos atores que deles se apropriam para reaver os territórios perdidos ou para gerir seus recursos. Mesmo não nascendo com estas características, a ressignificação dos mapas Pataxó nos permitiu incluí-los no conjunto de experiências desta natureza, de forma que podem vir a ser colocados frente a outros mapas; inscrevem-se, portanto, no que Alfredo Wagner denomina por “cartografia de batalha”, que neste contexto ocorre no sul baiano. Pudemos observar tal situação no âmbito da difusão do etnomapeamento e da elaboração do plano de gestão. Se eles continuam sendo parte das estratégias Pataxó é impossível afirmar, sem, contudo, haver maiores investigações.

No que concerne ao espaço-tempo abordado e denominado aqui por mapeamento Pataxó, sabemos que decorre do esforço de estabelecer um diálogo de saberes, como proposto tanto em mapeamentos participativos – dentre eles, os etnomapeamentos – como nas etnociências. Apesar disso, há diferenças entre as etnociências e os

etnomapeamentos: os últimos mantêm-se sob os moldes da cartografia ocidental, o que limita tal diálogo.

Ao desconsiderar as múltiplas cartografias e práticas de mapear, bem como as formas como os mapas vêm à tona, os etnomapeamentos acabam por ser alvo das mesmas críticas e restrições cunhadas à cartografia estritamente representacional e à ideia de tradução da “realidade”. Tal ideia passa a ser criticada por subentender a separação corpo/mente, mente/mundo, sujeito/objeto com a qual desejamos romper por meio de uma perspectiva de mapeamento engajado. Além do que a emergência de uma realidade a priori, que objetiva a coleta de dados, vem abaixo quando nos vimos imersos em realidades em constante transformação. O fato de os mapas serem parte do mapeamento Pataxó nos leva a ressignificá-los, reinscrevê-los entre a representação e a prática, e refazê-los, de forma a estabelecer outros vínculos entre estes e os territórios, por meio da ideia de práticas de mapear como estratégias territoriais - territorialidades.

Revisitar o etnomapeamento vem no sentido de reestabelecer, portanto, um diálogo cartográfico outrora travado e iniciar um caminho para outros possíveis encontros no futuro. Intentamos, então, transpor os discursos que enfocam na potencialidade e nas limitações dos mapas como representação e visibilizar as práticas que estiveram por trás do processo de mapeamento e que passaram despercebidas no âmbito da experiência analisada. Afirmamos, assim, que por meio desses outros engajamentos no mapeamento outros territórios, para além das zonas com limites estatais, poderiam ser visibilizados.

Nos propusemos a identificar práticas de mapeamento que ocorreram ao longo do processo com os Pataxó, em busca de identificar as cartografias conformadores de territórios, ou seja, que indicam processos de territorialização. O que passou por identificar as noções de território e territorialidade que permearam tal experiência, tendo em vista a polissemia em torno dos conceitos. Para isso, visitamos a relação entre mapas e territórios, para situá-la no amplo espectro das práticas de mapeamento inerentes às territorialidades distintas.

Identificamos as noções de territórios e de territorialidades que emergiram ao longo do processo e são acionadas nos diferentes campos do conhecimento. Para dar conta dos territórios dos Pataxó do Monte Pascoal, mesmo que restritos ao contexto do etnomapeamento, acionamos a abordagem territorial integradora a qual articula múltiplas dimensões,

escalas espaço-temporais e lógicas, dos quais decorrem de territorialidades também múltiplas.

No que tange às territorialidades, concordamos com Little (2006), quando traz que territorialidade contempla as relações ambientais cosmológicas e cosmográficas inerentes ao grupo, as quais incluem o sistema fundiário e as práticas de manejo e conservação. Sabemos, contudo, que as territorialidades são dinâmicas e ocorrem nas múltiplas escalas geográficas, o que nos levou à variedade de possibilidades de combinações. Não esteve no escopo do trabalho caracterizar a territorialidade Pataxó, até porque o processo de etnomapeamento trouxe detalhamento (embora não se esgote) acerca de alguns destes elementos que, ao lado dos estudos de identificação territorial, nos ofertam uma série de informações.

Intentamos, contudo, identificar as práticas de mapeamentos como formas de conhecer e cuidar dos territórios, ou seja, como elementos destas territorialidades múltiplas que coexistem em territórios Pataxó, advindas das diversas formas de se relacionar com os ambientes e que decorrem dos processos territorializadores.

No âmbito do etnomapeamento, apontamos para concepções territoriais restritas: nas escalas das TIs e aldeias, caracterizamos um sistema fundiário e de transmissão da posse de terras e apontamos para os meandros entorno de atributos que nos levam a outras escalas de mapeamento, as quais só puderam ser identificados por meio do consórcio de práticas que permearam o mapeamento. No que tange a relação entre ambientes-mapas-territórios, verificamos que imagens e a perspectiva vertical e do alto nos ofertam parcialmente alguns elementos e trazem indicativos de processos territorializadores. Algumas destas manifestam-se sob a forma de territórios-redes que conectam aldeias, um complexo de lugares de ocupação pretérita, vias de acesso diversas e cursos d'água; conectam pessoas, saberes e ambientes por meio de relações de uso e manejo, bem como relações afetivas e cosmológicas, assim como as permeiam interesses múltiplos.

Por meio da análise dos mapas, passamos a considerar cada atributo como um elemento territorial, os quais viabilizam processos territorializadores e que, por consequência, incidem sobre territorialidades. Julgamos que os mapas temáticos elaborados em SIG sofrem de limitações decorrentes dos processos cartográficos de seleção,

generalização e agrupamento, embora permitam expressar parte dos ambientes e dos territórios.

Sabemos que outros atributos indicadores de relações territoriais podem vir a constar nos mapas de forma a expressar outros territórios-redes, por exemplo. Redes sociais, redes de circulação, de parentesco, redes de uso de recursos naturais podem vir a ser mapeadas como bem demonstram Albert e Le Tourneau (2007) ao mapear os “espaços reticulares” dos Yanomami. Ainda assim, somente por meio do mapa os territórios-zona e os territórios-rede ficam parcialmente expressos, o que não impede que tais limitações venham a ser mitigadas com a conjugação das outras práticas de mapear; a saber, para a tomada de decisão territorial deveriam ser ponderadas.

Vale mencionar que, ao longo dos processos territorializadores, elementos de territorialidades Pataxó resistem e persistem por meio de práticas agrícolas, manutenção de lugares de ocupação histórica, (re)ocupação de espaços, formas de usar recursos e se relacionar com os gestores de outros territórios, sejam eles pertencentes à sua cosmologia ou oriundos das investidas de ocupação e usurpação territorial. Como vimos, os processos de territorialização decorrem do “choque de territorialidades” distintas como aponta Little (2006), de onde emergem novas territorialidades não mais iguais às anteriores (HAESBAERT, 2007). Estes processos, mais do que desterritorializadores, podem ser vistos como possibilidades de experimentar multiterritorialidades.

Os mapas se inscrevem neste cenário; vimos como mapa de implantação de PNMP interveio na conformação / imposição de um novo território e atuou como desterritorializador não somente naquele momento. Processo que perdura até os dias atuais, tendo em vista as territorialidades que coibiram e permitiram como, por exemplo, a instalação das plantações de eucalipto que até hoje desterritorializa por meio da exaustão e contaminação de recursos naturais e daqueles que deles usufruem. Ademais, tal mapeamento passou por reconstruções e ressignificações; reapropriado, adentrou ao choque de territorialidades (IBDF – Pataxó).

O encontro com o mapa de Manoel Santana nos levou a estabelecer relações entre as práticas de mapear e as multiterritorialidades. Elaborado por meio de andanças por lugares já conhecidos ou nunca visitados e as narrativas situadas no espaço-tempo e transmitidas ao longo da jornada da vida. Embora de forma muito distinta dos mapas convencionais, se

vale da espacialização gráfica de atributos para expressar, com riqueza de detalhes, parte do território Pataxó, por meio de referenciais espaciais com destaque a lugares de habitação pretérita, os quais foram substituídos pelo Parque, entre outros. Um mapa elaborado por alguém que tem plena consciência do seu papel no estabelecimento de relações territoriais.

Seu Manoel foi participante ativo do mapeamento (o que nos leva inclusive a questionar os termos da participação em mapeamentos), realizado para implantação dos marcos do Parque sem, contudo, saber que seriam de lá expulsos. Ou seja, incorporou os mapas como parte das práticas de proteção de seus territórios, que passam a compor os discursos dos Pataxó.

Revisitar o processo e ressignificá-lo do ponto de vista cartográfico e territorial permitiu, dentro das limitações do etnomapeamento, emergir no interior das estratégias que inicialmente propusemos como ferramentas participativas, outras cartografias ou “cartopráticas” as quais perfazem o corpo de estratégias territoriais dos Pataxó. Caminhadas, vivências, narrativas, entre outras estratégias anteriormente tidas como ferramentas para diagnosticar a realidade, nos permitiram vislumbrar processos territorializadores reverberados no ambiente. Estas configuram o mapear em si, não um recurso de mapeamento, mas ele próprio em que os mapeadores têm múltiplas possibilidades de engajamento.

Parte desses engajamentos pôde ser vislumbrada na elaboração de mapas coletivos livres e sobre a imagem de satélite, nas caminhadas guiadas, na análise visual de imagens orbitais temporais, no uso de receptores GPS, no uso de SIG, na análise e no incremento dos mapas, na realização de entrevistas e nas conversas informais. Consideramos que, por meio destas, nos aproximamos e experimentamos outras realidades e conhecimentos, e vislumbramos com maior riqueza de detalhes as relações que conformam os ambientes e territórios, apesar de ser sempre um olhar daquele que está “fora” de determinado grupo social.

As caminhadas aparecem como uma das formas de mapear, que incluem demarcar, monitorar, conhecer o território e revisitar lugares e referenciais espaciais, consideradas como inerentes à territorialidade Pataxó. Caminhadas guiadas no âmbito do mapeamento são consideradas como cartografias performáticas, onde, ao se deslocar no espaço, mapeamos e conhecemos os territórios vivenciados com alguns mapeadores Pataxó.

Destas despontam múltiplas cartografias, dentre elas: imateriais, materiais e cognitivas ou ainda “imaginativas”. Estas últimas referem-se àquelas criadas em espaços de diálogo entre os participantes, em que os jovens mapeadores ainda não frequentaram os lugares por eles desenhados; ocorrem por meio da transposição das narrativas dos mais velhos e da relação entre referências espaciais.

No que tange os usos de geotecnologias, intentamos inseri-las no conjunto de práticas de conhecer e mapear, que ocorreu tanto por meio de cartografias performáticas quanto materiais, inscritas em um diálogo entre mapear do alto e o mapear no ambiente. Tal diálogo permitiu estabelecer as relações entre as outras formas de mapear e, mesmo que de forma parcial, transpor elementos das outras cartografias para os mapas. Também contribuiu para identificarmos processos territorializadores e a entrada de outras territorialidades vislumbradas por meio das formas de se relacionar com os ambientes identificadas nas imagens orbitais.

Territórios e territorialidades estão expressos de forma parcial nos mapas temáticos – não intentamos de forma alguma invalidá-los quando apontamos para essa parcialidade, e sim visamos demonstrar que há outras dimensões dos múltiplos territórios para além dos que neles constam – sobretudo se nos pautarmos nas dimensões que se pretendem integradas na perspectiva acionada. Ademais, os mapas apresentam atributos territoriais não expressos em mapas anteriores, contudo generalizações são inevitáveis e outras práticas de mapear são desejáveis. Estas, necessariamente, articulando múltiplas escalas de mapas e de mapeamentos, cartográficas e geográficas.

Apesar das críticas elucidadas ao longo da pesquisa, sobretudo no que tange aos procedimentos cartográficos, às falhas no processo classificatório e às que concernem a participação dos Pataxó ao longo de todo o processo, cabe mencionar que antes do referido mapeamento, as informações cartográficas sobre o grupo e suas práticas inexistiam, bem como sobre as condições ambientais de suas terras, seus modos de vida, ou acerca dos ambientes necessários para a sobrevivência cultural e material. O que não nos isenta de pensar formas mais proveitosas de expressá-los.

Discursos oficiais oriundos de territorialidades alheias os tratavam como usuários degradadores do PNMP. Estes eram expressos por meio de mapas com limites territoriais impostos e nada mais; detalhamento algum, nem a título de plano de manejo (que aliás não foi atualizado desde

o período do IBDF), nenhum outro mapa os incorporavam. Ou seja, ao lado do mapa de seu Manoel e de tantos outros elaborados pelos próprios Pataxó que existem atualmente, os mapas oriundos do processo aqui revisitado passam a compor essa “batalha” de mapas e de territórios estabelecida no sul da Bahia. Esta continua a ocorrer, como pode ser vislumbrada na oficina de capacitação e difusão do etnomapeamento, na qual as lideranças Pataxó não se reconheciam nos mapas do mosaico de áreas protegidas, mas sim nos mapas elaborados com a sua participação, os quais, apesar das restrições, são legitimados por diversos engajamentos que ocorreram ao longo do processo.

Apontamos, portanto, para possibilidades mais otimistas do que aquelas que tratam mapas como representações limitadas, situando-os em mais uma das interações entre elementos de territorialidades as quais os mapas se integram. Enxerga-se, entre as suas lacunas da experiência, um profícuo diálogo, outrora negligenciado, com fluxo de saberes espaciais em que formas de mapear local sejam contempladas lado a lado como inerentes a territorialidades específicas e como passíveis de interferir na “nossa” forma de cartografar e, portanto, nas “nossas” estratégias de planejar e cuidar de territórios.

Neste caso, a “nossa” territorialidade se encontra inscrita nos termos do saber ocidental da cartografia ensinada e perpetuada ao longo da caminhada cartográfica e que persiste no cotidiano como forma privilegiada de mapear. Ao permitirmos a interação com outras territorialidades que formas distintas de vivenciar e cocriar ambientes e territórios (como as estabelecidas pelos Pataxó), pressupõe abrimo-nos para outras relações espaciais, outras formas de comunicar e expressar os saberes. Permitimo-nos a experimentar e, ao mesmo tempo, resgatar percepções e estratégias de mapear inscritas no “*habitus humano*” nos termos de Almeida (2012), que podem ocorrer ao lado das práticas com mapas e geotecnologias.

O que outrora enxergávamos como limitações de um processo cartográfico vemos como possibilidades de combinação de estratégias de mapeamento complementares. Uma questão que perdura é: como reunir estas formas de mapear e contemplar distintas perspectivas e concepções cartográficas? Criar um “terceiro espaço”, de acordo com Turnbull (2002), é necessário para conjugá-las, mas resta saber onde “está este espaço” e quais serão as práticas de mapeamento envolvidas, cuja busca consistirá em engajamento futuro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 2008.

_____. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, 2010.

_____. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, 2013.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 45-70.

ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território - um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 3, 2013. p. 15- 40.

ACT. **Methodology of collaborative cultural mapping**. Brasília: Equipe de conservação da Amazônia, 2008, v. 1.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Carajás**: a guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1993.

ALMEIDA, M. **Conferência de encerramento no seminário Outros Mapas**: cartografia e pesquisa social. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 2012.

ANDREWS, J. H. Map and language: a metaphor extended. **Cartographica**, v. 27, n. 1, 1990. ISSN: 0317-7173.

ARAÚJO, A. V.; LEITÃO, S. Direitos indígenas: avanços e impasses pós-1988. In: LIMA, A. C. D. S.; BAROSO-HOFFMMAN, M. **Além da tutela**. Rio de Janeiro: Laced, 2002. p. 23-33.

ARENDRT, H. **Da violência**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ATAÍDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. A etn-cartografia como instrumento de gestão. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia e Simpósio de Geotecnologias para Petróleo. **Anais...** Macaé, 2005.

BARRETTO-FILHO, H.; CORREIA, C. D. S. **Gestão ambiental e/ou territorial de/em Terras Indígenas**. Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão em Terras Indígenas conforme a Portaria Interministerial nº 276/2008. Brasília, 2009.

BARUJA, S. P. **Curt Nimuendajú: o alemão que virou índio**. [S.l.]: Bochum (Alemanha), 2014. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:pane-baruja-2014-curt>>.

BECKER, B. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim Museu Para Emílio Goeldi**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010.

BONNEIMASON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 3, 2002. p. 83-132.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et cultures (le territoire)**, v. 20, p. 7-19, 1996.

BRAND, A. Mudanças e continuidades na política indigenista pós-1988. In: LIMA, A. C. D. S. E.; BARROSO-ROFFMAN, M. **Estado e povos indígenas no Brasil - bases para uma nova política indigenista II**. [S.l.]: [s.n.], 2002. p. 31-36.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

_____. **Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004.

_____. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, 2006.

_____. **Decreto Federal nº 7.747, de 5 de julho de 2012.** Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Federal nº 1775, de 8 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das Terras Indígenas e dá outras providências. Brasília, 1996.

CÁCERES, L. S. R. Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. In: ACSELARD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010. p. 123-165.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; DAVIS, C. **Introdução à geoinformática.** São José dos Campos: INPE, 2004.

CARDOSO, T. M. **Malhas cartográficas.** IV Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (IV REACT). Campinas: Unicamp, 2013.

CARDOSO, T. M. **Paisagens em transe: uma etnografia sobre a poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal.** (Tese - Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2016.

CARDOSO, T. M.; MODERCIN, I. F.; PARRA, L. B. **Diagnóstico etnoambiental das Terras Indígenas potiguara.** Funai/Unesco: Brasília, 2012. p. 163.

CARDOSO, T. M.; PARRA, L. B. **Etnomapeamento e zoneamento agroextrativista do complexo Aldeias-Parque Nacional do Monte Pascoal**. MMA / PNUD: Brasília, 2008. p. 127.

CARDOSO, T. M.; SEMEGHINI, M. G. **Diálogos agroecológicos**. Conhecimento científico e tradicional na conservação da agrobiodiversidade no Rio Cuieiras (Amazônia Central). 1. ed. Manaus: Áttema, 2009.

CARVALHO, M. D. R. **Os Pataxó de Barra Velha**. Seu subsistema econômico. (Dissertação - Mestrado). Salvador: UFBA, 1977.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAPIN, M.; LAMB, Z.; THRELKELD, B. Mapping indigenous lands. **The annual review of anthropology**, v. 34, p. 619-638, 2005.

COLI, L. R. Sistemas de informação geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias. In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, 2010. p. 93-122.

CORNER, J. The agency of mapping: speculation, critique and invention. In: COSGROVE, D. **Mappings**. [S.l.]: Reaktion Book, 1999. p. 213-300.

CORREIA, C. D. S. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental**: representações cartográficas e gestão territorial em Terras Indígenas no estado do Acre. (Tese - Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UNB: Brasília, 2007.

CRAMPTON, J. **Mapping: a critical introduction to cartography and GIS**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2010.

CRAMPTON, J.; KRIEGER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais. v. 1, 2008. p. 85-112.

DEL CASINO, V. J.; HANNA, S. P. Beyond the 'binaries': a methodological intervention for interrogating maps as representational practices. **ACME: an international e-journal for critical geographies**, v. 4, n. 1, p. 34-56, 2005. ISSN: 1492-9732.

DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. D. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 22, p. 51-64, 2010.

DODGE, M.; KITCHIN, R.; PERKINS, C. **Rethinking maps**. Londres; Nova Iorque: Routledge , 2009.

DODGE, M.; PERKINS, C. Reflecting on J.B. Harley's influence and what in "deconstructing the map". **Cartographica**, v. 50, n. University Toronto Press, p. 37-40, 2015.

ECHEVERRI, J. Á. Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: ¿diálogo intercultural? In: SURRALES, A.; HIERRO, P. G. **Tierra a dentro: territorio indígena e percepción del entorno**. Copenhague: IWGIA, 2004. p. 259-278.

EDNEY, M. Cartography without 'progress': reinterpreting the nature and historical development of mapmaking. In: DODGE, M.; KITCHIN, R.; PERKINS., C. **The map reader: theories of mapping practice and cartographic representation**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2011. p. 73-83.

ELWOOD, S.; COPE, M. Introduction: Qualitative GIS: forging mixed methods through. In: COPE, M.; ELWOOD, S. **Qualitative GIS: a mixed methods approach to integrating qualitative research and Geographic Information Systems**. Londres: SAGE Research Methods, 2009. p. 3-21.

FERREIRA, A. B. D. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLORENZANO, T. G. **Imagens de satélite para a análise de estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de textos, 2002. 97 p.

FUNAI. **Portaria n. 14**. [S.l.]: [s.n.], 1996.

_____. **Levantamentos etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia.** FUNAI/PPTAL: Brasília, 2004. p. 53.

_____. **Orientações básicas para a elaboração da caracterização ambiental de terras em estudo.** Brasília: [s.n.], 2012. Série políticas públicas, n. 2.

_____. **Orientações para a elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas.** Brasília: [s.n.], 2013.

_____. **Orientações básicas para os estudos de natureza fundiária – primeira etapa do processo demarcatório de Terras Indígenas.** Brasília: [s.n.], 2014.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza.** O desafio das sobreposições. 1. ed. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, v. 1, 2004. p. 690.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitorio e evaluación.** San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2009. 217 p.

GIRARDI, G. **Cartografia e geografia: breve histórico.** UFES: Vitória, 2014. p. 1-39. Disponível em: [http:// www.poesionline.wordpress.com](http://www.poesionline.wordpress.com).

GOTTMANN, J. **The significance of territory.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GRUNEWALD, R. A. **Os índios do descobrimento.** Tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra capa, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural. In: SERPA, A. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: UFBA, 2008. p. 393-419.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.

HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. **Correio Unesco**, v. 19, 1991.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, D. **Cartography in prehistoric, ancient, and medieval europe and the mediterranean**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, v. 1, 1987.

HARMSWORTH, G. Indigenous Values and GIS: a method and a framework. **Business alert**, p. 1-10, 1999.

HERLIHY, P. H.; KNAPP, G. Maps of, and for the peoples of Latin America. **Human organization**, v. 62, n. 4, 2003.

HIERRO, P. G. El enfoque territorial para la gobernanza de los pueblos indígenas amazonicos: limites e posibilidades. **IWGIA**, assuntos indígenas, 2004.

HIRT, I. Mapeando sueños/soñando mapas: entrelazando conocimientos geográficos indígenas y occidentales. **Revista geográfica del Sur**, Santiago, Chile, v. 3, n. 1, p. 63-90, 2010.

IBGE. **Mapa etno-histórico de curt Nimuendaju**. 1. ed. Rio de Janeiro.: [s.n.], 1987.

IBGE. **Censo demográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: janeiro 2015.

INGOLD, T. To Journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation. In: INGOLD, T. **The perception of the environment**. [S.l.]: [s.n.], 2000. p. 219-242.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e territórios**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 1, 2008. p. 45-70.

KITCHIN, R.; DODGE, M. Rethinking maps. **Progress in human geography**, v. 31, n. 3, p. 1-14, 2007.

KWAN, M.-P.; DING, G. Geo-Narrative: Extending Geographic Information Systems. **The professional geographer**, v. 60, p. 443-465, 2008.

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya**. Significado, constituição e uso. 1. ed. São Paulo: USP, 2008.

LANG, S.; BLASCHKE, T. **Análise da paisagem com SIG**. São Paulo: Oficina de textos, v. 1, 2007. 424 p.

LEFBVRE, H. **La producion de l'espace**. Paris: Anthropos, 1984.

LEVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, 2008. p. 153-168.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, 2002.

LITTLE, P. **Gestão territorial em terras indígenas**: definição de conceitos e propostas de diretrizes. SEMA/SEPI/GTZ: Rio Branco, 2006.

MAIA, M.; TIMMERS, J. F. Breve caracterização biológica do PNMP. In: RICARDO, F. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza**. O desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 690.

MENDES, A. O pptal e as demarcações. In: LIMA, A. C. D. S.; BARROSO-HOFFMAN, M. **Estado e povos indígenas no Brasil**: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra capa, 2002.

MILLER, R. **Documento orientador para a preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena**: parte I. TNC. Brasília, 2008. p. 84.

NISSON, M. et al. **Cruzando od limites**: reflexões sobre algumas experiências de gestão territorial indígena no nordeste. VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão e II Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. Florianópolis: [s.n.], 2015. p. 581-588.

OFFEN, K. O mapeas o te mapean: mapeo indígena y negro em América Latina. **Tabula rasa**, Bogotá/Colombia, n. 10, p. 163-189, 2009.

OLIVEIRA, J. P. **Atlas das Terras Indígenas no Nordeste**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993.

OLIVEIRA, J. P. D. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 47-77, 1998.

PALITOT, E. A relação entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade nacional a partir de um ponto de vista histórico e antropológico. **Baía da Traição**, n. Territorialização e povos indígenas, 2015.

PAVLOVSKAYA, M. Non-quantitative GIS. In: COPE, M.; ELWOOD, S. **Qualitative GIS**: a mixed methods approach to integrating qualitative research and Geographic Information Systems. Londres: Sage Publications, 2009. Cap. 2.

PORTO-GONÇALVEZ, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÑA, A. E.; SADER, E. **La guerra infinita hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256.

PORTO-GONÇALVEZ, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENÑA, A. E. **De los saberes de la de la dominación e de la emancipación**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008. p. 37-52.

POSEY, D. Introdução: etnobiologia, teoria e prática. In: _____. **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis, v. I, n. 1, p. 15-25, 1986.

PRINTS, R. B. **Gestão territorial e ambiental**: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. [S.l.]: [s.n.], 1992.

RICARDO, F. **Terras Indígenas e unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 7-11.

RUNDSTROM, R. A. GIS, Indigenous peoples, and epistemological diversity. **Cartography and Geographic Information Systems**, p. 45-57, 1995.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. [S.l.]: [s.n.], 1986.

SAMPAIO, J. A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal. **Cad. hist.**, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 1-72, jul. 2000; v. 5, n. 6, p. 31-46, 1997.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: USP, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

SEEGERS, A.; CASTRO, V. Terras e territórios indígenas no Brasil. In: SILVEIRA, E. **Encontros coma civilização brasileira**. [S.l.]: [s.n.], 1978. p. 101-108.

SEEMANN, J. "Cartografias culturais" na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim goiano de geografia**, Goiás, v. 21, n. 2, p. 61-82, 2001.

SEEMANN, J. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a Geografia Cultural no Brasil. In: ALMEIDA, M. G. D.; RATTTS, A. J. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 261-284.

SEEMANN, J. Narrativas cartográficas, performance de navegação e mapeamento de emoções e movimentos na região do Cariri, Ceará. **Boletim de Geografia**, v. 30, n. 2, p. 5-13, 2012.

SEEMANN, J. Cartografia como aventura? **Geograficidade**, v. 3, Número Especial, Primavera 2013. ISSN ISSN 2238-0205.

SHEPPARD, E. Produção de conhecimento através do Sistema de Informações Geográficas. In: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, 2008. p. 113-152.

SILVA, J. L. C. D. **Conflitos fundiários e étnicos entre Pataxó e sem terra no extremo sul da Bahia**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas: [s.n.], 2003.

SMITH, M.; GUIMARÃES, M. A. **Gestão ambiental e territorial de terras indígenas**: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. ANPPAS. Florianópolis: [s.n.], 2010.

SOTTO-MAIOR, L. **Relatório circunstanciado de revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha**. Funai: Brasília, 2008.

SOUZA E LIMA, A. C. D. Sobre gerar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA E LIMA, A. C. D. **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 11-22.

SOUZA, C. N. I.; ALMEIDA, F. V. R. **Gestão ambiental em terras indígenas no Brasil**. Coleção educação para todos. v. 39. Série vias dos saberes. 6. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2012.

SOUZA, M. L. D. **Os conceitos fundamentais da pesquisa-sócio espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

TRANCOSO, R. et al. EtnoSIGs: ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas. In: PAESE, A. et al. **Conservação da biodiversidade com SIG**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. p. 240.

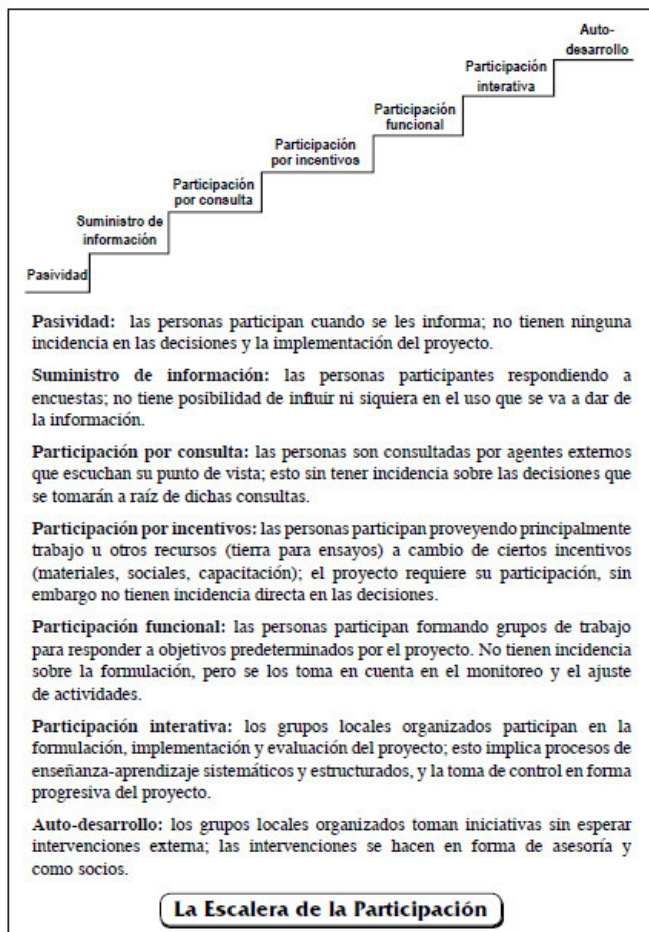
TURNBULL, D. **Masons, tricksters and cartographers**: comparative studies in the sociology of scientific and indigenous knowledge. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2003.

TURNBULL, D. Maps narratives and trails: performativity hodology and distributed knowledges in Complex Adaptive Systems – an approach to emergent mapping. **Geographical Research**, v. 45, n. 2, p. 140–149, 2007. ISSN 10.1111/j.1745-5871.2007.00447.x.

WOOD, D. **The power of maps**. Nova Iorque: Guilford Press, 1992.

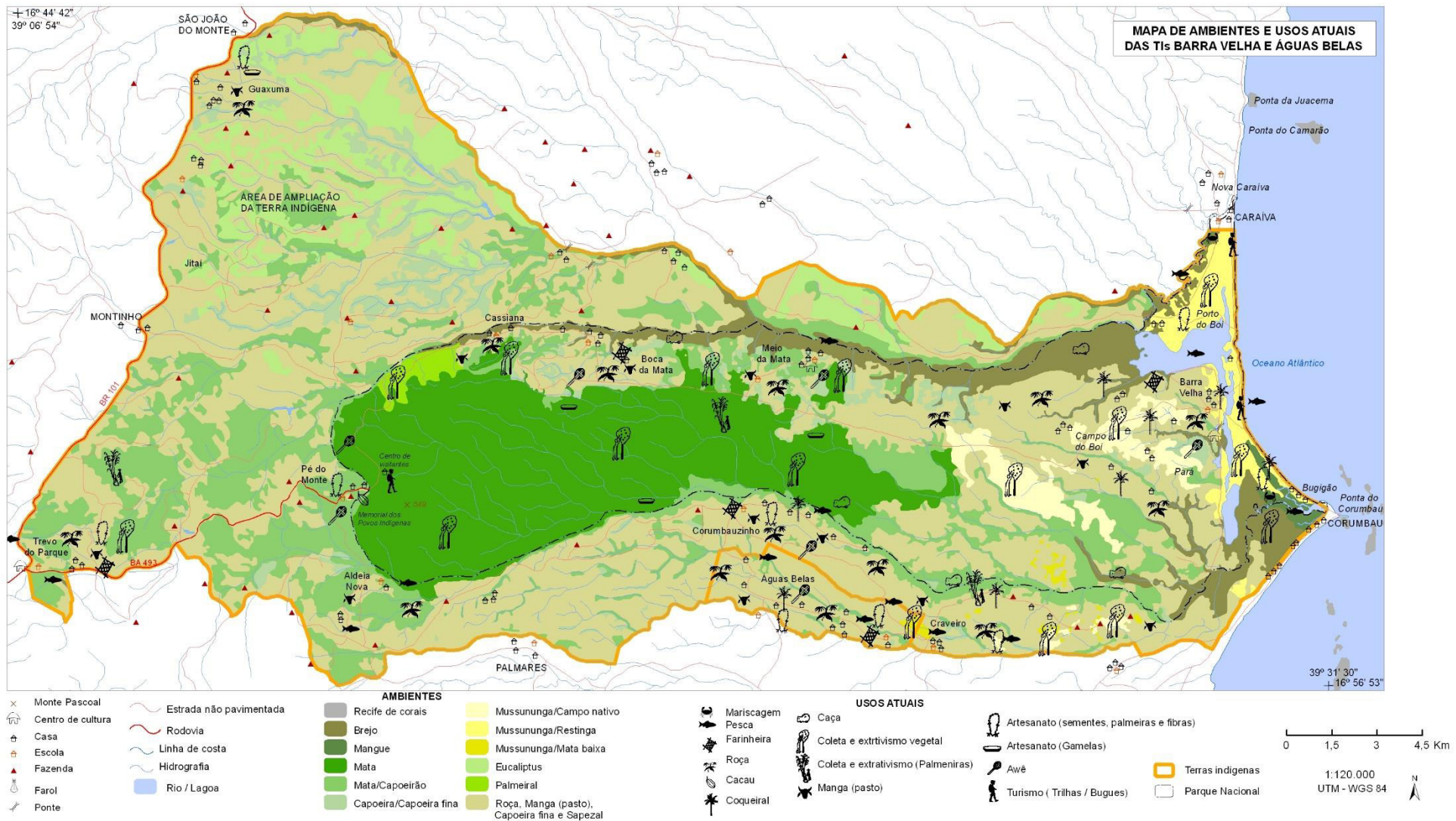
WOODWARD, D.; LEWIS, M. Introduction. In: _____. **Cartography in the traditional African, American, Artic, Australian and pacific societies**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, v. vol.2 livro 3, 1998. p. 1-10.

ANEXO C - NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO

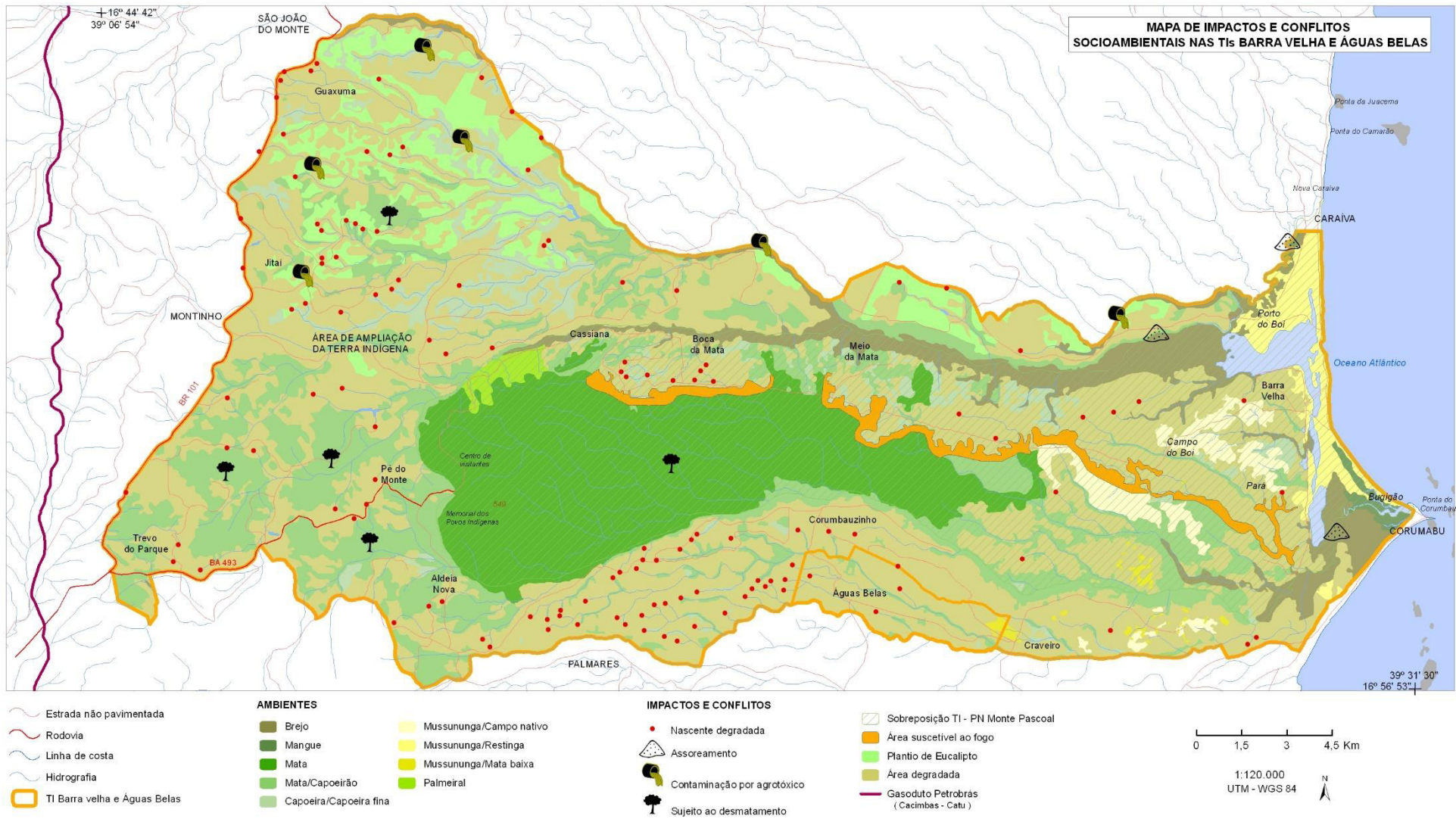


Fonte: Geifus (2008)

ANEXO D - MAPA DE AMBIENTES E USOS ATUAIS DAS TI'S BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS



ANEXO E - MAPA DOS IMPACTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS TI'S BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS



ANEXO F - MAPA DE PROJETOS E INICIATIVAS NAS TI'S BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS

